

Organizadores

ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO | DARLENE SEABRA DE LIRA  
LELIANE APARECIDA CASTRO ROCHA | DAVI MILAN

# Saberes Interdisciplinares das Pessoas Surdas



*Klebe*

Organizadores

ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO | DARLENE SEABRA DE LIRA  
LELIANE APARECIDA CASTRO ROCHA | DAVI MILAN

# Saberes Interdisciplinares das Pessoas Surdas



*Kleber*

© 2024 – Editora MultiAtual

[www.editoramultiatual.com.br](http://www.editoramultiatual.com.br)

editoramultiatual@gmail.com

### **Organizadores**

Ana Regina e Souza Campello

Darlene Seabra de Lira

Leliane Aparecida Castro Rocha

Davi Milan

### **Capa**

Kilma Coutinho

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração:** Resiane Paula da Silveira

**Revisão:** Respectivos autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Saberes Interdisciplinares das Pessoas Surdas

C193s / Ana Regina e Souza Campello; Darlene Seabra de Lira; Leliane Aparecida Castro Rocha; Davi Milan (organizadores). – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2024. 220 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6009-125-2

DOI: 10.5281/zenodo.14556171

1. Educação. 2. Pessoas Surdas. 3. Saberes Interdisciplinares. I. Campello, Ana Regina e Souza. II. Lira, Darlene Seabra de. III. Rocha, Leliane Aparecida Castro. IV. Milan, Davi. V. Título.

CDD: 371.82

CDU: 37

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

[www.editoramultiatual.com.br](http://www.editoramultiatual.com.br)

[editoramultiatual@gmail.com](mailto:editoramultiatual@gmail.com)

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoramultiatual.com.br/2024/12/saberes-interdisciplinares-das-pessoas.html>



**AUTORES**

**Aline Karina Barbosa da Silva Lima  
Ana Regina e Souza Campello  
Arlindo Gomes de Paula  
Carina da Silva Mota  
Carla da Silva Mota  
Cláudia do Socorro Azevedo Magalhães  
Daiane Pinheiro  
Darlene Seabra de Lira  
Davi Milan  
Debora Rocha Abreu  
Deivid França da Silva  
Deyone Albuquerque da Silva  
Fabiano Miranda Borges  
Fernanda Marques Ribeiro  
Flávio Domingos  
Gabriel José Gregório Vieira  
Geisielen Santana Valsecchi  
Ícaro Evandro Leite Silva  
Igor Ezequiel dos Santos Picanço  
Ingrid Penha de Oliveira  
Ivanda Maria Martins Silva  
José Valdir de Souza Lima  
Juscelino Francisco do Nascimento  
Karla Karina Abrantes Rêgo  
Leliane Aparecida Castro Rocha  
Luana Siqueira  
Lucival Fábio Rodrigues da Silva  
Maria Fernanda Araujo Souza  
Mirelly Lucena de Lira  
Ocimara dos Anjos Tedesco  
Renato da Silva Ferreira  
Teresa Cristina Leança Soares Alves  
Thais Oliveira da Silva  
Thaisy Bentes  
Thays Lara Teles Silva  
Yone Regina de Oliveira Silva**

## PREFÁCIO

Tenho grande honra aos membros da Comissão Organizadora com o convite para prefaciar *“Saberes Interdisciplinares das Pessoas Surdas”*, e que esta obra certamente representará uma contribuição significativa para a construção de novos paradigmas sobre temas interdisciplinares do cenário das pessoas surdas no presente.

A comunidade surda e as pessoas surdas vêm conquistando atualmente, numa velocidade além da nossa realidade, muito mais do que havia conquistado o espaço durante todo o trajeto educativo da educação de surdos. Contudo, alguns temas têm acentuado a lógica devido a produção de várias identidades surdas influenciadas pela tecnologia e outras pela crença, religião, família, educação inclusiva, escola de surdos e de educação especial (que é o pré da escola bilíngue por haver uso de Libras e Língua Portuguesa, modalidade escrita).

Neste sentido, é importante reconhecer que, apesar da capacidade de se reinventar, por meio da dinâmica pedagógica e da inovação da tecnológica, a cognição e aquisição de conhecimento e de saberes das pessoas surdas ainda se encontram num ponto de reflexão quando a capacidade e discernimento de aprender e de compreender o “mundo” diferente deles. As perspectivas encaminhas pelos autores por esta obra são bem mais amplas e complementadas das outras publicadas sobre o assunto, tendo em vista que a formação dos autores tem a contribuição de enriquecer as suas pesquisas.

A análise apresentada contextualiza em vários casos concretos que é um diferencial, que mostra a construção de reflexões críticas nos eixos das demandas sociais, que, por estas razões, entre outras que se desconstruam o modelo e seu conteúdo didático e instigante. Deste livro, é com orgulho e grata satisfação que apresento e recomendo a leitura desta presente obra.

Profa. Dra. Ana Regina Campello  
Autora e Membro da Comissão Organizadora

## APRESENTAÇÃO

O livro *Saberes Interdisciplinares das Pessoas Surdas* reúne um conjunto de reflexões e práticas que atravessam as esferas educacional, social, cultural, tecnológica e de saúde, abordando a inclusão das pessoas surdas sob uma perspectiva interdisciplinar. Composto por 14 capítulos, o trabalho explora desafios, avanços e estratégias de promoção da equidade e respeito à diversidade, evidenciando a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como elemento essencial para a construção da identidade surda e para a superação de barreiras comunicacionais.

Escrito por um grupo diversificado de autores, a obra apresenta experiências práticas, análises teóricas e propostas de intervenção em áreas fundamentais, como educação básica, mercado de trabalho, saúde e tecnologias assistivas. Este livro é uma contribuição significativa para pesquisadores, professores, gestores públicos, intérpretes de Libras e demais profissionais interessados na inclusão social e na valorização da cultura surda. Ao longo dos capítulos, são discutidas questões que ampliam a compreensão sobre a comunidade surda e suas interações com o mundo ouvinte, apontando caminhos para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acessível.

A capa foi feita pelas mãos de Kilma Coutinho que é uma surda artesã talentosa e professora de Letras-Libras residente em Recife, Pernambuco. Kilma tem desempenhado um papel significativo no fortalecimento da cultura surda, com uma trajetória que reflete a interseção entre arte, educação e acessibilidade. Desenvolve trabalhos artesanais que exploram a riqueza da cultura surda, integrando elementos que expressam sua identidade e vivências pessoais

O capítulo "**Cultura Surda e Identidade**", escrito por Aline Karina Barbosa da Silva e José Valdir de Souza Lima, analisa a construção social da identidade surda, destacando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como elemento essencial para a expressão cultural e para a inclusão no ambiente escolar. A obra enfatiza a importância da valorização da diversidade cultural e linguística para a promoção da cidadania das pessoas surdas.

No capítulo "**O Direito à Atenção Básica de Saúde para as Comunidades Surdas**", Ocimara dos Anjos Tedesco, Luana Siqueira, Thaisy Bentes e Débora Rocha Abreu examinam os desafios enfrentados por essa população no acesso aos serviços de

saúde. O texto discute as barreiras comunicacionais e a necessidade de estratégias que garantam um atendimento mais inclusivo, assegurando os direitos dessa comunidade.

O capítulo "**Libras na Educação Básica**", de Geisielen Santana Valsecchi, relata uma experiência prática no Colégio de Aplicação da UFSC, evidenciando o impacto positivo da introdução da Libras como segunda língua (L2) nos anos iniciais do ensino fundamental. A autora destaca a relevância do empoderamento dos professores surdos e a ampliação da inclusão no contexto educacional.

"**A Educação da Criança Surda**", de Ingrid Penha de Oliveira, Daiane Pinheiro e Thaisy Bentes, foca na educação bilíngue em uma escola de Santarém, no Pará. O capítulo explora a Libras como um componente essencial na formação identitária das crianças surdas, proporcionando uma base sólida para sua integração social e cultural.

Em "**Reflexões sobre a História e Atuação do Tradutor Intérprete Surdo**", Flávio Domingos e Ana Regina Souza Campello discutem o papel histórico e contemporâneo dos tradutores-intérpretes surdos, destacando sua contribuição para a cidadania e a inclusão social. O texto ressalta a importância do reconhecimento da surdez como um marcador identitário, e não como uma deficiência.

No capítulo "**Intérpretes de Libras e a Revolução Tecnológica**", Aline Karina Barbosa da Silva Lima e José Valdir de Souza Lima analisam os impactos da revolução tecnológica no trabalho dos intérpretes de Libras. O texto destaca os desafios e as oportunidades advindas do uso de plataformas digitais e outras ferramentas tecnológicas que transformaram a interação entre comunidades surdas e ouvintes.

"**Análise da Acessibilidade de Pacientes Surdos nas Unidades Básicas de Saúde de Penedo/AL**", de Maria Fernanda Araujo Souza, Thais Oliveira da Silva e Darlene Seabra de Lira, examina as dificuldades enfrentadas pelos surdos na utilização de serviços de saúde. O capítulo apresenta uma análise crítica das barreiras de comunicação e das lacunas na prestação de atendimento inclusivo.

Em "**Travessias Docente na Universidade**", de Mirelly Lucena de Lira, Yone Regina de Oliveira Silva e Ivanda Maria Martins Silva, o foco está na experiência de ensino da disciplina de Introdução à Libras, com ênfase no letramento literário. O texto explora práticas pedagógicas voltadas ao aprendizado crítico e à contextualização cultural.

O capítulo "**Desafios da Inclusão Social no Atendimento da Pessoa Surda na Área da Saúde em Penedo/AL**", de Mirelly Lucena de Lira, Yone Regina de Oliveira Silva

e Ivanda Maria Martins Silva, apresenta as ações de um projeto de extensão que busca superar barreiras linguísticas e promover o acesso a serviços básicos de saúde e educação para a comunidade surda local.

Em "**Gênero e Sexualidade na Educação de Surdos**", Ícaro Evandro Leite Silva e Teresa Cristina Leança Soares Alves discutem a inclusão de temáticas de gênero e sexualidade no contexto educacional de surdos, analisando os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento dessa abordagem em práticas pedagógicas.

O capítulo "**Tecnologia e Ensino de História**", de Deivid França da Silva, propõe uma abordagem pedagógica inovadora para o ensino de história a alunos surdos. O texto explora a importância de olhar para o passado de forma crítica, com o objetivo de promover a emancipação dos estudantes.

"**Coral de Libras como Ferramenta de Inclusão**", de Deyone Albuquerque da Silva, apresenta os resultados de um projeto que utilizou o coral de Libras como estratégia para promover a inclusão social e o desenvolvimento linguístico de estudantes surdos em Pernambuco. O capítulo ressalta os impactos positivos da interação entre alunos surdos e ouvintes.

O capítulo "**Inclusão de Pessoas Surdas no Mercado de Trabalho**", com contribuições de Davi Milan, Arlindo Gomes de Paula, Igor Ezequiel dos Santos Picanço, Fabiano Miranda Borges, Cláudia do Socorro Azevedo Magalhães, Lucival Fábio Rodrigues da Silva, Carla da Silva Mota, Thays Lara Teles Silva, Carina da Silva Mota e Leliane Aparecida Castro Rocha, examina as barreiras enfrentadas pelos surdos no mercado de trabalho e propõe estratégias para a promoção da equidade e acessibilidade no ambiente profissional.

Por fim, o capítulo "**Estratégias Pedagógicas na Educação Básica: Professores Surdos de Libras em Meio ao Ensino Remoto**", escrito por Karla Karina Abrantes Rêgo e Juscelino Francisco do Nascimento, é uma análise profunda das adaptações pedagógicas vivenciadas por professores surdos no contexto da pandemia da COVID-19. O texto explora, sob a perspectiva da inclusão social e da educação bilíngue, os desafios e as estratégias implementadas por docentes na Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio da Audiocomunicação de Campina Grande Demóstenes Cunha Lima (ECIAC), única instituição bilíngue do município.

O livro *Saberes Interdisciplinares das Pessoas Surdas* aborda de maneira ampla e interdisciplinar a inclusão das pessoas surdas em diferentes contextos sociais,

educacionais e profissionais, ressaltando desafios e propondo estratégias que favoreçam a equidade e a acessibilidade. Esta obra representa uma contribuição essencial para a compreensão e valorização dos saberes interdisciplinares das pessoas surdas, apontando caminhos para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Convidamos você a embarcar nesta leitura transformadora, que explora as diversas facetas da inclusão das pessoas surdas em nossa sociedade. Por meio de capítulos cuidadosamente elaborados por especialistas de diferentes áreas, esta obra oferece uma abordagem ampla e interdisciplinar sobre os desafios, as conquistas e as possibilidades que envolvem a cultura surda, a acessibilidade e a valorização da Libras como pilar da identidade surda.

Se você é um pesquisador, professor, estudante ou profissional interessado em inclusão, este livro é uma ferramenta essencial para ampliar sua compreensão e enriquecer suas práticas. Mais do que teorias, apresentamos vivências, análises e propostas concretas que nos levam a um objetivo comum: construir uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva.

Boa leitura!

Os Organizadores.

## SUMÁRIO

Capítulo 1 <b>CULTURA SURDA E IDENTIDADE: CONSTRUÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR</b> <i>Aline Karina Barbosa da Silva Lima; José Valdir de Souza Lima</i>	13
Capítulo 2 <b>O DIREITO À ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE PARA AS COMUNIDADES SURDAS</b> <i>Ocimara dos Anjos Tedesco; Luana Siqueira; Thaisy Bentes; Debora Rocha Abreu</i>	25
Capítulo 3 <b>LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA DA DOCENTE SURDA E ALUNOS OUVINTES COMO O APRENDIZADO DA DISCIPLINA NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO/UFSC</b> <i>Geisielen Santana Valsecchi</i>	41
Capítulo 4 <b>A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: UM OLHAR SOB ASPECTOS DA EDUCAÇÃO BÍLINGUE EM UMA ESCOLA DE SANTARÉM-PARÁ</b> <i>Ingrid Penha de Oliveira; Daiane Pinheiro; Thaisy Bentes</i>	61
Capítulo 5 <b>REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA E ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE SURDO</b> <i>Flávio Domingos; Ana Regina e Souza Campello</i>	80
Capítulo 6 <b>INTÉRPRETES DE LIBRAS E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO AMBIENTE DIGITAL</b> <i>Aline Karina Barbosa da Silva Lima; José Valdir de Souza Lima</i>	97
Capítulo 7 <b>ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DE PACIENTES SURDOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE PENEDO/AL</b> <i>Maria Fernanda Araujo Souza; Thais Oliveira da Silva; Darlene Seabra de Lira</i>	110
Capítulo 8 <b>TRAVESSIAS DOCENTE NA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA, INTRODUÇÃO À LIBRAS</b> <i>Mirelly Lucena de Lira; Yone Regina de Oliveira Silva; Ivanda Maria Martins Silva</i>	129
Capítulo 9 <b>DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL NO ATENDIMENTO DA PESSOA SURDA NA ÁREA DA SAÚDE EM PENEDO/AL</b> <i>Gabriel José Gregório Vieira; Fernanda Marques Ribeiro; Renato da Silva Ferreira; Darlene Seabra de Lira</i>	139
Capítulo 10 <b>GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS</b> <i>Ícaro Evandro Leite Silva; Teresa Cristina Leança Soares Alves</i>	152

Capítulo 11	
<b>TECNOLOGIA E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS SURDOS INCLUSOS DO ENSINO MÉDIO</b>	<b>162</b>
<i>Deivid França da Silva</i>	
<hr/>	
Capítulo 12	
<b>CORAL DE LIBRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO: RELATO DE CASO DE UMA ESCOLA EM ABREU E LIMA / PERNAMBUCO</b>	<b>184</b>
<i>Deyone Albuquerque da Silva</i>	
<hr/>	
Capítulo 13	
<b>INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE</b>	
<i>Davi Milan; Arlindo Gomes de Paula; Igor Ezequiel dos Santos Picanço; Fabiano Miranda Borges; Cláudia do Socorro Azevedo Magalhães; Lucival Fábio Rodrigues da Silva; Carla da Silva Mota; Thays Lara Teles Silva; Carina da Silva Mota; Leliane Aparecida Castro Rocha</i>	<b>197</b>
<hr/>	
Capítulo 14	
<b>ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROFESSORES SURDOS DE LIBRAS EM MEIO AO ENSINO REMOTO</b>	<b>205</b>
<i>Karla Karina Abrantes Rêgo; Juscelino Francisco do Nascimento</i>	

# **Capítulo 1 - CULTURA SURDA E IDENTIDADE: CONSTRUÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Aline Karina Barbosa da Silva Lima**

Pós-graduada em Libras - Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade Focus  
ninekarina@hotmail.com

**José Valdir de Souza Lima**

Pós-graduado em Docência do Ensino Superior de Libras  
Faculdade Iguaçu  
jose.valdir@penedo.ufal.br

## **INTRODUÇÃO**

A construção da identidade surda e a promoção de sua participação social são temas centrais quando discutimos a inclusão de surdos no ambiente escolar. O conceito de identidade surda, longe de ser limitado a uma condição física, reflete uma rica diversidade cultural, baseada em uma língua própria — a Língua Brasileira de Sinais (Libras) — e em práticas sociais e culturais que compõem um conjunto de valores próprios dessa comunidade. Como afirma Taynan Alécio da Silva (2024), “a identidade surda está profundamente enraizada na cultura surda, sendo formada pela língua de sinais, pelas experiências visuais e pela interação social entre seus membros” (Silva, 2024, p. 34). Essa perspectiva é fundamental para reconhecer a identidade surda como parte integrante da diversidade cultural presente na sociedade.

Para a maioria dos surdos, o ambiente familiar e escolar desempenha um papel crucial na formação de sua identidade. No entanto, como a maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, há um distanciamento natural da cultura surda, que só é plenamente acessada por meio da interação com outros surdos e com a Libras, frequentemente no ambiente escolar. Como destaca Botelho (2009), “a maior parte dos

alunos surdos provém de famílias ouvintes, o que torna a escola o primeiro contato formal e estruturado com a cultura surda e com a Libras” (Botelho, 2009, p. 408). Esse contato inicial com a cultura e língua surda é essencial para o desenvolvimento de uma identidade cultural forte, capaz de promover a autonomia e a participação social desses indivíduos.

A escola, portanto, deve ser vista como um espaço de promoção da diversidade cultural e de acolhimento da cultura surda. Ela tem a responsabilidade de não apenas adaptar suas práticas pedagógicas, mas também de promover a interação intercultural entre surdos e ouvintes. Isso requer que a escola vá além da inclusão física dos alunos surdos, criando um ambiente que valorize a língua de sinais e que favoreça a participação ativa dos alunos surdos no processo educacional. Como aponta Botelho (2009), “as culturas de minorias, como a cultura surda, enfrentam dificuldades em afirmar sua identidade em espaços normativos, como a escola, que muitas vezes valoriza a homogeneidade” (Botelho, 2009, p. 409).

Ao criar um ambiente inclusivo que respeite a língua de sinais e a cultura surda, a escola contribui diretamente para o fortalecimento da identidade dos alunos surdos. A valorização dessa identidade, por sua vez, é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Como ressalta Silva (2024), “a cultura surda é um elemento essencial para que os surdos possam desenvolver plenamente sua identidade e sua subjetividade” (Silva, 2024, p. 45). Portanto, a promoção do uso da Libras no ambiente escolar e a valorização da cultura surda devem ser vistas como um direito fundamental para os alunos surdos, assegurando-lhes o desenvolvimento pleno e a participação ativa na sociedade.

Esta discussão serve como base para os demais temas explorados neste capítulo, que aprofundam a relação entre a cultura surda, o uso da língua de sinais, o ambiente escolar inclusivo, as interações interculturais e o protagonismo dos surdos na construção de sua identidade e papel social.

## **A IDENTIDADE SURDA COMO PARTE DA DIVERSIDADE CULTURAL**

A identidade surda não pode ser limitada a uma condição física, mas deve ser compreendida como parte de uma diversidade cultural rica e complexa. A surdez, longe de ser vista exclusivamente como uma deficiência, é uma característica que define uma comunidade linguística com sua própria cultura, práticas e valores. Segundo Taynan

Alécio da Silva (2024), “a identidade surda está profundamente enraizada na cultura surda, sendo formada pela língua de sinais, pelas experiências visuais e pela interação social entre seus membros” (Silva, 2024, p. 34). Essa perspectiva é fundamental para entender a identidade surda como parte integrante da diversidade cultural presente na sociedade, e não apenas como uma condição a ser corrigida ou adaptada.

A construção da identidade surda começa logo nas primeiras interações sociais, geralmente no ambiente familiar e escolar. No entanto, a maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, o que pode representar uma barreira para a formação de uma identidade cultural surda plena. Como destaca Botelho (2009), “a maior parte dos alunos surdos provém de famílias ouvintes, o que torna a escola o primeiro contato formal e estruturado com a cultura surda e com a Libras” (Botelho, 2009, p. 408). A ausência de outros surdos no ambiente familiar pode fazer com que o indivíduo tenha dificuldade em acessar a cultura surda desde cedo, o que pode comprometer o desenvolvimento de sua identidade.

Nesse sentido, a escola desempenha um papel crucial na promoção da cultura e identidade surda. O ambiente escolar deve ser um espaço de acolhimento, onde a diversidade cultural é reconhecida e valorizada. De acordo com Botelho (2009), “as culturas de minorias, como a cultura surda, enfrentam dificuldades em afirmar sua identidade em espaços normativos, como a escola, que muitas vezes valoriza a homogeneidade” (Botelho, 2009, p. 409). Ao criar um ambiente que respeite a língua de sinais e promova interações saudáveis entre surdos e ouvintes, a escola pode contribuir para o fortalecimento da identidade dos alunos surdos.

A cultura surda, como um sistema de crenças, valores e práticas, é o que permite que os surdos se reconheçam como parte de uma comunidade maior. Como afirma Silva (2024), “a cultura surda é um elemento essencial para que os surdos possam desenvolver plenamente sua identidade e sua subjetividade” (Silva, 2024, p. 45). Ao terem contato com outros surdos e com a língua de sinais, os indivíduos surdos constroem uma identidade coletiva que lhes permite participar de forma ativa na sociedade. Esse processo de construção identitária é facilitado quando a cultura surda é reconhecida e promovida nos espaços sociais e educacionais.

Além disso, a identidade surda está intrinsecamente ligada à língua de sinais. De acordo com Albuquerque e Mercado (2024), “a língua de sinais é mais do que um meio de comunicação; é um elemento essencial da identidade cultural dos surdos, que define sua

maneira de interagir com o mundo” (Albuquerque; Mercado, 2024, p. 3). Portanto, a presença de outros surdos e o uso regular da Libras no ambiente escolar são cruciais para que os alunos surdos possam desenvolver uma identidade cultural forte. O reconhecimento legal da Libras como meio oficial de comunicação, através da Lei nº 10.436/2002, é um marco importante nesse sentido, mas a sua implementação no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios, como a falta de formação de professores e de materiais pedagógicos adequados.

Em suma, a identidade surda deve ser compreendida como parte integrante da diversidade cultural presente na sociedade. Ao reconhecer e promover essa identidade, a escola não apenas contribui para o desenvolvimento pleno dos alunos surdos, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A cultura surda, com sua língua, valores e práticas, é uma parte essencial da identidade desses alunos, que deve ser respeitada e incentivada desde cedo, principalmente no ambiente escolar.

## **CULTURA SURDA E A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS**

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é o elemento central na formação da cultura e identidade dos surdos. Mais do que um simples meio de comunicação, a Libras representa a expressão mais profunda da identidade surda e da sua inserção no mundo. Como afirma Botelho (2009), “a Libras é fundamental para a construção de uma identidade saudável para os surdos, pois é por meio dela que os surdos conseguem se conectar com sua comunidade e com o mundo ao seu redor” (Botelho, 2009, p. 408). Nesse sentido, a língua de sinais é mais do que uma ferramenta de linguagem; é um instrumento cultural e identitário que possibilita a construção de subjetividades e a interação social.

A cultura surda se manifesta e se consolida na língua de sinais, pois é por meio dela que os surdos compartilham suas experiências, valores e práticas. Segundo Taynan Alécio da Silva (2024), “a cultura surda é profundamente vinculada à Libras, sendo esta o principal meio pelo qual os surdos compartilham suas experiências e participam de uma comunidade linguística e cultural” (Silva, 2024, p. 55). A língua de sinais permite que os surdos se reconheçam como parte de uma cultura que vai além da deficiência auditiva, envolvendo uma visão de mundo própria, com valores e práticas sociais únicos.

A importância da Libras é ainda mais evidente no ambiente escolar, onde ela desempenha um papel fundamental na educação e inclusão dos alunos surdos. De acordo

com Albuquerque e Mercado (2024), "a Libras deve ser considerada a primeira língua (L1) dos alunos surdos, sendo a base de toda a instrução escolar, enquanto o português escrito deve ser ensinado como segunda língua (L2)" (Albuquerque; Mercado, 2024, p. 2). Esse modelo bilíngue é essencial para garantir que os surdos tenham acesso ao conhecimento e possam participar ativamente do processo educativo, sem serem forçados a se adaptar a um modelo exclusivamente voltado para ouvintes.

No entanto, apesar do reconhecimento legal da Libras como língua oficial dos surdos no Brasil, a sua implementação no ambiente escolar ainda enfrenta obstáculos. Muitos professores e profissionais da educação não têm o preparo necessário para ensinar em Libras ou para integrar a língua de sinais ao currículo de forma eficaz. Como aponta Botelho (2009), "a falta de professores capacitados e de materiais pedagógicos adequados em Libras compromete o desenvolvimento pleno dos alunos surdos e impede que a língua de sinais seja usada de forma integrada ao ensino" (Botelho, 2009, p. 410).

Além de seu papel na educação, a Libras é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos surdos. A língua de sinais proporciona aos surdos a capacidade de pensar e se expressar de forma plena, permitindo que eles desenvolvam suas funções psicológicas superiores. De acordo com Vygotsky, citado por Botelho (2009), "a linguagem é o principal meio de mediação social e de desenvolvimento das funções psicológicas superiores" (Botelho, 2009, p. 409). Assim, o uso da Libras não apenas facilita a comunicação, mas também é essencial para o desenvolvimento do pensamento abstrato, da memória e da aprendizagem dos surdos.

Portanto, a língua de sinais é o pilar central da cultura surda, sendo responsável tanto pela construção da identidade dos surdos quanto pelo seu desenvolvimento social, cognitivo e emocional. É por meio da Libras que os surdos se conectam com sua comunidade e participam ativamente da sociedade. A promoção do uso da Libras nas escolas e em outros espaços sociais é, portanto, fundamental para a inclusão plena dos surdos, garantindo que suas especificidades culturais e linguísticas sejam respeitadas e valorizadas.

## **AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA SURDA**

O ambiente escolar inclusivo vai além da simples presença física dos alunos surdos nas escolas regulares. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que a escola reconheça,

respeite e valorize as diferenças culturais e linguísticas dos alunos surdos, especialmente no que diz respeito à sua língua e identidade. De acordo com Cátia Silene da Silva Araújo Pereira (2024), “um ambiente escolar inclusivo precisa reconhecer as especificidades dos surdos, principalmente o uso da Libras como primeira língua, garantindo que a educação ocorra de maneira bilíngue” (Pereira, 2024, p. 36). O ambiente escolar deve ser um espaço que acolha e promova a cultura surda, criando condições para que os alunos possam se desenvolver plenamente e participar de maneira ativa nas atividades escolares.

A inclusão dos surdos no ambiente escolar tem sido respaldada por legislações e políticas públicas que buscam assegurar o direito à educação para todos, independentemente de suas características. A Lei nº 14.191/2021, por exemplo, instituiu a educação bilíngue para surdos como um direito fundamental, determinando que a Libras seja usada como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2). Segundo Albuquerque e Mercado (2024), “a educação bilíngue deve ser considerada um elemento central para a inclusão de alunos surdos, pois permite que eles tenham acesso ao conhecimento em sua língua natural e possam se expressar plenamente” (Albuquerque; Mercado, 2024, p. 2).

No entanto, apesar do avanço legal, a implementação de práticas educacionais inclusivas que valorizem a cultura surda ainda enfrenta muitos desafios. Entre eles, destacam-se a falta de formação adequada dos professores, a ausência de materiais pedagógicos acessíveis em Libras e a falta de recursos para garantir que os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo de forma adaptada. Como aponta Pereira (2024), “as barreiras atitudinais, a formação docente insuficiente e a inadequação do currículo às necessidades dos alunos surdos são obstáculos recorrentes para a inclusão plena” (Pereira, 2024, p. 38). Esses fatores limitam a capacidade das escolas de proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva para os alunos surdos.

Além disso, a valorização da cultura surda no ambiente escolar exige uma mudança de paradigma na maneira como a educação é oferecida para os surdos. Em vez de adaptar os alunos à estrutura escolar tradicional, é necessário que as escolas adaptem suas práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos surdos, respeitando sua língua e identidade cultural. Isso inclui a presença de intérpretes de Libras em sala de aula, a disponibilização de materiais didáticos em formato visual e a promoção de atividades que favoreçam a interação entre surdos e ouvintes. Segundo Botelho (2009), “a escola, como espaço multicultural, deve se abrir para as diferentes culturas que a compõem,

incluindo a cultura surda, e garantir que essa diversidade seja refletida nas práticas pedagógicas” (Botelho, 2009, p. 410).

A criação de um ambiente escolar inclusivo e que valorize a cultura surda também tem um impacto significativo na formação da identidade dos alunos surdos. Quando os alunos surdos se sentem acolhidos e respeitados em sua língua e cultura, eles têm mais oportunidades de desenvolver uma identidade saudável e uma autoestima elevada. Isso, por sua vez, contribui para seu sucesso acadêmico e social. Conforme aponta Silva (2024), “os alunos surdos que frequentam escolas inclusivas, onde sua cultura e língua são valorizadas, demonstram um maior desenvolvimento acadêmico e social, além de uma identidade mais consolidada” (Silva, 2024, p. 55).

Portanto, a criação de ambientes escolares inclusivos que valorizem a cultura surda não é apenas uma questão de acessibilidade, mas também de respeito e promoção da diversidade cultural. Ao reconhecer a importância da Libras e da cultura surda no processo educacional, as escolas podem criar espaços onde os alunos surdos se sintam valorizados, respeitados e capazes de participar de forma plena e ativa. Isso representa um passo importante na construção de uma educação mais justa e inclusiva para todos.

## **RELAÇÕES INTERCULTURAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

As relações interculturais no ambiente escolar são fundamentais para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, especialmente quando se trata da convivência entre alunos surdos e ouvintes. O encontro entre essas duas culturas — a cultura ouvinte, que predomina na sociedade, e a cultura surda, que se baseia na língua de sinais e nas experiências visuais — oferece uma oportunidade única para promover o respeito à diversidade e enriquecer o processo educacional. Como afirma Botelho (2009), “a interação entre surdos e ouvintes no ambiente escolar muitas vezes não ocorre de maneira natural, sendo necessário que as escolas promovam atividades que incentivem essa convivência de forma harmoniosa e inclusiva” (Botelho, 2009, p. 409).

Essas interações interculturais, entretanto, nem sempre são fáceis. A falta de entendimento sobre a cultura surda por parte de professores, colegas e outros membros da comunidade escolar pode gerar barreiras e preconceitos, que acabam limitando a participação dos alunos surdos nas atividades escolares. De acordo com Pereira (2024), “as barreiras atitudinais e a falta de formação adequada para lidar com a diversidade

cultural são alguns dos principais desafios para a inclusão plena de alunos surdos nas escolas regulares" (Pereira, 2024, p. 36). Para superar essas barreiras, é fundamental que as escolas promovam não apenas a inclusão física dos alunos surdos, mas também a inclusão social e cultural, criando um espaço onde todos os alunos possam aprender e conviver em igualdade de condições.

Uma das principais maneiras de promover a convivência intercultural é por meio da valorização da língua de sinais como meio de comunicação oficial no ambiente escolar. A Libras, como primeira língua dos alunos surdos, deve ser respeitada e utilizada em todas as atividades escolares, de modo que os alunos surdos possam se comunicar plenamente e participar das interações sociais. Segundo Silva (2024), "a promoção do bilinguismo nas escolas, com o uso da Libras e do português escrito, é essencial para garantir que os alunos surdos possam participar ativamente do ambiente escolar e desenvolver suas habilidades linguísticas e sociais" (Silva, 2024, p. 45). Ao criar um ambiente onde as duas línguas são respeitadas e utilizadas, as escolas podem facilitar a convivência entre surdos e ouvintes e promover o entendimento mútuo entre essas duas culturas.

Além disso, a interação intercultural no ambiente escolar pode ser uma experiência enriquecedora tanto para os alunos surdos quanto para os ouvintes. Quando as escolas promovem atividades que incentivam o diálogo entre essas duas culturas, os alunos ouvintes têm a oportunidade de aprender sobre a cultura surda e desenvolver uma maior compreensão e respeito pelas diferenças. Como apontam Albuquerque e Mercado (2024), "a convivência entre surdos e ouvintes no ambiente escolar pode proporcionar uma troca de experiências valiosa, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade" (Albuquerque; Mercado, 2024, p. 3).

Por outro lado, quando as escolas falham em promover essas interações interculturais de forma adequada, os alunos surdos podem se sentir isolados e excluídos. A falta de comunicação efetiva e o desconhecimento sobre a cultura surda podem gerar mal-entendidos e preconceitos, dificultando a integração dos alunos surdos no ambiente escolar. Botelho (2009) afirma que "a escola, como espaço de socialização, deve mediar as interações entre as diferentes culturas presentes em seu interior, criando condições para que todos os alunos, surdos e ouvintes, possam conviver e aprender em igualdade de condições" (Botelho, 2009, p. 411).

Portanto, as relações interculturais no ambiente escolar são essenciais para a inclusão dos alunos surdos e para a promoção de uma educação que valorize a diversidade

cultural. Ao reconhecer e respeitar a cultura surda, promovendo o uso da Libras e incentivando a convivência entre surdos e ouvintes, as escolas podem criar um espaço onde todos os alunos possam se desenvolver de forma plena e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

## **PROTAGONISMO DOS SURDOS NA CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE E PAPEL SOCIAL**

O protagonismo dos surdos na construção de sua identidade e papel social é um elemento central na promoção de sua autonomia e no reconhecimento de sua cidadania plena. Esse protagonismo refere-se à capacidade dos surdos de serem agentes ativos no processo de construção de sua identidade, apropriando-se de sua cultura, língua e experiências, em vez de serem vistos apenas como receptores passivos de intervenções educacionais e sociais. Como observa Silva (2024), “o protagonismo dos surdos é fundamental para que eles possam construir uma identidade forte, baseada em sua cultura e língua, e assumir um papel ativo na sociedade” (Silva, 2024, p. 60).

A escola, como um dos principais espaços de socialização, desempenha um papel crucial nesse processo. É no ambiente escolar que os alunos surdos têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades de comunicação em Libras, interagir com seus pares e adquirir conhecimento sobre sua cultura e direitos. No entanto, para que isso ocorra, é essencial que as práticas pedagógicas incentivem a participação ativa dos alunos surdos, promovendo um ambiente que valorize sua autonomia e sua capacidade de tomar decisões sobre seu processo de aprendizagem. Conforme Botelho (2009), “os surdos devem ser incentivados a ocupar uma posição de liderança em seu próprio processo educacional, tomando decisões e participando ativamente das atividades escolares” (Botelho, 2009, p. 412).

Essa participação ativa também é essencial para o desenvolvimento de uma identidade social forte. Ao assumirem um papel de protagonismo, os surdos podem fortalecer sua autoestima, sentir-se valorizados e reconhecidos como membros plenos da comunidade escolar e da sociedade em geral. Esse reconhecimento é fundamental para combater os estigmas e preconceitos que muitas vezes cercam as pessoas surdas, promovendo uma visão mais positiva e inclusiva de suas capacidades. Pereira (2024) destaca que “o protagonismo dos surdos na escola e na sociedade é um fator crucial para

o desenvolvimento de uma identidade saudável, livre dos estigmas de deficiência que ainda permeiam o imaginário social" (Pereira, 2024, p. 40).

Além disso, o protagonismo dos surdos no ambiente escolar tem um impacto direto em sua inserção no mercado de trabalho e em outras esferas da vida social. Ao desenvolverem habilidades de liderança, autonomia e comunicação, os alunos surdos estão mais bem preparados para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e para exercer sua cidadania de maneira plena. Albuquerque e Mercado (2024) afirmam que "a promoção do protagonismo dos surdos nas escolas é essencial para que eles possam desenvolver as competências necessárias para uma participação ativa e plena na sociedade, tanto no campo profissional quanto no social" (Albuquerque; Mercado, 2024, p. 4).

O reconhecimento do protagonismo dos surdos também está diretamente ligado ao respeito por sua língua e cultura. Ao valorizar a Libras como meio de instrução e comunicação, e ao promover atividades que incentivem a liderança e a participação dos alunos surdos, as escolas contribuem para a construção de uma identidade cultural e social forte. Botelho (2009) ressalta que "a valorização da língua de sinais e da cultura surda no ambiente escolar é fundamental para que os surdos se vejam como protagonistas de sua própria história, e não como indivíduos que precisam se adaptar aos padrões ouvintes" (Botelho, 2009, p. 413).

Em suma, o protagonismo dos surdos na construção de sua identidade e papel social deve ser incentivado desde o ambiente escolar, proporcionando a eles as ferramentas e oportunidades necessárias para que se desenvolvam de maneira autônoma e plena. As escolas têm a responsabilidade de criar espaços onde os alunos surdos possam expressar sua cultura, língua e identidade, assumindo uma posição de liderança em seu próprio processo de aprendizagem e nas decisões que afetam suas vidas. Esse protagonismo é essencial não apenas para o desenvolvimento individual dos surdos, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção da identidade surda e sua participação no ambiente escolar representam pilares fundamentais para a inclusão e o respeito à diversidade cultural. Ao

longo deste capítulo, exploramos como a surdez vai além de uma condição física e se define como parte de uma rica e complexa comunidade cultural e linguística. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) surge como o principal elo entre os surdos e sua comunidade, e seu uso adequado no ambiente escolar é crucial para a formação de uma identidade forte e autônoma.

É no ambiente escolar que os surdos encontram, muitas vezes pela primeira vez, a oportunidade de se conectar com outros membros da comunidade surda e desenvolver plenamente suas habilidades comunicativas e sociais. Contudo, como discutido, o acesso à cultura surda e à Libras no espaço escolar ainda enfrenta desafios, que vão desde a falta de formação adequada dos professores até a ausência de materiais pedagógicos em Libras.

Promover a valorização da cultura surda e garantir um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo são passos essenciais para o sucesso acadêmico e social dos alunos surdos. A criação de espaços educacionais que respeitem e promovam a língua de sinais, assim como a interação intercultural entre surdos e ouvintes, contribui não apenas para a formação de uma identidade surda saudável, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao encorajar o protagonismo dos surdos no ambiente escolar, fornecemos a eles as ferramentas necessárias para que possam se tornar agentes ativos na construção de sua própria identidade e papel social. Este protagonismo não apenas fortalece a autoestima dos alunos surdos, mas também os prepara para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da vida em sociedade de maneira autônoma e confiante.

Portanto, ao valorizar a cultura surda, promover a Libras no ambiente escolar e incentivar a participação ativa dos alunos surdos, estamos contribuindo para uma educação que respeita a diversidade e reconhece o direito de todos à plena participação social. A inclusão dos surdos no sistema educacional não deve ser vista como um favor, mas como um direito fundamental, e a promoção de um ambiente que valorize essa inclusão é o caminho para uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todos.

## **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, Mariá Rêgo Tenório de; MERCADO, Elisangela Leal de Oliveira. **O papel do ambiente escolar e familiar no desenvolvimento e inclusão de um estudante surdo.** Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES, v. 28, n. 58, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26694/rles.v28i58.4895>.

BOTELHO DE PAULA, Liana Salmeron. **Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 15, n. 3, p. 407-416, 2009.

Brasil. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino independente e outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm). Acesso em: 23 dez. 2024.

PEREIRA, Cátia Silene da Silva Araújo. **Inclusão escolar: caminhos para uma educação de surdos com equidade.** Revista Inclusão Educacional, v. 7, n. 3, 2024.

SILVA, Taynan Alécio da. **A formação da identidade do indivíduo surdo: considerações sobre a importância da cultura surda.** 2024. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

## **Capítulo 2 - O DIREITO À ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE PARA AS COMUNIDADES SURDAS**

**Ocimara dos Anjos Tedesco**

Bacharela em Saúde pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

Ocimaratedesco18@gmail.com

**Luana Siqueira**

Bacharela em Saúde pela Universidade Federal do Oeste do Pará. **Email:**

siqueirabarrosluana@gmail.com

**Thaisy Bentes**

Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Mestra em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília. Graduada em Letras,

Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Luterana do Brasil.

thaisy.souza@ufopa.edu.br.

**Debora Rocha Abreu**

Mestranda em Direito das Migrações Transnacionais, Universidade do Vale do Itajaí em

conjunto com a e Università degli Studi di Perugia. Graduada em Direito. Advogada.

deborarochadeabreu@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

A comunidade surda é uma minoria linguística e cultural que, muitas vezes, encontra obstáculos para realizar o atendimento eficaz quando precisa acessar os serviços na área da saúde. Uma das preocupações frequentemente levantadas pela comunidade surda é a escassez de oportunidades para obter informações pertinentes

sobre prevenção, tratamento e assistência à saúde relacionadas à sua condição específica (Magalhães, 2019).

Diante desse cenário, a formação dos profissionais de saúde ainda é considerada insuficiente, uma vez que não aborda competências e habilidades relacionadas ao cuidado à saúde da pessoa surda e não os familiariza com as especificidades linguísticas e culturais das comunidades surdas.

O objetivo deste estudo é explorar, por meio da análise da literatura existente, os desafios enfrentados por pessoas surdas ao lidarem com os serviços de atenção básica à saúde e as dificuldades que possam surgir durante o atendimento.

Os objetivos específicos, se resumem em identificar as estratégias mais empregadas por profissionais da saúde para mitigarem as barreiras de comunicação com as pessoas surdas. E refletir sobre a necessidade de inclusão educacional de pessoas surdas no Brasil.

As perguntas que norteiam este estudo incluem: quais são as dificuldades e obstáculos enfrentados no atendimento ao surdo no sistema de saúde, com base em textos publicados nos anos de 2010 a 2021? Como tem ocorrido a inclusão educacional da população surda no Brasil, conforme a legislação vigente? E quais estratégias podem ser usadas na assistência ao surdo na área de saúde para melhorar sua inclusão social?

É crucial reconhecermos a qualidade de vida das pessoas surdas como uma questão de extrema importância em nossa sociedade, uma vez que eles frequentemente são negligenciados pelas políticas públicas de saúde.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, estabelece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua oficial da comunidade surda. Desta forma, as instituições públicas e as empresas prestadoras de serviços de saúde têm a responsabilidade de promover e assegurar o atendimento e o tratamento adequados às pessoas com surdez, em conformidade com lei vigente.

Posteriormente, no ano de 2015, foi promulgada a Lei n. 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garantindo a participação dos surdos na elaboração de políticas públicas destinadas a eles.

Desta forma, torna-se essencial a abordagem da inclusão dos surdos na área da educação, seja com a escolarização dos alunos surdos desde a infância, seja com a

necessidade de capacitação dos professores para que tenham formação em Libras e possam, na abordagem com o aluno surdo, tornar o ensino-aprendizagem eficaz.

## **1. ALGUMAS CONCEITUAÇÕES (DES)NECESSÁRIAS**

O direito à saúde do Surdo é regido pela Constituição Federal de 1988, que apoia as pessoas com deficiência, para a área da saúde, além de ações preventivas de serviços especializados em reabilitação e habilitação e os programas específicos de saúde voltados para este público (Aragon, et al., 2015).

A partir das lutas e movimentos das comunidades surdas, foi promulgado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002, garantindo o direito à saúde dos Surdos ou com deficiência auditiva de forma inclusiva, determinando que seja organizado o atendimento a esse público na rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS e que as instituições públicas e a sociedade, de modo geral, proporcionem os meios para que a inclusão social se estabeleça efetivamente de modo prático.

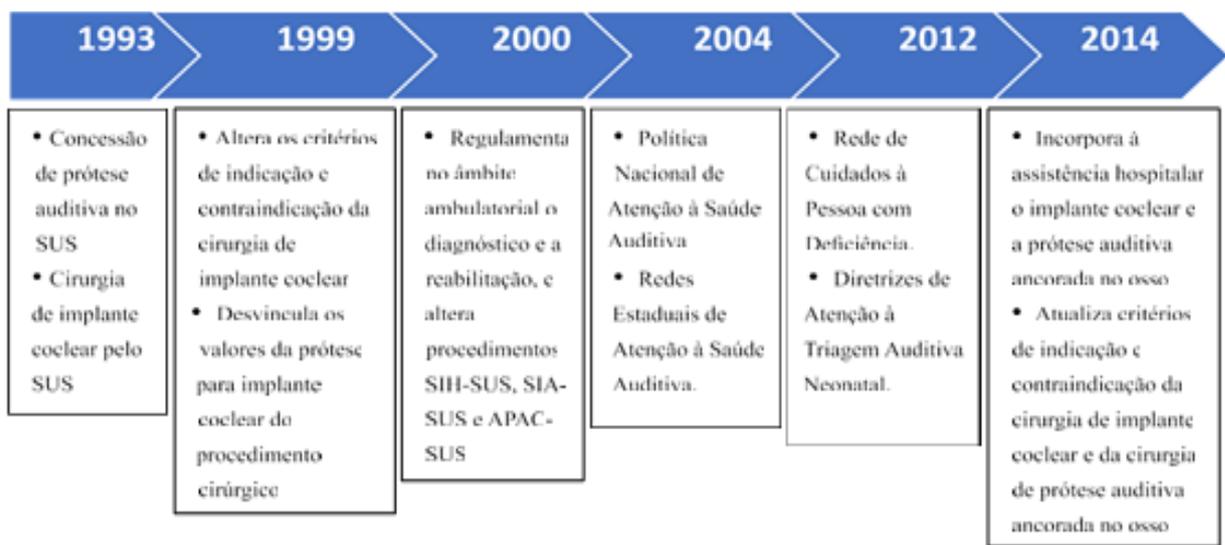
Neste cenário, oportuno salientar a importância do disposto no Art. 3º da Lei Federal nº 10.436/02: “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (MEC, 2002, p.15).

Ainda em relação às políticas públicas, o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, que incluiu os procedimentos de reabilitação ambulatorial e hospitalar no SUS, regulamentando a concessão de órteses e próteses. Na Figura 1 abaixo, é possível observar que o SUS define o tratamento da deficiência auditiva e surdez a partir de 1993, com objetivo à inclusão para a assistência e a reabilitação da função auditiva de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI) e cirurgia de implante coclear. Posteriormente, no ano de 1999, verificamos a edição de duas normas que apenas regulamentam os critérios para a prescrição das ações clínico-terapêuticas mantendo a concepção orgânico-biológica como centro da política pública.

Em 2000, a regulamentação, no âmbito ambulatorial, do diagnóstico, adaptação com o direcionamento de recursos financeiros para o diagnóstico e a concessão de AAS e terapia fonoaudiológica com ações de saúde auditiva na atenção básica eram realizados

esporadicamente. Em 2004, foi instituída a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (PNASA), visando o desenvolvimento de estratégias de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em todos os níveis. A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), formada em 2012, tem como diretrizes a garantia de autonomia e independência às pessoas com deficiência, visando o acesso e a qualidade dos serviços. No mesmo ano, foi desenvolvida a Triagem Auditiva Neonatal, cujo objetivo é identificar precocemente a deficiência auditiva em neonatos, encaminhando-os para diagnóstico e intervenções subsequentes. As políticas de 2014 também seguem uma abordagem orgânico-biológica para a reabilitação da função auditiva no SUS. As diretrizes gerais ampliam e incorporam procedimentos para a atenção especializada e cirurgia de implante coclear, além de estabelecerem critérios de indicação e contra-indicação da cirurgia de prótese auditiva nos serviços habilitados pelo SUS (Soleman, et al., 2021).

**Figura 1.** Linha do tempo do Sistema Único de Saúde (SUS) da deficiência auditiva/surdez.



**Fonte:** Soleman, et al., (2021).

É esta a base de inclusão da pessoa surda na política pública de saúde.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão da literatura com abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2010), a abordagem qualitativa é uma forma de analisar e interpretar aspectos de forma mais profunda, descrevendo a complexidade do

comportamento humano, tais como subjetividade, crenças, valores, opiniões, fenômenos e hábitos, auxiliando em análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento, o que é comprovado pela pesquisa qualitativa, baseada nos processos e significados (Minayo, 2008, p.57).

As pesquisas foram conduzidas nas seguintes plataformas de busca eletrônica avançada: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando os descritores "Surdos, saúde e assistência". Essas plataformas foram escolhidas por reunirem referências essenciais para a elaboração de pesquisas científicas em diversas áreas, sendo a BVS uma base de dados importante devido ao seu enfoque na saúde. E este levantamento bibliográfico abrangeu textos publicados no período de 2010 a 2021.

As buscas foram realizadas em três etapas. Na primeira etapa, foram utilizados os descritores "Surdos e Saúde" na base de dados SciELO, sendo encontrados 59 resultados, dos quais 8 artigos relacionados ao tema foram selecionados e detalhados na Tabela 1. Na segunda etapa, na BVS, foram utilizados os descritores "Surdos, saúde e assistência" com filtros específicos. Foram encontrados 16 resultados, dos quais apenas 03 foram selecionados na Tabela 1, excluindo os 13 textos restantes por duplicação, idioma inglês e indisponibilidade para leitura. Por fim, na terceira etapa no Google Acadêmico, foram localizados 04 textos de interesse que não estavam disponíveis nas plataformas anteriores, utilizando os mesmos descritores "Surdos, saúde e assistência".

A seleção dos artigos foi realizada por meio de uma leitura sistemática, priorizando a relevância nos títulos, seguida pelos resumos e, por fim, pela revisão do texto completo.

**Tabela 1:** Textos selecionados

<b>Textos</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor/es</b>	<b>Plataforma</b>
01	2021	Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo?	SOLEMAN, Carla; BOUSQUAT, Aylene	SciELO
02	2020	Meu Sonho É Ser Compreendido”: Uma Análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde	PEREIRA, Antônio Augusto Cláudio et al.	SciELO
03	2020	Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos Surdos.	MAZZU- Nascimento, Thiago et al.	SciELO
04	2017	Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo	GOMES, Letícia Ferreira et al.	SciELO

05	2015	Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença	OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de et al.	SciELO
06	2015	Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos Surdos	OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de, CELINO, Suely Deysny de Matos e COSTA Gabriela Maria Cavalcanti	SciELO
07	2013	Desafios da prática do acolhimento de Surdos na atenção primária.	TEDESCO, Janaina dos Reis e JUNGES, José Roque	SciELO
08	2010	Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido.	BISOL, Cláudia e SPERB, Tania Mara	SciELO
09	2019	Validação de tecnologia em libras para educação em saúde de Surdos.	MAGALHAES, Isabella Medeiros de Oliveira et al.	BVS
10	2018	Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário Surdo.	SOARES, Imaculada pereira et al.	BVS
11	2017	Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência.	NOBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, R. J. S.	BVS
12	2016	A percepção do Surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde.	PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre.	Google Acadêmico
13	2019	A dificuldade no atendimento médico às pessoas surdas.	COTTA, Bruna Stefane Silva et al.	Google Acadêmico
14	2016	Atendimento aos Surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos.	NEVES, Dayane Bevilaqua; FELIPE, Ilana Mirian Almeida; NUNES, Serlyjane Penha Hermano.	Google Acadêmico
15	2015	Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda.	NASCIMENTO, Gicélia Barreto; FORTES, Luciana de Oliveira; KESSLER, Themis Maria.	Google Acadêmico

Fonte: as autoras (2024).

Os textos selecionados a partir da leitura dos títulos compreendem trabalhos de acesso livre e disponíveis em português.

### **3. DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ATENDIMENTO À SAÚDE DO SURDO**

Alguns dos autores com destaques no tema, como Cavagna (2017), foram importantes para analisar as vivências no sistema de saúde. A autora Martins (2010) descreveu a importância da relação entre educação e inclusão de Surdos, enquanto Mori e Sander (2015) relatou a inclusão dos Surdos na prática. Neves, Felipe e Nunes (2016) descreveram a importância do atendimento aos Surdos na área da saúde, enquanto Oliveira, et al., (2016) explorou a comunicação entre Surdos e profissionais de enfermagem durante o atendimento. Oliveira, et al., (2019) demonstrou como um aplicativo pode integrar os Surdos na educação e no atendimento em saúde.

Os estudos de Pires, et al., (2016) foram importantes, pois demonstraram a percepção deste sobre o atendimento nos serviços de saúde. Os estudos de Soleman, et al, (2021) verificaram a importância da deficiência auditiva no SUS, e Tedesco, et al., (2013) abordou os desafios da prática do acolhimento de Surdos na atenção primária. Além disso, os sites da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde foram fundamentais para a fundamentação teórica deste trabalho.

A análise dos textos revelou que as dificuldades enfrentadas pelos Surdos no cotidiano são variadas e ocorrem em diferentes contextos e situações, como destacado nos estudos de Soleman, et al, (2021), e na sua maioria, estão relacionadas à barreira comunicacional entre os Surdos e os profissionais de saúde, o que compromete o diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde (Gomes et al., 2017).

Os obstáculos tornam-se ainda mais preocupantes quando uma comunicação inadequada pode comprometer o diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde do paciente. Através de uma comunicação efetiva, o profissional entenderá o que o paciente expressa e poderá ajudá-lo a reconhecer e enfrentar seus problemas de saúde. Em algumas consultas, os pacientes Surdos podem não compreender seus problemas de saúde ou os motivos que levaram à prescrição de determinados medicamentos (Nobrega, et al., 2017).

A formação para um atendimento mais eficiente à saúde da pessoa surda é baseada na comunicação efetiva, que é o alicerce para a interação entre essas pessoas e os profissionais de saúde e deve ser por meio da Libras, como destacado nos estudos de Oliveira (2015). No entanto, o número de profissionais da saúde que dominam a Libras é reduzido (Oliveira, 2015), e os cursos e especializações nesse sentido ainda são pouco

difundidos e de difícil acesso em muitos locais, o que dificulta o processo de atendimento para os Surdos que não têm acompanhantes e dependem unicamente de si mesmos para irem às consultas.

Desse modo, os profissionais de saúde que não possuem preparo para se comunicar por meio da Libras buscam outras formas de interação com os usuários surdos, como, por exemplo, por meio da escrita, gestos ou leitura labial (Pires, et al., 2016). Para superar esses obstáculos de comunicação, é necessário buscar mecanismos que garantam um entendimento mútuo e ofereçam uma assistência de qualidade. A Libras promove uma competência aos profissionais de saúde no que diz respeito ao entendimento e à comunicação eficiente com essa população (Cavagna et al., 2017).

A interação profissional-paciente envolve processos complexos e faz uso de ferramentas verbais e não verbais para facilitar a troca de informações e promover um entendimento e comunicação eficazes entre ambos os indivíduos (Pereira et al., 2020), além de outras estratégias, a depender do caso concreto.

A leitura labial é uma estratégia de comunicação frequentemente utilizada pelos Surdos, sendo um recurso empregado em diversas situações do cotidiano (Oliveira, 2015). No entanto, a linguagem escrita representa uma dificuldade adicional, pois muitos Surdos não são alfabetizados em Língua Portuguesa, que é uma língua secundária para eles. Em situações como casos de violência, transtornos mentais ou afecções relacionadas à sexualidade do paciente, a leitura labial mostra-se menos eficaz, uma vez que pode aumentar os erros de interpretação.

A tecnologia também é um recurso eficaz para facilitar a comunicação entre Surdos e ouvintes, promovendo a transformação social (Oliveira et al., 2019). Por meio de recursos tecnológicos disponíveis, os profissionais podem optar pelo uso de materiais validados, desenvolvidos por grupos compostos por Surdos fluentes em Libras e profissionais intérpretes para auxiliar nas atividades de educação em saúde para a população surda (Magalhães, 2019).

Algumas estratégias para minimizar as barreiras de comunicação dos Surdos incluem o auxílio de um membro da família ou amigo durante a consulta. No entanto, muitos relatam que as informações são transmitidas de forma parcial e que são privados de informações sobre sua saúde ou doença, prejudicando sua autonomia. Embora o acompanhante possa ajudar durante a consulta, em alguns casos, isso pode atrapalhar o

Surdo e deixá-lo passivo, interferindo na relação entre o profissional e o paciente (Pires, et al., 2016).

Uma minoria recorre aos serviços particulares de interpretação, pois podem ser financeiramente inviáveis. Muitos relatam o despreparo dos profissionais ouvintes para lidar com a Libras, ou a ausência de intérpretes nos serviços de saúde, o que leva os Surdos a recorrerem à escrita para viabilizar o atendimento. Portanto, gestos e mímicas são sinais de comunicação não verbais fundamentais que podem auxiliar nas dificuldades comunicativas durante a consulta.

No estudo de Pereira (2020) sobre a perspectiva dos Surdos em relação à presença de acompanhante durante os atendimentos, 72,8% dos participantes referiram a importância de levar alguém consigo nas consultas para facilitar o entendimento. Existe a necessidade desse indivíduo para garantir a segurança do Surdo paciente diante das recomendações do tratamento, atuando como um interlocutor durante a consulta, mas quando os assuntos são mais particulares, o Surdo se sente constrangido.

Esse mecanismo oferece um acolhimento efetivo e está em consonância com os princípios bioéticos de um atendimento eficaz, que respeita a individualidade e autonomia do Surdo, tendo como foco o paciente de forma integral. Segundo o Código de Ética da Medicina<sup>1</sup>, no capítulo IV, artigo 24, é vedado ao médico deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo. O intérprete de Libras pode auxiliar os profissionais a promoverem a autonomia do Surdo durante o atendimento.

Neste contexto, é crucial dar uma atenção especial à presença de uma pessoa auxiliar e à atribuição a ela da responsabilidade de garantir uma comunicação assertiva entre o profissional e o paciente, a fim de verificar sua eficácia e identificar áreas de melhoria.

Outra descoberta sugere que a contratação de profissionais intérpretes para fazer parte das equipes de saúde poderia auxiliar nas consultas, reduzindo a necessidade de um familiar ou amigo acompanhar o Surdo durante as consultas e evitando constrangimentos (Nascimento, Fortes e Kessler, 2015; Gomes et al., 2017). Além disso, Nascimento (2015) observa que quando o intérprete está presente durante a consulta, é importante que a fala e a atenção estejam voltadas para o usuário, não para o intérprete, e que os profissionais

---

<sup>1</sup> Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica. Resolução CFM no 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas resoluções CFM no 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília; 2018. p. 1-12.

devem evitar o uso de termos técnicos difíceis de traduzir, sempre verificando se os Surdos estão compreendendo.

De acordo com Nascimento, Fortes e Kessler (2015), a Libras é um dos recursos menos empregados entre as estratégias utilizadas pelos profissionais de saúde, pois essa disciplina é oferecida apenas como optativa na maioria dos cursos de graduação, sendo obrigatória somente nos cursos de fonoaudiologia e licenciatura (Mazzu, et al., 2020). Conforme descrito nos resultados do gráfico 1, menos de um quinto dos profissionais da área da saúde possui algum conhecimento em Libras, constatando-se que a maioria não possui nem mesmo o conhecimento básico desse idioma, o que evidencia a falta de preparo dos profissionais de saúde para atender pacientes Surdos de maneira adequada.

A língua de sinais<sup>2</sup> é uma parte fundamental da identidade da comunidade surda e deve ser reconhecida por todos os profissionais de saúde. Diversos estudos defendem a inclusão da Libras nos currículos de todos os cursos da área da saúde. A Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior (CNE/CES), de 20 de junho de 2014, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, definindo que os profissionais de saúde devem apresentar uma comunicação no mínimo adequada, abrangendo aspectos verbais e não verbais, além de habilidades de escrita e leitura.

Embora a maioria dos profissionais relate algum desconforto no atendimento ao paciente surdo (Nobrega, et al., 2017), alguns profissionais podem abordá-lo como qualquer outro indivíduo com dificuldade de comunicação. É sugerido que seja necessário utilizar um intérprete durante o atendimento, visto que este é o profissional habilitado para promover a comunicação eficaz durante a consulta (Pereira et al., 2020). Alguns participantes expressaram o desejo de falar diretamente com os profissionais de saúde, sem a participação de mais uma pessoa durante a consulta, enquanto outros mencionaram ter deixado de ir ao médico algumas vezes por não ter um acompanhante ou intérprete disponível para auxiliá-los no momento da consulta (Cotta, 2019; Nascimento, Fortes e Kessler, 2015).

---

<sup>2</sup> As línguas de sinais são aquelas línguas gestuais-visuais que se caracterizam pelo uso das mãos, dos olhos, do rosto, da boca, enfim, do corpo todo. Elas são compostas por cinco parâmetros (configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão facial/corporal) que a distingue das línguas oral-auditivas. As línguas de sinais representam a resposta criativa das pessoas surdas para a experiência visual da surdez (Strobel, 1995, p.1).

Alguns profissionais podem não compreender as particularidades dos Surdos e não perceber que o atendimento deve ser individualizado e requer paciência (Cotta, 2019). Isso pode ser atribuído à pressão das filas e à necessidade de atender toda a demanda do sistema SUS, o que pode dificultar um atendimento mais integral e completo.

Os Surdos frequentemente experimentam sentimentos como angústia, medo, insegurança e impaciência durante as consultas, consequência do despreparo dos profissionais para lidar com essa clientela. Quanto menos os profissionais de saúde sabem sobre seus pacientes, maiores são os desconfortos ao lidar com eles. A falta de compreensão das particularidades dos Surdos relacionadas ao déficit sensorial impossibilita uma conexão com esses indivíduos em aspectos culturais, simbólicos e sociais, importantes para o cuidado.

Dessa forma, as mensagens breves são mais facilmente compreendidas, pois utilizam recursos visuais que incluem sinais universais, como expressões faciais para indicar dor, mas exigem esforço para uma compreensão completa. Por vezes, recorrer à assistência de terceiros por telefone pode ser uma estratégia para explicar a prescrição de medicamentos. Para muitos Surdos, o domínio da língua portuguesa escrita é desafiador, assim como o acesso ao sistema educacional. Portanto, estratégias de comunicação que facilitem a compreensão e o acesso aos cuidados são essenciais.

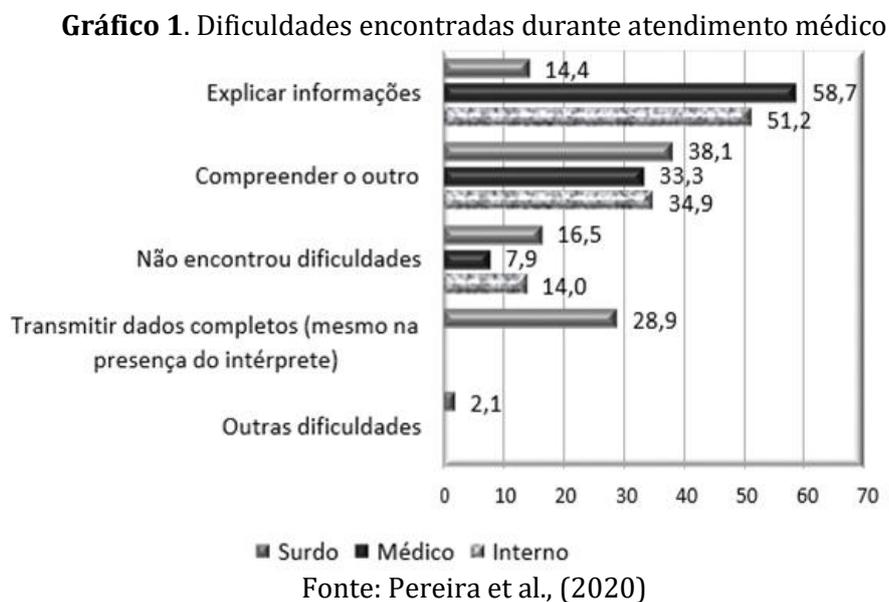
Por essa razão, é crucial contar com profissionais capacitados nesses aspectos, pois isso reduzirá possíveis barreiras. Estratégias simples, como o uso de um painel visual no serviço, a distribuição de senhas e a comunicação entre a recepção e os profissionais para informar sobre a presença de um Surdo na sala de espera, são de grande valia para facilitar o acesso aos serviços de saúde. A seguir, serão apresentadas sugestões para a assistência à pessoa surda, que podem ser implementadas nos pontos de atenção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (Pires, et al., 2016).

Melhorar a assistência nos serviços de saúde exige que o Governo promova a acessibilidade, incluindo a presença de intérpretes de língua de sinais ou profissionais capacitados. Neste contexto, em 2014, os municípios de Juazeiro do Norte e Fortaleza iniciaram um programa de interpretação de Libras para atendimento aos Surdos. Segundo o Ministério Público do Ceará, em 2016, foi inaugurada uma central de auxílio aos Surdos (Nobrega, et al., 2017).

Investir na formação desses profissionais é crucial para assegurar comunicação eficaz e interação contínua com os surdos durante os atendimentos.

De acordo com um estudo sobre o atendimento aos Surdos, seis profissionais de saúde, sendo quatro (66,7%) internos e dois (33,3%) médicos, afirmaram sentir desconforto e insegurança no atendimento aos Surdos. Quarenta e nove participantes, sendo 24 internos (49%) e 25 médicos (51%), apesar das dificuldades na comunicação, mantiveram-se seguros no atendimento. Vinte e dois indivíduos do núcleo de medicina, sendo seis internos (27,2%) e 16 médicos (72,7%), relataram sentir-se confortáveis.

O Gráfico 1 apresenta as dificuldades encontradas durante o atendimento, conforme a visão dos profissionais de saúde e dos participantes Surdos.



A maior dificuldade identificada foi em explicar informações sobre a doença, tratamento terapêutico e esclarecimentos gerais sobre o uso de medicamentos. Em relação à dificuldade de compreensão mútua, 33,3% (21) dos médicos e 34,9% (15) dos internos relataram ter muitas dificuldades em entender o paciente, enquanto 38,1% (37) dos Surdos afirmaram ter dificuldades em entender o que o profissional quer dizer.

Outra dificuldade relatada pelos Surdos está relacionada à segurança para seguir o tratamento terapêutico proposto pelo profissional de saúde. Dos Surdos entrevistados, 55,5% (45) afirmaram que deixaram de ir ao médico por medo de não serem compreendidos e, conseqüentemente, não receberem o tratamento adequado para aliviar sintomas como dor, desconforto ou angústia. Além disso, 72,8% (59) mencionaram que é comum para eles levarem acompanhantes às consultas médicas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou questões emergentes de atendimentos básicos a surdos, em particular a relação entre os profissionais de saúde e os surdos por meio das perspectivas de ambos, a partir de trabalhos produzidos entre os anos de 2010 até 2021 sobre surdez, saúde e assistência. Uma das percepções advindas das análises realizadas é que os profissionais médicos e outros da área da saúde parecem não compreenderem integralmente todas as consequências da falta e a falha de comunicação com os indivíduos surdos. Ao agirem de maneira distante e ausente, deixam de contribuir para a inclusão desses sujeitos e oferecer um atendimento adequado, eficaz e bem conduzido.

Para os Surdos, uma das bases do atendimento humanizado e integral em saúde é a possibilidade de relação direta entre o profissional e o paciente por meio de uma comunicação eficaz, facilitada pelo conhecimento do profissional sobre a língua principal do paciente ou pela mediação de profissionais intérpretes que possam promover essa interação. Muitos apontam essa falta de comunicação como o principal obstáculo para a compreensão de suas necessidades.

Alguns profissionais de saúde mostram maior sensibilidade ao sofrimento dos surdos durante os atendimentos, mas relatam dificuldades, angústias e inseguranças ao lidar com essa demanda. O principal problema é a falta de preparo e formação adequada, incluindo o aprendizado de Libras e a escassez de profissionais especializados, como Tradutores e Intérpretes de Libras, para atenderem essa população.

Além disso, falta integração no cuidado que vai além de tratar a surdez como patologia. Expor os acadêmicos de saúde a situações reais de vulnerabilidade dos surdos, além das questões patológicas, é fundamental para desenvolver suas habilidades e capacidades na assistência eficiente a esse grupo.

Outra abordagem seria a inclusão da prática de atendimento à comunidade surda nos currículos acadêmicos dos cursos de formação de profissionais da saúde, além da capacitação em Libras.

Por fim, a análise de conteúdo dos artigos revelou a complexidade do contexto de atendimento e as diversas situações desafiadoras que envolvem a relação dos profissionais de saúde com o bem-estar e a qualidade de vida dos surdos.

O estudo destaca a importância de um planejamento interdisciplinar na saúde para assegurar a acessibilidade aos surdos, incluindo a formação de profissionais em Libras e

a contratação de intérpretes qualificados. Essas ações visam garantir assistência integral, promover a inclusão e adotar tecnologias digitais para interpretação e tradução entre Libras e Português nos serviços de saúde.

## 5. REFERÊNCIAS

ARAGON, Carmelina Aparecida; SANTOS, Isabela Bagliotti. **Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização**. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em 21.set.2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em 21.set.2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146/2015, 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 21.set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Portaria n. 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a rede de cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do sistema único de saúde. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793\\_24\\_04\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html)>. Acesso em 21.set. 2024.

CAVAGNA, Vitor Machado et al. **O paciente surdo e suas vivências no sistema de saúde: uma interface com a enfermagem**. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 80, n. 18, p. 33-39, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica. Resolução CFM n. 2.217, de 27 de setembro de 2018**, modificada pelas resoluções CFM n. 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília, 2018.

COTTA, Bruna Stefane Silva et al. **A dificuldade no atendimento médico às pessoas surdas**. Revista Interdisciplinar Ciências Médicas, v. 3, n. 1, p. 3-9, 2019.

GOMES, Letícia Ferreira et al. **Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo**. Revista Brasileira de Educação Médica [online], v. 41, n. 4, out./dez. 2017.

MAGALHAES, Isabella Medeiros de Oliveira et al. **Validação de tecnologia em libras para educação em saúde de surdos**. Acta Paul. Enferm., São Paulo, v. 32, n. 6, p. 659-666, nov./dez. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Mônica Astuto Lopes. **Relação professor surdo/alunos surdos em sala de aula: análise das práticas bilíngues e suas problematizações**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2010.

MAZZU-NASCIMENTO, Thiago et al. **Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos**. Audiology Communication Research [online], v. 25, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social – Teoria e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. **História da educação dos surdos no Brasil. Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá, v. 2, 2015.

NASCIMENTO, Gicélia Barreto; FORTES, Luciana de Oliveira; KESSLER, Themis Maria. **Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda**. Saúde (Santa Maria), v. 41, n. 2, p. 241-250, 2015.

NEVES, Dayane Bevilaqua; FELIPE, Ilana Mirian Almeida; NUNES, Serlyjane Penha Hermano. **Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos**. Infarma, Brasília, v. 28, n. 3, p. 157-165, 2016.

NOBREGA, Juliana Donato; MUNGUBA, Marilene Calderaro; PONTES, Ricardo José Soares. **Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 30, n. 3, 2017.

OLIVEIRA, Efigênia Cristina Pereira de; ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. **Comunicação do profissional de enfermagem com o deficiente auditivo**. Revista de Divulgação Científica Sena Aires, v. 5, n. 1, p. 30-38, 2016.

OLIVEIRA, Josias P. et al. **A utilização do aplicativo Hand Talk como ferramenta de apoio aos professores de ciências na educação inclusiva**. Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação, v. 5, n. 1, p. 14, 2019.

PEREIRA, Antônio Augusto Cláudio et al. **“Meu Sonho É Ser Compreendido”: Uma Análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 44 (4), 2020.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. **A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde**. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 5, n. 1, 2016.

SOARES, Imaculada Pereira et al. **Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 32, out. 2018.

SOLEMAN, Carla; BOUSQUAT, Aylene. ***Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo?*** Cadernos de Saúde Pública, v. 37, 2021.

TEDESCO, Janaina dos Reis; JUNGES, José Roque. ***Desafios da prática do acolhimento de surdos na atenção primária.*** Cadernos de Saúde Pública, v. 29, p. 1685-1689, 2013.

**Capítulo 3 - LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:  
UMA EXPERIÊNCIA DA DOCENTE SURDA E ALUNOS OUVINTES COMO O  
APRENDIZADO DA DISCIPLINA NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO/UFSC**

**Geisielen Santana Valsecchi**

Pós-doutorado em Linguística do PPGL/UFSC; Doutora em Educação do PPGE/UDESC.

Docente de Libras/L1 e L2 no Colégio de Aplicação/UFSC

geisielenvalsechi@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo desta experiência profissional, sendo como professora e pesquisadora deste trabalho foi analisar o processo de implantação do ensino de Libras nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da localizada Colégio de Aplicação/UFSC, com a perspectiva da importância da criação da disciplina de Libras como L2 em todo o país. Esta inserção deu-se na referida unidade escolar após a aprovação de dois novos colaboradores federais por meio de concurso público, com o cargo de Professora de Libras, e uma professora foi transferido o instituto pra cá. Atualmente, o Colégio de Aplicação/UFSC tem três professores Surdos, sendo empoderamento de papel Surdos na Educação Básica como sendo ocupando do espaço da escola inclusiva. Então, sendo eu, autora deste artigo.

Vale lembrar que anteriormente a disciplina de Libras/L2 não existia na grade, e nem mesmo em outras escolas nacionais. Portanto após minha efetivação, surge a necessidade da criação e conseqüente implantação de tal disciplina. E assim, eu e meu colega iniciamos a pesquisa de modelos curriculares existentes da disciplina de Libras como L2 para ouvintes, mas sem sucesso, visto a sua inexistência até mesmo em outras esferas (como municipais e estaduais), então eu e meu colega passamos a desenhar este currículo diante da necessidade urgente e local. Nesse sentido, acompanhei o ano letivo de demais profissionais desta área, nas quais foram discutidas e elaboradas propostas curriculares.

Como também, após a criação da disciplina, observei a aceitação e os resultados das aulas de Libras/L2 de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além do desenvolvimento do aprendizado - das crianças ouvintes - com a nova língua. Tudo isso provando a importância do trabalho realizado e o envolvimento dos alunos no processo do ensino da Língua de Sinais na modalidade visual para aos alunos ouvintes de 1º à 6º ano, tendo em mente a construção permanente de uma escola que valorize o conhecimento, que seja um espaço de convívio democrático e que prepare a todos para a inserção na vida social. O contexto principal para realização deste trabalho foi o Colégio de Aplicação na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, analisadas as observações dos participantes dentro do espaço escolar, especialmente em espaços de aprendizado da Libras/L2 pelos alunos ouvintes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Partindo de leituras e investigações preliminares, pode-se perceber as experiências compartilhadas dentro da comunidade escolar do Colégio de Aplicação/UFSC. Acreditamos no valoroso papel do currículo em tal processo, pois esse colégio vem ganhando pelo ensino e implementação do currículo a Libras/L2, e, por fim, pela prática que o currículo ganha vida. O estudo teórico, intitulado a criança e a língua, é possível alfabetizar em Libras/L2? Foi elaborado ao pensar nesta proposta e o porquê devo ensinar esta língua para as crianças ouvintes. Mas sempre tendo em vista a vantagem da estimulação do aprender de forma mais acessível, em busca de abordagens comunicativas para o novo aprendizado, desenvolvendo estratégias para superar os desafios do papel de professor no ensino de Libras/L2. Lembrando que, nenhum destes professores atuam no mesmo contexto da nossa experiência, pois a maioria deles atuam na área de Libras/L1 para alunos crianças e/ou adultos Surdos e Libras/L2 somente para alunos adultos ouvintes.

Eu como pesquisadora e professora experiência, observo o impacto da diferença linguística e por meio de lutas para possibilidade de ter o currículo de Libras/L2, assim apresento os resultados. Quando falamos do “Empoderamento Surdo” é igualmente/justamente quando nos referimos sobre a educação da quebra das barreiras existente no caminho. Mas dificilmente essa conquista se dá no espaço político, fazendo eles “escutarem” a nossa comunidade surda, mesmo sabendo que não estamos sentados com braços cruzados. Então convidamos a todos para que compreendam as lutas da comunidade surda, bem como, entendam um pouco as intempéries históricas que toda a comunidade já passou. Lendo esta pesquisa você verá um modelo de educação nacional,

que abrange o grande grupo a conhecer profundamente a cultura e língua de uma comunidade minoritária, mas viva em nosso país, a comunidade surda. Vale ressaltar que a necessidade apresentada nesta tese, que é a criação e implementação da disciplina de Libras como L2 nas escolas regulares diferencia-se da proposta das escolas bilíngues para surdos.

Escolas bilíngues tem foco no ensino básico ofertado na língua materna dos sujeitos surdos, a Libras. E conseqüentemente, a proposta bilíngue também leva a língua portuguesa, como segunda língua, na modalidade escrita, mas sempre respeitando a língua materna do sujeito surdo. Tal ressalva torna-se importante para que não haja confusões acerca das duas propostas totalmente diferenciadas e voltadas a públicos distintos. Ao longo do texto o leitor perceberá que a criação da disciplina de Libras como L2 é voltado a estabelecer o conhecimento de uma língua presente no país, com foco na comunicação entre surdos e ouvintes, cidadãos de direitos igualitários, gerando um sentimento de empatia pelo outro e pela sua diferença. Sendo que nós surdos já vivemos anos de lutas e barreiras, e com a criação da disciplina tornar-se á mais fácil a comunicação entre nós, semelhantes, mas membros de comunidades e culturas distintas.

### **EMPODERADORES DOS PROFESSORES SURDOS NO ESPAÇO INCLUSIVA**

Empoderar professores surdos em espaços inclusivos não só beneficia os próprios professores, mas também enriquece o ambiente de aprendizagem para todos os alunos, promovendo uma educação mais justa e inclusiva. é crucial para garantir uma educação de qualidade e equitativa. Para isso, volto a lembrar a importância da perspectiva do professor surdo como considerável e favorável ao desenvolvimento das crianças surdas. Além disso, as crianças ouvintes também podem relacionar a convivência entre os dois caminhos diferentes: o dos “surdos e dos ouvintes” partilhando o mesmo mundo e devendo socializar a percepção entre pessoas comuns, sejam elas ouvintes ou surdos. Essa dinâmica é favorável a construção da língua de sinais para a comunicação e o respeito à minoria linguística, à comunidade surda.

O fato é que os professores de Libras que assumem a disciplina de Libras ao longo do ano letivo no trabalho na educação básica precisam ter uma boa preparação para encarar a sala de aula e tem a responsabilidade de proporcionar às crianças surdas e ouvintes um espaço de aquisição da Libras, uma troca de experiências a partir da língua

visual e aproximar surdos e ouvintes numa situação comunicativa e de respeito, aceitável entre eles juntos e inclusive favorecer a diminuição dos preconceitos da sociedade por ir de encontro à desinformação sobre a Libras. Ser professor de Libras na educação básica é completamente diferente do ensino superior, haja vista que a prática do ensino de Libras/L2 para crianças ouvintes é uma construção com desafios coletivos no espaço de aquisição da Libras.

O princípio do professor é pensar uma prática para o ensino de língua, para isso partilhar o conhecimento das teorias e práticas. Além disso, pensar em como utilizar a metodologia de ensino, didática visual e de materiais específicos para o ensino de Libras/L2 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, principalmente na Educação Básica. Este discurso “as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras” foi motivado para que o surdo possa ser acolhido pela educação e não dependendo da sociedade, pois ainda impera a visão de que o surdo é inferior e visto como incapaz. Não podemos esquecer que o professor surdo se constitui do histórico cultural baseado nas relações sociais e somos independentes do “olhar clínico”. Pelas lutas políticas dos povos surdos e dos professores surdos, enfrentamos a “opressão” e, em consequência disso, houve um impacto positivo e de empoderamento dos surdos da resistência na política educacional.

O reconhecimento dos professores surdos foi necessário para luta de participação nos espaços públicos, por exemplo, para utilizarem a Língua Brasileira de Sinais como L1 (primeira língua) para a comunicação. Então, a luta dos surdos não vai parar, nunca paramos de desejar que os povos surdos possam conquistar mais espaço que envolvem a área educacional, da saúde, jurídica, entre outros. Atualmente, o espaço de escolarização pautada pela a educação bilíngue, supracitado, que é este método vem sendo discutido há bastante tempo, mas a política educacional tem-se demorado em implementar esse método; na região de Santa Catarina ainda não tem educação bilíngue nas escolas para alunos surdos. Para que se apropriem do bilinguismo (Libras e Português) e essa método esteja à disposição para surdos é necessário priorizá-lo, mas existe um movimento no qual as condições na educação brasileira continuam as mesmas.

Para esclarecer, um exemplo de espaço conquistado é o curso Letras/Libras na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC iniciado em 2006, o primeiro curso de graduação em Libras oferecido no país. Por meio dele, os alunos receberão o título de licenciatura em Libras-Língua Brasileira de Sinais. A formação deste curso proporciona se

tornar professor de ensino Libras sem diferentes níveis de ensino, tanto na docência da sua área de competência quanto na gestão do trabalho educativo. O campo de atuação do licenciado é no ensino de Libras como L1 e L2. Pela representação e prática dos professores surdos que emerge a reflexão da cultura, pela luta da política educacional, além dos marcos culturais, as mudanças históricas e narrativas do sentimento que compartilham os surdos do Brasil sobre relações de poder, resistências e negociação para os professores surdos.

Os momentos históricos dos movimentos da comunidade surda com suas lutas e conquistas também são lembrados nesses momentos, no entanto, ressaltamos que a luta ainda não acabou pela ausência de outras demandas necessárias, por exemplo, falta da discussão sobre os documentos curriculares de ensino Libras/L2 para o ensino fundamental. O grande desafio dos professores surdos é desenvolver os métodos de ensino e criação dos materiais didáticos que oferecem nas aulas de Libras (surdos L1 e ouvintes L2) para ter uma educação de qualidade.

Anterior aos anos de 2001, houve um grande avanço, a formação dos instrutores surdos em vários estados do Brasil. Reconhecidos como instrutores surdos, lhes foi dada a oportunidade de ingressar nas universidades para ser professores de Libras-Língua Brasileira de Sinais e, na sequência, atuarem no Ensino Fundamental, Médio e na Graduação, utilizando as disciplinas de Libras como a língua de instrução reconhecida pelas comunidades surdas, conquistada pelos povos surdos e reconhecida pelo MEC. Após a formação dos instrutores surdos, foi criada a Lei de Língua Brasileira de Sinais – Libras 10.436/2002. Criação esta que oficializou a realização do sonho de todos os professores surdos.

O considerável histórico da oficialização de Língua Brasileira de Sinais – Libras foi marcado pelos movimentos surdos gaúchos no estado do Rio Grande do Sul. O movimento elaborou o documento em 1999 e é por meio da lei que hoje garantimos os nossos direitos linguísticos, pois regulamenta a Libras, defende o direito dos surdos a comunicação. Com a oficialização da lei que reconhece a Libras se sua regulamentação por meio do decreto 5.626/05 surgem oportunidades no ambiente acadêmico tanto na Graduação como na Pós-Graduação.

A Libras/L2 como disciplina irá colaborar com a socialização dos surdos brasileiros em seu próprio país, afinal, nós surdos aqui estamos e vivemos. E é válido ressaltar que temos legalmente duas línguas reconhecidas: a língua portuguesa e a língua

brasileira de sinais – Libras, esta última, como já apresentado acima no texto, pela Lei 10.436/2002. Logo, cientes de tal informação e com o reconhecimento legal, a sociedade brasileira precisa ter oportunidade de aprendizado desta língua que está em seu país. Os surdos encontram-se em todos os cantos do Brasil, por isso a enorme importância desta língua ser inserida como disciplina do currículo básico, pois só assim, a acessibilidade linguística estará garantida para todos da comunidade surda. Historicamente muitos surdos já sofreram significativamente com as barreiras sociais e linguísticas que estavam e ainda estão presentes na comunidade. E não devemos evitar a continuação desse sofrimento.

Precisam, todos os brasileiros, aprender a língua e cultura da comunidade surda, para compreender seus valores, costumes e tradições. Mas novamente reforçamos o fato de que esta disciplina, ou ainda, nas escolas que acolherem esse projeto, não ocorrerá um milagre. E a inclusão ainda precisa ser repensada neste caso da educação de surdos. As crianças surdas, precisamos ter claro que, ela adquire a sua língua materna em contato com seus pares, logo, com outros surdos. Surdos adultos estes que são os modelos de sociais para crianças em formação. Como é o caso de professores surdos para crianças surda, que transmitem a internalização do que é ser surdo e utilizar uma língua sinalizada como sendo sua L1. Transmite ainda questões inerentes a cultura e identidade, dentre inúmeros outros conceitos, como: a literatura surda, os artefatos culturais surdos, a luta histórica da comunidade surda, as experiências visuais, e vários outros aspectos, que somente nativos são capazes de transmitir.

Neste caso é muito importante para as crianças surdas terem a oportunidade, quando possível, de estudarem em escolas bilíngues para surdos, pois assim elas receberão todos os conhecimentos teóricos curriculares na língua de instrução correta a elas, a língua de sinais. Uma reflexão que nos rodeia e até mesmo nos entristece, é: por que todas as escolas só pensam nas línguas estrangeiras para a inserção na sua grade curricular? Disciplinas estas como o inglês, francês, espanhol, alemão, dentre outras. Mas todas línguas de países que não são o nosso. Será mesmo que sempre precisamos estar atrelados ao capitalismo e a língua comercial de comunicação quando temos uma necessidade real em nosso contexto social? Parecendo assim, até mesmo, desvalorizarem o status da Língua Brasileira de Sinais.

Mas nossa língua é uma língua de muito valor, é uma língua já reconhecida no nosso país, por isso ela é, e deve ser para nós brasileiros, mais importante do que o inglês, mais

importante do que o espanhol, mais importante do que todas as demais línguas. Simplesmente por ser brasileira. E nós surdos precisamos nos comunicar. No futuro nós surdos, precisamos interagir muito mais com a sociedade de modo geral e diminuir as barreiras de comunicação evitando o preconceito que existe socialmente. Hoje criando/implementando-se a disciplina de Libras/L2 vai facilitar essa interação entre pessoas de comunidades diferentes e o aprendizado dessa língua pela comunidade ouvinte.

É claro que essa disciplina não vai transformar a inclusão como se fosse um milagre, e nós surdos iremos continuar a lutando para a efetivação de escolas bilíngues, além da criação da disciplina de Libras/L2 para ouvintes na Educação Básica, pois esta irá ajudar na comunicação de forma social. Como por exemplo, a disciplina sendo criada para o Ensino Fundamental, do 1º ao 6º ano, as crianças poderão aprender livremente, sendo que crianças são inocentes, livres de preconceitos, e assim elas conseguiriam interagir com o novo, estando com a mente aberta, estando abertas ao novo conhecimento, ao movimento corporal da língua de sinais e a sinalização, afinal a língua de sinais é uma língua gestual visual e que carrega consigo muita expressão. Somente por isso as crianças já demonstram ter muito interesse por essa disciplina, por essa movimentação da língua, por esse aprendizado novo. E assim absorvem muito mais rápido, aprendendo também muito mais rápido, interagindo com crianças e adultos surdos de forma natural.

Nós precisamos aproveitar a oportunidade de criar essa disciplina e oferecê-la ao ensino fundamental primário, diminuindo assim o preconceito desta nova geração, incentivando a interação e o contato entre pessoas de culturas diferentes para que as culturas sejam repassadas e que todos conheçam um pouco de quem é o outro sujeito que vive nessa mesma sociedade, abrindo a nossa mente para o conhecimento e também para o outro. Aos alunos do 1º ao 6º ano, aprendem, absorvem conteúdos de forma muito mais natural. Nós com a experiência que tivemos no Colégio de Aplicação – UFSC, com alunos do 7º ao 9º ano já percebemos que o trabalho é diferenciado, afinal estes alunos já carregam consigo muita negatividade social.

Muitos alunos reclamavam da existência da disciplina, relatando que não tinham tempo de estudar, que precisavam estudar e se dedicar a outras disciplinas, porque esta é uma fase onde começa a adolescência e assim iniciam também alguns comportamentos diferenciados e até mesmo uma revolta social, o que refletiu na desistência de alguns alunos para os aprendizados, dos quais na fase inicial da aprendizagem escolar, eles ainda

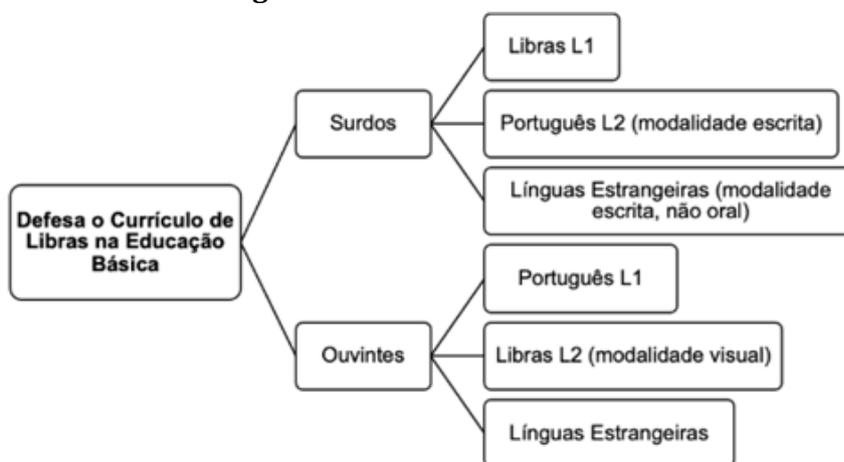
não estão sujeitos. Nesta fase dos Anos Finais, de 7º ao 9º ano, também notamos que começam as influências de amigos, o *bullying* e outros aspectos muito gritantes nesta fase. Aspectos estes que não colaboram com aprendizado desta língua gestual/visual. Já no Ensino Médio, aí sim é que o cenário fica ainda mais complicado, pois os alunos estão com foco para o vestibular, e com a experiência que eu tive, também percebi que existem muitos pontos negativos nesta, no oferecimento desta disciplina. Já, como falei anteriormente, no início da aprendizagem, na fase inicial do ensino fundamental, os alunos são livres de negatividade, livre de preconceitos sociais, estão disponíveis a um aprendizado, sempre pensando positivo, algumas novidades para a curiosidade, vindo com bons olhos o novo, e receptivos ao que estão para aprender.

Obviamente algumas famílias não veem com bons olhos tal disciplina, e demonstram até mesmo não gostarem desse conteúdo, tendo até. De certa forma, um preconceito com esta língua gestual. Mas quanto a isso é necessário a compreensão por parte de todos, especialmente da família que precisa aceitar que se esta for uma disciplina, o seu filho será obrigado a passar por este aprendizado, justamente por ele ser um aprendizado curricular, como foi o caso que aconteceu no Colégio de Aplicação/UFSC. Mas a maioria dos alunos e famílias, podemos relatar que obtivemos respostas muito positivas quanto a aceitação e também com o aprendizado da Libras/L2, com interações muito naturais com ouvintes e surdos, sendo que os alunos também demonstraram muito interesse.

Afinal é uma disciplina muito dinâmica, com jogos, brincadeiras, o lúdico e o novo sempre presente, assim muitos alunos sempre pediam por mais aulas de Libras, inclusive dando a mim, como professora, muito mais incentivo para o trabalho. Eu como professora, com a experiência que tive na interação, se comparada a experiência de dar aulas em escolas inclusivas o Colégio de Aplicação/UFSC, no qual podemos dizer que é praticamente uma escola bilíngue, por ofertar intérpretes e interação com professores e alunos surdos, também com colegas que sabem a língua de sinais, além dos professores que também aprenderam o básico da língua, contando com tudo isso, ainda a escola oferece o ensino de outras línguas estrangeiras, então se compararmos essas duas escolas eu como professora do Colégio de Aplicação/UFSC, no início da minha jornada sempre pedi para que fosse criada uma classe bilíngue, porém legalmente essa classe não era possível de ser criada legalmente. Mas agora sabemos de aprovações da esfera jurídica que possibilitam sim a criação de salas bilíngues, então esperamos que futuramente está

também venha a ser uma realidade do Colégio de Aplicação/UFSC. Do contrário, a evolução das crianças demonstrou que eles obtiveram um grande aprendizado na língua, e a oportunidade de ofertar essa disciplina como grade curricular nacional é um exemplo claro do sucesso que ocorreu no Colégio de Aplicação/UFSC como disciplina obrigatória do 1º ao 6º ano. Como sabemos, no Brasil esta disciplina ainda não existe, podemos então usar a experiência já comprovada pela minha pesquisa de tese<sup>3</sup>, com campo no Colégio de Aplicação/ UFSC em Florianópolis.

**Figura 1** - Currículo de libras em análise



**Fonte:** Valsechi, 2020.

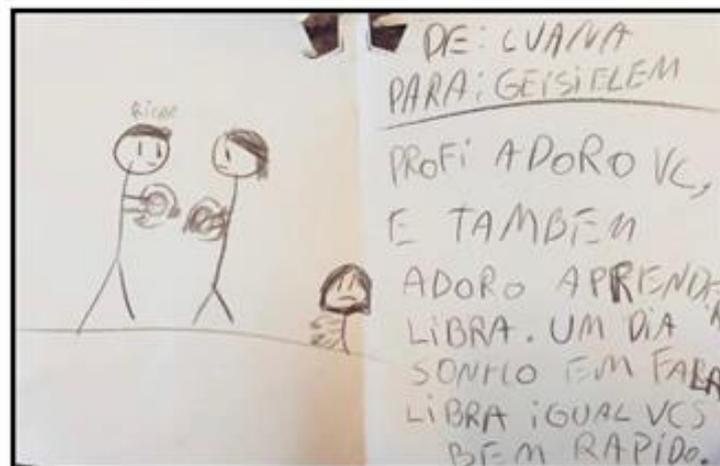
Conforme, podemos ver o resultado acima temos o ensino da Libras voltados para dois públicos de maneiras diferenciadas, sendo estes públicos: surdos e ouvintes. Para alunos surdos a Libras deve ser ensinada como sendo sua língua materna, sua L1. Já a língua portuguesa, vem no espaço como sendo a segunda língua de sua dos sujeitos surdos brasileiros, na modalidade escrita. E por fim ainda, estes podem aprender uma língua estrangeira, também na modalidade escrita. Em contraponto, para o público ouvinte, o ensino /da língua portuguesa bem como sendo a sua língua materna, e já a Libras ocupa o espaço de segunda língua, na modalidade visual. Ainda é possível, acima demonstra o ensino de línguas estrangeiras também para este público, seja na forma oral ou escrita. Tais especificidades necessitam de espaços de reflexão distintos. Pois cada público e cada modalidade possuem objetivos distintos, necessitando também de metodologias e estratégias diferenciadas.

<sup>3</sup> VALSECHI, Geisielen Santana. CURRÍCULO DE LIBRAS EM ANÁLISE: Possibilidades de implementação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental/ Geisielen Santana Valsechi – 2020. 195 p.

Diante de todo o exposto nos questionamos então: o que os movimentos Surdos querem no currículo? Nós cidadãos e profissionais da educação Surdos queremos compartilhar e vivenciar as trocas culturais, valores da Língua de Sinais e reduzir as desigualdades entre Surdos e Ouvintes. Para isso, faz-se necessário o empoderamento do povo Surdo no espaço física, educacional e linguístico, num processo de ocupação da Educação Básica.

Refere-se à investigação do ensino da Libras/L2 - Língua Brasileira de Sinais, pode ser implantado como conteúdo do ensino da Educação Básica, principalmente dos Anos Iniciais, recurso para interação pela língua com as crianças ouvintes. Para envolver o processo de aprendizagem, o conteúdo da língua seja como estratégia comunicativa, impacta positivamente. Ele não envolve somente pela Língua, semeia com conhecimento da cultura Surda, os alunos já começam a sentir curiosidade dos professores Surdos, sempre tendo perguntas “*porque a professora não fala?*”; “*por quê é surda?*”; “*porque Libras, é o que?*”, de tanto responder aos porquês das curiosidades dos alunos, assim vão acostumando aos poucos com o aprendizado da disciplina Libras/L2, buscando e encontram descobertas do mundo Surdo, que podem interagir. Porque as escolas não socializam o ensino de Libras/L2? As crianças ouvintes que poderiam ser atendidas. Esse questionamento traz à tona a concepção de que as crianças podem se interessar pela Língua de Sinais. Assim, como veio o bilhete da aluna ouvinte do 4º ano que pertence do Colégio de Aplicação/UFSC, teve bastante interessada nas aulas de Libras/L2:

**Figura 2** – Recado de aluna ouvinte



**Foto 03** – Recado da aluna ouvinte

Descrição da imagem: A professora/pesquisadora estava dando a aula de Libras/L2, de repente a aluna veio no meio da aula e diz em Libras “*professora olha o bilhete que eu escrevi para você*”, e abriu o papelzinho e as crianças ouvintes ficaram curiosas com o bilhete, perguntaram o que era, entreguei para aluna e pedi em Libras “*leia para eles*”, e ela leu em português para à turma.

**Fonte:** Valsechi, 2020.

Como hipótese de trabalho, o ensino da Libras/L2 da Educação Básica pode assumir a aprendizagem da língua, é possível por um meio do desenvolvimento da vida em coletividade entre dois Mundos Ouvintes e Mundos Surdos. A importância da Língua Brasileira de Sinais – Libras para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças surdas e ouvintes, retoma o Vygotsky (2001, 2000) escreve sobre funções psicológicas do humano, além disso que entendemos a criança ouvinte pode se ampliar a língua sinalizada em modalidade visual, sendo o conteúdo curricular que valoriza o espaço de aprendizagem na Educação Básica. A aprendizagem concretiza-se num processo social, Vygotsky (2006) afirma que as funções psicológicas básicas são desenvolvidas nas habilidades e conhecimentos. Em razão disso, as crianças ouvintes que aprendem a Libras/L2 talvez apropriam o significado da palavra “língua de sinais”, buscando aprofundar o novo conhecimento. O ensino de Libras considera a zona de desenvolvimento potencial das crianças Surdas e Ouvintes aprendizes desde a infância. A partir desse ensino, a criança ouvinte desenvolverá o seu desconhecimento da língua de sinais, que é implicado pelo o sujeito surdo, possibilitando a mediação entre professores surdos e alunos ouvintes, principalmente, assumindo o desafio comunicativo das aulas de Libras/L2 nos espaços inclusivos.

O ensino de Libras/L2 registra como uma hipótese de trabalho, objetivo é o processo de aprender uma língua valorizada sendo a Libras na Educação, proporciona o desenvolvimento das crianças ouvintes e compreensão comunicativa. Lembrando-se, o contexto de ensino de Libras/L2 é um espaço muito importante para incluir entre os surdos e ouvintes e não só por causa da aprendizagem da língua, tem outros objetivos que atinge a interação por conhecimento das diferenças culturais, subjetividades, identidades e pôr o respeito das diversidades. Para isso, envolve uma construção básica a ter aprendido da língua de sinais dentro do contexto de ensino, porém houve muitas dificuldades dos ouvintes em relação às pessoas surdas, assim é fundamental que a criança ouvinte tenha acesso bilíngue desde os primeiros passos de aprendizagem; construí a interação social.

*Ao pesquisar a interação social durante o ensino de LIBRAS entre um professor surdo, 'falante' da língua de sinais, e seus alunos ouvintes, falantes do português brasileiro pude constatar que mesmo os profissionais que lidam com a educação dos surdos por muitos anos, e que já utilizam a língua de sinais com seus alunos, usaram quase todo o tempo na interação para constituir o 'objeto simbólico LIBRAS'. Embora os participantes dissessem reconhecer a legitimidade dessa língua, as suas ações demonstravam o*

*contrário nos eventos interacionais, o que está de acordo com a questão central nos estudos de caráter etnográfico: uma coisa é o que se pensa, outra é o que se diz, e completamente diferente é o que se faz. (Gesser, 1999).*

Aliás, considerando as aulas de Libras/L2 para criança ouvinte no Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, ministrada por mim e o colega, somos professores surdos no Colégio de Aplicação/UFSC, durante investigação deste trabalho. O objetivo foi entender como se dá o currículo de Libras/L2, a possibilidade de implementar o ensino de Libras/L2 para criança ouvinte, construída pelas as culturas e as identidades envolvidos entre Mundos Surdos e Mundos Ouvintes na interação dos dois como o uso da língua. Entretanto, para nós entendermos que a valorização de uma única língua acarreta na opressão linguística das outras línguas minoritárias.

Enquanto o bilinguismo e multilinguíssimo social coloca o uso das duas ou mais línguas no mesmo patamar. Sabendo os grupos minoritários não são bem vistos e não enxergam que eles existem, somente alcançaremos esse status pelo reconhecimento linguístico das línguas minoritárias desprestigiadas socialmente. O autor Cavalcanti (1999) explica que as comunidades linguísticas minoritárias bilíngues no Brasil são os contextos de grupos indígenas, imigração, fronteira, bidialetais/urbanos, e também os surdos. Então, a possibilidade é enxergar, não somente as línguas, mas também as identidades e culturas, transitando em vários tipos de vivência.

Para a comunidade surda, vem à tona a discussão sobre bilinguismo, podendo afirmar que os surdos são bi/multilíngues e interculturais, por exemplo, negros surdos, índios surdos, mulheres surdas, surdos homossexuais, surdos-cegos, surdos com deficiências físicas ou intelectuais, pais surdos e filhos ouvintes “CODAS” - que é a palavra em inglês Children Of Deaf Adults, eles são vistos como culturalmente surdos. Falando nisso, existe alunos CODAS do Colégio de Aplicação/UFSC, as crianças ouvintes confundem se ele é surdo ou ouvinte por ser perfil bilíngue/bicultural, não está sendo claro para eles, por isso a CODA é vista como cultura surda.

Agora venho perguntar novamente, porque ensinar Libras/L2 para crianças ouvintes? A maioria dos ouvintes que entra em contato com a língua de sinais passa por uma situação de estranhamento, isso acontece devido à falta de conhecimento sobre o que vem do surdo, da surdez e da língua de sinais. Então, assim veio à mente dos ouvintes “Que língua é essa?” e “Usar língua de sinais?” Por outro lado, o que enfatizo é a relação de conflito entre a aceitação e o uso da língua de sinais em meio a grupos majoritários da

sociedade. Voltando assunto, imaginando os alunos/crianças ouvintes sinalizando Libras/L2, estão demonstrando as possibilidades de transmitir ideias e conhecimentos por meio da língua não vocal. Houve vários depoimentos dos pais e familiares das crianças ouvintes, alunos do Colégio de Aplicação/UFSC, mostrando a situação diante da nova aquisição linguística em processo de aprendizagem, que fazia “gestos”, “mímicas”, “escrevia” e até “gritava alto”.

Enfim, aos poucos foram aprendendo os sinais, se acostumando a língua de sinais sem a modalidade falada. Aceitação e a valorização da língua de sinais por parte do Colégio de Aplicação/UFSC com os profissionais e familiares foi, implicitamente, implicando na aceitação da diferença da língua e diferença da pessoa surda. Mas, entendem a importância de ter empatia para se comunicarem, ou tentarem comunicação, por meio da Libras com as pessoas que são diferentes deles. Podemos notar que independente do aprendizado da Libras/L2 para comunicação, em geral, interessaram-se no aprendizado da nova língua, participaram das atividades e praticando sempre sinalizando.

### **ENSINO DE LIBRAS/L2 DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSIDERAÇÕES DAS ABORDAGENS AOS ALUNOS OUVINTES**

Para ter uma boa preparação das aulas de Libras/L2 da Educação Básica, como as atividades de diálogos, explicações dos conteúdos, essas etapas são de responsabilidade do professor surdo. No ensino para os alunos/crianças ouvintes, desde os primeiros aprendizados da Educação Básica, porém são mais envolvidos de aprender, bem curiosos, anseiam pelas novidades, e a Libras é uma língua visual, que eles vêm a ter conhecimento desde fase inicial (criança). A área da Educação precisa envolver conhecimentos da linguística, porque a Libras é uma língua, identifica os estudos de métodos ensinos da língua.

Existe críticas ao método, principalmente com relação à quantidade de memorização (sinalizantes) para ter a língua alvo. Dito pelo o autor Brown (1994: 61) “pode-se tirar como sugestão a possibilidade de se fomentar maneiras de tornar a sala de aula um ambiente mais relaxante e tranquilo para a aprendizagem de L2.” A respeito da memorização de sinais, o tema nos mostra que o trabalho com ouvintes, através dos relatos destes alunos, que frequentemente ocorre o esquecimento dos sinais, por isso

acredito que seja muito importante o treino repetitivo do banco de vocabulário trabalhado no conteúdo.

Como mencionei acima de 1º a 6º ano deve-se conter assuntos repetidos para evitar com que os alunos tenham o esquecimento dos sinais, pois já temos comprovado que a memorização ocorre através da repetição e isso é muito importante para os alunos ouvintes, no caso da disciplina de Libras, afinal os mesmos não possuem contato diário com a comunidade surda. Mesmo assim a competência linguística existe, apenas ela deve ser treinada e com a disciplina sendo ofertada apenas uma vez na semana, então a necessidade de repetição torna-se ainda muito mais latente. Outra experiência que vivi é que muitos alunos vinham diretamente a mim para praticar a língua de sinais, pois era o único contato da comunidade surda que eles possuíam, visto que não tinham colegas surdos ou então os alunos surdos que estudava no Colégio de Aplicação eram de outras turmas sendo.

Devemos ainda lembra da grande importância do ensino da língua de sinais com estratégias pedagógicas que ajudem na memorização e na conceituação da língua de sinais. Outro tópico importante a ser citado é a questão do espaço de aprendizagem, sendo este um espaço tranquilo, onde seja possível com que os alunos prestem atenção. Contudo relato que no Colégio de Aplicação esta não era uma realidade. Com 25 alunos por turma, os alunos agitados, que necessitam se movimentar, além de muito barulho, existente no colégio, pois as salas estão próximas umas das outras, além do tempo reduzido da aula, exige-se ainda muito mais do professor para chamar atenção dos alunos, e assim a preocupação com o tempo do decorrer da aula era muito frequente.

Como professora desta disciplina este foi um grande desafio para que eu conseguisse entender qual seria a dinâmica da aula, e entender ainda a proposta como o escritor Brown relata, que as comparações são diferentes quando tratamos de alunos surdos adultos que conseguem ter um tempo de concentração maior, podendo memorizar de forma mais facilitada e ainda tem a compreensão de que o ensino deve ser prolongado para seus outros momentos de vida, com práticas repetitivas dos sinais. Mas com criança isso é diferente, a interação na sala tem um tempo muito curto, e nos primeiros momentos a sala e a turma sempre encontram-se agitadas, sendo que assim também nos primeiros momentos é necessário fazer uma revisão para relembrar os alunos do conteúdo ensinado na aula passada, pois muitos alunos relatavam mágoa por não estarem relembrando os conteúdos, mas precisamos usar estratégias para evitar tais mágoas, estimulando os

alunos, corrigindo e relembrando a todos de forma animada, incitando então a vontade a todos.

Por isso então, como já citei, é muito importante a utilização de jogos e do lúdico para continuidade da aprendizagem. Abordagens em ensino de Libras/L2 inicia os primeiros passos de estudo do Método Ensino de Língua Comunicativo, idealizado por Michael Halliday na Inglaterra, no final dos anos 60 e início dos anos 70. Tudo começou quando a abordagem comunicativa deu um tom humanista ao processo de ensino-aprendizagem, interação no processo do ensino da língua. Por exemplo, os cursos de línguas não desenvolviam mais os conceitos gramaticais ou lexicais, e sim em sistemas do uso comunicativo (Almeida Filho, 1998). As abordagens gramatical e comunicativa demonstram o histórico de seis métodos de abordagens de aprendizagem (Celce-Murcia, 1991, p. 8), que são:

*Abordagem estrutural-gramatical: aprender uma língua é saber combinar 180 unidades mínimas dentro da sua estrutura maior, desde o estudo fonológico ao sintático. Abordagem comportamental: aprender uma língua parte da ideia de imitação, ou seja, da formação de hábitos repetitivos como a extensa repetição de modelos linguísticos. Abordagem cognitiva: aprender uma língua envolve processos cognitivos mentais complexos. Abordagem afetivo-humanística: aprender uma língua é um processo de auto realização e de socialização com outras pessoas. Abordagem da compreensão: aprender uma língua ocorre se e somente se o aprendiz compreende o insumo significativo. Abordagem comunicativa: o propósito de se aprender uma língua é a comunicação.*

Infelizmente, ainda são inexistentes estudos metodológicos sobre o ensino de ensino Libras/L2 para criança ouvinte, deste caso não tem nada, é um passo novo. A metodologia de ensino de Libras/L2 é uma sementinha plantada, que em breve crescerá. Durante o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos ouvintes da disciplina Libras/L2 do Colégio de Aplicação/UFSC, considero que os alunos em processo de aprendizado da nova língua, que não é a língua materna, observamos que os sujeitos da pesquisa reagiram de forma satisfatória. Entendemos que a língua de sinais é capaz de promover o desenvolvimento dos sujeitos surdos tanto quanto em ouvintes, então a língua de sinais seria uma ferramenta de desenvolvimento para o ouvinte. O Vygotsky (2001, p. 197), (tradução nossa), cita e expõe sobre:

*“O aprendizado de uma nova língua, teorizando que [...] processos de assimilação da língua materna e de um idioma estrangeiro [segunda língua] tem tanto em comum que na essência se referem a uma classe única de processos de desenvolvimento da linguagem, que se une ao peculiar*

*processo de desenvolvimento da língua escrita. Este processo não repete nenhum dos anteriores, mas constitui uma nova variante dentro do mesmo e único processo de desenvolvimento da língua”.*

Desta forma, ao dominar a segunda língua, a Libras, essa estimula o processo de desenvolvimento da criança, pois trata-se de mais uma modalidade e estrutura de expor suas ideias, e as outras possibilidades. Lembrando que o processo aprendizagem de L2 é bastante complexo e influenciado por diversos fatores, por exemplo, idade, interesse, motivação, cognitivo, a importância da estratégia em compreender a aprendizagem ocorre pelos alunos ouvintes. Os professores precisam ter uma prática de ensino reflexivo, compreender o objetivo desejado no ensino que praticam. É necessário os professores contêm as experiências vividas dos seus alunos ouvintes e comecem, a partir das experiências profissionais, a criar suas próprias pedagogias. Neste caso, mostra-se o processo que o professor passou posto e aberto as mudanças.

No início dos anos 90, Donald Schön (norte-americano) tinha feito reformas curriculares nos cursos de formação de professores, empregada a ideia do “professor reflexivo” para valorizar a prática profissional com o conhecimento. A formação que defende o ensino reflexivo, que dá oportunidade para os profissionais discutirem e pensarem nas próprias práticas, o papel do espírito de professor-pesquisador. Outra coisa, o professor tem de construir os contextos no trabalho, nas salas da aula de Libras, pensando no tipo linguístico que possa atender aos ouvintes, e as estratégias de aprendizagem com a interferência da língua em contexto Libras/L2 entre adultos e crianças ouvintes.

O ideal é ter prática e não pode jogar os alunos/crianças numa grande quantidade de sinais. O ensino de vocabulário, ele é vinculado da abordagem gramatical, porque o domínio do vocabulário não garante o somatório de vocabulário na língua-alvo. Desta forma, a falta de pesquisas nesta área Libras/L2 para as crianças ouvintes. Venho acompanhando as análises com a relação dos conteúdos, métodos e aspectos linguísticos com a competência na língua para alunos/crianças ouvintes, sendo que não estão especificamente diferenciadas e explicitadas para o currículo do ensino Libras como L2. Ressalto que somente encontrei pesquisas de Libras como L2 para alunos ouvintes adultos, como este caso acima. Devem repensar, tudo vem como uma sementinha que ainda está evoluindo.

## **METODOLOGIA E RESULTADO**

Este percurso metodológico mostrou como experiência profissional no espaço de trabalho, os caminhos a fim de realizar as minhas reflexões e contribuições para a disciplina de Libras nas escolas brasileiras. Foi uma construção de experiência no espaço real de conhecimento. Então, de certa forma, não houveram empecilhos na realização da pesquisa de campo na referida escola, sendo que sou professora neste espaço, facilitando tal etapa. Mas o que foi mais desafiador foi me separar do papel de professora experiência e pesquisadora e me propor realizar uma pesquisa artigo com aqueles que são meus alunos ouvintes.

Primeira etapa, a partir da minha experiência profissional neste campo, foi um registro do diário de campo iniciado em 2015 e o atual. E a segunda etapa foi buscar os dados dos alunos. Foi uma ideia para refletir para um ajuste objetivando a melhoria da disciplina Libras, realizado em feito da minha tese em 2019, ademais encontros com os alunos ouvintes da classe, convidando-as a participar das respostas da pesquisa (entrevistas). Antes disso, explicando como funciona e para que serve. Após, a discussão e esclarecimentos das crianças, partimos para respostas dos questionários básicos, o importante é que eles respondem a sua sensibilidade de opinião, sem influência nenhuma. Por fim, participaram da dinâmica de aula com usos dos papéis respondendo os questionários individualmente. Já a pesquisa quantitativa buscou as hipóteses com a relação dos alunos ouvintes que estudam com a disciplina Libras. Aliás, facilita para os alunos com uso do papel respondendo os questionários na sala de aula dentro. Por se tratar de um estudo sobre o currículo de Libras/L2 das crianças ouvintes, com a formas de coletas e análises com a abordagem: foram através de questionários na aula de Libras com o uso da sala que os alunos participantes responderam às perguntas feitas individuais. Sendo trabalhado a partir de situações reais, contextualizadas, possibilitando os alunos ouvintes o contato com a cultura surda e o uso da língua, com a competência.

No caso do Colégio de Aplicação/UFSC, esta disciplina foi implantada em caráter obrigatório, Ensino Fundamental, ou seja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º ano, por determinação Federal. Assim sendo, o trabalho foi feito com base nos registros do diário campo no Colégio de Aplicação/UFSC, meu papel de professora neste local e os dados dos alunos na Educação Básica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para concluir, deixando claro a importância de discussão que não finaliza por aqui, sabemos que quase todas as escolas públicas ou privadas não possuem oficialmente a língua de sinais como disciplina, proposta e/ou projeto ensino de Libras/L2 para os alunos/crianças ouvintes, preocupando-se com a mediação comunicativa dos colegas surdos. Aliás não só para se comunicar com os surdos, e sim relativa aos conhecimentos variáveis culturais das pessoas/grupos minoritários que pertencem a comunidade surda brasileira. Considero que, como qualquer língua, a Libras está em constante mudança e, finalmente, evoluindo entre os ouvintes, sendo mais conhecida e empoderada como língua em nosso país. Dentre as considerações acerca da pesquisa entendemos que o ensino de Libras é de fundamental importância conforme levantada em hipótese inicialmente. Primeiramente, começando pelo relato de experiência profissional, com análise do processo de implementação do ensino de Libras/L2 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no contexto do Colégio de Aplicação/UFSC. Este colégio já incluiu a disciplina Libras/L2 desde 2015, superando um grande desafio particular meu e de meu colega (também professor surdo) atuantes neste espaço bilíngue/inclusivo.

Tudo serviu de aprendizado a nós e aos alunos, e assim estes, por sua vez também saíram ganhando. E eu principalmente ganhei a oportunidade de realizar essa experiência nova do trabalho. Todas essas estratégias então mostram a importância da valorização que a Libras, como Língua Brasileira de Sinais, merece. E sua difusão em todos os cantos do Brasil com a criação da disciplina como L2 para crianças de 1º a 6º ano da educação básica. Buscou-se descrever o percurso de implantação do ensino de Libras/L2 no Colégio de Aplicação/UFSC, a disponibilização e análise a disciplina de Libras/L2. Etapas nas quais tivemos muitas barreiras e dificuldades pela ausência do currículo de ensino de Libras da Educação Básica, principalmente para os Anos Iniciais com os alunos/crianças ouvintes, porém o espaço Colégio de Aplicação/UFSC respeita fortemente a linguística e a cultura surda. Oportunizando a ampliação os vocabulários de Libras, bem como desenvolve-se, a partir do aprendizado da língua de sinais oferecida para promover a comunicação e aprender sobre o mundo que a rodeia. Então, foi assim diante dos alunos ouvintes deste campo de pesquisa que eles puderam aprender e melhoraram a interação comunicativa com seus colegas e professores surdos, ocasionando a verdadeira interação social. Com a possibilidade em implementar na grade curricular o ensino de Libras na área

educacional na Educação Básica, desde Anos Iniciais os alunos/crianças teria mais acesso e estímulos de aprendizagem de uma nova língua, tudo isso, como já mencionei facilitando o aprendizado desde cedo, já estando comprovada a importância da implantação a disciplina de Libras/L2 nas escolas brasileiras.

## **REFÊRENCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais – Libras. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 23 dez. 2024.

BROWN, D. H. **Principles of Language Learning and Teaching**. New York: San Francisco State University/Longman, 2000.

BROWN. **Teaching by Principles**. White Plains: Prentice Hall Regents, 1994.

CAVALCANTI, M. C. **Escolas da Floresta e a Formação de Professores: análise de interações transculturais e intraculturais em contexto pedagógico (1993-1995/1997)**. Projeto de Pesquisa, financiamento FAPESP Proc. nº 1996/4443-7.

CAVALCANTI, M. C. **O índio e a escola: a linguagem na construção de representações sobre a educação indígena pós-contato**. Projeto de Pesquisa (Proc. CNPq 520616/95-2 NV) (1997-1999).

CAVALCANTI, M. C. **Projeto Guarani: Educação Bilíngue e Bicultural (Currículo e formação de professores)**. Projeto de Auxílio Integrado a Pesquisa - CNPq 1990-1991, 1991-1992.

CELCE-MURCIA, M. **Language Teaching Approaches**. In: **CELCE-MURCIA, M. Teaching English as a Second or Foreign Language**. Boston: Heinle e Heinle Publishers, 1991. p. 3-10.

FENEIS. **Documento 008561/1999 - Que educação nós surdos queremos?** Elaborado pela comunidade surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, 1999.

GESSER, A. **Teaching and learning Brazilian sign language as a foreign language: a microethnographic description.** Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VALSECHI, Geisielen Santana. **Currículo de Libras em análise: possibilidades de implementação nos anos iniciais do ensino fundamental. 2020.** 195 f. Tese (Doutorado em Educação – Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Ensino e Formação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/faed/id\\_cpmenu/296/GEISIELEN\\_SANTANA\\_VALSECHI\\_Tese\\_16154913800345\\_296.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/GEISIELEN_SANTANA_VALSECHI_Tese_16154913800345_296.pdf). Acesso em: 23 dez. 2024.

VIGOTSKI, L. S. **Desarrollo de las funciones psíquicas superiores en la edad de transición.** In: VIGOTSKI, L. S. *Obras escogidas IV: psicología infantil.* 2. ed. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006. p. 117-203. (Originalmente publicado en 1933-1934).

VYGOTSKI, L. S. **Pensamiento y lenguaje.** In: VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas II: problemas de psicología general.* 2. ed. Madrid: Visor, 2001. p. 9-348. (Originalmente publicado en 1934).

# **Capítulo 4 - A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: UM OLHAR SOB ASPECTOS DA EDUCAÇÃO BÍLINGUE EM UMA ESCOLA DE SANTARÉM-PARÁ**

**Ingrid Penha de Oliveira**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará; Participa do grupo de pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos (Cnpq-Ufopa),  
ingrid.oliviera@ufopa.com.br

**Daiane Pinheiro**

Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa- Portugal; Mestre em Educação e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),  
daiane.pinheiro@ufopa.edu.br

**Thaisy Bentes**

Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade de Santa Catarina. Mestra em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília,  
thaisy.souza@ufopa.edu.br

## **1. INTRODUÇÃO**

A língua é uma das características mais importantes da identidade e cultura de um povo. Segundo Fiorin (1997), a língua permite que vejamos, sintamos e vivamos o mundo, sendo uma expressão da visão de mundo que faz parte das experiências individuais e de socialização dos sujeitos. Para Henrique (2021), no contexto brasileiro, a língua materna define a identidade do povo e possibilita às pessoas construir sua subjetividade, dando sentido ao mundo ao seu redor. Para os surdos no Brasil, essa construção de identidade ocorre principalmente por meio da socialização e do domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No contexto brasileiro, a educação é respaldada por documentos políticos e legais que vêm garantindo direitos de acesso à educação de pessoas com deficiência, incluindo neste cenário a discussão sobre espaços de ensino de pessoas surdas (BRASIL, 2002, 2005, 2008, 2011, 2015). Para além do reconhecimento legal da Libras em 2002 e os direitos adquiridos com o Decreto 5.626 de 2005 na difusão da Libras, ocorreu em 2021 a inclusão na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais o direito da educação bilíngue de surdos em quanto modalidade de ensino, reconhecendo a oferta em diferentes espaços educacionais.

Nesse sentido, Lacerda (2006) defende o método bilíngue como mais adequado no contexto educacional para crianças surdas, por promover a inclusão e evitar estigmas presentes em modelos anteriores. O modelo inclusivo, baseado no respeito às diferenças individuais e na convivência com a diversidade, enfrenta desafios significativos em sua implementação nas escolas. Segundo a autora, as necessidades linguísticas específicas das crianças surdas requerem uma abordagem especializada, com formação específica para educadores, atenção individualizada e revisão curricular.

O objetivo dessa pesquisa é compreender o processo de imersão linguística de uma criança surda no contexto educacional em que está inserida, analisando os processos educacionais adotados nesse ambiente e seus impactos no desenvolvimento linguístico da criança. Especificamente, o estudo buscou observar a organização do ambiente escolar para acolhimento e imersão na língua de sinais (Libras).

Os objetivos específicos, são compreender as estratégias didático-pedagógicas empregadas pelo professor de Educação Especial para complementar o ensino de Libras e português como segunda língua; examinar o trabalho realizado em sala de aula pelo professor regular e, analisar os fatores do ambiente escolar que facilitam ou dificultam o desenvolvimento linguístico da criança.

A pergunta norteadora, se resume em como tem sido realizada a imersão linguística de uma criança surda no contexto educacional de Santarém-Pará? Tendo como justificativa, discutir o bilinguismo na educação de surdos, destacando-o como a estratégia mais adequada para o desenvolvimento linguístico e cognitivo dessas pessoas. Focado em uma escola regular em Santarém-PA, adota a perspectiva de que o bilinguismo valoriza a língua de sinais (Libras) e a diferença cultural dos surdos, permitindo sua participação ativa na sociedade.

O estudo ressalta a importância de um ensino bilíngue de qualidade para evitar atrasos educacionais e garantir o desenvolvimento efetivo das crianças surdas. Também enfatiza que o acesso precoce à língua de sinais é crucial, pois o contato tardio pode prejudicar tanto a linguagem quanto o pensamento. Além disso, a abordagem bilíngue é vista como um reconhecimento da diferença cultural e linguística dos surdos, indo além do simples ensino de duas línguas para incluir a produção de identidades surdas e a valorização de sua cultura.

## **2. INCLUSÃO, BILINGUISMO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

No Brasil, o movimento inclusivo educacional, impulsionado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), advoga pelo compromisso da escola em educar cada estudante, abraçando a pedagogia da diversidade. Esse movimento defende que todos os alunos devem ser regularmente matriculados, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística (BRASIL, 2008, 2015). No caso da Inclusão de pessoas Surdas no Brasil, há fortes correntes de discussão que pontuam aspectos positivos e negativos para o pleno desenvolvimento destes sujeitos.

Para Lopes (2007), pensar a diferença dos sujeitos surdos sob a perspectiva cultural, política, social e linguística, tem sido mais bem desenvolvido em ambientes bilíngues que se caracterizam em escolas de Surdos. Já na perspectiva de Lacerda (2006), a inclusão de sujeitos surdos também pode potencializar os aspectos da valorização da diferença, desde que o ambiente inclusivo adote o bilinguismo como método primordial na educação destes sujeitos.

Antia e Stinson (1999) abordam de forma crítica as diversas pesquisas sobre inclusão, confiantes para o aprimoramento das discussões nessa área. No entanto, embora haja uma busca pela integração social e acadêmica dos alunos surdos, na prática, isso nem sempre ocorre de maneira efetiva. O acesso à comunidade é apontado como o problema central. Conforme Antia e Stinson (1999) são necessários recursos como amplificação sonora adequada, tradução simultânea e suporte de intérpretes, entre outros fatores, para auxiliar no aprendizado dos conteúdos em sala de aula. Uma das maiores dificuldades reside na implantação de uma cultura de mutualismo entre surdos e ouvintes, o que permitiria uma organização conjunta de atividades e trabalhos, atendendo às necessidades de todos os alunos de forma efetiva.

Para Lacerda (2000), a visão da inclusão escolar é compreendida como um processo em atividade que gradualmente se manifesta de diferentes maneiras, levando em consideração as particularidades de cada aluno. Nesse contexto, a inclusão visa proporcionar a construção de habilidades linguísticas adequadas, bem como o aprendizado de conteúdos acadêmicos e o uso social da leitura e escrita. O professor desempenha um papel fundamental ao mediar e incentivar a construção do conhecimento por meio da interação com os alunos.

Lacerda (2006) aponta que a inclusão na educação brasileira enfrenta desafios significativos, como salas superlotadas, infraestrutura inadequada e formação docente insuficiente, o que faz com que a inclusão se torne uma política mais teórica do que prática. Há também uma desconexão entre a política inclusiva e outras instituições sociais, o que minimiza as tensões e contradições na sua implementação. Skliar (1999) defende que o bilinguismo é essencial para uma educação inclusiva eficaz para crianças surdas, pois permite o desenvolvimento pleno de suas habilidades linguísticas e cognitivas e a construção de uma identidade surda.

O bilinguismo na educação de surdos não apenas apoia o desenvolvimento pessoal dos indivíduos surdos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, respeitando a diversidade linguística e cultural. Essa abordagem metodológica valoriza a diversidade e os direitos linguísticos e culturais das pessoas surdas, promovendo um desenvolvimento integral e garantindo igualdade de acesso ao conhecimento e à participação social.

### **3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço oferecido pela Educação Especial com o propósito de atender às necessidades educacionais dos alunos público-alvo da educação especial ao longo de sua trajetória escolar (BRASIL, 2008). Este serviço busca eliminar as barreiras que podem dificultar o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme estabelecido no decreto 7611 de 2011 (BRASIL, 2011). O AEE foi concebido para auxiliá-los no ensino e aprendizagem desses alunos, facilitando o acesso ao currículo e promovendo sua participação plena, autônoma e independente no ambiente educacional e social (Silva, 2019).

O AEE não substitui a escolarização dos alunos, sendo complementar e suplementar às atividades pedagógicas curriculares (BRASIL, 2008). Este serviço é prestado em salas de recursos multifuncionais, que se constituem em "ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado" (BRASIL, 2011, § 3º).

Na educação de surdos, este serviço pode ser ofertado em pelo menos três vias de desenvolvimento: oferta do AEE como suplementar à escolarização, realizado pelo professor de educação especial; oferta do AEE no ensino da língua portuguesa como segunda língua, também realizado pelo professor de educação especial; e, por fim, oferta do AEE para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, realizado por um instrutor de Libras, de preferência surdo (Brasil, 2005, 2011).

A presença de professores surdos na escola vai além do ensino da Libras. Para Silva (2013), este profissional ganha importância no contato com os alunos surdos, na representatividade e na aproximação cultural. Especialmente na educação infantil, segundo o autor, para muitas crianças surdas, é na escola que acontece o primeiro contato com a Libras e inicia-se aí, através do professor surdo, a imersão linguística e cultural. Esse processo vai reconfigurando também a identidade dos sujeitos, que podem passar a se identificar com o mundo surdo, com os artefatos dessa cultura e especialmente com o uso da Libras como primeira língua.

Trata-se de um ensino colaborativo que ultrapassa as linhas divisórias entre o AEE e a sala de aula regular, em que todas as dimensões do desenvolvimento educacional do sujeito são discutidas, refletidas e problematizadas em um constante processo de elaboração. Além do seu desenvolvimento pedagógico global, o PDI deve considerar, no caso do aluno surdo, o aspecto visual-espacial que caracteriza sua língua materna, a Libras, valorizando assim os aspectos da cultura surda no ambiente de ensino e aprendizado.

Os documentos políticos (Brasil, 2008, 2011) orientam as escolas que, em caso de não ter disponível os serviços de educação especial e, conseqüentemente, do AEE nos seus espaços, os alunos devem ser direcionados a outras instituições mais próximas que ofertam esses serviços. São os casos também dos centros de AEE, escolas que tenham SRM e EE, ou ainda, em alguns casos, organização itinerante da oferta de EE. Entretanto, é fundamental constar no projeto político-pedagógico da escola essas outras formas de organização, sobretudo justificando a falta de oferta institucional da EE.

Na perspectiva de Lacerda (2006), a organização de um ambiente bilíngue para surdos poderia ser reestruturada dentro das escolas regulares com a criação de classes bilíngues na escola regular, em escolas bilíngues de surdos ou ainda escolas pólo mencionadas recentemente também na reformulação da LDBN (2021). Municípios e estados podem se organizar nesta perspectiva, com propostas diferenciadas de organização para espaços educacionais bilíngues para surdos.

A importância de estabelecer um ambiente educacional mais significativo para as crianças surdas está intrinsecamente ligada à reflexão sobre os vários processos e políticas de inclusão educacional. A escola desempenha um papel central ao reconhecer e abordar as diversas necessidades adquiridas pelos alunos, levando em consideração suas particularidades (Ciriaco; Faustino, 2020).

Sobretudo, pensar a educação de Surdos hoje não se restringe à educação especial, conforme já apontava Skliar (1998). O AEE, nesse contexto, sugere também a mudança de perspectivas sobre os sujeitos, que, por direito, também transitam pela modalidade educacional bilíngue. Essa mudança de pensamento, conforme propõe Skliar (1998), se materializa na resistência às práticas discursivas que os constituíram ao longo do tempo, as quais ignoravam as complexas relações linguísticas, históricas, sociais e culturais que influenciam suas identidades.

#### **4. METODOLOGIA**

Assume-se neste estudo uma abordagem qualitativa, que, segundo Denzin e Lincoln (2011, p. 4), consiste em “um conjunto de práticas interpretativas que faz o mundo visível”. Ou seja, esse tipo de pesquisa visa adquirir informações descritivas sobre indivíduos, locais e interações por meio da observação direta e do envolvimento direto do pesquisador com o objeto de estudo. A compreensão dos fenômenos ocorre a partir da perspectiva dos participantes envolvidos na pesquisa (Godoy, 1995; Dalfovo, Lana e Silveira, 2008).

O estudo de caso, segundo Chizzoti (2006), é uma abordagem de pesquisa que exige rigor, adesão a protocolos de campo e conhecimento sobre o tema. Ele envolve a coleta e registro de dados de um ou vários casos específicos, com o objetivo de criar um relatório organizado e crítico, além de realizar uma avaliação analítica. Essa abordagem ajuda na tomada de decisões informadas ou na proposição de ações transformadoras com

base nas descobertas. O estudo de caso permite analisar um contexto real que pode refletir a situação de outros casos semelhantes.

Assim, o estudo envolve, em um primeiro momento, a observação de práticas escolares adotadas no AEE e em sala de aula regular com uma criança Surda de seis anos em processo de finalização da etapa da educação infantil. Adotar a observação como instrumento de coleta de dados, para Bogdan e Biklen (1994), permite um envolvimento aprofundado do pesquisador que emerge nos detalhes do contexto estudado. Para isso, foi construído um instrumento de observação ancorado nos objetivos do estudo.

As categorias de observação para registro foram segmentadas em uma tabela, possibilitando a organização das informações recolhidas. Foram elencadas as seguintes questões norteadoras a fim de direcionar as observações: Como tem ocorrido a imersão linguística da criança Surda no contexto educacional o qual se insere, questões de gestão, espaço e interação docente? Tem interprete de Libras? Tem professor Surdo? Há uso de métodos visual espacial nas aulas? A LIBRAS é utilizada nas aulas e pela aluna? Como acontece a interação dos colegas com a aluna? Há aspectos da cultura surda nos planejamentos docentes? Nos intervalos de aula, como é o comportamento da criança surda? Existe acompanhamento de professor de EE na sala de aula regular?

As observações foram registradas em um diário de campo com o objetivo de reunir e estruturar o conjunto de evidências elencadas em campo (Chizzoti, 2006). No diário, foram anotadas as informações que serviram como base para fundamentar o relatório de caso. Assim, as observações relativas aos objetivos da investigação foram sendo registradas e posteriormente utilizadas como material de análise do estudo.

Após essas etapas de observação, foram feitas entrevistas estruturadas. Conforme Gil (2010), uma entrevista estruturada é aquela em que o pesquisador define anteriormente um conjunto de tópicos ou questões que devem ser abordados de maneira uniforme e consistente com todos os entrevistados. Assim, foram realizadas duas entrevistas, uma com o professor de educação especial ouvinte e outra com o professor de Libras surdo.

A entrevista com o professor surdo foi mediada e traduzida pela professora de educação especial, fluente em Libras, e anotadas pelas pesquisadoras. Foram elaboradas quatro questões principais que inquiram sobre as ações desenvolvidas pelo professor de AEE, em ensino colaborativo, para o desenvolvimento linguístico da criança, foram elas: 1. Qual a sua compreensão sobre educação Bilingue para Surdos? 2. Quais estratégias

didáticas pedagógicas voltados a complementação do ensino, o ensino da Libras e o ensino do português como segunda Língua, tem sido utilizada na educação desta criança? 3. No seu ponto de vista, a escola adota nas práticas de organização didático-pedagógicas uma educação bilíngue no ensino – aprendizagem desta criança Surda? 4. Como é elaborado o plano de desenvolvimento individual da aluna? é feito em uma perspectiva colaborativa como o professor de escola regular? é elaborado na perspectiva da educação bilíngue, considerando aspectos linguísticos e culturais, elaborado o plano de desenvolvimento individual da aluno?

A pesquisa se inscreve em uma metodologia de caráter descritivo. De acordo com Gil (2002), uma pesquisa descritiva busca se aprofundar na descrição de características pontuais do objeto de estudo. O estudo contou ainda com orientações metodológicas da análise de conteúdo proposta por Bardin (1997), especificamente no processo de codificação dos dados recolhidos e na criação de categorias analíticas que emergiram do estudo.

Assim, foram identificadas duas grandes categorias de análise: imersão linguística da criança surda e desenvolvimento educacional da criança surda - ações e estratégias. Nessas categorias, apresentam-se os resultados do estudo materializados ora em anotações do diário de campo, ora nas entrevistas realizadas. Os participantes do estudo foram informados sobre a pesquisa a partir de uma carta de apresentação. Posteriormente, lhes foi entregue um termo de concordância e compromisso em que o estudo se compromete a manter sigilosos os dados dos participantes, e estes concordaram em participar da pesquisa.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este estudo se debruçou em compreender como tem ocorrido a imersão linguística de uma criança surda no contexto educacional no qual está matriculada. Portanto, para além de olhar a sala de aula, o estudo busca observar a organização institucional e os aspectos que facilitam ou dificultam a imersão linguística da criança. Desse modo, as categorias de análise se dividem em duas, a serem analisadas a seguir.

## **5.1 IMERSÃO LINGUÍSTICA DA CRIANÇA SURDA**

A criança Surda, sujeito deste estudo, ingressou na escola no ano de 2022, no primeiro ano da educação infantil, acompanhando até o presente estudo, todas as séries sem reprovações. Entretanto, de acordo com a professora de Educação Especial, em relação ao seu primeiro ano escolar, a aluna teve muita dificuldade de adaptação em decorrência de dificuldades na comunicação.

A socialização com a turma foi difícil, e sem nenhum instrutor, ela frequentava mais a sala do AEE do que a sala regular. A professora regente relatou, durante as observações, que a aluna chorava constantemente e não conseguia ficar na escola e com isso seu primeiro ano foi praticamente desperdiçado. Em 2023, da mesma forma, a aluna chorava muito para não ficar na escola. Esta situação pode estar relacionada às possíveis dificuldades comunicativas da escola com a criança.

Para Karnoop (2000), a criança não consegue construir significado no vácuo. Isso significa que, sem uma língua estruturada, há perdas no processo de desenvolvimento cognitivo, que envolve estreitamente a interação com os sujeitos. Para Quadros e Schmiedt (2006), a criança surda necessita de uma língua gestual visual para elaborar conceitos complexos. No caso apresentado neste estudo, a criança surda em pleno processo de desenvolvimento cognitivo, pode ser afetada pela falta da imersão linguística, seja na língua de sinais ou na língua portuguesa oral. Essas situações promovem o desconforto no ambiente escolar.

A escola torna-se, portanto, um espaço linguístico fundamental, normalmente é o primeiro espaço em que a criança surda entra em contato com a Língua brasileira de sinais. Por meio da língua de sinais, a criança vai adquirir a linguagem. Isso significa que ela estará concebendo um mundo novo usando uma língua que é percebida e significada ao longo do seu processo. Todo esse processo possibilita a significação por meio da escrita que pode ser na própria língua de sinais (Quadros; Schmiedt, 2006, p. 22- 23).

No segundo semestre de 2023, a escola iniciou uma reforma que levou à adoção de aulas híbridas. A aluna surda frequenta a escola apenas dois dias por semana: terças-feiras, com acompanhamento da educação especial e do professor surdo, e quartas-feiras, na turma regular. O professor surdo começou a atuar com a aluna no final de agosto de 2023. Embora o período seja curto, já foram observadas melhorias na interação, socialização e desempenho escolar da aluna.

Devido à reforma da sala do AEE, as aulas de Libras com a aluna surda estão sendo realizadas em um corredor próximo ao refeitório, um ambiente desconfortável. Mesmo com o horário reduzido, a aluna tem demonstrado interesse em aprender Libras e vem se comunicando cada vez mais com o professor surdo. Esse contato tem fortalecido sua aproximação com a língua e cultura surda, além de seu sentimento de pertencimento. A aluna também tem observado a comunicação em Libras entre o professor surdo e a professora de educação especial, o que a motiva a valorizar Libras como um meio completo de comunicação.

Entretanto, embora haja este estímulo do professor Surdo, em sala de aula regular “*é possível entender que os processos de desenvolvimento linguístico priorizam a língua portuguesa oral*” (Diário de Campo). Enfatiza-se que as mesmas estratégias de comunicação e ensino utilizadas com alunos ouvintes são usadas com a aluna Surda, em relato com o professor surdo.

*Nessa faixa etária, a criança não vê muita necessidade de aprender Libras. Você pode perceber que, quando faço um sinal em Libras, ela não reproduz ou não presta atenção. Tenho outro aluno na mesma faixa etária que age da mesma maneira. No entanto, conforme ela for se familiarizando, a forma como vê essa comunicação vai mudando e surgindo o interesse. No primeiro momento, estou trazendo algo com o qual ela está acostumada, como pintar, escrever e cortar. Você pode ver que ela realiza as atividades no tempo e do jeito dela, mas as faz (Professor Surdo).*

Neste aspecto, o ensino tradicional no campo da educação da criança surda pode se configurar como uma barreira no processo de aprendizagem, devido às perdas de desenvolvimento linguístico (Lacerda, 2006). Isso ocorre porque optar pela oralização dos sujeitos visa normalizar o surdo e adequá-lo ao universo ouvinte, o que nem sempre é um processo tranquilo e natural. Entretanto, no contexto da educação infantil, a autora recomenda que as estratégias de comunicação e ensino estejam voltadas para o uso de imagens, histórias e figuras representativas.

Este cenário tem demonstrado que não há, de fato, a estruturação e desenvolvimento de uma educação bilíngue para essa aluna. No entanto, os professores entrevistados compreendem esse processo e estão tentando mobilizar e potencializar a aquisição da Libras e do português como segunda língua na vida escolar da criança surda.

Para a professora de Educação Especial, a imersão linguística no ensino bilíngue é fundamental “*para sua comunicação com o mundo*”. Além disso, de acordo com o professor surdo, o município deveria juntar esforços para a criação de uma escola bilíngue para

surdos, classes bilíngues ou escolas-polo, a fim de reunir esses alunos e lhes proporcionar profissionais bilíngues que adotem metodologias visuais e considerem a cultura dos sujeitos surdos. Entretanto, segundo a professora de Educação Especial, esses empreendimentos têm sido impedidos também pelas famílias que não compreendem a perspectiva teórica e de vida da surdez e do uso da Libras, optando muitas vezes pelo oralismo para seus filhos.

Para Strobel (2009), a abordagem oralista tem como objetivo capacitar indivíduos com surdez a utilizar a língua oral, seja ela de qualquer comunidade ouvinte, como a principal forma de expressão linguística. Assim, usa-se a voz e a leitura labial como meios de comunicação social e educacional. Para Skliar (1998, p. 15), essas práticas, consideradas ouvintistas, se caracterizam como “representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narra-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais”

Entra em jogo nessa percepção os modos de pensar o sujeito surdo dentro do binarismo normal-anormal, conforme pontua Lopes (2007). Ou seja, o surdo passa a ser representado como sujeito deficiente por falta da audição e não mais dentro da lógica da diferença linguística, cultural e política, como defendem muitos autores da área (Skliar, 1998, 2003; Lopes, 2007; Lacerda, 2006; Karnoop, 2000).

Em contraposição ao oralismo, e também de acordo com os esforços demonstrados pelos professores entrevistados neste estudo, há um movimento importante para que o bilíngüismo se efetive como método primordial na educação da criança surda, mesmo compreendendo que essas escolhas, apoio e compreensão devem envolver a família. Sobre isso, a professora de Educação Especial comenta que *"ela não tem acesso à Libras em casa, e os gestos que ela faz são suficientes para se comunicar. A responsável legal não vê necessidade de aprender"*. Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido, que vai além dos muros escolares e envolve uma relação da escola com a família, de conversa, de compreensão, e de direcionamento sobre as opções educacionais e linguísticas do aluno.

Embora a escola não proporcione um ambiente linguístico bilíngüe adequado, já existem esforços para o ensino-aprendizagem do português na modalidade escrita. Há, portanto, duas situações que se contradizem: a aluna não domina Libras nem a língua oral de forma fluente, e mesmo assim o português tem sido praticado nas metodologias escolares. Este processo acaba sendo ainda mais desafiador. Entretanto, a professora de

Educação Especial tem se esforçado para respeitar o tempo da aluna e seus interesses linguísticos no processo de ensino do português na modalidade escrita.

Quadros e Schmiedt (2006) enfatizam a importância de utilizar estratégias específicas no ensino do português como segunda língua para alunos surdos, incluindo o uso de estímulos visuais e atividades lúdicas para facilitar a compreensão. Eles destacam dois tipos de leitura: uma para informações gerais e outra para detalhes específicos, e recomendam que o professor alinhe as atividades de leitura aos interesses dos alunos, motivando-os a entender o propósito da leitura. A comunicação em língua de sinais sobre o conteúdo é essencial para aprofundar a compreensão.

Embora haja uma mobilização inicial dos professores, especialmente do professor surdo e da professora de Educação Especial, ainda existem resistências por parte do professor da sala regular em adaptar suas metodologias. Esse conflito linguístico indica que nem a língua oral nem Libras têm sido plenamente eficazes para o desenvolvimento cognitivo da criança surda. No entanto, o processo de aquisição linguística da aluna surda já não é mais invisível, e a presença do professor surdo na escola tem sido crucial para essa mudança.

## **5.2. DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA SURDA - AÇÕES E ESTRATÉGIAS**

Observou-se que de modo geral a escola, embora demonstre esforços em promover a inclusão linguística da aluna, ainda registra situação de exclusão. A falta de cultura e políticas inclusivas dificulta a adaptação da aluna surda, que teve que se ajustar sem um instrutor, visto que o professor surdo chegou recentemente na escola. Sendo assim, o primeiro ano da aluna foi na sala regular sem o auxílio de nenhum instrutor e com a professora regente sem especialização para o ensino bilíngue, como mencionou a professora em uma conversa formal.

*Antes do professor chegar ela não fazia as atividades, chorava muito, e logo se estressava, ela precisa muito de um instrutor surdo para atender as necessidades dela, por que eu sei pouquíssimo de libras e não me comunicava através da Libras (Diário de Campo).*

A aluna tem uma boa socialização; os alunos a respeitam e brincam com ela. No entanto, na hora das atividades, ela não demonstrava interesse em participar. Por

exemplo, em atividades como pintura, recorte e desenho, ela se interessava e participava, mas em outras não, ficando às vezes a aula toda sem fazer nenhuma atividade. No caso deste estudo, embora apresente uma interação satisfatória com os colegas e professores através da língua oral, há um déficit no processo de ensino-aprendizagem devido à ausência de recursos adequados e métodos de ensino adaptados, além da falta de materiais apropriados para atender às suas especificidades.

Entretanto, sua comunicação em Libras não é fluente, e não há reuniões diárias entre a professora regular e a da educação especial, evidenciando a falta de estratégias inclusivas. A aluna enfrenta atividades predominantemente individuais, sem consideração à diversidade. A ausência de flexibilização curricular contribui para seu isolamento, limitando a interação ao instrutor Surdo. Durante a observação, foi possível perceber a exclusão da aluna durante o intervalo, pois ela tem contato apenas com o instrutor, ficando isolada e sem interação com os outros colegas. A falta de atividades recreativas intensifica essa exclusão.

Segundo Skliar (2017), a total ausência de uma roda de conversa nos espaços escolares, que possibilitaria uma consciência crítica, redefine o pensamento de que a criança surda é incapaz de socializar com os demais alunos ao seu redor. Por isso, Skliar (2017) argumenta:

A questão acerca do destino de uma educação bilingue para os surdos se mantém, de todo modo, tensa e inalterável, preocupada eticamente com a história de uma comunidade linguística e seu presente e pela existência de sujeitos concretos que, como tantas questões acerca do destino de uma educação bilíngue para outros. Não podem nem devem ser abandonados à própria sorte (Skliar, 2017, p. 24)

Seguindo esse pensamento, Skliar (1998), ao mencionar a educação bilíngue, destaca a disparidade entre o número de surdos e o número de professores ouvintes. Visto isso, a língua de sinais é uma parte essencial da comunicação para os surdos, e sua não valorização ou entendimento por parte dos professores ouvintes pode reforçar ainda mais a assimetria de poder.

Seguindo essa perspectiva, Oliveira (2015) destaca que a Educação Inclusiva busca garantir o acesso de todos os indivíduos às escolas de ensino regular, representando não apenas um avanço conceitual, mas também uma mudança de paradigmas na educação. Exercer uma educação inclusiva é possibilitar que todos os alunos tenham acesso ao conteúdo proposto, fazendo flexibilização curricular quando necessário.

Quanto a isso, a professora de Educação Especial comenta que "*Apesar de eu achar os professores bem flexíveis em questão de adaptação de conteúdo, não realizamos várias didáticas que são necessárias para o desenvolvimento dos alunos*" (Prof. Ed. Especial). Entretanto, em outro momento, ela comenta que:

*Eu, e a professora sentamos e vemos atividade que vamos fazer com ela, os professores da escola são bem acessíveis e conseguimos ter um bom relacionamento e fazer um bom trabalho. Nós não incluímos uma educação bilíngue, acabamos trabalhando mais a língua portuguesa e dificilmente trabalhamos a LIBRAS (Profa. Educação Especial).*

No entanto, mesmo com este esforço colaborativo, em observação anotada no diário de campo é notório que "as atividades desenvolvidas seguem os mesmos métodos de ensino abordados com alunos ouvintes" (Diário de Campo). O ensino é, portanto, realizado de forma tradicional, utilizando atividades como desenhos, letras do alfabeto para ela cobrir e repetir.

Para Peixoto (2006), é fundamental ponderar sobre a transformação das abordagens pedagógicas ao longo do tempo, uma vez que, por um longo período, estas foram majoritariamente focadas na oralidade, conferindo primazia à audição e concebendo a surdez como uma condição patológica. O autor enfatiza ainda a necessidade do uso de instrumentos visuais, artísticos e culturais dos surdos como meio de estimular o interesse do aluno pelas atividades escolares. Nas atividades de ensino do Português, é essencial instrumentalizar o aluno surdo na sua língua natural, a Libras, para assim utilizar metodologias adequadas ao ensino do português como segunda língua. Peixoto (2006, p. 208) argumenta: "A língua de sinais instrumentaliza o surdo a interpretar e a produzir palavras, frases e textos da língua escrita, assumindo papel semelhante ao que a oralidade desempenha".

A professora de Educação Especial comenta que são utilizadas metodologias específicas: "*Usamos diversas estratégias pedagógicas, como pinturas, escrita, recorte e jogos, além do ensino de Libras pelo professor*". Ainda, de acordo com o instrutor surdo, é importante o estímulo visual, com atividades interativas que atraiam a atenção da criança surda e estimulem a experiência visual. Segundo este professor, tais atividades são conduzidas por ele nas aulas, e sua presença tem tido impacto positivo no interesse e comportamento da aluna em sala de aula regular. Esses efeitos estão relacionados tanto à relação da criança com este profissional surdo quanto às metodologias utilizadas por ele no processo de ensino-aprendizagem.

A professora de Educação Especial reconhece que após a chegada do professor surdo na escola, a aluna teve significativo avanço linguístico, de comunicação, de comportamento e educacional. De acordo com Mendes (2010), o futuro da Educação Inclusiva no Brasil dependerá de um esforço conjunto que exigirá uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e pessoas com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, é necessário que todos os envolvidos se comprometam com uma meta comum, reconhecendo a importância da educação inclusiva e de excelência para todos os alunos.

Para Ciriaco e Faustino (2020), quando se trata das crianças surdas, é essencial considerar a utilização da língua de sinais e a ênfase na dimensão visual como componentes fundamentais. Portanto, a escola deve ser um espaço sensível às diferenças, criando um ambiente que promova a inclusão de maneira adequada e eficaz, atendendo às necessidades dos indivíduos e proporcionando um processo educacional mais completo e enriquecedor.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo conclui que a imersão linguística da aluna surda está em estágio inicial, com a recente presença de um professor surdo na escola. A aluna ainda não domina a língua gestual visual nem a língua oral, o que dificulta seu atendimento e pode gerar desafios no desenvolvimento cognitivo, emocional e social, afetando seu aprendizado. O estudo destaca a importância do fortalecimento das instituições de ensino e das políticas educacionais para apoiar o desenvolvimento das habilidades linguísticas, cognitivas e sociais das crianças surdas.

A presença de um professor surdo é vista como fundamental nesse processo, não apenas para a identificação linguística, mas também para o desenvolvimento de estratégias de inclusão social. Embora os resultados indiquem avanços iniciais na educação bilíngue da aluna, ainda há um longo caminho a ser percorrido. O estudo sugere a necessidade de explorar abordagens alternativas para melhorar o desenvolvimento contínuo da aluna e reforça a importância de um compromisso com a equidade, inclusão e respeito à diversidade na educação de crianças surdas.

## 7. REFERÊNCIAS

- ANTIA, S.D.; STINSON, M.S. **Some conclusions on the education of deaf and hard-of-hearing students in inclusive setting**: endnote Journal of Deaf Education, Oxford, v.4, n.3, p. 246-248. 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal/ Lisboa:edições 70, 1997.
- BOGDAN, Robert; BIKLRN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**, Portugal: Porto,1994.
- BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na interpretação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm) Acesso em: 20 de Agos. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais** - orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- BRASIL. **Lei No. 7.853 de 24 de outubro de 1989**, Brasília/DF, 1989.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB no2, de 11 de setembro de 2001**, Brasília/DF, 2001.
- BRASIL. **Lei n. 14.191, de 03 de agosto de 2021**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de ago. de 2021.
- BRASIL. **Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, Brasília/DF, 2005.
- BRASIL. **Decreto no 6.571, de 17 de setembro de 2008**, Brasília/DF, 2008.
- BRASIL. **Decreto no 7611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília/DF, 2011.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC - Brasília/DF, 2008.
- BRASIL. **Resolução No 4, de 2 de outubro de 2009**, Brasília: DF, 2009. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTU5MTYyMg/> . Acesso em: 11 nov.2023

CIRIACO, C. M. M., & FAUSTINO, G. (2020). **A educação de surdos e o atendimento educacional especializado: um estado do.** *Educação E (Trans)formação*, 152-165. de <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/321> Acesso: 06. Dezembro. 2023

COSTA, V.A. (Org.). **Formação e pesquisa: articulação na educação inclusiva.** Niterói: Intertexto, 2015.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Roteiros de pesquisa.** Rio do Sul, SC: Nova Era, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research.** Thousand Oaks: Sage, 2011.

DORZIAT, A., MORAIS, M. M., CARVALHO, L. S. M., & ROMÁRIO, L. (2016). **Incentivo à cultura surda nos processos educacionais: experiência visual e desenvolvimento linguístico em foco.** *Revista Entreideias*, Salvador, 8\*(3)\*, 6-8. <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/28775>. Acesso em: 10/12/2023.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** *Revista Interdisciplinar Ciência Aplicada.* Blumenau, v. 2, n. 04, p. 01-13, 2008.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia.** São Paulo: Editora Ática, 1997.

GESUELI, Zilda Maria. **Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão.** *Educ. Soc.* Campinas, vol. 27, n. 94, p. 277-292, jan./abr. 2006.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GROSJEAN, François. **Living with two languages and two cultures.** In Ila Parasnis (ed.) *Cultural and language diversity and the deaf experience.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 20-37.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.** *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

HENRIQUE, Timótheo Machado. **Educação de Surdos- aspectos histórico-linguístico-Culturais da comunidade surda.** *Revista Educação Pública*, v.21, nº 35,21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/35/educacao-de-surdos-r-aspectos-historico-linguistico-cultuais-da-comunidade-da-comunidade-surda>. Acesso em: 10 jun. 2023

HARRISON, K. M. P; TESKE, O. (orgs). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2002.

KARNOPP, L. B. Língua de Sinais e Língua Portuguesa: em busca de um diálogo. In LODI, A. C. B; LACERDA, C.B.F. **A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes; focalizando a organização do trabalho pedagógico**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23,2000, Caxambú. Anais. Caxambú; Anped,2000.

LACERDA, C.B.F. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 20 Agos 2023.

LACERDA, C.B.F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre suas experiências**. Cad. Cedes Campinas, vol.26, n.69, p.163-184, maio/ago.2006.

LOPES, M. C. **Surdez e educação**. Belo Horizonte, Autentica. 2007.

MENDES, E.G. **Breve histórico da Educação Especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogia, v.22, p. 93-100, 2010.

OLIVEIRA, R.M.G. **Inclusão escolar: articulação entre sala de ensino regular e atendimento educacional especializado no município de Imperatriz, MA**. In: COSTA, V.A. (Org.). Formação e pesquisa: articulação na educação inclusiva. Niterói: Intertexto, 2015.

PEIXOTO, R. C. **Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda**. Campinas: Cad. Cedes, v. 26, n. 69, p.205-229, maio/ago. 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port\\_surdos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf) Acesso em: 10 Agos 2023

SILVA, Ana Aparecido da; COSTA, Walber, Christiano Lima da. **Matemática e Língua Portuguesa no AEE: alguns apontamentos**. Revista. GPES-Estudos Surdos (ISSN 2595-9832)v 1 n.1. 2018.

SILVA, Ana. Cristina Silva et al. Análise do perfil dos professores do atendimento especializado das escolas municipais de Uruguaiana/ RS **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**. v, 10,n 2. 2019

SILVA, EV de L. A escrita de Língua de Sinais na escola inclusiva através do AEE. **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, 2013.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

Disponível em: História da educação de surdos - Karin Strobel - arquivo em pdf. Acesso em 29 set 2023.

SKILIAR, Carlos. **As diferenças e as pessoas surdas**. Fórum, Rio de Janeiro, n.36, p 15-22, 2017. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/426>. Acesso em 19 de Out. 2023.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, Carlos. **Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos**. Rev. Bras. Educ. [online]. 1998, n.08

SKLIAR, C.B.; LUNARDI, M.L. **Estudos surdos e estudos culturais em educação**. In: LACERDA, C.B.F.; GÓES, M.C.R. (Org.). Surdez, processos educativos e subjetividade São Paulo: Lovise, 2000. p. 11-22

SKLIAR, Carlos **A educação e a pergunta pelos outros: diferença, alteridade, diversidade e o outros "outros"**. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca - Espanha, 1994.

## **Capítulo 5 - REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA E ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE SURDO**

**Flávio Domingos**

Mestrando da Pós-graduação do Curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue pelo INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos (2024), graduado em Pedagogia pela mesma instituição e Pós-graduado em Letras - Libras pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante FAVENI. E-mail: flaviodomingostilsp@gmail.com

**Ana Regina e Souza Campello**

Professora da Pós-graduação do Curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue – Departamento de Ensino Superior / INES. E-mail: anacampelloines@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

A história foi construída por povos distintos que se espalharam pelo mundo, levando consigo traços culturais e identitários de cada grupo social ao qual pertenciam. Baseando-se nesse argumento, pode-se compreender que as identidades estão sempre em reconstrução, ou seja, modificam-se em cada indivíduo, grupo social, época e sociedade nas quais estão inseridos.

Até os dias atuais, muitas pessoas da sociedade brasileira desconhecem a definição da palavra surdo, na perspectiva defendida pela comunidade surda. Definem-se enquanto um grupo minoritário, pois militam há séculos para mostrar à sociedade majoritária que o fato de não ouvirem não os caracteriza como sujeitos deficientes. Por meio da língua de sinais, são capazes de se expressar, construir conhecimentos, atuar como tradutores-intérpretes em línguas de sinais, exercendo assim a sua cidadania. A surdez representa a construção de uma identidade cultural, social e política.

A aquisição da língua de sinais proporciona ao indivíduo surdo o início de novas experiências e a ampliação de conhecimentos de mundo. A questão da identidade

linguística e cultural da pessoa surda está presente na legislação brasileira através da Lei de Libras nº 10.436 (BRASIL, 2002) e do Decreto que regulamenta a Lei de Libras nº 5.626 (BRASIL, 2005). Essa legislação preconiza a garantia do uso, da difusão, da oferta de acessibilidade e formação de profissionais e a inserção curricular da Libras enquanto disciplina obrigatória e/ou optativa dos cursos de ensino superior em geral, de fonoaudiologia, de educação especial e em Licenciaturas do país. Tais documentos legais precisam ser disseminados, pesquisados, debatidos e explorados, a fim de alavancar a militância da comunidade surda no Brasil.

Logo, uma das conquistas dessa militância é a atuação dos profissionais intérpretes surdos, que mesmo sem o sentido da audição, podem por meio da Libras e/ou língua portuguesa, trabalhar nesse campo interessante e profícuo de investigação. Assim, algumas inquietações foram surgindo como: Qual a função do profissional intérprete surdo? Quais seus diversos campos de atuação? Nas atividades profissionais de tradução e interpretação ocorrem diferenciações entre os surdos e os ouvintes? Há uma identidade tradutória surda? Os profissionais surdos têm sido contemplados e valorizados pelas leis atuais? Quais os enfrentamentos encontrados pelos surdos nesse processo de construção de uma identidade profissional de tradutor-intérprete de Libras e/ou Sinais Internacionais (SI)?

A partir de tais questionamentos, foram delimitados os seguintes objetivos:

- Conhecer a história da educação de surdos, relacionada à identidade e cultura surda.
- Refletir sobre a função do profissional intérprete surdo e seus diversos ramos e modalidades de atuação.
- Verificar experiências vividas por intérpretes surdos como maneira de compreender a formação e áreas de atuação desses profissionais.

Este artigo pretende discutir algumas características das construções profissionais de sujeitos surdos que atuam na área de tradução e interpretação, através de pesquisas bibliográficas. Todavia, é possível adentrar na discussão da recente atuação dos surdos no campo da tradução e interpretação da Libras e da língua de sinais de outros países, em eventos do campo educacional e científico. Este artigo tem como objetivo central discutir se há reconhecimento e valorização do profissional tradutor-intérprete surdo.

A justificativa desse critério baseia-se na necessidade de acesso às informações disseminadas na área. A área de tradução e interpretação será investigada a partir da

análise dos materiais coletados nas referências teóricas para ressaltar a importância dos profissionais tradutores Intérpretes surdos brasileiros.

## **2. A HISTÓRIA SOBRE OS SURDOS**

Historicamente, ao falarmos da comunidade surda, devemos investigar alguns acontecimentos de suma importância para os grupos de surdos existentes no Brasil. Esses fatos ainda geram grandes discussões na educação dos surdos pelo mundo. Ocorreram muitos impasses em relação a alguns métodos usados nos processos de inclusão do sujeito surdo, denominados de deficientes auditivos, em alguns momentos da história.

Na Grécia Antiga, por exemplo, e durante muitos anos, não havia definição das especificidades de deficiência, como podemos verificar através do recorte histórico em Meireles (2014). A autora argumenta que na Grécia Antiga era de praxe a “eliminação das pessoas com deficiência”, devido aos padrões valorizados na época, como “corpo, a força e a beleza”.

Meireles (2014) cita que na Idade Média, a religião passa a caracterizar a deficiência como castigo de Deus e as pessoas com algum tipo de comprometimento físico ou sensorial eram consideradas pecadoras. No entanto, com o surgimento do renascimento e a ampliação das artes e das pesquisas científicas, a sociedade moderna passou a defender o direito à vida e o amor ao próximo. Logo,

com o surgimento da Idade Moderna o renascimento das artes, das músicas e o desenvolvimento da Ciência, o conjunto de saberes como credices, bruxarias e misticismos que caracterizavam as pessoas com deficiência na Idade Média, foi sendo desconstruído. (Meireles,2014, p. 26)

Durante muito tempo, os surdos foram marginalizados, excluídos da sociedade, tidos como incapazes e necessitados de reparos através de medicamentos e tratamentos. No entanto, houve um momento da história, na qual, a atenção voltou-se para a educação dos indivíduos surdos. De acordo com a historiadora Solange Rocha (2008), metodologias foram aplicadas na educação, na tentativa de inserção do sujeito surdo no mercado de trabalho e na sociedade. Foram as seguintes: “oral, mímica e mista”. Conforme a autora, existia uma preocupação em classificá-los e isso gerou metodologias como essas a seguir:

1. Oralização para aqueles que tinham um pouco de resíduo auditivo. 2. Escrita para os “duros de ouvidos”, aqueles que nasceram com surdez profunda.

Rocha (2008) apresenta ainda em seu livro de comemoração dos 150 anos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que em 1620 ocorreu a primeira publicação de um livro voltado à educação dos surdos. Vimos que até aqui não havia ainda uma metodologia palpável, várias tentativas ocorreram no decorrer da história, contudo, o lançamento desse livro foi um grande marco para a iniciação de outras abordagens.

Era necessária uma mudança na vida desses sujeitos, não poderiam continuar sendo tratados como alienados ao mundo que os rodeava. Ainda assim, viriam muitos outros desafios pela frente. Com a criação de duas escolas europeias dava-se o início de uma grande jornada. Aparentemente, tudo estava corroborando para propagação da educação de surdos. Sacks (2010), destaca que estavam surpreendentemente ampliando o acesso educacional das pessoas surdas, ao ponto de ter sido inaugurada uma faculdade nacional em Washington, nos Estados Unidos, por Thomas Hopkins Gallaudet, na qual teve seu filho como primeiro reitor (Edward Gallaudet, em 1816), atualmente conhecida como Gallaudet University.

A revolução já era tão notória, que poderíamos afirmar que alguns surdos passaram a se constituir de uma identidade acadêmica, conquistada em pouco tempo, após as escolas da Alemanha e da França e a universidade Gallaudet terem sido fundadas. Em menos de um século, os surdos mostraram-se capazes de se comunicarem, estudarem e ampliarem seus conhecimentos acadêmicos como qualquer outra pessoa. Conforme o que Sacks (2010) relata em seu livro, *Vendo Vozes*, havia 550 professores em todo o mundo voltados a educação de surdos e 41% desses professores eram surdos, em 1869.

No Brasil, a educação de surdos enfrentava os mesmos desafios de outros países. As dificuldades relatadas e o tratamento aos surdos descritos pelos autores estrangeiros, também ocorriam no Brasil. Rocha (2008) esclarece que em 1855, um professor francês de nome E. Huet<sup>4</sup>, apresentou ao Imperador Dom Pedro II um projeto de criação de uma escola voltada à educação de surdos brasileiros.

O projeto acima mencionado foi de grande valia para a educação dos surdos do Brasil, pois a partir desse momento, ocorreram políticas voltadas à educação de surdos. Citado por Solange Rocha (2008), em seu livro comemorativo, E. Huet apresentou duas

---

<sup>4</sup> Huet nasceu em Paris, no ano de 1822, e ficou surdo aos 12 anos de idade, depois de ter contraído sarampo. (Rocha, 2008, p. 27)

propostas ao Imperador. Essas propostas visavam a criação de uma escola de caráter privado, com bolsas de estudos para os alunos surdos que vinham de classes menos prestigiadas, custeadas pelo império em caráter público.

Outra proposta foi a criação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, e que posteriormente, passou a ser denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), denominação que consiste até os dias atuais. A partir desse momento, a escola que de início era privada, tornou-se de caráter público. Esse marco histórico alavancou a comunidade surda do Brasil.

### **3. SURGIMENTO DA FUNÇÃO DE TRADUTOR INTÉRPRETE**

O cargo de Tradutores Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) foi regulamentado pela Lei nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010) e alterado pela nova Lei nº 12.319 (BRASIL, 2023). A profissão se expandiu em instituições religiosas do país a partir da década de 80 (Quadros, 2004) e, na década seguinte - anos 90 - iniciaram as ofertas de cursos de formação e contratos formais em eventos das associações e centrais de atendimentos aos surdos promovidos principalmente pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS), em diferentes espaços públicos e privados.

Há algumas décadas, o Tradutor Intérprete de Libras e Língua Portuguesa não tinha a sua atuação reconhecida como profissão e as atividades profissionais realizadas não eram registradas e eram exercidas de forma voluntária (Tuxi, 2009). A partir do momento em que a comunidade surda começou a ter acesso a diversos espaços que não eram acessíveis, surgiu a necessidade de aprenderem outras línguas de sinais e orais (na modalidade escrita), para expandir os espaços de comunicação e tornarem-se bilíngues. Os intérpretes das línguas orais surgiram bem anteriormente aos de línguas de sinais, considerando esses aspectos, foram surgindo e criaram-se identidades profissionais e tradutórias.

Essas novas identidades tradutórias se reconfiguraram com o aparecimento dos intérpretes e tradutores das línguas de sinais, que foram construindo o seu perfil de atuação à medida que a comunidade surda passou a ocupar espaços de inserção social por todo o território mundial. Muitos tradutores de Libras/Português começaram as suas práticas de forma empírica, nos âmbitos do mercado informal e sem vínculo empregatício. Souza (2017, p. 21) afirma que “[...] podemos inferir que o aprendizado de interpretação

se dava por imersão no ambiente linguístico e o domínio da língua de sinais impulsionava o exercício da atividade de interpretação”. Nesse caso, inúmeros intérpretes tiveram as suas primeiras experiências em instituições religiosas por meio do voluntarismo, ou seja, sem formação ou de comprovação de fluência em língua de sinais.

Muitas dessas pessoas que lutaram pela comunidade surda no mundo corroboraram para o fortalecimento e o reconhecimento do profissional intérprete no Brasil. Mas quem é o profissional intérprete? Nesse caso, a pessoa responsável em fazer a mediação de uma língua fonte para uma língua denominada de língua alvo (Quadros, 2004). A autora defende que a língua fonte é aquela que o intérprete ouve ou vê para realizar a interpretação para língua alvo, seja ela sinalizada, por meio da escrita ou também na versão da Libras para a língua portuguesa.

A tradução da língua portuguesa para a Libras, e vice-versa, poderá ser contemplada em duas modalidades principais, simultânea e consecutiva:

Simultânea é o processo de tradução-interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte) processá-la e passar para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação. (Quadros, 2004, p. 11)

A tradução-interpretação simultânea representa um dos momentos mais difíceis para o tradutor-intérprete, pois, nesse momento ele precisa estar muito concentrado ao discurso e isso demanda um grande esforço mental. Essa dinâmica de atenção redobrada não se deve, apenas, ao fato de acompanhar a sinalização ou a fala oral, mas compreender o que está explícito e implícito ao discurso. Nesse sentido, Costa (2017, p. 54) esclarece que:

Os profissionais tradutores e intérpretes precisam fazer escolhas lexicais coerentes e adequadas, mas que não são automáticas, visto que não existe uma palavra da língua portuguesa específica e correspondente para cada sinal produzido ou emitido em Libras.

Na tradução de um texto, deve levar-se em consideração a cultura da língua fonte e da língua alvo para contextualizar o discurso de maneira apropriada. Em contrapartida, a tradução-interpretação consecutiva se diferencia da simultânea, pelo fato de ter um tempo hábil para refletir, avaliar e compreender o discurso. Isso não significa ser um processo mais fácil, pois também demanda um esforço e conhecimento da área mencionada para estabelecer a comunicação entre duas línguas distintas.

Consecutiva é o processo de tradução-interpretação de uma língua para outra que acontece de forma consecutiva, ou seja, o tradutor-intérprete ouve/vê o enunciado em uma língua (língua fonte), processa a informação e, posteriormente, faz a passagem para a outra língua (língua alvo). (Quadros, 2004, p. 11)

É evidente que não basta saber duas línguas para ser um tradutor-intérprete, essa tarefa demanda muito estudo e prática no ofício, para que se venha manter uma qualidade no desempenho profissional. A categoria de mediadores linguísticos tem que enfrentar, muitas vezes, dificuldades no momento da interpretação, como por exemplo: o discurso nas línguas orais produzido pelo emissor do discurso de uma forma acelerada; o regionalismo; a falta de coerência e coesão nas mensagens emitidas. Essas questões não ocorrerem somente em línguas orais, mas também são frequentes nas línguas sinalizadas.

Para que o profissional consiga realizar a interpretação com clareza é necessário um grande esforço mental. A autora Rosa (2005, p. 63) esclarece “não existe nenhuma língua capaz de dar conta de outra língua, pois a língua se apresenta como uma formação que se fecha sobre si mesma”. Tendo em vista essa afirmação, o tradutor-intérprete sempre tentará manter o máximo possível de equivalência linguística na tradução de uma língua para outra. Isso exige:

O compromisso de fidelidade requereria do tradutor a busca de um equilíbrio entre a alteridade com o original. Esse compromisso não se restringiria somente na relação texto original/tradutor, mas existiria a preocupação de ser fiel às expectativas e às necessidades do leitor pretendido. (Rosa, 2005, p. 65)

A pesquisadora defende que o tradutor-intérprete deve estar sempre atento às minúcias e semelhanças entre a língua fonte e a língua alvo. Pode perceber além do enunciado lógico, ou seja, daquilo que, de alguma forma, carrega consigo conceitos implícitos ou ideológicos, para que não venha traduzir informações desagregadas descontextualizadas com a língua fonte. De acordo com Rosa (2005), o tradutor não pode se apegar a traduzir palavras por palavras, nem tão pouco inferir questões que se distanciam da discussão e do tema, o ato de tradução só ocorre quando o tradutor consegue entender a mensagem e versa para língua alvo.

O sentido não preexiste à compreensão, entretanto é constituído por ela; todavia, o tradutor mais constrói, reconstrói, transforma e recria do que simplesmente transporta algo que estava a princípio imutável no texto dito como original. A tradução nos obriga a investigar detalhadamente a função de cada palavra, esquadriñar atentamente o sentido de cada

frase e, finalmente, reconstruir a paisagem mental do autor e descobri-lhe o que o autor quis dizer (Rosa, 2005, p. 68).

Esses aspectos apontados na citação acima demonstram que no momento de uma tradução simultânea ou consecutiva, o profissional necessita muito mais do que fluência em uma língua, deverá ter experiências, conhecimentos culturais e vocabulários que permeiam as duas línguas durante a tradução-interpretação,

para que isso ocorra, é necessário que a mensagem da língua de chegada seja submetida às mesmas vicissitudes da mensagem pretendida no original, passando por nova expressão linguística. E no caso das línguas de sinais, não só a mensagem do original será transformada, mas também a modalidade da língua de partida passando de uma língua oral-auditiva ou escrita para uma língua visual espacial (Rosa, 2005, p. 69).

Campello (2014) no seu artigo suscitou que:

.....o papel de Intérprete Surdo de Língua de Sinais Brasileira e seu exercício já vêm desde 1875, quando Flausino Gama era “repetidor” (Felipe, 2000) na sala de aula do Imperial Instituto de Surdos Mudos. Durante o trajeto do papel de Intérprete Surdo tem o seu destino obscuro já que a produção sobre esta função está localizada nos arquivos raros da Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no Rio de Janeiro. Fora do contexto educacional, muitos Surdos já exerceram suas funções fora das situações educacionais, tais como: tradução / interpretação aos Surdos no Serviço Social / Psicologia, em CABERJ do BANERJ. No entanto, somente em 1993 há o reconhecimento do uso do Intérprete Surdo da modalidade interlingual (no sentido de Jakobson, 1992)<sup>5</sup> no espaço acadêmico. Isso acontece na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, quando foram promovidos os cursos no pré - II Congresso Latino-Americano de Bilinguismo (Língua de Sinais / Língua Oral) para Surdos. Os cursos elaborados pelos professores Surdos: americano Ken Mikos e sueco Mats Jonsson foram traduzidos / interpretados pelo intérprete Surdo de ASL/Libras, Nelson Pimenta de Castro. Também tivemos este tipo de atuação em 2010, por ocasião do V Congresso Deaf Academics, realizado na UFSC. Nesta ocasião, tivemos vários intérpretes Surdos fazendo a interpretação simultânea da ASL para a Libras, assim como também da LSI para a Libras. A LSI é um sistema de sinais internacionais com o objetivo de melhor entendimento o uso de várias línguas de sinais, para criar uma língua fácil de aprender e de se comunicar. É uma língua que surgiu a partir dos encontros das lideranças surdas europeias, no caso da Federação Mundial dos Surdos (WFD em inglês) e passou a ser usada sistematicamente em eventos internacionais (2014, p. 146).

---

<sup>5</sup> Jakobson (1992) afirma a tradução interlingual, que é a interpretação de signos verbais por meio de alguma outra língua

Além disso, no desenvolvimento e conclusões de algumas disciplinas, também houve a tradução / interpretação nestas modalidades, por exemplo, a atuação pioneira de uma intérprete Surda (autora deste artigo) na disciplina de Análise do Discurso, de Letras Libras, turma 2006 até no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) iniciado em 2017 até a presente data. A adequação de normas, função e de novo campo de trabalho foi tomando corpo e passou a ser reconhecida, culminando na inclusão de candidatos Surdos para a realização do Exame Prolibras na qualidade de tradutores/intérpretes de línguas de sinais, a partir de 2009.

#### **4. PROCESSO TRADUTÓRIO AO PÚBLICO-ALVO: PESSOAS SURDAS**

O processo de tradução não é tão simples como muitos acreditam, é necessário que as instituições de ensino fomentem a valorização e o reconhecimento desse profissional e de sua profissão, ao promover conhecimento e formação em várias áreas “(...) a particularidade de abranger a formação geral e profissional” (Belém, 2010, p. 21). A capacitação e a formação continuada não abarcam apenas a área da educação, tendo em vista, a necessidade da presença do TILSP em outras instituições e setores da sociedade e isso seria uma das formas de valorizar o tradutor-intérprete.

Vimos anteriormente alguns aspectos da atuação de profissionais tradutores e intérpretes nas modalidades orais e sinalizadas. De modo geral, as competências e habilidades linguísticas e tradutórias são mencionadas por documentos legais de maneira generalista e não delimitam cada função desempenhada nas áreas atendidas e as demandas de atuação dos TILSP surdos, profissionais que desempenham variadas atribuições e que estão galgando espaços, cada vez mais ampliados, em diversos campos de ação.

Ao investigar o procedimento de tradução e interpretação de pessoas surdas, constatou-se que os profissionais ainda não são amplamente reconhecidos e valorizados. Entretanto, alguns tradutores e intérpretes surdos têm se destacado no ofício em eventos e materiais produzidos. Em contrapartida, não há qualquer menção do serviço prestado por esses profissionais em leis ou documentos específicos da classe trabalhadora. A própria Lei de regulamentação da profissão, Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010), não menciona a possibilidade de pessoas surdas atuarem em modalidades específicas, a exemplo da interpretação da Libras para as línguas de sinais de outros países e/ou sinais

internacionais, além da produção de materiais traduzidos da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa.

É preciso ampliar a investigação científica concernente às atividades ocupadas pelo profissional tradutor-intérprete surdo nos espaços acadêmicos e nas instituições de ensino. Algumas atividades teóricas e práticas vêm sendo construídas no intuito de corroborar com a acessibilidade e disseminação de conhecimentos entre pessoas surdas e ouvintes, de modo a prestar o devido reconhecimento ao TILSP surdo e ouvinte. De acordo com os autores destacados abaixo:

Utilizamos os termos surdo e não surdo em oposição ao binômio mais comumente utilizado: surdo x ouvinte, por entendermos que dentro da interpretação de/para línguas sinalizadas, a interpretação com *feed* é mais utilizada em contexto em que hajam surdos nos times de interpretação, ou seja, o intérprete ouvinte (não surdo), geralmente, não é o responsável pelo produto final da interpretação. Por isso, prioriza-se a categoria surda (Silva & Russo, 2016, p. 75).

A maioria dos trabalhos produzidos no campo da educação de surdos, ao abordar questões pertinentes à tradução-interpretação, desconsideram as possibilidades de circulação de outras línguas de sinais para Libras. Albres (2017) diz que a atividade tradutória e interpretativa no ambiente educacional precisa ser largamente discutida e anunciada. O tradutor-intérprete surdo que atua nos espaços educacionais realiza a tarefa de decodificar vários textos da língua portuguesa para Libras, levando em conta a complexidade textual envolvida em diversos gêneros textuais escritos.

Durante o processo tradutório e interpretativo, complexidades e barreiras linguísticas são encontradas em diversos textos e contextos. O tradutor-intérprete considera as diferenciações culturais em ambas as línguas e desempenha a dinâmica de reestruturar o texto em português para a cultura da língua alvo, por meio de glosas<sup>6</sup>. Ou seja, retextualiza o texto de forma que seja possível realizar a tradução de sentidos e selecionar os termos mais apropriados ao contexto da mensagem original para a língua alvo. Essa retextualização só pode ser feita a partir do momento que o tradutor-intérprete surdo ou ouvinte:

[...] entender que o processo de tradução envolve uma nova produção textual, sendo que, no processo de tradução, os elementos do texto original voltam, porém, regidos por outras regras, uma vez que

---

<sup>6</sup> Glosa: transcrições das línguas de sinais e da anotação em glosa escrita da sinalização em Libras (Souza Lemos, 2017a, b).

pertencem a uma outra língua e a outra cultura. No caso da tradução/retextualização para Libras de textos em português por alunos surdos, os “tradutores” levam em conta a organização e a estrutura da sua língua materna (Barbosa e Sousa, 2018, p. 498).

Esses aspectos tradutórios indicam a necessidade de um trabalho construído em equipe, para que a atuação em conjunto possibilite ao tradutor-intérprete surdo e ouvinte suporte técnico e linguístico no processo de tradução da língua escrita para a língua de sinais. É fundamental a elaboração de material traduzido por tradutores surdos e ouvintes, levando em conta a cultura de ambas às línguas “(...) considerando as diferentes línguas, culturas e formas de dizer que envolvem a tradução” (Albres, 2015, p. 19), para que a produção também seja acessível ao público surdo.

A atividade de traduzir requer mais do que saber ler e escrever, sinalizar e falar outra língua “Isso exigirá do intérprete, que tenha uma formação específica ou um mínimo de conhecimento geral, para a mediação de informações de níveis e teores técnicos” (Belém, 2010, p. 21). A tradução está relacionada às práticas sociais e culturais pertencentes às línguas fonte e língua alvo. A ação do tradutor-intérprete ouvinte de trabalhar em parceria com o tradutor-intérprete e/ou revisor surdo (atualmente é mais considerado como consultor surdo), é essencial para que um e outro possam contribuir com a tradução de sentidos, as nuances culturais, as variações linguísticas e os regionalismos existentes em nosso país.

Diante dessa problemática, o curso de Letras Libras inaugurou um trabalho em equipe de tradutores-intérpretes surdos e ouvintes (Quadros, 2014) para realizar a tradução dos materiais acadêmicos disponibilizados para os alunos da educação à distância em licenciatura e bacharelado em Libras e Língua Portuguesa, com o objetivo de ofertar materiais bilíngues para os discentes surdos e ouvintes e, com isso, garantir a permanência de alunos surdos na universidade.

Quadros (2014) ressalta que a equipe do curso de graduação para professores e intérpretes foi composta por vários profissionais, dentre eles “Ana Regina Campello, Marianne Stumpf, Rodrigo Rosso e Uéslei Paterno (ouvinte)”. Esses foram os primeiros Tradutores e Intérpretes que participaram desse processo na mesma equipe de TILSP da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>7</sup>, a participar da tradução de materiais escritos para Libras. No entanto, para tal, foi exigida fluência em Libras aos tradutores

---

<sup>7</sup> Universidade Federal de Santa Catarina- <https://ufsc.br/>-acesso 15-01-2021.

(Quadros, 2014, p. 94). A autora relata que, nessa época, a equipe mencionada acima ainda não era denominada de tradutores. De acordo com a pesquisadora, esse grupo recebeu algumas nomenclaturas, como por exemplo “equipe de filmagem”. Somente após o andamento dos trabalhos, a equipe recebeu a menção de tradutores.

Há partir desse reconhecimento de uma identidade tradutória do intérprete, se fez necessário o contato com diversas equipes de profissionais que atuam em áreas diversas para a tradução dos materiais do curso. Essas pesquisas sobre a atuação dos tradutores-intérpretes da UFSC, comprovam a necessidade de englobar pesquisadores e profissionais surdos, de diversas comunidades dos estados brasileiros, de acordo com Quadros (2014, p. 95,96):

Enquanto permaneceu ativa, a equipe contou com a participação de tradutores surdos, oriundos de diferentes estados (SC, RJ, SP, AM, CE, RS, GO). Essa variedade de informantes foi indispensável para a constituição do vocabulário do curso em Libras, visto que, por questões históricas – poucos registros ou mesmo ausência de interações entre comunidades surdas de diferentes regiões do país – ainda é comum encontrar diferentes realizações de sinais para um mesmo conceito.

A colaboração mútua de profissionais surdos e ouvintes de diferentes estados brasileiros foi de grande importância para o aperfeiçoamento das práticas e reflexões teóricas. Quadros (2014) enfatiza as contribuições no aumento de vocabulário, mas também na construção da identidade profissional e das estratégias equivalentes a área de educação no ensino superior desses integrantes.

Ao lidar com a tradução e a interpretação de línguas que não são oriundas de seu país de origem, as barreiras linguísticas e culturais proporcionam desafios ainda maiores. A profissão de mediação linguística exige de surdos e ouvintes empenho, dedicação e investimento ao manter contato com a cultura de outros países.

Por tanto é indispensável citar os profissionais e seus esforços cognitivos e laborais ao criar mecanismos que colaboraram para a construção das identidades tradutórias surdas, principalmente em relação às línguas de sinais de outros países. Com a criação da Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002) e do Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), houve um grande avanço para a valorização dos TILSP, principalmente através da criação de cursos universitários na área da tradução, como a Graduação em Letras – Bacharelado em Libras/Língua Portuguesa. Porém, as demandas dos tradutores-intérpretes surdos em línguas de Sinais Internacionais não são ensinadas em cursos de graduação ou pós-graduação.

No artigo do Campello (2014, p.152) explicou a forma de tradução dos Intérpretes e tradutores surdos serem mais requisitados na área de tradução e interpretação por questões claramente explicitados:

O que motiva os Intérpretes Surdos a sua forma de tradução e de interpretação? As narrativas pessoais serão recolhidas dos intérpretes surdos que, normalmente, falam sobre o quanto os tradutores surdos são hábeis na comunicação da informação para surdos. Além disso, eles mencionam de forma recorrente o contraste entre os tradutores e intérpretes surdos e os tradutores e intérpretes ouvintes. Entre os aspectos comumente ressaltados, listo os seguintes:

- a. o conflito de entender a tradução “aportuguesada”;
- b. não possuir os aspectos culturais da comunidade Surda.
- c. Os intérpretes não-surdos não têm base da língua de sinais americana, nem da língua de sinais internacionais e dificuldade de fazer tradução cultural da comunidade Surda;
- d. Não tem base completa da língua de sinais da comunidade Surda;
- e. Dificuldade de entender a soletração rítmica;
- f. Os intérpretes não-surdos têm dificuldade de usar as descrições imagéticas.

Todavia, os tradutores surdos têm conquistado seus espaços na sociedade como foi possível constatar pela equipe de pesquisa de Florianópolis-SC/2017, na qual ressalta ainda os lugares e a quantidade de intérpretes e tradutores surdos no Brasil dentre experientes e muitos iniciantes.

Pudemos levantar aproximadamente 26 (vinte e seis) intérpretes surdos e as regiões onde vivem atualmente. Contudo, alguns são aprendizes e participaram apenas de um evento. Podemos indicar 11 (onze) intérpretes surdos brasileiros e 1 (um) do Canadá com maior experiência e que se inscrevem como líderes surdos. São 3 em Santa Catarina (Marianne Stumpf, André Reichert e Fernanda Araujo); 3 no Rio de Janeiro (Nelson Pimenta, Heloise Gripp, Ricardo Boaretto), 2 em Goiás (Flaviane Reis e Rodrigo Guedes), 2 em Brasília (Renata Rezende e Rodrigo Araújo), 1 no Ceará (Rodrigo Machado), e 1 Canadense (Nigel Howard), que teve uma participação especial no evento da ONU. Constatamos que eles se concentram nos grandes centros, capitais em que tenha maior número congressos e conferências que ocorrem em grandes universidades federais e associações de surdos. (Florianópolis-SC, 2017, p. 35)

Também foi requisitado para trabalhar no evento internacional Rio+12<sup>8</sup> na cidade do Rio de Janeiro, em 2012, dos quais participaram os Intérpretes e tradutores Surdos, como Rodrigo Machado (CE), Flaviane Reis (MG) e um surdo canadense Nigel Howard, e todos os anos, alguns deles trabalharam nos eventos: 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> Edição do Congresso

---

<sup>8</sup> <http://www.rio12.com/>

Internacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais e 1ª a 4ª Edição do Congresso Internacional de Pesquisas em Linguística e Línguas de Sinais, promovido pela UFSC (SC).

Como foi possível constatar na citação acima, esses profissionais têm se feito presentes em nosso país e são de suma importância. Entra em cena a questão do porquê de não terem sido contempladas em leis e práticas tradutórias que também podem ser realizadas por profissionais surdos. As leis hoje vigentes só contemplam intérpretes de Libras para português e vice-versa, em sua maioria os ouvintes “É também necessário que se criem outras possibilidades de cursos de formação técnica que trabalhem não só a teoria, mas a prática habilitando esses profissionais para atuar na área da tradução e interpretação” (Costa, 2017, 44). O desafio maior se insere na organização e oferta de cursos de formação que habilitem os profissionais surdos e ouvintes para atender as demandas de eventos com usuários de línguas de sinais de vários países, e da resistência de ter surdo intérprete e tradutor na equipe por questão financeira ou de relação de poder, nos quais os tradutores-intérpretes surdos destacam-se na interpretação da comunicação convencional de Sinais Internacionais ou o antigo Gestuno<sup>9</sup> e também dos Sinais Caseiros e dos Sinais Indígenas.

Através do estudo foi possível concluir que há uma demanda considerável de profissionais tradutores-intérpretes surdos e que é necessário a valorização da sua classe. Partindo de ofertas de cursos como, curso de extensão universitário, Letras Libras com foco também no tradutor intérprete surdo e cursos com ênfase em língua de sinais internacionais.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. (org). **Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias**. 1.ed. Florianópolis: Biblioteca Universitária, UFSC, 2017, 144 p. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/258442>. Acesso em outubro de 2024.

ALMEIDA-SILVA, Anderson; RUSSO, A. **Diferenças e similitudes entre a 'Interpretação Indireta' e a 'Interpretação Indireta Sinalizada': uma análise sobre a posição de intérprete-feed**. In: ALMEIDA-SILVA, Anderson; ALBRES, Neiva de Aquino; RUSSO,

---

<sup>9</sup> Gestuno linguagem gestual criada em meados de 1973 por ouvintes e surdos, denominada (SI) de acordo com Apostila Tradutor e Intérprete de Libras – rev. 07/2015 – Inilibras - Disponível em <http://www.lifeprint.com/asl101/pages-layout/gestuno.htm> acesso 21/02/2021.

Ângela (Org.). **Diálogos em estudos da tradução e interpretação de línguas de sinais**. 1ed. Curitiba: Prismas, 2016, v. 1, p. 75-106. Disponível pelo link: [https://www.researchgate.net/publication/341895099\\_Diferencas\\_e\\_Similitudes\\_entre\\_a\\_'Interpretacao\\_Indireta'\\_e\\_a\\_'Interpretacao\\_Indireta\\_Sinalizada'\\_uma\\_Analise\\_sobre\\_a\\_Posicao\\_de\\_'Interprete-Feed'\\_Situando\\_a\\_discussao](https://www.researchgate.net/publication/341895099_Diferencas_e_Similitudes_entre_a_'Interpretacao_Indireta'_e_a_'Interpretacao_Indireta_Sinalizada'_uma_Analise_sobre_a_Posicao_de_'Interprete-Feed'_Situando_a_discussao). Acesso em outubro de 2024.

AVELAR, Thaís Fleury. **A Questão da padronização linguística de sinais nos atores-tradutores surdos do Curso de Letras-Libras da UFSC. 2009**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis, 2009. Disponível pelo link:

BARBOSA, M. L. V. SOUSA, E. B. **Considerações sobre o processo de retextualização para Libras de textos em português por graduandos surdos**. Revista Trabalho de Linguística Aplicada, Campinas, São Paulo, nº (57.1): 493-521, jan./abr.2018. Disponível pelo link: <https://www.scielo.br/j/tla/a/WqWmvgWgQTLbBbV9bfp75by/abstract/?lang=pt>. Acessado em outubro de 2024.

BELÉM, L. J. M. **A atuação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais no ensino médio**. Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Faculdade de Ciências Humanas, 2010. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187259>. Acessado em outubro de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Presidência da República. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF, 2005. Disponível pelo link: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acessado em outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Presidência da República. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível pelo link: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acessado em outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Presidência da República. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF, 2010. Disponível pelo link: [https://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,L%C3%ADngua%20Brasileira%20de%20Sinais%20%2D%20LIBRAS.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o.Art](https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,L%C3%ADngua%20Brasileira%20de%20Sinais%20%2D%20LIBRAS.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o.Art). Acessado em outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023**. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 out. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm). Acesso em: 23 dez. 2024.

CAMPELLO, Ana Regina. **Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução / interpretação cultural e seu desafio**. Cadernos de Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Comunicação e Expressão. Florianópolis, vol. 1, número 33. 2014. Disponível pelo link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2014v1n33p143>. Acesso em outubro de 2024.

COSTA, R. S. **O professor intérprete de Libras em uma escola polo do município de Nova Iguaçu**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Educação, 2017. Disponível pelo link: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC\\_6eea77ea189cd0732dfd6bae8d4d0e6b](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_6eea77ea189cd0732dfd6bae8d4d0e6b). Acesso em outubro de 2024.

FELIPE, T. A. **De Flausino ao Grupo de Pesquisa da FENEIS – RJ**. In: **Seminário Nacional do INES**. Anais. Rio de Janeiro: INES. v. 5. 2000, p. 87- 89. Disponível pelo link: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002965.pdf>. Acessado em outubro de 2024.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora. 11ª edição. 2006, 102 páginas. Disponível pelo link: <https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com-identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acessado em outubro de 2024.

JAKOBSON, Roman. **On Linguistic Aspects of Translation**. In: Shulte, Rainer; Biguenet, John. (Ed.). **Theories of Translation: an anthology of essays from Dryden to Derrida**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1992. p.144-151. Disponível pelo link: <https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/jakobson.pdf>. Acessado em outubro de 2024.

MEIRELES, Rosana Maria do Prado Luz. **Políticas de inclusão e práticas pedagógicas na educação de alunos surdos: Programa de Bilinguismo de Niterói/RJ** / Rosana Maria do Prado Luz Meireles. 2014. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185211>. Acessado em outubro de 2024.

QUADROS, R. M. **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã**. Ed. da UFSC, Santa Catarina, 2014. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132498>. Acessado em outubro de 2024.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. **Secretaria de Educação Especial**; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004, 94 p. Disponível pelo link: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acessado em outubro de 2024.

QUADROS, Ronice; SOUZA, Saulo. **Aspectos da Tradução/Encenação na Língua de Sinais Brasileira para um Ambiente virtual de Ensino: Práticas Tradutórias do Curso Letras Libras**. In: QUADROS, Ronice (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008. Disponível pelo link: <https://www.researchgate.net/publication/224969590-Aspectos-da-TraducaoEncenac>

[ao na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino práticas tradutorias do curso de Letras Libras](#). Acessado em outubro de 2024.

ROCHA, S. **O INES e a educação de Surdos no Brasil**. Vol. 01, 2ª edição Rio de Janeiro. 2008. Disponível pelo link: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/785>. Acessado em outubro de 2024.

ROSA, A. S. **Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP: Campinas, SP. 2005. 206 p. Disponível pelo link: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC\\_ab98449463cf43a18b4bab51bfa1e613#:~:t\\_ext=da%20tradu%C3%A7...-Entre%20a%20visibilidade%20da%20tradu%C3%A7%C3%A3o%20da%20L%C3%A Dngua%20de%20Sinais,invisibilidade%20da%20tarefa%20do%20int%C3%A9rprete&text=Resumo%3A,maneiras%20o%20que%20seja%20traduzir](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_ab98449463cf43a18b4bab51bfa1e613#:~:t_ext=da%20tradu%C3%A7...-Entre%20a%20visibilidade%20da%20tradu%C3%A7%C3%A3o%20da%20L%C3%A Dngua%20de%20Sinais,invisibilidade%20da%20tarefa%20do%20int%C3%A9rprete&text=Resumo%3A,maneiras%20o%20que%20seja%20traduzir). Acesso em outubro de 2024.

SACKS, O. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, L. C. S. **A construção do ethos dos tradutores e intérprete de língua brasileira de sinais e português: concepções sobre a profissão**. Curitiba: CRV, 2017. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/190993>. Acesso em outubro de 2024.

SOUZA LEMOS, G. **Narrativas de conflito de um surdo: uma análise do discurso da narrativa e análise da pragmática para (re)memorar as histórias de vida. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência do Ensino Superior de Libras)**. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2017a. Disponível pelo link: [https://www.researchgate.net/publication/326020357\\_Narrativas\\_de\\_conflito\\_de\\_um\\_surdo\\_uma\\_analise\\_do\\_discurso\\_da\\_narrativa\\_e\\_analise\\_da\\_pragmatica\\_para\\_rememorar\\_as\\_historias\\_de\\_vida](https://www.researchgate.net/publication/326020357_Narrativas_de_conflito_de_um_surdo_uma_analise_do_discurso_da_narrativa_e_analise_da_pragmatica_para_rememorar_as_historias_de_vida). Acesso em outubro de 2024.

SOUZA LEMOS, G. **Entre a transcrição da sinalização em Libras e a tradução de glosas: como decidir? In: VI Ciclo de Debates em Linguagem: Tendências e Teses, Workshop de Libras "Transcrição em Libras e Português em alternância ou mistura de códigos"**. Rio de Janeiro. RJ: PUC-Rio. 03 a 06 de outubro de 2017b.

SILVA, Anderson Almeida da; RUSSO, Angélica. **Diferenças e similitudes entre a 'interpretação indireta' e a 'interpretação indireta sinalizada': uma análise sobre a posição de 'intérprete-feed'**. *Cadernos de Tradução*, v. 36, n. 2, p. 75-99, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/341895099\\_Diferencas\\_e\\_Similitudes\\_entre\\_a\\_Interpretacao\\_Indireta\\_e\\_a\\_Interpretacao\\_Indireta\\_Sinalizada\\_uma\\_Analise\\_sobre\\_a\\_Posicao\\_de\\_Inteprte-Feed\\_Situando\\_a\\_discussao](https://www.researchgate.net/publication/341895099_Diferencas_e_Similitudes_entre_a_Interpretacao_Indireta_e_a_Interpretacao_Indireta_Sinalizada_uma_Analise_sobre_a_Posicao_de_Inteprte-Feed_Situando_a_discussao). Acesso em: 23 dez. 2024.

TUXI, P. **A atuação do intérprete educacional no Ensino Fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação)**, Universidade Brasília (UnB), Brasília, 2009. Disponível pelo link: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/4397>. Acesso em outubro de 2024.

## **Capítulo 6 - INTÉRPRETES DE LIBRAS E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO AMBIENTE DIGITAL**

### **Aline Karina Barbosa da Silva Lima**

Pós-graduada em Libras - Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade Focus. Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná. Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com experiência na promoção da inclusão educacional de alunos surdos. Atua na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes no ambiente acadêmico, contribuindo para a criação de espaços educacionais inclusivos e acessíveis.

E-mail: ninekarina@hotmail.com.

alinekbs.lima@gmail.com

### **José Valdir de Souza Lima**

Pós-graduado em Docência do Ensino Superior de Libras pela Faculdade Iguaçu e graduado em Letras-Libras (Bacharelado e Licenciatura) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: jose.valdir@penedo.ufal.br

valdir.lima73@hotmail.com

## **1. INTRODUÇÃO**

A revolução tecnológica vivenciada nas últimas décadas trouxe mudanças profundas em várias profissões, incluindo a dos intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Esses profissionais, essenciais para garantir a comunicação entre ouvintes e surdos, têm enfrentado tanto desafios quanto novas oportunidades com a crescente adoção de ferramentas digitais, como plataformas de videoconferência (Zoom, Google Meet, Microsoft Teams), softwares de reconhecimento de fala (Google Speech-to-Text, Dragon NaturallySpeaking) e ambientes de aprendizagem virtual (Moodle, Blackboard). A introdução dessas tecnologias ampliou as possibilidades de atuação dos intérpretes,

mas também revelou questões complexas relacionadas à qualidade da interpretação, à adaptação dos profissionais e ao impacto dessas tecnologias na interação cultural entre as comunidades surdas e ouvintes.

O objetivo deste capítulo é examinar como as inovações tecnológicas têm transformado a prática dos intérpretes de Libras, tanto no contexto educacional quanto em ambientes profissionais. A proposta é discutir como essas ferramentas digitais podem, ao mesmo tempo, facilitar a comunicação e gerar novos desafios para a formação e a prática dos intérpretes. Especificamente, buscamos analisar: (1) as principais tecnologias emergentes no campo da interpretação de Libras; (2) os desafios e barreiras enfrentados pelos profissionais na adoção dessas tecnologias; e (3) estratégias para otimizar a integração dessas ferramentas, garantindo que as demandas culturais e linguísticas dos surdos sejam respeitadas.

A pergunta que norteia esta investigação é: de que forma a tecnologia digital está impactando as práticas de interpretação de Libras e quais são suas implicações para a formação e atuação dos intérpretes? O contexto de pandemia, em particular, acelerou o uso de plataformas digitais para mediação de eventos e aulas, tornando premente a discussão sobre a qualidade da interpretação em ambientes virtuais. Como destaca Perez e Hodakova (2023), “o treinamento de intérpretes durante a pandemia evidenciou as limitações técnicas das plataformas remotas, bem como a necessidade de adaptações psicossociais e metodológicas” (Perez; Hodakova, 2023, p. 52). Essa realidade reforça a relevância de investigar os impactos das tecnologias digitais na prática dos intérpretes.

A justificativa para este estudo está na necessidade crescente de preparar intérpretes para um ambiente de trabalho cada vez mais mediado por tecnologias digitais, sem perder de vista os princípios éticos e culturais que guiam a interpretação em Libras. A formação e capacitação contínua dos intérpretes são essenciais para garantir que a comunicação entre surdos e ouvintes ocorra de maneira fluida, sem perder a profundidade cultural que permeia a língua de sinais. Portanto, é importante refletir sobre as habilidades que os intérpretes precisam desenvolver para lidar com as novas exigências tecnológicas e os efeitos que essas ferramentas têm sobre a prática diária de interpretação.

Este capítulo segue um eixo condutor que busca balancear os benefícios e as limitações das tecnologias no campo da interpretação de Libras. A partir de uma análise crítica, discutiremos como a prática tradicional pode ser ajustada para melhor integrar

essas ferramentas, garantindo que o intérprete continue desempenhando seu papel essencial de mediador linguístico e cultural entre diferentes comunidades.

Em resumo, este estudo oferece uma visão abrangente sobre os avanços tecnológicos e suas implicações para os intérpretes de Libras, contribuindo para a compreensão mais profunda das mudanças no campo e oferecendo sugestões práticas para a adaptação e melhoria contínua dos profissionais na era digital.

O objetivo geral deste capítulo é investigar de forma crítica os impactos da tecnologia digital na prática dos intérpretes de Libras, com ênfase nos desafios e oportunidades trazidos pela adoção dessas ferramentas em contextos educacionais e profissionais. A pesquisa busca delimitar como as novas tecnologias influenciam a qualidade da interpretação e a interação cultural entre surdos e ouvintes, além de identificar estratégias para otimizar a integração tecnológica sem comprometer os princípios éticos e culturais da tradução e interpretação de Libras.

Tendo como objetivos específicos, identificar as principais tecnologias digitais emergentes utilizadas no campo da interpretação de Libras, explorando como ferramentas como plataformas de videoconferência (Zoom, Microsoft Teams), softwares de reconhecimento de fala (Google Speech-to-Text, Dragon NaturallySpeaking) e ferramentas de tradução automática (SignAll) têm sido aplicadas no contexto educacional e profissional. Descrever os desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras ao utilizar ferramentas tecnológicas, incluindo questões técnicas e de adaptação profissional. Analisar as oportunidades que as inovações tecnológicas oferecem para a prática de tradução e interpretação de Libras, com foco no aprimoramento da qualidade e eficiência das interpretações. Avaliar o impacto das tecnologias digitais na interação cultural entre a comunidade surda e os ouvintes, considerando os aspectos éticos e linguísticos envolvidos. Propor estratégias para a integração eficaz das tecnologias na formação e prática dos intérpretes de Libras, garantindo que as demandas culturais e linguísticas dos surdos sejam respeitadas.

A pergunta norteadora, menciona de que maneira a crescente adoção de tecnologias digitais influencia a qualidade da tradução e interpretação de Libras, considerando tanto os desafios técnicos e culturais enfrentados pelos intérpretes quanto as oportunidades de aprimoramento profissional que essas ferramentas podem proporcionar? E a justificativa se resume na realização desta pesquisa é fundamental, pois explora uma questão emergente no campo da interpretação de Libras: a influência

das tecnologias digitais na prática profissional. Em um contexto onde a transformação digital impacta diversos setores, inclusive o da educação e da comunicação, é crucial entender como ferramentas tecnológicas, como plataformas de videoconferência e softwares de reconhecimento de fala, estão moldando a atuação dos intérpretes de Libras (Perez; Hodakova, 2023). Estudos recentes mostram que o uso dessas tecnologias pode tanto melhorar a eficiência e alcance dos serviços de interpretação quanto gerar novos desafios, como a adaptação técnica e a preservação da qualidade e integridade cultural das interpretações (Lee; Huh, 2018).

Do ponto de vista científico e acadêmico, esta pesquisa contribui para a compreensão dos efeitos dessas inovações tecnológicas na formação e prática dos intérpretes. A inclusão de ferramentas assistidas por computador no treinamento de intérpretes, como discutido por Morón-Martín (2016), oferece novas oportunidades para o aprimoramento das habilidades, mas também levanta questões sobre a adequação pedagógica e a eficácia dessas tecnologias em cenários práticos. Isso revela a necessidade de mais estudos que aprofundem o impacto dessas ferramentas no desenvolvimento de competências específicas.

A relevância social da pesquisa também é evidente. Os intérpretes de Libras desempenham um papel crucial na inclusão social das pessoas surdas, garantindo o acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde e comunicação. Com o avanço das tecnologias digitais, é vital garantir que as adaptações realizadas não prejudiquem a qualidade da interpretação ou a identidade cultural da comunidade surda. Como mencionado por Perez e Hodakova (2023), "o impacto da tecnologia vai além da simples facilitação de comunicação; ele toca na essência da interação humana e cultural entre surdos e ouvintes" (Perez; Hodakova, 2023, p. 52).

Em termos econômicos e comerciais, a ampliação do uso de tecnologias digitais também representa uma oportunidade para expandir o mercado de trabalho dos intérpretes, permitindo que eles ofereçam seus serviços em escala global e em novos formatos, como interpretações remotas. Contudo, para que essa transição seja bem-sucedida, é essencial que os intérpretes sejam devidamente treinados para utilizar essas ferramentas, o que justifica a importância de investigações como esta.

Portanto, este estudo não apenas contribui para a expansão do conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também oferece insights valiosos para a formação de intérpretes de Libras, políticas educacionais e sociais de inclusão e o desenvolvimento de

novas tecnologias assistivas. Ele se insere em um contexto mais amplo de pesquisa, dialogando com estudos recentes sobre a aplicação da tecnologia na educação e na tradução, e busca promover uma prática de interpretação mais adaptada aos tempos atuais, sem comprometer a qualidade e o respeito à cultura surda.

## **2. METODOLOGIA**

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, com o objetivo de analisar criticamente os impactos da tecnologia digital na prática de tradução e interpretação de Libras. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma exploração mais profunda dos aspectos subjetivos, culturais e sociais que envolvem a prática dos intérpretes de Libras em um ambiente mediado por tecnologias digitais. Importante destacar que não foram realizados estudos de caso ou pesquisas de campo nesta investigação. Em vez disso, a pesquisa bibliográfica se fundamenta na revisão de literatura existente, permitindo a análise de estudos e artigos acadêmicos recentes que discutem o tema, incluindo pesquisas de Perez e Hodakova (2023), Lee e Huh (2018) e Morón-Martín (2016), entre outros.

### **Fontes e Coleta de Dados**

Para a coleta de dados, foram utilizadas bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Scholar, MDPI e Springer, com o objetivo de selecionar artigos que abordem as seguintes temáticas: impacto das tecnologias digitais na tradução e interpretação de línguas de sinais, ferramentas assistivas para intérpretes e a transformação do processo de capacitação e atuação desses profissionais. A seleção dos artigos foi feita a partir de palavras-chave como "tecnologias digitais na tradução de Libras", "interpretação remota de línguas de sinais", "plataformas de videoconferência (Zoom, Google Meet, Microsoft Teams)", "softwares de reconhecimento de fala (Google Speech-to-Text, Dragon NaturallySpeaking)" e "ferramentas de tradução automática (SignAll)", garantindo a relevância e atualização dos textos analisados.

## **Análise dos Dados**

Os dados coletados por meio da revisão bibliográfica serão analisados de forma crítica e reflexiva, utilizando uma abordagem interpretativa que busca identificar padrões, desafios e oportunidades na aplicação da tecnologia digital à prática dos intérpretes de Libras. A análise será estruturada em três eixos principais: (1) tecnologias emergentes e seu impacto na interpretação de Libras, (2) desafios técnicos e culturais enfrentados pelos intérpretes e (3) estratégias para a integração dessas ferramentas sem comprometer a qualidade da interpretação.

## **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa será conduzida a partir da análise crítica dos artigos selecionados, destacando as principais contribuições e identificando lacunas na literatura existente. A análise será fundamentada em uma leitura crítica dos textos, com o objetivo de extrair insights sobre as implicações práticas das inovações tecnológicas para os intérpretes de Libras. Não foram conduzidos estudos de caso nem coletas de dados em campo, mas, sim, uma análise detalhada da literatura já existente. Além disso, será realizada uma reflexão sobre as possíveis estratégias para aprimorar a formação dos intérpretes no uso de ferramentas digitais, considerando tanto os benefícios quanto as limitações dessas tecnologias.

Dessa forma, a metodologia adotada busca oferecer uma visão abrangente e crítica sobre o impacto da revolução tecnológica na prática de tradução e interpretação de Libras, proporcionando subsídios para futuras pesquisas e para a formação contínua dos intérpretes.

## **3. ESTUDOS ANTERIORES, REFERENCIAL TEÓRICO, CONCEITOS,**

O campo da tradução e interpretação de Libras tem evoluído à medida que novas tecnologias digitais emergem, o que torna indispensável entender as contribuições de estudos anteriores para embasar este trabalho. Uma análise detalhada da literatura existente revela como as inovações tecnológicas influenciam a prática dos intérpretes de Libras, tanto em contextos educacionais quanto profissionais.

## **Tecnologias emergentes e interpretação de Libras**

Um dos principais conceitos que sustentam este estudo é a relação entre as novas tecnologias digitais e a prática da tradução e interpretação de Libras. Como destacado por Perez e Hodakova (2023), a pandemia acelerou a adoção de plataformas de videoconferência para eventos e aulas, mas também evidenciou limitações técnicas e culturais no uso dessas ferramentas. Esses autores reforçam que, embora as plataformas digitais possam facilitar a comunicação, elas muitas vezes não conseguem garantir a qualidade e fluidez da interpretação, especialmente em ambientes virtuais complexos (Perez; Hodakova, 2023).

Outro aspecto importante discutido por Lee e Huh (2018) é a necessidade de treinamento contínuo dos intérpretes para o uso de ferramentas digitais. Segundo os autores, as tecnologias assistivas, como softwares de reconhecimento de fala e plataformas de interpretação remota, podem aprimorar a atuação dos intérpretes, mas também exigem novas habilidades técnicas que nem sempre são contempladas na formação tradicional (Lee; Huh, 2018).

## **Desafios e barreiras na adoção de tecnologias**

Estudos também indicam que a adoção de tecnologias digitais apresenta desafios específicos para os intérpretes de Libras. Morón-Martín (2016) ressalta que a transição para ambientes digitais impõe barreiras culturais e técnicas, como a necessidade de adaptar o ritmo e a estrutura da interpretação para contextos virtuais, o que pode afetar a interação entre intérprete e público (Morón-Martín, 2016). Além disso, o uso de ferramentas digitais frequentemente requer um equilíbrio delicado entre a eficiência tecnológica e a preservação dos aspectos culturais e linguísticos da comunidade surda.

## **Estratégias para aprimorar a prática profissional**

Com base nas análises de Perez e Hodakova (2023), Lee e Huh (2018) e Morón-Martín (2016), este estudo propõe que as futuras formações e capacitações de intérpretes de Libras devem incorporar o uso de tecnologias assistivas, sem comprometer a qualidade e profundidade cultural da interpretação. Isso inclui não apenas o uso de plataformas

tecnológicas, mas também a reflexão sobre os desafios éticos e culturais que surgem no processo.

Este referencial teórico oferece uma base sólida para a compreensão do impacto das inovações tecnológicas na tradução e interpretação de Libras, e a análise crítica desses estudos será essencial para sustentar as conclusões deste capítulo.

#### **4. ANÁLISES, REFLEXÕES, RESULTADOS, CRÍTICAS**

Nesta seção, as análises e reflexões são conduzidas com base na pergunta problematizadora levantada no item 1.3: De que maneira a crescente adoção de tecnologias digitais influencia a qualidade da tradução e interpretação de Libras, considerando tanto os desafios técnicos e culturais enfrentados pelos intérpretes quanto as oportunidades de aprimoramento profissional que essas ferramentas podem proporcionar? As respostas a essa pergunta foram construídas por meio da articulação dos objetivos geral e específicos, da metodologia adotada e do referencial teórico estabelecido.

##### **Impacto das tecnologias digitais na qualidade da interpretação de Libras**

A análise dos estudos de Perez e Hodakova (2023), Lee e Huh (2018) e Morón-Martín (2016) revela um consenso quanto ao impacto significativo das tecnologias digitais na prática de tradução e interpretação de Libras. As plataformas digitais, como as de videoconferência, têm facilitado o trabalho remoto dos intérpretes, ampliando o alcance de seus serviços. No entanto, como destacado por esses autores, há desafios técnicos evidentes. Perez e Hodakova (2023) argumentam que as limitações dessas plataformas, como falhas de conexão e dificuldade de captar nuances visuais da língua de sinais, comprometem a qualidade da interpretação em ambientes virtuais.

Ao comparar as visões dos autores, observa-se que, enquanto Perez e Hodakova (2023) destacam principalmente os problemas técnicos, Lee e Huh (2018) enfatizam a necessidade de aprimorar as habilidades dos intérpretes no uso dessas ferramentas. Para esses autores, o problema não está somente nas tecnologias em si, mas na formação dos intérpretes para usá-las de maneira eficiente e ética, garantindo que a comunicação entre surdos e ouvintes seja precisa e respeite a cultura surda. Essa reflexão está alinhada com

o objetivo específico de identificar as tecnologias emergentes e seus impactos no contexto educacional e profissional (item 1.2).

### **Desafios culturais e técnicos na adoção de tecnologias**

A análise também evidencia que a integração de tecnologias digitais na prática dos intérpretes de Libras não se resume a desafios técnicos. De acordo com Morón-Martín (2016), as barreiras culturais são igualmente importantes, já que a linguagem dos sinais não é apenas um meio de comunicação, mas também uma expressão cultural. Assim, a adoção de tecnologias, como softwares de reconhecimento de fala (Google Speech-to-Text, Dragon NaturallySpeaking) e ferramentas de tradução automática (SignAll), deve ser feita de maneira que respeite as particularidades culturais e linguísticas da comunidade surda. Este ponto corrobora o segundo objetivo específico (item 1.2), que trata dos desafios técnicos e de adaptação profissional dos intérpretes.

### **Oportunidades e estratégias para otimização da prática**

Apesar dos desafios, as tecnologias digitais também oferecem oportunidades significativas para aprimorar a prática dos intérpretes de Libras. Perez e Hodakova (2023) apontam que o uso de plataformas digitais pode aumentar a eficiência e a acessibilidade dos serviços de interpretação, possibilitando que intérpretes trabalhem em escala global e em contextos onde antes não era possível. No entanto, como observam Lee e Huh (2018), é essencial que os intérpretes recebam treinamento adequado para utilizar essas ferramentas sem comprometer a qualidade da interpretação. Isso está diretamente relacionado ao terceiro e quinto objetivos específicos, que tratam das oportunidades oferecidas pelas inovações tecnológicas e das estratégias para integração eficaz dessas ferramentas.

### **Crítica aos estudos e possíveis lacunas**

Embora os estudos analisados ofereçam uma base sólida para entender o impacto das tecnologias digitais, há algumas lacunas que merecem ser mencionadas. Primeiro, nenhum dos estudos aborda de maneira detalhada as implicações de longo prazo do uso

dessas ferramentas na identidade profissional dos intérpretes. Enquanto Perez e Hodakova (2023) e Lee e Huh (2018) concentram-se nas questões técnicas e de formação, a análise cultural e antropológica da profissão ainda carece de maior aprofundamento. Além disso, as pesquisas de campo, como as mencionadas por Morón-Martín (2016), poderiam fornecer uma visão mais prática sobre como os intérpretes estão lidando com essas mudanças em seu cotidiano, algo que não foi explorado em profundidade nesta pesquisa, dada sua metodologia exclusivamente bibliográfica.

### **Conclusões preliminares**

Em síntese, as tecnologias digitais apresentam tanto desafios quanto oportunidades para os intérpretes de Libras. Ao responder à pergunta problematizadora, podemos afirmar que, embora as ferramentas digitais facilitem a comunicação em muitos aspectos, elas exigem um aprimoramento contínuo da formação dos intérpretes para garantir que as interpretações sejam tecnicamente eficientes e culturalmente respeitadas. O futuro da profissão dependerá da capacidade dos intérpretes de se adaptarem a essas mudanças, sem perder de vista os princípios éticos e culturais que guiam a tradução e interpretação de Libras.

Essas conclusões apontam para a necessidade de mais estudos que investiguem a relação entre tecnologia e prática profissional, especialmente no que se refere à formação de intérpretes e à adaptação dessas ferramentas ao contexto cultural da comunidade surda.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada ao longo deste capítulo permitiu uma análise crítica e abrangente sobre o impacto das tecnologias digitais na prática dos intérpretes de Libras, evidenciando tanto as oportunidades quanto os desafios enfrentados por esses profissionais. As ferramentas digitais, como plataformas de videoconferência (Zoom, Google Meet), softwares de reconhecimento de fala (Dragon NaturallySpeaking) e ferramentas de tradução automática (SignAll), têm desempenhado um papel significativo na transformação da prática de interpretação, ampliando as possibilidades de atuação, especialmente em contextos remotos. No entanto, conforme discutido ao longo do texto,

essas inovações também apresentam barreiras técnicas e culturais que precisam ser cuidadosamente consideradas.

A pergunta que orientou este estudo—como a crescente adoção de tecnologias digitais influencia a qualidade da tradução e interpretação de Libras—foi respondida a partir de uma revisão da literatura e da análise dos estudos existentes. De maneira geral, as tecnologias emergentes facilitam a comunicação, mas ainda exigem um processo de adaptação e capacitação contínua por parte dos intérpretes, tanto no que diz respeito às questões técnicas quanto aos aspectos culturais. Como evidenciado por autores como Perez e Hodakova (2023) e Lee e Huh (2018), o aprimoramento das habilidades técnicas e a adaptação ao novo cenário digital são essenciais para que os intérpretes possam manter a qualidade de suas interpretações sem comprometer os princípios éticos e culturais da comunidade surda.

No âmbito cultural, os desafios são ainda mais complexos. A adoção de tecnologias digitais na interpretação de Libras requer uma abordagem cuidadosa para garantir que as particularidades culturais da língua de sinais sejam respeitadas. Isso é especialmente relevante considerando que a linguagem de sinais é uma manifestação cultural, e não apenas um meio de comunicação. Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas devem ser vistas como auxiliares no processo de interpretação, mas não como substitutas da interação humana, que carrega nuances e interpretações culturais.

Este estudo também ressaltou a importância de estratégias para otimizar a integração das tecnologias digitais na formação e na prática dos intérpretes. As inovações tecnológicas oferecem oportunidades, como a ampliação do alcance geográfico dos serviços de interpretação e a possibilidade de realizar trabalhos em contextos remotos. No entanto, para que essas oportunidades sejam plenamente aproveitadas, é fundamental que os intérpretes recebam capacitação adequada e contínua. O treinamento não deve se limitar ao domínio técnico das ferramentas, mas também deve incluir reflexões sobre os impactos culturais e éticos dessas tecnologias.

Assim, ao concluir este estudo, destacamos que a revolução tecnológica impõe tanto benefícios quanto desafios para a prática da tradução e interpretação de Libras. É necessário um equilíbrio entre o uso de tecnologias digitais e o respeito pelas práticas culturais e linguísticas da comunidade surda. Mais do que nunca, os intérpretes de Libras precisam ser preparados para lidar com essas novas exigências, sem comprometer a profundidade cultural que permeia a língua de sinais. Para o futuro, estudos adicionais

são recomendados, especialmente aqueles que abordem as implicações de longo prazo da utilização dessas tecnologias, a fim de aprimorar a formação de intérpretes e garantir que a inclusão social da comunidade surda continue sendo promovida com qualidade e respeito.

## **6. REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Luana Cristina; GOMES, Silvana. **Ferramentas tecnológicas assistivas para intérpretes de Libras: Uma análise crítica.** Estudos Interdisciplinares em Linguagem e Tecnologia, v. 18, n. 2, p. 56-73, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 04 out. 2024.

COSTA, Antonio Carlos; LIMA, Maria Fernanda. **Tecnologias digitais e o futuro da interpretação de Libras: Novos horizontes e desafios técnicos.** Revista Brasileira de Interpretação, n. 45, v. 6, p. 99-123, 2021.

LEE, Jae; HUH, Min-Kyung. **Plataformas digitais e a formação de intérpretes de línguas de sinais: Desafios e perspectivas.** Estudos em Tradução e Interpretação, v. 34, n. 2, p. 211-228, 2018.

MORÓN-MARTÍN, Gabriela. **A adaptação cultural na interpretação de línguas de sinais: Novas ferramentas tecnológicas e seus impactos.** In: GARCIA, Lucía; RAMIREZ, Pedro. Linguagem e Cultura na Tradução Contemporânea. Madrid: Editorial Linguística, 2016. p. 89-103.

NUNES, Paula Regina; SOUZA, Bruno. **Tecnologias de Videoconferência e Interpretação de Libras: Oportunidades e Desafios no Contexto da Educação Remota.** Linguagem & Tecnologia, v. 13, n. 1, p. 75-90, 2020.

PEREZ, Mariana; HODAKOVA, Ana. **O impacto das tecnologias digitais na interpretação remota de línguas de sinais durante a pandemia.** Revista de Estudos Linguísticos Aplicados, v. 52, p. 48-66, 2023.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marion. **Linguística da Língua de Sinais: estudos e perspectivas.** São Paulo/SP: Editora Arara Azul, 2015, 320 p.

SILVA, Juliana; MORAES, Felipe. **A ética na tradução e interpretação de Libras em ambientes digitais: Reflexões e diretrizes.** Cadernos de Tradução, v. 26, n. 3, p. 35-51, 2022.

## **Capítulo 7 - ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DE PACIENTES SURDOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE PENEDO/AL**

**Maria Fernanda Araujo Souza**

Graduanda em Licenciatura de Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas  
maria.souza3@arapiraca.ufal.br

**Thais Oliveira da Silva**

Graduanda em Licenciatura de Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas.  
thais.oliveira@arapiraca.ufal.br

**Darlene Seabra de Lira**

Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestra em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Docente de Libras/Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Penedo/AL.  
darlene.lira@penedo.ufal.br

### **INTRODUÇÃO**

A acessibilidade nos serviços de saúde para pessoas com deficiência, especialmente para a comunidade surda, continua sendo um desafio significativo no Brasil. Apesar de o direito à saúde ser garantido pela Constituição Federal, as dificuldades de comunicação entre pacientes surdos e os profissionais de saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) resultam em barreiras que afetam diretamente a qualidade do atendimento. A ausência de recursos adequados e de estratégias eficazes para garantir a comunicação plena compromete o acesso da população surda a serviços essenciais, limitando a autonomia desses pacientes e perpetuando desigualdades no campo da saúde.

O presente artigo é fruto do Projeto de Extensão intitulado "A acessibilidade da comunidade surda em espaços públicos e privados – uma análise a partir dos municípios

de Penedo-AL, Igreja Nova-AL e Neópolis-SE". O projeto tem como objetivo compreender as barreiras linguísticas e de acessibilidade enfrentadas pela comunidade surda nessas localidades e investigar como essas barreiras afetam o direito à saúde. Ele está vinculado aos componentes curriculares de extensão "ACE 5 - Surdez, Educação e Saúde: aspectos da comunidade surda" e "ACE 6 - Surdez, Educação e Saúde: práticas interventivas", da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus Arapiraca, Unidade Educacional Penedo. Esse contexto extensionista proporciona uma visão prática e fundamentada sobre as necessidades da comunidade surda e as dificuldades encontradas nas interações cotidianas em serviços públicos de saúde.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS), por serem a principal porta de entrada para o sistema público de saúde no Brasil, têm um papel crucial na promoção de um atendimento acessível e inclusivo. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça o compromisso do Estado com a criação de condições que assegurem a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência, incluindo a adoção de práticas acessíveis nas UBS. No entanto, mesmo com esse arcabouço legal, a falta de acessibilidade comunicacional permanece um obstáculo significativo.

A ausência de profissionais capacitados em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a carência de intérpretes especializados dentro das UBS são fatores que dificultam a interação entre os pacientes surdos e os profissionais de saúde, gerando insegurança e erros no diagnóstico e tratamento. De acordo com Cezar, Paiva e Castro (2012), "o conhecimento dessas questões por parte dos profissionais de saúde é essencial na tentativa de se obter sucesso na comunicação" (Cézar, Paiva, Castro, 2012, p. 129). A inclusão dos pacientes surdos nos serviços de saúde depende da formação contínua dos profissionais. A capacitação para o uso de Libras é vista como uma ferramenta fundamental. Como ressaltado por Dos Santos (2020), "a inclusão do paciente surdo na atenção primária depende da capacitação contínua dos profissionais de saúde no uso de Libras" (Dos Santos et al., 2020, p. 6).

Dada a complexidade do tema, o presente estudo adota uma abordagem qualitativa, focada no aprofundamento da compreensão sobre as interações sociais e as barreiras enfrentadas por grupos minoritários, como a comunidade surda. Conforme afirma Goldenberg (1997, p. 34), "os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma

metodologia própria". Esse método permite uma análise mais detalhada e sensível das dinâmicas envolvidas no atendimento de saúde prestado às pessoas surdas, destacando tanto os aspectos práticos quanto as percepções subjetivas dos indivíduos envolvidos no processo.

A saúde é um direito de todos, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que define que a saúde é "um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas". No entanto, as populações marginalizadas, como a comunidade surda, começaram a ganhar visibilidade somente no final do século XX, quando os debates sobre a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência se intensificaram. No que diz respeito à comunicação, uma das principais barreiras encontradas é a falta de intérpretes de Libras e de profissionais de saúde bilíngues (Libras/Português), o que resulta em dificuldades para que os surdos possam relatar seus sintomas e compreender as orientações médicas.

O Decreto nº 5.626/2005, capítulo VII, Art. 25, garante o direito da pessoa surda ao uso da Língua Brasileira de Sinais nos serviços de saúde. No entanto, embora essa legislação represente um avanço, sua implementação tem sido fragmentada e insuficiente. Como relatado por Chaveiro, Barbosa e Porto (2007, p. 580), "as pesquisas mostram a necessidade de uma melhor comunicação dos profissionais com os pacientes surdos, no entanto, a comunicação com as pessoas surdas continua negligenciada nos sistemas de saúde". A falta de tradutores e intérpretes de Libras nas UBS e hospitais públicos exclui uma parcela significativa da população dos serviços de saúde, privando-os de uma assistência humanizada e eficiente.

Além disso, conforme destaca Kauchakje (2003, p. 57), "a exclusão baseada na desigualdade social pode sobrepor-se, agravando e aprofundando outras exclusões fundamentadas na diferença". Ou seja, a exclusão social enfrentada pelas pessoas surdas é muitas vezes intensificada pelas barreiras estruturais e comunicacionais, que reforçam o isolamento dessa população nos serviços de saúde. Por serem vistos como um grupo minoritário, suas necessidades acabam sendo negligenciadas ou tratadas como secundárias no planejamento e na execução das políticas públicas de saúde.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender como ocorre a interação entre os pacientes surdos e os profissionais das UBS, de modo a identificar formas de melhorar a acessibilidade e promover um atendimento mais inclusivo e humanizado. A presente pesquisa busca avaliar a presença de intérpretes de Libras, a capacitação dos

profissionais de saúde e as principais barreiras que impedem ou dificultam o acesso da comunidade surda aos serviços de saúde no município de Penedo/AL. Ao mapear esses desafios, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para a criação de estratégias que garantam o pleno acesso da população surda aos serviços de saúde, assegurando o respeito aos seus direitos e promovendo sua inclusão social.

### **ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PARA SURDOS**

A falta de acessibilidade para pessoas com deficiência nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), especialmente para as pessoas surdas, é uma questão que precisa ser amplamente debatida e garantida nos serviços prestados. A ausência de comunicação eficaz compromete o atendimento humanizado e gera dificuldades no acesso dessa população aos serviços de saúde, que são direitos universais assegurados pela Constituição Federal. A acessibilidade, nesse contexto, é fundamental para que as pessoas surdas possam usufruir plenamente dos serviços de saúde. Conforme a Lei nº 13.146/2015, a acessibilidade é um direito garantido a todas as pessoas com deficiência, e o atendimento adequado deve incluir intérpretes de Libras e profissionais capacitados para lidar com as necessidades comunicacionais específicas dessa população (BRASIL, 2015).

No entanto, apesar de as legislações brasileiras defenderem a inclusão, na prática, ainda há muitas barreiras que limitam o acesso pleno aos cuidados de saúde. Entre os obstáculos enfrentados pela comunidade surda, destacam-se as dificuldades de comunicação com os profissionais de saúde. De acordo com Chaveiro, Barbosa e Porto (2007, p. 580),

a comunicação é uma importante ferramenta para os profissionais da saúde no diagnóstico e no tratamento, pois faz parte deles instruções verbais de variados procedimentos, cujo resultado pode ser comprometido pela não compreensão das partes envolvidas". (Chaveiro, Barbosa, Porto, 2007, p. 580).

Nota-se, que a ausência de intérpretes de Libras e a falta de capacitação dos profissionais em Libras resultam em atendimentos fragmentados, onde as necessidades dos pacientes surdos são, muitas vezes, ignoradas ou mal compreendidas.

Pessoas com deficiência, incluindo a comunidade surda, requerem cuidados

especiais em saúde, considerando suas especificidades. A comunidade surda, por exemplo, enfrenta desafios únicos relacionados à comunicação, que frequentemente dificultam o acesso aos serviços básicos de saúde. Conforme Cezar, Paiva e Castro (2012, p. 129),

O conhecimento dessas questões por parte dos profissionais de saúde é essencial na tentativa de se obter sucesso na comunicação, impedindo que essa deficiência possa afetar a troca de informações entre a pessoa que a possui e os profissionais de saúde (Cézar, Paiva, Castro, 2012, p. 129).

Assim, a ausência de uma comunicação clara entre profissionais de saúde e pacientes surdos pode levar a diagnósticos errados, tratamentos inadequados e à perpetuação de um ciclo de exclusão.

Nas UBS, a acessibilidade deve ser tratada como uma obrigação fundamental para promover autonomia e liberdade, garantindo que as pessoas surdas se sintam acolhidas e seguras ao buscar atendimento. Entretanto, os profissionais de saúde, em sua rotina, frequentemente enfrentam dificuldades ao lidar com situações que fogem dos padrões estabelecidos. A comunicação com pacientes surdos pode se tornar um obstáculo significativo, gerando frustração tanto para os pacientes quanto para os profissionais envolvidos. Como aponta Soares et al. (2018, p. 2), “para o usuário surdo, a barreira de comunicação mostra-se como uma dificuldade que tem como consequência o desrespeito aos seus direitos”. Esse desrespeito reflete uma falha não só estrutural, mas também cultural, em que os direitos fundamentais da comunidade surda são negligenciados pela falta de preparo e recursos adequados nos serviços de saúde.

A implementação de um atendimento acessível requer uma análise criteriosa dos serviços de saúde, avaliando-se não apenas as estruturas físicas, mas também a capacitação dos profissionais e a percepção dos próprios surdos sobre o acolhimento que recebem nesses ambientes. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, é necessário que os estabelecimentos de saúde implementem medidas que garantam a acessibilidade comunicacional, incluindo a presença de intérpretes de Libras e a capacitação contínua dos profissionais (BRASIL, 2000). No entanto, na maioria dos casos, o atendimento à comunidade surda nas UBS ainda é altamente dependente de familiares ou amigos que atuam como intérpretes improvisados, o que pode comprometer a precisão e a clareza das informações de saúde.

Um dos mecanismos mais frequentemente apontados para a melhoria do

atendimento às pessoas surdas é a presença de tradutores e intérpretes de Libras nos serviços de saúde. A atuação desses profissionais é essencial para viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes. Contudo, Quadros (2004) observa que “a atuação desse profissional contribui de forma parcial, mas não total, para a inclusão dos surdos”. Embora o intérprete desempenhe um papel crucial, sua presença, por si só, não resolve todas as barreiras de acessibilidade existentes. Para que a inclusão seja plena, é necessário que todos os envolvidos no processo de saúde estejam capacitados e preparados para lidar com as necessidades da comunidade surda, criando uma cultura institucional que valorize a inclusão e o respeito à diversidade.

Nesse sentido, o papel do intérprete de Libras vai além de simplesmente traduzir as palavras entre as duas línguas. Como destaca o código de ética do intérprete, “o intérprete precisa seguir princípios, assumir responsabilidades e garantir a veracidade das informações que envolvem determinadas intenções conversacionais e discursivas, visto que a ética está na essência do profissional” (Quadros, 2004, p. 31). O intérprete atua como um mediador, garantindo que o diálogo entre o paciente e o profissional de saúde seja respeitoso, preciso e transparente. No entanto, é igualmente necessário que os profissionais de saúde desenvolvam suas próprias habilidades de comunicação e busquem entender melhor a cultura e as necessidades dos surdos.

Por fim, é indispensável que os profissionais da área de saúde desenvolvam estratégias eficazes para interagir com pacientes surdos, garantindo, assim, um atendimento de qualidade. Conforme ressaltado por Dos Santos (2020), “a capacitação dos profissionais de saúde no uso de Libras é fundamental para garantir a inclusão efetiva da comunidade surda nos serviços de saúde” (Dos Santos et al., 2020, p. 6). A implementação de um sistema que valorize os princípios humanistas e que promova a capacitação contínua dos profissionais envolvidos é uma das possíveis soluções para melhorar o atendimento inclusivo. Isso inclui não apenas a presença de intérpretes de Libras, mas também a formação contínua dos profissionais de saúde sobre como interagir e se comunicar de forma adequada com pessoas surdas. Dessa forma, a equidade e o respeito aos direitos das pessoas surdas poderão ser promovidos, contribuindo para um atendimento mais inclusivo e humanizado nas unidades de saúde do Brasil.

## **LEI DA ACESSIBILIDADE ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**

No Brasil, a legislação assegura o direito de acesso da comunidade surda aos serviços de saúde, estabelecendo a acessibilidade como um princípio fundamental para garantir o pleno exercício da cidadania e do direito à saúde. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece normas que visam a promover, em diversas áreas, a inclusão das pessoas com deficiência. No contexto da saúde, essa legislação impõe que os serviços ofereçam estruturas acessíveis, o que inclui, especificamente, a presença de tradutores e intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nas unidades básicas de saúde (UBS). Além disso, a lei exige a capacitação contínua dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) para que eles estejam preparados para atender as necessidades da comunidade surda e eliminar barreiras de comunicação que possam impedir o acesso ao atendimento de qualidade.

A legislação que regulamenta a acessibilidade é complementada pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que estabelece diretrizes mais detalhadas sobre as normas de acessibilidade em diferentes setores, incluindo o de saúde. Esse decreto reforça a obrigatoriedade de que os serviços de saúde disponibilizem profissionais capacitados no uso de Libras, garantindo que as pessoas surdas recebam atendimento adequado e que as barreiras de comunicação sejam eliminadas. O Artigo 6 do decreto especifica que a comunicação é um direito básico, e que as instituições de saúde devem assegurar que as pessoas surdas tenham acesso a tradutores e intérpretes de Libras como uma forma de garantir a acessibilidade total aos serviços prestados.

Além das obrigações impostas pela legislação e regulamentação específicas, o Ministério da Saúde também tem desenvolvido políticas voltadas para a promoção da saúde das pessoas com deficiência. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência é um dos principais instrumentos que visa garantir o acesso igualitário e integral à saúde para todas as pessoas com deficiência, incluindo a comunidade surda. Essa política busca promover a inclusão e a acessibilidade por meio de diversas ações, como a capacitação de profissionais de saúde no uso de Libras, a produção e disponibilização de materiais acessíveis em Libras e a criação de serviços especializados para atender as necessidades dessa população.

Para que essas políticas sejam efetivas, é essencial que os profissionais de saúde estejam preparados e capacitados para lidar com as particularidades da comunidade surda. A Libras, como principal ferramenta de comunicação entre surdos e ouvintes, deve ser dominada por esses profissionais. Sousa (2009) destaca que a capacitação contínua dos profissionais, bem como o contato direto e regular com a comunidade surda, são essenciais para garantir um atendimento que seja ao mesmo tempo eficiente, atualizado e respeitoso. Isso se deve ao fato de que a comunicação é um elemento fundamental no atendimento de saúde, especialmente no que diz respeito ao diagnóstico e ao tratamento dos pacientes. O profissional que não está capacitado para utilizar Libras corre o risco de não entender adequadamente as necessidades do paciente, o que pode levar a diagnósticos errôneos e tratamentos inadequados.

Embora o Brasil possua uma base legal sólida que sustenta a inclusão e a acessibilidade nos serviços de saúde, ainda há diversos desafios a serem superados. A implementação efetiva dessas políticas enfrenta barreiras, como a falta de investimentos em infraestruturas acessíveis e na qualificação dos profissionais da saúde. Muitas unidades de saúde ainda não estão adequadamente equipadas para atender a comunidade surda, seja por ausência de intérpretes de Libras ou pela falta de capacitação dos profissionais. Para que o direito à saúde seja plenamente garantido, é necessário que as políticas públicas sejam fortalecidas e que haja uma conscientização maior por parte dos profissionais de saúde sobre a importância da comunicação acessível. Isso significa não apenas garantir a presença de intérpretes, mas também capacitar os próprios profissionais para que possam interagir diretamente com os pacientes surdos, criando um ambiente de respeito e inclusão.

Dos Santos (2020) reforça que a simples presença de intérpretes de Libras nos serviços de saúde, embora seja um passo importante, não resolve todos os problemas. A acessibilidade precisa ser integrada ao ambiente como um todo, criando uma rede de apoio que assegure que o atendimento seja contínuo e inclusivo. A formação contínua dos profissionais é fundamental para garantir que eles sejam capazes de oferecer um atendimento de qualidade, adaptando-se às necessidades dos pacientes surdos. Nesse sentido, a educação permanente dos profissionais de saúde e o contato regular com a comunidade surda são essenciais para o desenvolvimento de uma prática inclusiva, que promova o acolhimento e o respeito à diversidade.

Além disso, é necessário que os serviços de saúde contem com uma infraestrutura que favoreça a comunicação inclusiva, o que inclui a disponibilização de materiais acessíveis, como folhetos e cartazes em Libras, e a criação de ambientes que promovam a independência dos pacientes surdos. O Decreto nº 5.296/2004 deixa claro que a acessibilidade deve ser garantida em todos os níveis de atendimento, utilizando Libras como meio de comunicação e assegurando que os profissionais estejam devidamente capacitados para realizar a tradução e a interpretação de Libras. Dessa forma, os serviços de saúde podem se tornar verdadeiramente inclusivos, promovendo a equidade e garantindo que as pessoas surdas tenham os mesmos direitos de acesso que os demais cidadãos.

Em resumo, o papel dos agentes de saúde, médicos, intérpretes de Libras e fonoaudiólogos é fundamental para garantir que a comunicação entre surdos e ouvintes nos serviços de saúde seja eficaz. Esses profissionais são responsáveis por assegurar que os pacientes surdos sejam adequadamente compreendidos e atendidos, promovendo um atendimento especializado e inclusivo. Para isso, é crucial que haja um esforço contínuo no sentido de capacitar esses profissionais e criar um ambiente de saúde que valorize a diversidade e a inclusão, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua condição, possam exercer plenamente seu direito à saúde.

## **COMUNIDADE SURDA EM PENEDO/AL**

Localizada no estado de Alagoas, no nordeste do Brasil, a cidade de Penedo possui um importante valor histórico e cultural, situando-se às margens do majestoso Rio São Francisco. Penedo destaca-se não apenas por seu patrimônio arquitetônico e turístico, mas também por seu papel na prestação de serviços à população local, que inclui a atenção à saúde. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa da população de Penedo, com referência ao mês de julho de 2020, é de 64.005 (sessenta e quatro mil e cinco) habitantes. Este número reflete a dinâmica populacional da cidade e a necessidade de serviços públicos, como os de saúde, que atendam a toda a comunidade, incluindo pessoas com deficiência auditiva.

O último censo do IBGE realizado em Penedo/AL ocorreu em 2010, e incluiu uma amostra significativa de pessoas com deficiência, destacando-se especialmente as deficiências auditivas. Esse levantamento revelou que na cidade, havia 87 pessoas que

"não conseguem de modo algum" ouvir, 1.953 pessoas com "grande dificuldade auditiva" e 3.074 pessoas com "alguma dificuldade auditiva". Esses números apontam para a importância de uma infraestrutura de saúde inclusiva, capaz de atender adequadamente a essa população. No entanto, é importante observar que esses dados são de 2010, e que ao longo dos anos, esses números podem ter sofrido variações devido a fatores como natalidade, mortalidade, migração e emigração. As estimativas atualizadas do IBGE, embora não específicas para a deficiência auditiva, refletem um crescimento populacional moderado que também demanda maior acessibilidade nos serviços de saúde.

Atualmente, no âmbito da saúde, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) desempenham um papel vital na prestação de serviços à comunidade surda de Penedo, que enfrenta desafios específicos no acesso aos cuidados de saúde devido a barreiras linguísticas e culturais. Essas barreiras são evidentes na comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos, o que pode comprometer a qualidade do atendimento e a eficácia dos tratamentos. A fim de mitigar essas dificuldades, a presença de profissionais capacitados, como intérpretes de Libras, é crucial para garantir a inclusão e o atendimento adequado dessa população.

A vigilância em saúde, que é parte integrante dos serviços oferecidos pelas UBS, é fundamental para o monitoramento e prevenção de diversas doenças. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, a vigilância em saúde abrange uma série de práticas essenciais para a promoção da saúde e a prevenção de agravos. Entre as responsabilidades da vigilância em saúde, destacam-se as

ações de vigilância, prevenção e controle de agravos, prioritariamente com ações de promoção à saúde, monitoramento epidemiológico das doenças transmissíveis e não transmissíveis, de atividades sanitárias programáticas, de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador, elaboração e análise de perfis demográficos epidemiológicos, e proposição de medidas de controle. (Alagoas, 2023, p. 20)

Essas ações são especialmente relevantes em uma cidade como Penedo, onde o acesso a cuidados de saúde básicos é essencial para garantir a qualidade de vida de toda a população, inclusive das pessoas surdas.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) desempenham, portanto, um papel crucial na superação das barreiras de comunicação enfrentadas pela comunidade surda. Essas unidades são muitas vezes o primeiro ponto de contato da população com o sistema de saúde, e sua capacidade de oferecer serviços acessíveis e inclusivos é fundamental para a

melhoria da qualidade de vida dos surdos. O oferecimento de atendimento especializado, que inclua intérpretes de Libras e profissionais capacitados para lidar com as especificidades da deficiência auditiva, pode garantir que os surdos tenham acesso pleno às informações e aos serviços de saúde.

Segundo informações fornecidas pelo portal oficial da Prefeitura de Penedo (Penedo.al.gov.br), a cidade conta atualmente com um total de 34 Unidades Básicas de Saúde (UBS) em funcionamento. Essas unidades estão espalhadas por diversas áreas da cidade, permitindo que a população tenha acesso facilitado aos serviços de saúde. No entanto, para que esse acesso seja verdadeiramente inclusivo, é necessário que as UBS estejam equipadas não apenas com profissionais de saúde, mas também com recursos que garantam a acessibilidade comunicacional, especialmente para a comunidade surda.

A superação das barreiras de comunicação é essencial para que os serviços de saúde oferecidos em Penedo sejam acessíveis a todos. A inclusão de intérpretes de Libras, a capacitação dos profissionais para lidar com a diversidade e a implementação de políticas públicas voltadas para a acessibilidade são passos importantes para assegurar que as Unidades Básicas de Saúde cumpram seu papel de prestar atendimento de qualidade. A melhoria da qualidade de vida da comunidade surda depende, em grande parte, da capacidade das UBS de superar essas barreiras e garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos à saúde plenamente assegurados.

Portanto, o avanço na prestação de serviços de saúde acessíveis em Penedo não se limita à oferta de infraestrutura, mas também envolve a criação de um ambiente inclusivo que respeite e atenda às necessidades de todos os cidadãos, especialmente aqueles com deficiência auditiva. O esforço conjunto entre as autoridades municipais, profissionais de saúde e a comunidade surda é essencial para construir um sistema de saúde que seja, de fato, acessível a todos.

## **METODOLOGIA**

Este estudo utilizou duas abordagens complementares para analisar a acessibilidade dos pacientes surdos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Penedo, Alagoas: a revisão bibliográfica e a aplicação de um questionário. A revisão bibliográfica foi realizada com o objetivo de reunir informações e conceitos teóricos sobre acessibilidade e saúde para pessoas com deficiência, com foco nas barreiras enfrentadas

pela comunidade surda. Essa etapa permitiu identificar os principais desafios que essa população encontra no acesso aos serviços de saúde, assim como as diretrizes legais e políticas públicas que regem a acessibilidade nos serviços de saúde no Brasil.

A segunda abordagem consistiu na aplicação de um questionário estruturado, elaborado por meio da plataforma Google Forms, destinado a profissionais de saúde que atuam nas UBS do município. O questionário foi desenhado para investigar como a acessibilidade e a comunicação com pacientes surdos estão sendo realizadas nas unidades de saúde, e também para identificar possíveis barreiras que possam estar comprometendo a qualidade do atendimento oferecido a essa população.

As UBS de Penedo foram escolhidas para a coleta de dados devido à sua importância como principal ponto de entrada da população no Sistema Único de Saúde (SUS) e por serem responsáveis pelo atendimento primário e preventivo. O questionário incluiu perguntas diretas que permitiam aos profissionais descreverem suas experiências com pacientes surdos e a estrutura disponível para garantir a acessibilidade. As principais questões abordadas no questionário foram:

1. A unidade de saúde possui pacientes surdos?
2. Se sim, quantos pacientes surdos frequentam a unidade?
3. Com que frequência os pacientes surdos solicitam atendimento?
4. A unidade de saúde dispõe de tradutores/intérpretes de Libras?
5. Se sim, quantos tradutores/intérpretes trabalham na unidade?
6. Caso não haja tradutores/intérpretes, como é realizado o atendimento aos pacientes surdos?
7. O sistema público de saúde de Penedo/AL enfrenta barreiras no atendimento às necessidades desses pacientes surdos?
8. Se sim, quais barreiras dificultam o atendimento?

Essas perguntas foram desenvolvidas com o intuito de obter um panorama das condições de acessibilidade nas UBS de Penedo e identificar os principais desafios que afetam o acesso e a qualidade do atendimento para os pacientes surdos. O questionário foi aplicado em três UBS do município: a Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Matias, a Unidade de Saúde da Família (USF) Gabriel 04 e a Unidade de Emergência de Penedo (UPA). Essas unidades foram selecionadas por sua relevância na prestação de serviços à comunidade local e pela diversidade de casos que recebem diariamente, o que permitiu uma análise mais abrangente do atendimento prestado.

A escolha dessas unidades se baseou em critérios como a abrangência populacional e a importância de cada uma delas no atendimento da comunidade local, especialmente da comunidade surda. A UPA, por exemplo, é referência no atendimento de emergências, enquanto as USFs desempenham um papel preventivo e de acompanhamento contínuo da saúde da população.

Os dados coletados foram organizados e analisados de forma qualitativa, com o objetivo de entender como a acessibilidade está sendo garantida e onde estão os principais obstáculos. A análise permitiu identificar não apenas a presença ou ausência de recursos, como intérpretes de Libras, mas também a percepção dos profissionais sobre as dificuldades enfrentadas no atendimento à comunidade surda. Além disso, foram observadas as condições de trabalho dos profissionais de saúde e a adequação das UBS para receber pacientes surdos, destacando aspectos como treinamento e capacitação contínua dos funcionários.

Com base nessas informações, espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à inclusão e acessibilidade nos serviços de saúde, garantindo que a comunidade surda tenha seus direitos assegurados. Ao mapear as barreiras existentes e propor possíveis soluções, o estudo busca sensibilizar os gestores de saúde e os profissionais envolvidos para a importância de se criar um ambiente mais inclusivo e acessível para todos os cidadãos, independentemente de sua condição auditiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A acessibilidade é um direito fundamental que deve ser assegurado a todos os cidadãos, incluindo aqueles que são surdos ou possuem deficiência auditiva. A presença de tradutores e intérpretes de Libras nos serviços públicos municipais é essencial para garantir que essas pessoas tenham pleno acesso às informações e serviços oferecidos. No entanto, a pesquisa revelou que ainda existem barreiras significativas na prestação desses serviços.

Ao serem questionados sobre a presença de pacientes surdos nas unidades de saúde, os profissionais relataram que, de fato, as UBS atendem essa população. A Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Matias foi a única a especificar o número de pacientes surdos registrados, o que demonstra que a coleta de dados sobre a demanda por esse tipo de atendimento é deficiente em muitas unidades de saúde.

### GRÁFICO 1: O posto de saúde possui pacientes surdos?

3 respostas



### Se tiver, quantos pacientes surdos?

1 resposta

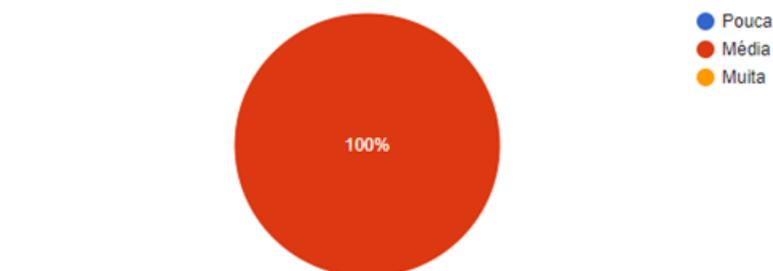
2

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em relação à frequência com que os pacientes surdos solicitam atendimento, as respostas indicaram uma frequência média. Esses pacientes geralmente estão acompanhados por um tradutor intérprete de Libras, familiares, amigos ou outras pessoas, o que sugere uma dependência de terceiros para viabilizar a comunicação. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, as pessoas surdas têm o direito de acessar os serviços de saúde com suporte de comunicação inclusiva, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) (BRASIL, 2000). No entanto, na prática, a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos ainda depende, muitas vezes, da presença de familiares ou amigos que assumem a função de intérpretes improvisados, o que pode comprometer a clareza das informações médicas.

### GRÁFICO 2: Com que frequência os pacientes surdos solicitam atendimento nos postos de saúde?

3 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A respeito da presença de tradutores e intérpretes de Libras nas unidades de saúde, foi informado que há um intérprete na USF Vila Matias, enquanto nas outras duas unidades (USF Gabriel 04 e UPA), não há precisão sobre a presença desses profissionais. Alguns funcionários afirmaram ter um conhecimento básico de Libras, mas, na maioria dos casos, o acompanhante do paciente surdo realiza a tradução, o que reflete uma falha na implementação das políticas de acessibilidade. Como afirma Gomes et al. (2017, p. 395), "a comunicação adequada e a compreensão entre surdo e ouvinte são fatores primordiais da inclusão, a qual dificilmente pode ocorrer com tão poucos ouvintes conhecedores de Libras".

**QUADRO 1: Caso não tenha tradutor intérprete, como ocorre o atendimento desses pacientes surdos?**

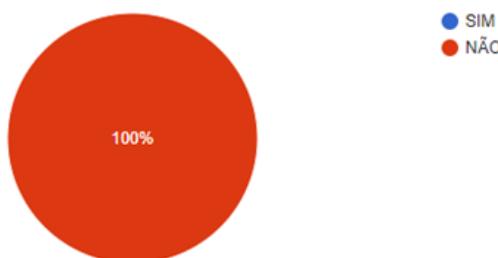
<i>Alternativas</i>	<i>Frequência</i>
<i>Tem 1 agente de saúde que entende um pouco</i>	<b>Alta</b>
<i>Alguns funcionários entendem um pouco de Libras</i>	<b>Média</b>
<i>O acompanhante da família geralmente traduz</i>	<b>Alta</b>

*Fonte: Dados da pesquisa (2024).*

Embora alguns profissionais aleguem "entender um pouco" de Libras, essa prática não é suficiente, especialmente no contexto da saúde, onde uma comunicação inadequada pode prejudicar o diagnóstico e o atendimento ao paciente surdo. Conforme afirmam Gomes et al. (2017, p. 391), "a ausência de profissionais qualificados em Libras pode gerar constrangimento, dificuldades no prontuário médico e comprometimento no tratamento de patologias". Essa realidade aponta para a necessidade de um investimento maior em capacitação contínua, conforme ressaltado por Dos Santos (2020), que destaca a importância de incluir a formação em Libras nos currículos dos profissionais de saúde (DOS SANTOS et al., 2020, p. 6).

**GRÁFICO 3: O sistema público de saúde do município de Penedo/AL enfrenta barreiras no atendimento das necessidades desses pacientes surdos?**

3 respostas



*Fonte: Dados da pesquisa (2024).*

Os dados indicam que os entrevistados reconheceram dificuldades no acesso aos serviços de saúde, com pacientes surdos frequentemente incapazes de interagir adequadamente com o ambiente de atendimento, resultando em retornos às suas residências sem que o problema de saúde fosse resolvido. Isso está de acordo com as pesquisas de Chaveiro, Barbosa e Porto (2007, p. 580), que identificam que "a comunicação eficaz é essencial para o diagnóstico e tratamento adequados, e sua ausência pode resultar em erros médicos e exclusão". Essas barreiras comunicacionais representam um desafio significativo para o SUS em garantir um atendimento inclusivo e de qualidade a todos os cidadãos, independentemente de sua condição auditiva.

Além disso, existem leis que promovem a acessibilidade para pessoas surdas, como o artigo 3º da Lei Federal nº 10.436/02, que estabelece que as instituições públicas de saúde devem garantir atendimento adequado e acessível aos portadores de deficiência auditiva (BRASIL, 2002). No entanto, a aplicação eficaz dessas leis ainda enfrenta desafios no âmbito municipal, com muitos estabelecimentos de saúde lutando para fornecer um atendimento verdadeiramente inclusivo.

Portanto, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade urgente de melhorias na estrutura e no treinamento dos profissionais de saúde para garantir que as UBS de Penedo estejam preparadas para atender as necessidades específicas da comunidade surda. Isso inclui a presença de intérpretes qualificados, a capacitação contínua dos profissionais e a implementação de práticas mais inclusivas que garantam a equidade no acesso aos serviços de saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa sobre a acessibilidade dos pacientes surdos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Penedo/AL revelou uma série de desafios que precisam ser enfrentados para garantir um atendimento mais inclusivo e humanizado a essa população. Embora o direito à saúde esteja assegurado pela Constituição Federal e por legislações específicas, como o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a aplicação dessas normas ainda apresenta lacunas significativas no contexto da saúde pública.

As principais barreiras identificadas estão relacionadas à comunicação entre os profissionais de saúde e os pacientes surdos. A falta de tradutores e intérpretes de Libras nas UBS, bem como a carência de capacitação dos profissionais em Libras, compromete a

qualidade do atendimento e limita a autonomia dos pacientes surdos. Conforme destacado por Chaveiro, Barbosa e Porto (2007, p. 580), a comunicação eficaz é essencial para o diagnóstico e o tratamento adequados, e sua ausência pode resultar em erros médicos e exclusão.

Embora algumas unidades de saúde, como a USF Vila Matias, tenham relatado a presença de intérpretes, essa realidade não é uniforme em todas as unidades, e, em muitos casos, a comunicação com os pacientes surdos depende de familiares ou funcionários que possuem conhecimento limitado de Libras. Esse cenário revela a necessidade urgente de investimentos na formação contínua de profissionais de saúde, garantindo que eles estejam aptos a lidar com as necessidades da comunidade surda de forma adequada.

Além disso, a pesquisa apontou que, apesar da baixa demanda por pacientes surdos em algumas unidades, isso não deve ser motivo para negligenciar a acessibilidade. A inclusão da comunidade surda nos serviços de saúde requer a eliminação das barreiras de comunicação, como destacou Soares et al. (2018, p. 2), que afirmam que a falta de comunicação adequada pode ser considerada uma violação dos direitos dessa população.

Outro ponto crucial para o avanço da acessibilidade nas UBS é a implementação de políticas públicas eficazes que assegurem a presença de intérpretes de Libras em todas as unidades de saúde, bem como a capacitação dos profissionais de forma continuada. Como observado por Quadros (2004), a presença de intérpretes contribui significativamente para a inclusão, mas não resolve todos os problemas. É necessário que os profissionais de saúde estejam sensibilizados e preparados para atuar de forma integrada com esses intérpretes, garantindo um atendimento mais eficiente e inclusivo.

Portanto, as conclusões deste estudo reforçam a importância de um sistema de saúde mais inclusivo, que respeite e valorize a diversidade. A implementação de um atendimento acessível e humanizado para os pacientes surdos nas UBS de Penedo/AL depende de um esforço conjunto entre gestores públicos, profissionais de saúde e a própria comunidade surda. É necessário promover a equidade e garantir que o direito à saúde seja efetivamente assegurado a todos, independentemente de sua condição auditiva.

Dessa forma, espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam como um ponto de partida para o desenvolvimento de novas estratégias e políticas públicas voltadas à inclusão da comunidade surda nos serviços de saúde de Penedo, promovendo um ambiente de respeito, acolhimento e dignidade para todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde. **Vigilância em saúde**. Portal do cidadão. Disponível em: <http://cidadao.saude.al.gov.br/unidades/vigilancia-em-saude/>. Acesso em: 21 de mar de 2023.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde. **Listagem Geral das Unidades de Saúde**. Portal do cidadão. Disponível em: <http://cidadao.saude.al.gov.br/unidades/vigilancia-em-saude/listagem-geral-das-unidades-de-saude/>. Acesso em: 21 de mar de 2023.

BARBOSA, Maria Alves; CHAVEIRO, Neuma. Revisão de Literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da escola de enfermagem da USP**. São Paulo, abr. 2007. p. 580. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/VxmLq9wh4jFhkbsJJq7jN4q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm) Acesso em: 04 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 25 de julho de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 23 dez. 2024.

CÉZAR, Chester; PAIVA, Karina; CASTRO, Shamy. **Dificuldades na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissionais de saúde**: uma questão de saúde pública. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*. 2012, p. 128-34. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/ML37tNjJfXZjRq4Dy7rqR/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 25 de julho de 2023.

DOS SANTOS, Willyane Rodrigues et al. **Inclusão do paciente surdos nos serviços de saúde no âmbito da atenção primária e suas interações com o cuidado de enfermagem**. Caderno de graduação - ciências biológicas e da saúde - UNIT. Alagoas, vol. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/7412>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2023.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Leticia Ferreira et al. **Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo**. Rev. Bras. Educ. Med. [online]. 2017, vol.41, n.3, p. 390-396.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Amostra- pessoas com deficiência. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/penedo/pesquisa/23/23612>. Acesso em: 21 de mar de 2023.

\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados. População estimada. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/penedo.html>. Acesso em: 21 de mar de 2023.

KAUCHAKJE, Samira. **Comunidade Surda: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social**. In: SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus Editora, 2003. p. 57-76.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SOARES, Imaculada Pereira et al. Como eu falo com você? **A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo**. Revista Baiana de Enfermagem, 2018, v. 32, 2p. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978/16591>. Acesso em: 4 de mar de 2023.

SOUSA, Danielle. **Aquisição da língua de sinais por alunos surdos: ponto de contribuição e relevância na atuação do intérprete de língua de sinais**. Revista virtual de cultura surda e diversidade. Edição, v. 5, 2009.

## **Capítulo 8 - TRAVESSIAS DOCENTE NA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA, INTRODUÇÃO À LIBRAS**

**Mirelly Lucena de Lira**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da  
Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE- PE  
mirelly.lucena@ufrpe.br

**Yone Regina de Oliveira Silva**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE- PE  
yone.oliveira@ufrpe.br

**Ivanda Maria Martins Silva**

Pós-Doutoranda em Educação (PPGE/UFPB), Professora Associada da  
UFRPE/UAEADTec, Docente no Programa de Pós-Graduação em  
Estudos da Linguagem (PROGEL), Universidade Federal Rural de Pernambuco-PE  
ivanda.martins@ufrpe.br.

### **1. IDEIAS INICIAIS**

O conceito de letramento literário pode ser identificado como vivência das práticas sociais por meio da escrita. Assim, o termo se refere à maneira como as crianças devem ser alfabetizadas em todos os aspectos. O processo é realizado não apenas por incentivo de leituras superficiais, mas também por meio de leituras que estabelecem o aprendizado crítico, o aprofundamento do conhecimento e a contextualização.

Em virtude das demandas do século XXI, informatização de processos, leitura em tela, baixo engajamento dos estudantes, educadores discutem sobre a prática de leitura

em sala de aula, bem como a compreensão dos educandos diante dos textos, a formação de leitores e o uso de estratégias para apresentar a leitura literária.

Neste estudo, recorre-se a essas questões, a partir da obra, *Letramento Literário teoria e prática*, escrita por Rildo Cosson. No livro, o autor relata suas experiências como professor na educação básica favorecendo reflexões sobre o letramento literário no processo de escolarização da literatura. Observa-se alguns paradigmas do ensino da literatura que necessitam amparar o cenário de crise e propostas didáticas de superação.

Nota-se que antes de construir um conhecimento estruturado, o professor necessitar conhecer a sua turma e sua bagagem social. Considerando uma sala com estudantes surdos, é favorável ampliar a discussão para a relação entre Literatura Surda e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e seus atravessamentos socioculturais. Uma vez que a produção da Literatura Surda está conectada com a cultura, identidade, engajamento social e representatividade de modo visual amparados pela LIBRAS.

A pesquisa foi desenvolvida utilizando os conceitos e propostas apresentados na visão de Rildo Cosson, conforme exposta em suas obras "*Letramento Literário: Teoria e prática (2006)*" e "*Paradigmas do Ensino de Literatura (2020)*", levando em consideração suas teorias e práticas para a educação. Por conseguinte, o impacto dessas estratégias pode apoiar uma educação literária mais significativa envolvendo processo de letramento, didática e formação de leitores.

O letramento literário e paradigmas do ensino de literatura são temas que transcendem a simples transmissão de conhecimentos, repercutindo na relação professor- aluno, e conseqüentemente novas possibilidades literárias. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar o relato de uma professora ao lecionar a disciplina, Introdução a LIBRAS em uma Universidade Pública, no Estado de Pernambuco, identificando o processo de letramento literário dos graduandos durante a disciplina, em conexão com proposta do ensino por Cosson (2006) e Karnopp (2006).

Para a análise dos dados, utiliza-se como referencial teórico Cosson (2006) para compreender os paradigmas do ensino de Literatura e Karnopp (2006) para explanação sobre o conceito de Literatura Surda e a relação com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Por fim, ratifica-se que professores, mediadores do conhecimento estão sempre em busca de potencializar o ensino literário em diálogo com o conceito de Literatura Surda em sala de aula, conforme esse relato.

## **2. LETRAMENTO LITERÁRIO: TEORIA E PRÁTICA**

O autor, Rildo Cosson (2006), inicia a sua obra “Letramento Literário” com a fábula do imperador chinês em seguida ele faz uma comparação sobre a vivência nas escolas onde ele vai relatar a situação difícil com os alunos, professores de outras disciplinas, os dirigentes educacionais e a sociedade, quando a matéria é literatura.

Para alguns dita como saber desnecessário, a literatura é colocada como conhecimento superficial. Entretanto, o saber literário é veículo de empoderamento, crítica, pertencimento e não funciona como apêndice da disciplina da Língua Portuguesa.

Cosson (2006) destaca também a existência de vários níveis e diferentes tipos de letramento. Em uma sociedade essencialmente letrada como a nossa, mesmo um analfabeto tem participação, ainda que de modo precário, em algum processo de letramento. Não é possível aceitar que a simples atividade da leitura seja considerada a atividade escolar de leitura literária.

O ato de ler é a face mais visível da resistência ao processo de letramento literário na escola. Surge então o estranhamento quando se coloca a necessidade de se ir além da simples leitura do texto literário quando se deseja promover o letramento literário.

Ler implica troca de sentidos não só entre escritor e leitor, mas também com a sociedade onde ambos estão localizados, pois os sentidos são resultado de compartilhamentos de visões do mundo entre os homens do tempo e no espaço (Cosson, 2006, p.26).

Para Cosson (2006) o letramento literário, possui uma configuração especial, própria condição de existência da escrita literária, o processo de letramento que se faz via texto literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, e sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio. Daí sua importância na escola, ou melhor, sua importância em qualquer processo de letramento, seja aquele oferecido pela escola, seja aquele que se encontra difuso na sociedade.

É através do estímulo de vários tipos de leitura, como obras clássicas, que construímos o letramento literário. Essa prática visa discutir de forma crítica o que foi lido, provocar reflexão e criar novos resultados. Logo, é necessário que as escolas abordem a temática sobre a literatura de forma mais profunda e não algo superficial, mostrando aos alunos a importância de ser compartilhada as experiências de leitura, ampliando com informações dentro do campo literário.

Segundo Cosson (2006) afirma ser fundamental que se coloque como centro das práticas literárias na a escola a leitura efetiva dos textos, e não as informações das disciplinas que ajudam a construir essas leituras, tais como a críticas, a teoria ou a história literária.

Na universidade, o professor possui um papel semelhante, formar leitores. Mas estes leitores retroalimentaram o processo formando novos leitores após a conclusão da sua graduação. Por conseguinte, constitui-se objetivos didáticos de modo organizado segundo os objetivos da formação do aluno, compreendendo que a literatura tem um papel a cumprir no âmbito escolar. Logo,

Devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização (Cosson,2006, p.23).

O alicerce didático por Cosson (2006) a respeito desse aspecto são claras e objetivas, mostrando a importância de refletimos sobre informações literárias e sua aplicação na sala de aula. Ele destaca a necessidade de mostrar aos alunos a oportunidade de realizarem leituras integrais dos textos, permitindo se aprofundar na obra e compreender seus valores. O professor enquanto mediador fornece um arcabouço de ferramentas para auxiliar o aluno a fazer essa exploração. A sequência básica utilizada pelo autor sobre o letramento literário na escola perpassa por quatro passos: motivação, introdução, leitura e interpretação.

Entre as diversas sequência básicas que trabalhamos com nossos alunos, os quais uma vez professores, trabalham com os próprios alunos, escolhemos esse exemplo para mostrar que a sequência não é algo intocável. Dentro dos objetivos do letramento literário na escola, é possível misturar, como o fizemos, a leitura com a interpretação, a motivação com a introdução, sempre de acordo com as necessidades e características dos alunos, do professor e da escola (Cosson, 2006, p.72).

A sequência expandida evidencia as articulações das propostas entre experiência, saber e educação literária no horizonte do letramento na escola. Partindo para o conceito de paradigmas no ensino de literatura se referem aos modelos padrões que moldam as práticas pedagógicas no ensino e aprendizagem dessa disciplina.

No passado a história da educação, mostram que existiam diferentes paradigmas que teve influência na forma como a literatura é ensinada, desde conteúdos tradicionais

que valorizam a memorização e valorizam as análises dos textos até perspectivas mais contemporâneas que representam a diversidade, a intertextualidade e a conexão com as experiências dos alunos.

De acordo com a ótica de Cosson (2020) diz que o ensino da literatura, assim como outros campos disciplinares nas ciências e nas humanidades, passou por várias transformações ao longo da história que podem ser lidas como uma sucessão de paradigmas.

No Brasil, a partir da herança jesuítica na educação, é possível localizar seis paradigmas no ensino da literatura: dois paradigmas tradicionais-moral-gramatical e histórico-nacional-, que pertencem ao passado mais distante, e quatro paradigmas contemporâneos- analítico-textual, social- identitário, formação do leitor e letramento literário-, que emergem sucessivamente desde o final do século xx até nossos dias. Segundo Rildo Cosson:

O modelo de concepção pedagógico-literária é inspirado pelo letramento literário e construído a partir dos conhecimentos e da experiência do professor. O modelo concebido de educação literária, por fim, resulta da recusa aos dois modelos apresentados pela escola ou do distanciamento deles, voltando-se para a forma como os alunos concebem e se relacionam com o mundo da literatura fora do ambiente escolar (Cosson, 2020, p.11).

A metodologia do paradigma do letramento literário segundo Cosson “compreende um percurso entre dois polos que delimitam e organizam suas atividades pedagógicas: o manuseio do texto literário e o compartilhamento da experiência literária pelos alunos. Dessa forma, todas as práticas de ensino associadas a esse paradigma precisam estar necessariamente contidas entre esses dois polos, ou seja, devem começar com o manuseio do texto literário e terminar com compartilhamento da experiência desse manuseio.

O procedimento mais comum para essa prática é a leitura individual de um texto literário fora da sala de aula, seguindo orientações mais ou menos explícitas. Isso porque os alunos executam as atividades em diferentes tempos e a escola reparte o tempo em horários homogeneizados para todos.

Em síntese, a melhor imagem para a proposta metodológica do paradigma do letramento literário não é a de um percurso entre dois polos com três pontos fixos, como o trajeto de um trem e suas paradas. Em seu lugar, devemos conceber como uma via espiral e inclusiva, em que as estações funcionam como pontos de interconexão de práticas de leitura, por meio das quais se promove a experiência literária e se amplia e aprimora o repertório da linguagem literária”.

Segundo o Cosson (2020) diz que um paradigma é constituído por saberes e práticas, conceitos e técnicas, questionamentos e exemplos, objetos e termos utilizados para descrevê-los dentro de uma determinada área de conhecimento.

Neste paradigma, a literatura clássica é fortemente imposta como um referencial para a formação cultural e moral dos estudantes, mas fora do ambiente escolar, ela é tida como referência para um estudo ocasional e um lazer à parte, pois no ambiente escolar eram postos apenas recortes destes textos, tidos com bons exemplos para o momento. A seguir, será apresentado um entrecruzamento dialógico entre pressupostos literários estabelecidos por Cosson (2006) e os pilares do conceito de Literatura Surda.

### **3. O ENFOQUE DE COSSON EM DIÁLOGO COM A LITERATURA SURDA**

A abordagem de Cosson (2006) ao adotar a construção de uma comunidade de leitores como princípio do letramento literário, destaca a importância dessa comunidade para fornecer um repertório cultural que permite ao leitor explorar e construir seu próprio mundo. O ensino efetivo da Literatura, conforme proposto, requer um movimento progressivo de leitura, partindo do conhecido para o desconhecido, do simples para o complexo, do semelhante para o diferente, visando enriquecer e consolidar o repertório cultural do aluno.

Visualizar a Literatura Surda dentro do contexto de letramento literário revela uma importante conexão entre as experiências culturais da comunidade surda e o desenvolvimento social. Na sala de aula, a abordagem da literatura pode ser apresentada de várias maneiras para que o ambiente se torne inclusivo e enriquecedor.

Ao abordar práticas de letramentos literários na área acadêmica para alunos de licenciatura ouvintes, é importante que compreendam o processo e sua relevância. Inicialmente, os professores devem incentivar a exploração de obras de autores surdos ou que abordem a cultura surda.

Além disso, é essencial encorajar os alunos a criarem narrativas e poesias que expressem suas experiências ao se deparar com esse tema, promovendo a autoexpressão e o entendimento coletivo em sala de aula.

Ao adotar essas abordagens, os educadores não apenas estabelecem um ambiente educacional mais inclusivo, mas também destacam a importância dessas práticas tanto no contexto da sala de aula quanto na sociedade em geral.

A iniciativa de apresentar diferentes tipos de produções na Literatura Surda e discutir suas abordagens em sala de aula é valiosa, principalmente atrelada a orientações e estratégias. Os alunos foram incentivados a explorar os tipos de gêneros literários em LIBRAS tanto na teoria quanto na prática, atividades como teatros e performances que valorizem a expressão corporal e visual. Isto, possibilitou a exploração do estudante a novos traços culturais diferentes do ouvinte. Importante também estimular a análise crítica das obras, explorando os elementos literários e os aspectos culturais e sociais presentes nas produções da Literatura Surda.

A Literatura Surda, por sua vez, está presente na Comunidade Surda e é de grande importância criar e ter registros, envolvendo a própria cultura e identidade dentro de uma sociedade, que parte através de suas experiências.

Karnopp (2006) afirma que a Literatura Surda é a produção de textos literários em sinais, que traduz a experiência visual, que entende a surdez como presença de algo e não como falta, que possibilita outras representações de surdos e que considera as pessoas surdas como um grupo linguístico e cultural diferente.

Portanto, ao explorar a literatura surda nos currículos escolares e acadêmicos amplia o conhecimento literário dos alunos e também fará com que eles exercitem a capacidade de empatia e entendimento. É uma prática que reflete o que Cosson (2006) defende sobre a experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência dos outros, como também vivenciar essa experiência.

O poder transformador da literatura que permite viver e sentir a experiência, enriquecendo com novas possibilidades de vida, permitindo assim compreender e sentir as práticas da Literatura Surda.

### **3. PERCURSOS METODOLÓGICOS**

O objetivo deste trabalho é apresentar o relato de uma professora ao lecionar a disciplina, Introdução a LIBRAS em uma Universidade Pública, no Estado de Pernambuco, identificando o processo de letramento literário dos graduandos durante a disciplina. Trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho desenvolvido com graduandos dos cursos de Licenciatura em História na disciplina, Introdução a LIBRAS em um semestre letivo Brasileira de Sinais - LIBRAS.

O lócus da pesquisa é uma Universidade pública que possui quatro campus de ensino, distribuídos na Capital, duas filiais no Agreste do estado, no Sertão e na região

metropolitana. Atualmente, oferta 59 cursos de graduação no campus principal que se localiza na cidade do Recife, também oferece 45 programas de pós-graduação, incluindo mestrados acadêmicos e doutorados.

No estudo, contou-se com a participação de 40 estudantes, com faixa etária entre 20 e 35, matriculados na disciplina. Foram realizados 15 encontros presenciais, no período de novembro 2022 a abril de 2023, o que favoreceu o registro da percepção dos participantes. De acordo com Minayo (2009), a pesquisa qualitativa favorece a fala dos sujeitos respeitando a pluralidade de significados dos discursos.

Para a análise de conteúdo será utilizado o suporte teórico de Moraes (1999), é possível criar percursos diferentes de conduzir o processo de pesquisa. Ressalta-se que a pesquisadora autora desta pesquisa atua como docente neste crédito acadêmico.

## **5. LETRAMENTO LITERÁRIO EM LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR**

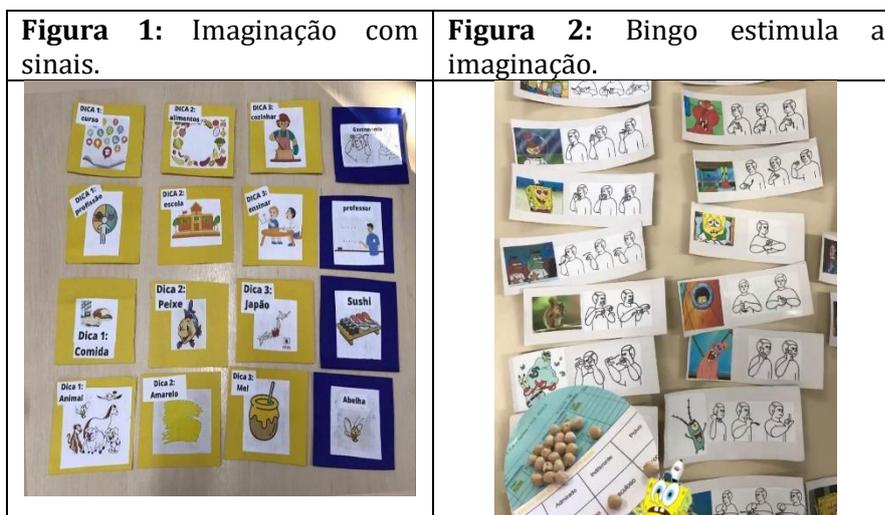
Ao explorar a literatura surda nos currículos, segue algumas estratégias para ensinar literatura surda aos discentes do ensino superior:

**Tabela 1:** estratégias para ensinar literatura surda aos discentes do ensino superior

<b>1-Apresentar textos de autores surdos</b>	É de suma importância incluir obras de autores surdos no conteúdo. Onde vai valorizar a produção literária surda e também oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer cultura e identidade diferente.
<b>2-Uso de recursos visuais</b>	Textos de literatura surda são transformados em Língua de Sinais e podem ser melhor apreciados através de vídeos. Apresentar esses recursos nas aulas permitirá que os alunos tenham experiências narrativas visuais.
<b>3-Discussões e reflexões críticas</b>	Essas discussões em sala de aula devem ser abordada com temas sobre a identidade, cultura e experiências surdas que podem ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão mais profunda e empática. Isso pode ser feito através de grupos de discussão, ensaios reflexivos e apresentações.
<b>4- Participação de autores e artistas surdos</b>	Convide autores e artistas surdos para palestras e workshops permitindo uma interação direta com os autores e artistas das obras.
<b>5- Uso de tecnologia</b>	Utilize tecnologias que facilitem a acessibilidade, como legendas e intérpretes de Língua de Sinais, garantindo que todos os alunos possam participar plenamente das atividades e discussões.

**Fonte:** elaboração das autoras (2024)

Ao utilizar essas estratégias, estaremos com o objetivo de ampliar o letramento literário dos alunos e também contribuindo para uma educação diversificadas e mais inclusiva. As imagens abaixo são registros das práticas de jogos de LIBRAS, realizadas pelos alunos do curso de Introdução à LIBRAS na Universidade.



Fonte: elaboração da autora (2024).

**Objeto:** Expandir e fixar o conhecimento dos sinais em Libras de forma lúdica, promovendo a prática da imaginação.

**Material:** Cartões de bingo com sinais em Libras correspondentes às imagens.

**Explicação do jogo:** Aluno que estiver mediando o jogo retira uma cartão e apresenta a imagem ou o sinal.

Os participantes deverão marcar na cartela o sinal ou palavra correspondente ao cartão.

**Quantidade de participantes:** Bingo pode ser realizado com grupo 30 pessoas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, entende-se que o letramento literário é fundamental para o desenvolvimento de uma prática social crítica, reflexiva e transformadora, apesar dos desafios do ensino da literatura para os alunos, para a escola e para os professores. Sob a contribuição teórica de Karnopp, identificamos a literatura surda, como meio de reconhecimento, empoderamento e valorização identitária para a comunidade surda, que muitas vezes é oprimida.

O letramento literário acerca das especificidades da comunidade surda, potencializa a inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural. Também paradigmas do ensino de literatura com enfoque de Cosson mostrando a importância e os desafios do ensino da literatura para os alunos, para a escola e para os professores.

## **7. REFERÊNCIAS**

COSSON, R. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSSON, R. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2022.

COSSON, R. **Letramento Literário: uma localização necessária**. Letras & Letras, v. 31, n. 3, p. 173-187, 29 jun. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufubr/index.php/letraseletras/article/view/30644>

COSSON, R. **Paradigmas do ensino da literatura**. São Paulo, Contexto, 2020.

GESSER, A. LIBRAS – que é essa: **crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. 6. Ed. São Paulo: Parábolas Editorial, 2009.

KARNOPP, L. B. (1). **Produções culturais de surdos**: análise da literatura surda. Cadernos De Educação, (36). Disponível em: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i36.1605> Acesso em: 30 mai. 2024.

MINAYO, M. C. S (Org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ROJO, H. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábolas Editorial, 2009.

## **Capítulo 9 - DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL NO ATENDIMENTO DA PESSOA SURDA NA ÁREA DA SAÚDE EM PENEDO/AL**

### **Gabriel José Gregório Vieira**

Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca - Unidade Penedo/AL/Brasil. E-mail: gabriel.gregorio@arapiraca.ufal.br

### **Fernanda Marques Ribeiro**

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca - Unidade Penedo Penedo/AL/Brasil. E-mail: fernanda.ribeiro@arapiraca.ufal.br

### **Renato da Silva Ferreira**

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca - Unidade Penedo Penedo/AL/Brasil. E-mail: renato.ferreira@arapiraca.ufal.br

### **Darlene Seabra de Lira**

Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestra em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Docente de Libras/Educação da Universidade Federal de Alagoas, Penedo/AL/Brasil. E-mail: darlene.lira@penedo.ufal.br

## **INTRODUÇÃO**

O projeto de extensão "Saúde e Educação da/na Comunidade Surda de Penedo/AL" visa identificar as necessidades da comunidade surda em relação à educação e saúde, focando nas barreiras linguísticas. O objetivo é propor ações para melhorar a

comunicação e facilitar o acesso a esses serviços, promovendo a inclusão da população surda de Penedo.

No semestre de 2021.2, os componentes ACE 5 e ACE 6 mapearam as condições da comunidade surda local, avaliando seu acesso às políticas de educação e saúde. Em 2022.1, os estudantes serão capacitados para aplicar esse conhecimento em intervenções em escolas e unidades de saúde, promovendo a inclusão e melhorando o atendimento à comunidade surda.

O ato de se comunicar é algo primordial do convívio entre indivíduos de uma mesma espécie que vivem em uma comunidade, pois dessa forma ocorre o compartilhamento dos pontos de vista, costumes, lendas, sentimentos e visão de mundo, a fim de construir uma identidade cultural própria, para assim conseguir perpetuar a identidade cultural para as próximas gerações. Além disso, conforme afirma Vigotski (1999), os aspectos inerentes à linguística são imprescindíveis para uma compreensão total do homem enquanto ser social. Esse fato é especialmente importante para o Surdos e a formação de sua identidade, pois uma das principais diferenças entre o deficiente auditivo e o Surdo é sua identificação com a comunidade Surda, que é formada não só por Surdos, mas também, por todos os que os cercam e se sentem inseridos nessa comunidade. Todavia, há inúmeros desafios enfrentados pela comunidade Surda nos espaços sociais em que frequentam, devido a falha na comunicação e na garantia dos direitos previstos em lei, como na saúde.

O acesso à saúde de qualidade é um direito de todos os cidadãos, sendo dever do estado assegurar esse direito, mediante a criação de políticas públicas, sociais e econômicas que visem o acesso universal e igualitário a todos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, Art.196, seção II (BRASIL, 1988). Todavia, no cotidiano é possível verificar falha sistêmica no atendimento, especialmente para os Surdos, seja pela falta de infraestrutura das unidades de atendimento ou pela falta de Tradutores/Intérpretes de Libras - TILS que sejam realmente qualificados para a recepção dos Surdos.

Em Penedo - AL, apesar do desenvolvimento na área da saúde e a criação de novos centros de atendimento, ainda há uma carência de Tradutores/Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa, o que dificulta o atendimento adequado aos pacientes surdos em postos de saúde, UPA e clínicas privadas. Essa ausência compromete o acesso à saúde, já

que a comunicação é essencial para compreender e direcionar o paciente, o que vai contra o princípio de acesso universal garantido pela constituição.

Deste modo, o presente trabalho terá como finalidade apresentar uma análise de uma pesquisa em campo a respeito dos hospitais públicos do município de Penedo - AL, buscando verificar como o atendimento à pessoa Surda tem sido realizado, e a qualidade do mesmo. Nesse sentido, fica evidente a importância social de mensurar e compreender como este atendimento tem sido realizado, para que possam ocorrer cobranças nos lugares corretos e assim melhorias no atendimento especializado para os Surdos.

Este trabalho tem como objetivo investigar o acesso à saúde das pessoas surdas na cidade de Penedo, Alagoas, focando nas principais barreiras enfrentadas por essa população ao buscar atendimento médico. A pesquisa busca compreender as dificuldades específicas que os surdos encontram no sistema de saúde local, além de avaliar a disponibilidade de profissionais capacitados nas unidades de saúde, com o intuito de identificar possíveis lacunas que afetam a qualidade do atendimento oferecido.

O trabalho norteia-se pela investigação da funcionalidade do acesso das pessoas surdas aos serviços de saúde em Penedo-AL, questionando se existem profissionais especializados e capacitados para atender essa população de maneira eficiente e inclusiva.

A pesquisa sobre o acesso à saúde das pessoas surdas em Penedo-AL é importante cientificamente, ao expor as barreiras que essa população enfrenta nos serviços de saúde, e academicamente, ao destacar a necessidade de capacitação dos profissionais em Libras. Socialmente, a pesquisa ressalta a urgência de garantir equidade no atendimento e cumprimento dos direitos constitucionais dos surdos, apontando a carência de infraestrutura e profissionais capacitados, além da necessidade de mudanças que impactem a qualidade de vida dessa população.

## **OS SURDOS E A SOCIEDADE**

O decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece a pessoa Surda como aquela que tem a perda auditiva e que compreende, entende e interage com o mundo por experiências devidamente visuais, expressando e expondo manifestações da sua cultura, usando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 5% da população brasileira é surda, isso corresponde a aproximadamente mais de dez milhões de

brasileiros, em que, cerca de dois milhões e setecentos mil têm surdez profunda (IBGE, 2010).

O surdo pode ser definido como qualquer indivíduo com ausência total de audição, ou com perda auditiva severa/profunda (Sanches et al., 2019, p. 2). A comunidade surda é composta por pessoas que se identificam como surdas, com deficiência auditiva, familiares e intérpretes de Libras, todas unidas por vínculos culturais semelhantes. Além disso, inclui todos que se comunicam em Libras, uma língua comum tanto para surdos quanto para intérpretes (Strobel, 2008).

Nesse sentido a cultura Surda se forma a partir da língua de sinais em comum, que é um padrão de comportamento compartilhado pelas pessoas Surdas, trocando experiências com os seus semelhantes, perpetuando os valores, crenças, literatura ou eventos sociais, sejam eles formais ou informais, caracterizando um tipo de sociedade, como é conhecido atualmente (Perlin *et al.*, 2004, p. 65-67). Ainda segundo Perlin:

As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com a maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, da inclusão entre os deficientes, de menos valia social. (Perlin, 2004, p 77-78).

Durante muito tempo os Surdos por não oralizar não eram considerados como parte da sociedade, além de que por um tempo havia uma ideologia que a linguagem era uma capacidade humana básica, e por não ter essa linguagem não eram considerados humanos. Como consequência disso os Surdos não tinham direitos legais, e assim barbaridades foram cometidas, em que, muitos Surdos eram sacrificados, condenados à pena de morte ou simplesmente esquecidos da sociedade. Na idade média, quando a igreja era muito poderosa, eles instruíram como as pessoas deviam viver, em família, na sociedade e politicamente. Entretanto, para eles os Surdos não eram cidadãos e que após a morte não iriam para o céu por não professar o santo Sacramento. Em resposta a isso muitas famílias os escondiam da sociedade ou os assassinavam (Strobel, 2009, p. 16-36). Ainda de acordo com Strobel:

A triste realidade dos Surdos só começou a mudar durante a idade moderna, pois as famílias que tinham um grande poder aquisitivo ficaram incomodadas por seus filhos Surdos não serem considerados cidadãos, como consequência disso, eles

não possuíam direitos legais, sendo impedidos de receber suas heranças. A partir desse momento, as crianças começaram a ser instruídas, e assim deu início a uma nova etapa na história dos Surdos, que ao decorrer dos anos vem lutando arduamente pela conquista de seus direitos como cidadão, algo que deveria ser direito comum a todos, Surdos e ouvintes. Outra luta que foi enfrentada durante este período, é que mesmo sendo considerados como membros da sociedade, ainda existia uma barreira imposta, que era a exigência da oralização, tornando a Língua de Sinais proibida para a comunicação por cerca de 100 (cem) anos. Somente com o fracasso desse método os países foram reconhecendo de forma gradual a Língua de Sinais e começaram a usá-la como meio oficial de comunicação com os Surdos (Strobel, 2009, p. 16-36).

Na história da civilização humana, sempre teve relatos da existência de pessoas Surdas, porém, essa comunidade sempre foi excluída da sociedade, tanto da participação social quanto da educacional, por terem uma forma única de se comunicar, que é a Língua de Sinais, que varia de um país para outro, e de região para região. Entretanto, com o avanço do tempo, a comunidade Surda por meio de muita luta conseguiu acesso a recursos que são fundamentais para o desenvolvimento humano, que são a Saúde e a Educação (Machado *et al.*, 2012, p.4).

Mesmo após tanto tempo de luta, com direitos conquistados e muito bem estabelecidos é possível perceber que nos dias atuais ainda existe muito descaso, discriminação e preconceito, de modo que o Surdo seja visto como alguém incapaz e sem serventia para a sociedade. Esses problemas fazem com que os direitos dos Surdos sejam constantemente ignorados ou negados, seja o acesso à Educação, Saúde, reconhecimento da cultura Surda ou da qualidade de vida em geral, que é direito de todos estabelecido na constituição.

Somente a partir do decreto de nº 5.626/05, a Língua de Sinais Brasileira passou a ser tratada como a primeira língua de instrução dos Surdos. Sendo assim, a Língua Portuguesa deve ser oferecida especificamente na modalidade escrita. O documento ainda ressalta sobre os direitos dos Surdos e deveres que os órgãos públicos e privados devem estar cientes e obedecer ao que a lei impõe, para que assim esses indivíduos possam dispor de atendimentos dignos, humanizados e especializados em todos os ambientes frequentados, visando garantir o direito à saúde dos Surdos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo que o

atendimento seja realizado com a presença de Tradutor/Intérprete de Libras (TILS) capacitado.

A comunidade Surda de Penedo -AL mesmo não possuindo um quantitativo de indivíduos consideravelmente grande, em geral é bem conectada, e os conhecimentos da Libras, da cultura Surda e suas subjetividades é frequentemente passado dos membros mais velhos da comunidade para os membros mais novos, englobando a cidade e os interiores que a cercam, desse modo a maior parte da comunidade Surda de Penedo-AL é fluente em Libras e inserida na cultura Surda.

## **OS AVANÇOS E O ACESSO À SAÚDE PARA A COMUNIDADE SURDA**

No ano de 1988, foi decretado pela Constituição Federal o direito à Saúde, em que assegura que todo cidadão tem direito, além de afirmar que é um dever do Estado possibilitar o acesso à Saúde. (BRASIL, 1988). Todavia, embora a criação da Lei contribuiu significativamente para o bem-estar da população brasileira, não possibilitou inclusão.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Anos depois, após a criação da Lei 10.436/2002 que regulamenta e reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, foi criado o Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), em que se constitui o acesso à saúde especificamente para a comunidade Surda, conforme previsto no art. 25 abaixo:

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:[...] (BRASIL, 2005).

Dentro do Estado de Alagoas, desde o ano de 2020, tem-se uma Lei que institui a obrigatoriedade da presença de profissionais qualificados para atender à pessoa

Surda nos órgãos públicos, hospitais e entre outros locais (Alagoas, 2020). A LEI Nº 8.303, de 25 de agosto de 2020, prevê:

Art. 1º Ficam obrigadas no âmbito do Estado de Alagoas de ter em seu quadro de funcionários e servidores, pessoas qualificadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para atender portadores da surdo-mudez, os seguintes públicos: [...] (Alagoas, 2020).

Neste artigo, evidencia a obrigatoriedade da presença de funcionários que tenham qualificação em Libras, todavia, isso não é a realidade em todos os municípios do Estado. No município de Penedo, não há profissionais contratados que possuam a qualificação necessária no atendimento e auxílio para a comunidade Surda nos âmbitos hospitalares. Embora tenha o decreto que regulamenta que todos os cursos de licenciatura e magistério precisam realizar a disciplina de Libras para a formação (Pereira, *et al.*, 2020). Ainda sim, outros cursos que são importantes e que apresentam maior envolvimento com a comunidade Surda, como a Medicina, em que não há obrigatoriedade, influenciando diretamente no relacionamento com o paciente Surdo e consequentemente afetando-o em outros aspectos pessoais.

No ano de 2004, foi criado a LEI MUNICIPAL Nº. 1.218/2004 na cidade de Penedo-AL, a qual é caracterizada pela intitulação do Programa de Saúde Auditiva no Município de Penedo e dá outras providências (Penedo, 2004). As ações a serem desenvolvidas tinham como principal objetivo a promoção, prevenção e recuperação da saúde auditiva das crianças residentes dentro do Município, e que deveriam ser realizadas por uma equipe multidisciplinar. A partir da análise da Lei, é possível verificar que além do cuidado com a criança Surda, haveria capacitação da equipe técnica responsável para prestar o devido atendimento. Deste modo, é notório que há falhas na criação desta, pois além de estar desatualizada com os termos, não inclui todos da comunidade Surda. De acordo com suas atribuições, a Lei prevê no artigo 3: “Art. 3 - IV. Garantir diagnóstico, médico e avaliação audiológica, incluindo indicação e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual” (Penedo, 2004).

Um estudo realizado com gerentes de Unidades Básicas de Saúde (UBS), membros representantes do governo, sendo administradores da Secretaria Municipal de São Paulo, bem como da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, constatou que o atendimento à pessoa Surda ocorre em sua grande maioria na base do improvisado, em que se há a presença de um familiar que pode auxiliar o paciente Surdo, ou até

mesmo algum profissional que saiba Libras, a tendência é que a comunicação seja melhor. Todavia, em casos em que não há essas possibilidades, a comunicação é feita com o uso de mímicas, gestos, leitura labial, escrita em português e entre outros (Pereira e Lanni, 2009, p. 3), não levando em consideração que nem todos os Surdos sabem a Língua Portuguesa e quando sabem há dificuldades na compreensão de algumas palavras.

O atendimento à pessoa Surda precisa ocorrer de forma especializada, com a presença de profissionais TILS para auxiliar e favorecer o atendimento. Conforme uma pesquisa feita com Surdos realizada por Nóbrega (Nóbrega *et al.*, 2017), sobre os desafios para implantação da rede de cuidados aos Surdos, foi relatado que as dificuldades de comunicação entre os profissionais que prestam assistência e os pacientes Surdos que procuram por estes serviços podem prejudicar e comprometer o atendimento, devido às lacunas na comunicação, seja no falar e/ou entender, intensificando assim as falhas de inclusão. Além disso, os problemas podem ser agravados quando ocorre erro nas medicações prescritas pelos profissionais de saúde, bem como, há todo um constrangimento pessoal por parte dos Surdos quando não conseguem serem compreendidas.

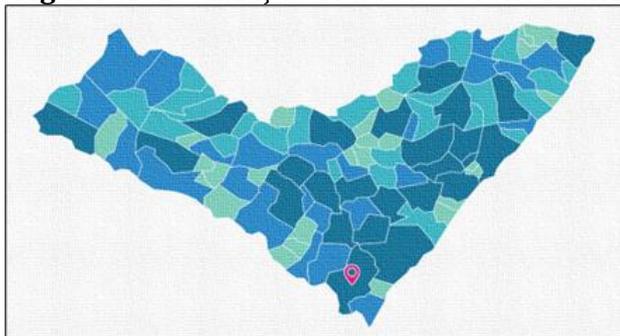
Nesse contexto, podem ser apontados como um dos principais obstáculos enfrentados pelos pacientes Surdos que necessitam de acesso ao atendimento de saúde, podem envolver a falta de preparo e conhecimento da Libras, seja pela falta de capacitação dos profissionais que fazem esse atendimento quanto pela falta de intérpretes de Libras nos postos de atendimento hospitalares. Isso, certamente dificulta o acesso desse público a esse recurso essencial que é assegurado por lei como direito de todos, e nesse sentido, essas barreiras podem fazer com que os Surdos só busquem o atendimento quando já se encontram em um grau de adoecimento severo, e não de forma preventiva.

Embora seja interessante a disponibilização de aparelhos auditivos, há Surdos que possuem diferentes níveis de perda auditiva, e que muitas vezes, utilizar um aparelho não é agradável, pois o incômodo é maior, fazendo com que o Surdo tenha outros problemas, como dores de cabeça e entre outros sintomas, podendo interferir diretamente no seu cotidiano.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi conduzida com base no método qualitativo, utilizando uma entrevista com questionário elaborado pela equipe, aplicada a um profissional de saúde da rede de Penedo, Alagoas (Figura 01). Das cinco instituições de saúde abordadas, apenas uma respondeu. Para complementar os resultados, a pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica. As perguntas que nortearam o questionário foram: 1. Vocês recebem pessoas surdas nessa instituição? Com qual frequência? 2. Essas pessoas chegam acompanhadas? Quem são os acompanhantes? 3. Quantos profissionais de saúde conhecem a Língua Brasileira de Sinais - Libras? 4. Há espaços de atendimento com profissionais bilíngues (Libras/Português)? 5. Existe Tradutor/Intérprete de Libras disponível?

**Figura 01:** Localização da cidade de Penedo - AL



**Fonte:** IBGE, 2022.

Os questionários foram enviados a cinco instituições de saúde públicas, mas apenas uma aceitou respondê-los. Algumas se recusaram, justificando desconhecer a atuação de tradutores/intérpretes de Libras (TILS) nas unidades, enquanto outras não forneceram justificativa para a recusa.

Foi realizada uma análise das respostas para entender os procedimentos de atendimento ao surdo nos serviços de saúde pública. Além disso, foram coletados relatos de experiências de pessoas surdas sobre o atendimento médico, com o objetivo de obter uma visão geral do acesso à saúde dessa comunidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O questionário utilizado para a entrevista focou na situação dos servidores da saúde em Penedo-AL, com o objetivo de verificar a existência de tradutores/intérpretes

para auxiliar a comunidade surda. Após ser respondido pela Secretaria de Saúde, o retorno foi negativo, indicando a ausência desses profissionais. As respostas foram simples e pouco detalhadas, sugerindo uma falta de interesse em colaborar com a pesquisa.

Foi relatado durante a entrevista que a Secretária de Saúde não possui profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde e em outros postos de atendimento, como a UPA, alegando que geralmente não existe muita demanda. Esse resultado revela um grande problema na implementação das Leis no município, e o descumprimento da LEI Nº 8.303, de 25 de agosto de 2020, em que afirma a obrigatoriedade de constar no quadro de servidores da Saúde profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Alagoas, 2020). A inadimplência do município em ofertar e possibilitar contratação para esses profissionais, afeta a comunidade Surda, pois precariza o acesso à Saúde, inviabilizando seu acesso.

Durante a realização da roda de conversa em que esteve presente alguns representantes da comunidade Surda de Penedo - AL, foi possível verificar por meio dos relatos, que os mesmos não tinham um real conhecimento dos seus direitos como cidadãos, sendo impossibilitados de cobrarem mudanças/melhorias para os órgãos responsáveis, devido à falta de conhecimento das Leis que asseguram os direitos básicos, principalmente na área da Saúde.

Foi relatado que em muitas situações, os Surdos não procuravam atendimento médico, pelo desconforto e constrangimento gerado pela falha na comunicação com a recepção e os médicos das unidades de atendimento.

Além disso, alguns Surdos informaram que em alguns momentos tinham acompanhamento de familiares para facilitar a comunicação, e quando não tinham esse auxílio da família utilizavam de mímica para conseguir se comunicar com as recepcionistas, enfermeiras e médicos, o que torna o processo de comunicação aberto a diversa interpretação, o que é indevido durante o atendimento médico, tendo em vista que o paciente deve descrever de forma clara seus sintomas para o médico responsável consiga chegar a um diagnóstico e tratamento adequado.

De acordo com a lei nº 10. 406, entende-se a necessidade da acessibilidade comunicacional ao atendimento às pessoas Surdas e deficientes auditivos por meio de sua língua a Libras proporcionando um atendimento digno e inclusivo em hospitais públicos do Brasil. É significativo e de extrema importância que as instituições de saúde passem a

ter pessoas capacitadas Tradutor/intérprete de Libras dentro dos espaços públicos hospitalares (Cavalcante, 2019, p. 2).

Nesse sentido fica perceptível que mesmo diante das dificuldades encontradas, os Surdos continuam lutando e superando desafios. Além disso, a partir da devolutiva negativa dos órgãos responsáveis pelo sistema de saúde na cidade de Penedo AL, e da troca de experiências na roda de conversa, foi possível informá-los sobre o posicionamento desses órgãos e apresentar a Leis que asseguram seus direitos e instigá-los a continuarem persistindo por melhorias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos dados coletados foi possível observar que as respostas obtidas, embora curtas, indicam um déficit do acesso à Saúde para os Surdos na cidade de Penedo - Alagoas. A falta de profissionais TILS atuantes nas unidades básicas de saúde, quanto em outros ambientes hospitalares, além de apontarem a negligência do município, enfatiza uma problemática ainda maior que é a falta de notoriedade e relevância com o cuidado aos Surdos.

Assim como visto em algumas publicações de trabalhos na área, no município de Penedo, os Surdos quando procuram atendimento médico, normalmente está acompanhada de algum amigo ou familiar que a auxilia na comunicação. Entretanto, como já foi afirmado em estudos anteriores, há um problema nessa situação, visto que nem sempre o Surdo terá um acompanhante, bem como há situações específicas que exigem que o paciente fique sozinho com o médico. Além disso, um familiar ou amigo acompanhar não isenta a necessidade do tradutor/intérprete de Libras na rede de Saúde, pois é um direito do Surdo ter um profissional capacitado que auxilie nesse momento e durante todo o processo, desde o contato inicial até a entrega dos resultados.

## **REFERÊNCIAS**

ALAGOAS. **Lei nº 8.303, de 25 de agosto de 2020.** Disponível em: [https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/1870/lei no 8.303 de 25 de agosto de 2020.pdf](https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/1870/lei%20no%208.303_de_25_de_agosto_de_2020.pdf). Acesso em: 30 out. 2022.

ALMEIDA, Izabela. **A Acessibilidade dos Surdos nos Serviços de Saúde Pública.** 2019. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www10.trf2.jus.br/comite-estadual-de-saude-rj/legislacao/constituicao-de-1988/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 30 out. 2022.

CAVAGNA, V. M. *et al.* **O paciente surdo e suas vivências no sistema de saúde: uma interface com a enfermagem**. Rev. Enferm. Atual In Derme, v. 80, n. 18, 2017. Acesso em: 05 jul. 2022.

CAVALCANTE, João. **PROJETO DE LEI N.º 52, DE 2019**. Acesso em: 05 jul. 2022.

FERREIRA, Nicole Lira Melo; BRAYNER, Izabelly Correia dos Santos. **O ACESSO DA COMUNIDADE SURDA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: MÃOS QUE FALAM**. Acesso em: 30 out. 2022.

FERREIRA, N. L. M.; BRAYNER, I. C. S. **O acesso da comunidade surda aos serviços de saúde: mãos que falam**. Temas em Educ. e Saúde, Araraquara, v. 17, n. 00. Acesso em 31 out. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 05 jul. 2022.

MACHADO, W. C. A. *et al.* **The search for Brazilian sign language course: a descriptive exploratory study**. Online Braz. J. Nurs., v. 11, n. 2, ago. 2012. Acesso em: 05 jul. 2022.

MACHADO, W. C. A. *et al.* **Língua de sinais: como a equipe de enfermagem interage para cuidar de clientes surdos?** Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online), v. 5, n. 3, p. 283-292, jul./set. 2013. Acesso em: 27 out. 2022.

NEVES, D. B. FELIPE, I. M. A. NUNES, S. P. H. **Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos**. Infarma. São Luiz, 2016. v28. e3.2016. p.157-165.

NÓBREGA, J. D. *et al.* **Atenção à saúde e surdez: Desafios para implantação da rede de cuidados a pessoa com deficiência**. Revista brasileira em promoção da saúde. Fortaleza, set. 2017. Acesso em: 05 jul. 2022.

PENEDO. **Lei nº. 1.218, de 31 de dezembro de 2004**. Acesso em 31 out. 2022.

PEREIRA, P. C. A; LANNI, A. **Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde**. Rev. Saúde e Sociedade. São Paulo, 2009. Acesso em: 05 jul. 2022.

PEREIRA, Antonio Augusto Claudio; *et al.* **“Meu Sonho É Ser Compreendido”**: Uma Análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde. 2020. Acesso em: 31 out. 2022.

PERLIN, G. **O lugar da cultura surda**. In; THOMAS, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISCISC, 2004.

ROCHA, R. **Deficiência auditiva: a história do surdo e da surdez**. Minas Gerais. Acesso em: 12 jun. 2022.

SANCHES, I. C. B. *et al.* O papel do enfermeiro frente ao paciente surdo. **Rev. Enferm. UFPE online**, v. 13, n. 3, p. 858-862, mar. 2019. Acesso em: 05 jul. 2022.

SANTANA, Araceli Catieli Ferreira; SANTANA, Ericson Gustavo José. **A IMPORTÂNCIA DA COMUNIDADE SURDA, IDENTIDADE SURDA E A CULTURA SURDA**. 2020. Acesso em: 31 out. 2022.

SILVA, L. **Conheça Quais São os Direitos dos Surdos no Brasil**. São Paulo. Acesso em: 05 jul. 2022.

STROBEL, Karin. **História da educação dos surdos**. Texto-base do curso de Licenciatura em Letras/Libras. Florianópolis: UFSC, 2008. Acesso em: 29 out. 2022.

VIGOTSKI, L, S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

## **Capítulo 10 - GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**Ícaro Evandro Leite Silva**

Surdo. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos.

Professor de cursinho comunitário pré-universitário Rede Emancipa.

icaroevandro.leite@gmail.com

**Teresa Cristina Leança Soares Alves**

Docente adjunta da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) campus Sorocaba, vinculada ao Departamento de Ciências Humanas e Educação, na sub-área de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Possui experiência docente na área de Educação, com ênfase em Educação de Surdos (anos iniciais do ensino fundamental), Educação Bilíngue de Surdos, Ensino de Libras, Formação de Professores, Educação Especial, Educação Inclusiva, Surdez e Políticas Públicas de Educação.

teleanca@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Pensar em como buscar a inclusão de pessoas surdas na educação de gênero e sexualidade. Sendo assim, ao olhar esse tema como forma de estudos para futuros professores que buscam entender o gênero e sexualidade dentro da educação dos surdos. Apresenta-se autores que através de suas pesquisas como, Rizzo e Gonçalves (2022), Ribeiro (2011), Boaventura (2019), questionam como o aprendizado é compartilhado com os surdos e surdas, dessa forma, a pesquisa tem como objetivo analisar, identificar como se dá o processo e aprendizagem de surdos por meio de pesquisas bibliográficas sobre gênero sexualidade na educação de surdos por meio de pesquisas bibliográficas sobre gênero e sexualidade na área da surdez. Foram realizadas diversas leituras para a compreensão do tema, autores que contam suas vivências enquanto professores, autores que se basearam em pesquisas bibliográficas, autores como, Ribeiro (2011) que fizeram

pesquisa de campo, todos contribuíram para a realização da minha pesquisa bibliográfica. Por esta razão as pesquisas que envolvem gênero e sexualidade na educação junto às pessoas surdas, nos aproximam esclarecimentos ricos de conhecimento que serão apresentados no decorrer de cada capítulo. Sendo assim, o texto se mostra relevante, pois coloca em pauta uma grande discussão, porém pouco pesquisada conforme pesquisas feitas nesses meses de construção do trabalho de conclusão de curso.

A pesquisa tem como objetivo analisar, identificar como se dá o processo de ensino e aprendizagem de surdos por meio de pesquisas bibliográficas sobre gênero e sexualidade na educação de surdos. Como esse conteúdo é recebido pelas pessoas surdas e desenvolvido pelos educadores.

Os objetivos específicos são, analisar o caminho e descobrimento da sexualidade da pessoa surda; discutir o que é esperado dos profissionais da educação que atuam com pessoas surdas no ensino de gênero e sexualidade; identificar como esse conteúdo é recebido pelas pessoas surdas e desenvolvido pelos educadores; investigar o processo de aprendizagem dos sujeitos surdos.

Quais acessos às pessoas surdas tem quando fala-se de gênero e sexualidade na educação desses surdos? E justificativa-se, ao pensar em um processo de exclusão da comunidade surda que vive em uma sociedade que não compreende a Libras, suas formas de comunicação e experiências vivenciadas, visto que são indivíduos invisíveis por uma sociedade ouvinte e a partir também de experiências próprias vivenciadas por meio das singularidades enquanto surdo, LGBTQINAP+ e junto com a orientadora Surda. Por esses motivos salienta a relevância do tema proposto. Lebedeff (2010), “afirma que os surdos enfrentam problemas de acesso a informações sobre a sexualidade, não porque a surdez seja um impedimento ao conhecimento, mas porque a sociedade limita-os de condições para a educação sexual”. Os problemas na falha de comunicação atropelam a aprendizagem e o desenvolvimento sexual da comunidade surda, neste sentido nota-se que é de extrema importância que o conhecimento chegue para todos para que não sirva de exclusão e limitação.

## **2. METODOLOGIA**

A princípio pensar e analisar os caminhos que seriam tomados com base na pesquisa, foi necessário estabelecer uma metodologia que fizesse sentido com o trabalho científico proposto. A pesquisa bibliográfica foi conduzida a partir da base de dados da

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogos, Teses e Dissertações (CAPES) e artigos científicos do Google Acadêmico. Para tal, utilizou-se as seguintes palavras para busca: gênero, sexualidade, educação, surdez. A partir dessas palavras-chaves, foram encontradas 11 publicações entre os anos de 2010 e 2023 que tratam do tema, mas apenas uma fala sobre o tema apresentado. Neste sentido é importante ressaltar que as análises das publicações encontradas reforçam não somente a ideia de números de periódicos, mas sim, que as pesquisas abordam a questão de ensino de gênero e sexualidade na educação dos surdos. Além dessas reflexões, identificar quais dessas práticas pedagógicas que satisfaçam as necessidades dos educandos surdos.

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p.122).

O estudo combina métodos qualitativos para fornecer uma compreensão maior sobre o tema. Bem como, organizar os dados para serem categorizados em quadros para classificação e a descrição deles. Para assegurar a validade dos instrumentos de pesquisa, todos os textos referenciais são retirados de publicações confiáveis. Durante a análise dos aspectos e grupos que destacam o tema e seus objetivos foi necessária uma melhor perspectiva no estudo do procedimento da pesquisa para uma verificação nas pesquisas. “A metodologia da pesquisa, seleção da amostra, técnicas de coletas de dados, enunciado das hipóteses e variáveis. Análise e interpretação dos dados, comprovação ou refutação das hipóteses”. (Lakatos, 2003, p.70)

### **3. ESTUDOS ANTERIORES, REFERENCIAL TEÓRICO, CONCEITOS**

A intersecção entre gênero e sexualidade não está imediatamente relacionada, porém merece ser construída (Ribeiro, 2011). "Na verdade, o estudo das relações afetivas de jovens surdas necessariamente implica uma abordagem que contemple a sua complexidade; assim, proponho o aprofundamento dos conceitos de gênero e sexualidade" (Ribeiro, 2011, p. 47).

Sendo assim, sem antes retomar o contexto de surgimento do conceito: a história dessa categoria de análise coincide com o movimento feminista (Ribeiro, 2011). Muito se

discute a chamada primeira onda do feminismo, datada do início do século XIX, nos Estados Unidos e Europa, foi marcada fundamentalmente pela luta das mulheres pelo direito ao voto, o sufrágio (Ribeiro, 2011). Deste modo salienta a Vianna (1997), que descreve a necessidade de superar os esclarecimentos biológicos e ponderar a construção social das diferenças sexuais.

Procurando superar o determinismo biológico como fator explicativos, há aqueles que o utilizam para resgatas a produção cultural e histórica das diferenças sexuais, mas que mantêm o sexo, isto é, as distinções biológicas como referência explicativa. Outros não veem nenhuma contribuição da biologia para explicar as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, fenômeno este considerado eminentemente cultural (Vianna, 1997, p. 123).

Sendo uma consequência da natureza, impossibilita-se mudar sua realidade, então não é a diferença sexual em si que faz o feminismo e do masculino o que eles são, mas sim interpretações que podem receber em determinada sociedade e contexto histórico (Ribeiro, 2011).

Gênero pode ser definido como uma organização social da diferença social percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais (Rizzo; Gonçalves, 2022, p. 137).

Segundo Ribeiro (2011), os corpos transformados e suas interpretações evidenciam que o componente biológico não pode ser um dado inquestionável, porque são modificados dependendo das relações de poder estabelecidas em momentos históricos, sendo assim uma construção social e histórica. O que nos faz pensar nas diferenças práticas durante o processo histórico dos corpos humanos trazidas para a prática social. O determinismo biológico segundo Boaventura (2019), é um sistema que se baseia apenas no molde do corpo masculino e feminino de como sua estrutura natural é compreendida. O que traz a reflexão de fatores atrelados biologicamente que distinguem o masculino e feminino como reprodutores. “Entende-se por determinismo biológico o conjunto de teorias segundo as quais a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades – ou comportamentos e variações das habilidades, capacidades de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica”.

Buscar a definição do gênero, segundo autoras de maior repercussão em estudos acadêmicos. Scott (1994), apresenta que os significados variam de acordo com a cultura, os grupos sociais, para as diferenças corporais.

[...] organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com a cultura, os grupos sociais e no tempo [...] (Scott, 1994, p. 13)

Dessa maneira, gênero é eminentemente relacional, pois é por meio das relações sociais que as identidades de gênero são construídas (Rizzo; Gonçalves, 2022).

É de suma relevância compreender os panoramas dos cenários apresentados no texto acima para, dessa forma, compreender o que é gênero e sexualidade e como elas se relacionam, permitindo, dessa forma, compreender os fatores que dificultam a compreensão dos passos de gênero e sexualidade e seus estudos na sociedade. Falar de sexualidade não é tarefa fácil, principalmente por se tratar de um assunto impregnado tanto por simbologias (muitas vezes inconscientes), quanto por valores culturais (consciente ou não) (Lebedeff, 2010), neste sentido, durante muito tempo, a sexualidade foi solenemente ignorada pelas escolas. Por conseguinte, destaca-se a importância de discussões sobre educação sexual desde os anos iniciais da educação básica até o ensino médio, cabendo aos professores problematizar e promover informações e discussões sobre gênero e sexualidade (Rizzo, Gonçalves, 2022). Segundo Silva et al. (2018), com a elaboração dos PCNs, os professores receberam a tarefa de orientar sobre as questões relacionadas à sexualidade e preencher vazios deixados pelas famílias.

## **INTERSECÇÕES ENTRE SURDOS, EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E GÊNERO**

A concepção de surdos baseia-se na ótica clínico-terapêutica e sujeitos culturais com múltiplas identidades, segundo concepção antropológica (Boaventura, 2019)

Existem diferentes perspectivas sobre os conceitos que envolvem o campo da surdez. A concepção clínico-terapêutica está pautada nos conceitos da surdez biológica, ou seja, o fenômeno relacionado à anatomia e funcionamento da audição, geralmente descrita em graus e tipos de perda auditiva, que compreende o sujeito surdo pertencente ao grupo das pessoas com deficiência auditiva, partindo apenas da perspectiva do que lhe “falta”. Com base nessa visão patológica do sujeito surdo, as políticas educacionais, no último século, tiveram como foco uma pedagogia terapêutica, voltada à reabilitação da audição e da fala nas práticas escolares. (Boaventura, 2019, p.25)

A abordagem clínica da surdez sendo pautada pela medicina, como uma deficiência que precisa ser curada, reparada e corrigida, por meio de uma infinidade de técnicas e

aparelhos (Ribeiro, 2011). O que faz pensar que as pessoas surdas são traçadas por diversos atropelamentos que a colocam dentro de um quadro de pertencimento sem ao menos questionar quem são essas pessoas. Deste modo, tem-se a intenção de ampliar os debates e produções acadêmicas, fornecendo mais elementos para ressignificar a pessoa surda, dessa forma evidenciar os sujeitos surdos sobre o que vivenciam, sentem e produzem e suas identidades (Boaventura, 2019).

Para guiar essa trajetória de questionamento de gênero e sexualidade para educação dos surdos, tal escolha se deve ao fato de que os processos nos descobrimentos de suas sexualidades e gêneros muitas das vezes possuem barreiras que ignoram a subjetividade dos indivíduos. Nesse bojo, as informações que as pessoas surdas recebem sobre a sexualidade são escassas, marcadas por mitos e tabus, os sujeitos surdos chegam a serem vistos como assexuados, como se ser surdo fosse sinônimo de incapacidade de exercer a sexualidade permanente Rizzo e Gonçalves (2022). Segundo Silva et al. (2018), com a criação dos PCN 's, os educadores foram incumbidos de guiar acerca de temáticas ligadas à sexualidade e, desse modo, suprir lacunas deixadas pelas famílias.

Salienta-se também a dificuldade encontrada pelos professores de escolas inclusivas, ademais os PCN's possibilitam orientar os professores e com sua elaboração receberam a tarefa de conduzir as questões relacionadas à sexualidade e dessa forma preencher as lacunas que destacam esse assunto. Já na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), participa discretamente nas conversas sobre sexualidade, abordando as diversas facetas da sexualidade humana, incluindo a biológica, sociocultural, afetiva e ética (Rizzo; Gonçalves, 2022). No entanto, não contempla diálogos relacionados ao conceito de gênero, indicando assim um recuo na esfera educacional quando se trata da educação de gênero e sexualidade, o que orienta Dreyer (2018).

Portanto, vale ressaltar que a educação é intrinsecamente relacionada a gênero e sexualidade e que faz parte do processo de desenvolvimento dos estudantes surdos a sua compreensão efetivamente para não acontecerem preconceitos durante suas vivências com outras sexualidades e gêneros.

#### **4. ANÁLISES, REFLEXÕES, RESULTADOS, CRÍTICAS**

Durante a pesquisa foram observados o que cada bibliografia apresentava e, como poderia auxiliar na construção da pesquisa, a primeiro momento os processos de

descobrimientos dos periódicos e de como cada pesquisa atribui uma relevância para entender como os gêneros, sexualidades e educação dos surdos podem caminhar juntos. Foram identificados diversos aspectos que evidenciam desafios e avanços na inserção desse tema no ambiente educacional dos surdos. Destacar a dificuldade em localizar materiais que abordem as subjetividades da comunidade surda não foi uma tarefa simples, assim, é fundamental frisar a indignação pela escassez de pesquisas sobre o assunto. Conforme Ribeiro (2011), a informação é um direito que os estudantes têm direito ao acesso à educação de gênero e sexualidade dentro dos estudos voltados às pessoas surdas. Buscando refletir que essa comunidade precisa de visibilidade para construção de conhecimentos das pessoas surdas que muitas das vezes não é vista pela comunidade de ouvintes. O gênero e sexualidade se conectam como apontam os resultados das pesquisas, apresentam conexões que vão para além de suas vidas sociais, mas que se entrelaçam dentro do cotidiano escolar, por sua vez é visto pela escola como um instrumento de críticas, pois a dificuldade para o acesso a essas questões dentro do espaço escolar necessita de uma compreensão maior dos professores e familiares.

Rizzo e Gonçalves (2022), as pessoas surdas vivem em uma sociedade majoritariamente de pessoas ouvintes, e se deparam diariamente com as barreiras linguísticas e culturais. Os resultados também mostram que segundo Boaventura (2019), os conhecimentos que interpelam as diferenças sexuais e os surdos é de como são representadas suas identidades e repercutem na política para esse grupo. Muitos surdos sentem falta de representatividade e clareza na abordagem desses temas durante a formação educacional, pois muitas das vezes exclui temas importantes para o desenvolvimento integral da pessoa surda, reforçando estereótipos e preconceitos.

Assim, a partir de tudo que foi abordado na discussão e nos resultados, é essencial enfatizar a relevância desta pesquisa. É crucial que haja um maior número de estudos acadêmicos focados nesta área, a fim de que os futuros educadores estejam preparados para lidar com as diversas situações que surgem no cotidiano escolar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste sentido concluo que o gênero e sexualidade para educação dos surdos é um ensino que pode estabelecer conexões com o meio social e educação que partilham de trajetórias que possibilitam ferramentas para construção de identidades, não pela

diferença pré-estabelecida que acompanha a discriminação, mas sim pelas suas particularidades, pelo qual a educação dessas pessoas que são limitadas as informações, por outro lado na escola o estímulo a exploração de suas características permeiam para uma procura no seu desenvolvimento educacional e também nas suas mais variadas formas na sexualidade.

Logo, a pesquisa contribui para área da educação dos surdos especialmente a questões de gênero e sexualidade para o melhoramento e aprimoramento e revelam a complexidade dessas questões no ambiente educacional. Dessa forma a pesquisa contribui significativamente para o campo de estudos, oferecendo novas perspectivas para a formação de educadores e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis a diversidade de gênero e sexualidade, posto isto, pensar nas possibilidades que o ensino de gênero e sexualidade para educação de surdos é fundamental no processo de transformação dessas pessoas para que possam participar de debates críticos e problematizarem as suas sexualidades.

No campo das questões de gênero, sexualidade e educação de pessoas surdas. Dada a relevância desses temas, a escassez de estudos nessa área pode gerar brechas e limitações no processo educativo, resultando em uma falta de informações adequadas para um público cuja cultura difere significativamente da dos ouvintes. Assim, é fundamental reconhecer que a temática de gênero e sexualidade entre surdos ainda possui vasto espaço para ser explorada cientificamente, uma vez que há uma notável carência de artigos, dissertações e teses sobre o assunto na atualidade. Nesse cenário, é essencial que sejam desenvolvidas novas pesquisas acadêmicas que possam ampliar a disseminação das discussões sobre gênero e sexualidade dentro da comunidade surda, incluindo estudos realizados em escolas regulares, bilíngues e instituições de ensino superior.

## **6. REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Leal Francisco. **Determinismo biológico e questões de gênero no contexto do ensino de biologia: representações e práticas de docentes do Ensino Médio.** Dissertação (Mestra em Ensino, Filosofia, e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal de Feiras de Santana (UEFS). Bahia, 2011. Disponível em: <[https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/francisco\\_leal\\_de\\_andrade\\_-\\_mestrado\\_-\\_determinismo\\_biologico\\_e\\_questoes\\_de\\_genero\\_no.pdf](https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/francisco_leal_de_andrade_-_mestrado_-_determinismo_biologico_e_questoes_de_genero_no.pdf)>

AUGUSTO, S. **Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober.** (2007-2011). Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 51 n.4 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?lang=pt>>. Acesso em: 4 set. 2024.

BOAVENTURA, Thiago. **A (des)construção da identidade/diferença através da normalidade: surdez e homossexualidade.** Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/66059/R%20-%20D%20-%20THIAGO%20BOAVENTURA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em:

BRASIL, Constituição de 1988. **Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;** as Emendas Constitucionais; as Emendas Constitucionais de Revisão; o ato das Disposições Constitucionais Transitórias e os Atos decorrentes do disposto no 3º do art. 5º. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 mai. 2023

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Brasília, DF, 224 abr. 2002.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – **LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 12 mai. 2023

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G. S. de.; SILVA, B. A. **A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação.** Cadernos da FUCAMP, [s. l.], v. 20, n. 44, p. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

DREYER, L. R. O.; MATEUS, M. A. R.; GONÇALVES, J. P. **Pessoas com surdez e suas relações com a sexualidade: silenciamentos e descobertas.** Textura, v. 20, n. 44, p. 256-271, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-20-44-3696>>. Acesso em: 05 mai. 2023

FRANCO, M. **Os PCN e as adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais: um debate.** Teias, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 12 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23851>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

GATTI, B. A. **Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses.** Educar em Revista. Curitiba, Brasil. n.50 p.51-67, out./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/MXXDfbw5fnMPBQFR6v8CD5x/?lang=pt&format=html#>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

HEILBORN, M. L. **Entre as tramas da sexualidade brasileira**. Estudos Feministas, Florianópolis, SC. v. 14, n. 1, p. 43-59, abr. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-026x2006000100004>>. Acesso em: 10 mai. 2023

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

RIBEIRO, Karen. **Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo**. 2011. Tese de Doutorado (Doutora em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em : <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-102643/publico/KAREN\\_RIBEIRO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-102643/publico/KAREN_RIBEIRO.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2023.

RIZZO, J. G. S.; GONÇALVES, J. P. **Gênero, sexualidade e surdez em pesquisas: definições e características**. Rev. FSA, Teresina. v. 19, n. 1, jan. 2022. Disponível em: <<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2383/491493128>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

RIZZO, J. G. S.; GONÇALVES, J. P. **Sexualidade e surdez: um diálogo a partir de Michel Foucault**, Research, Society and Development, v.11, n.1 [S. l.], 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21024>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SILVA, D. R. Q.; COSTA, Z. L. S.; MÜLLER, M. B. C. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**. Educação, v. 41, n. 1, p. 49-58, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/29812/16846>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: [Seer UFRGS](#). Acesso em: 24 dez. 2024.

VIANNA, Cláudia Pereira. **Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da educação escolar**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 35-50.

## **Capítulo 11 - TECNOLOGIA E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS SURDOS INCLUSOS DO ENSINO MÉDIO**

**Deivid França da Silva**

Professor de Libras e História, graduado em Licenciatura Plena em História (UNICAP),  
Letras Libras (UFPB), Especialista em Libras e Inclusão da Pessoa Surda (ALPHA),  
Tradutor e Intérprete de Libras (CAS-PE). Endereço eletrônico:  
[deividmanhaes@gmail.com](mailto:deividmanhaes@gmail.com).

### **INTRODUÇÃO**

O presente, de certa forma, não é absoluta continuidade do passado, mas ele lembra de perto o passado. Isso porque, o nosso presente está cheio de passado. Pensado assim, as lutas contemporâneas da Comunidade Surda muito nos têm a dizer sobre o seu passado, assim como, a presença desses sujeitos em escolas regulares de ensino. Portanto, para que possamos compreender a realidade e projetar luzes de melhoria, faz-se necessário debruçar sobre a História Educação de Surdos. Munidos desse conhecimento, olharemos para o passado de forma minuciosa, evitaremos novos tempos sombrios, entenderemos e problematizaremos o presente objetivando apontar práticas educacionais que potencializem a emancipação.

De semideuses a seres não educáveis, incapazes de estabelecer uma comunicação convencional. De personagens centrais, capazes de construir conhecimento a indivíduos que precisavam ser integrados a comunidade majoritária (ouvinte) para atingir um nível do que se entendia por língua, fala, linguagem e conhecimento<sup>10</sup>. É evidente que todas essas concepções partem da uma ótica ouvintista<sup>1</sup>; a visão do colonizador para o

---

<sup>10</sup> Isso porque, a bandeira levantada no Congresso de Milão foi a de integração do sujeito surdo a comunidade ouvinte a fim de dá a estes um conhecimento melhor da língua ajudando-os na compreensão das ideias. (Strobel, 2009, p. 34).

colonizado como bem postulou a Professora Doutora Strobel (2009) em seu texto/ensaio para a disciplina *Educação de Surdos* do curso Letras Libras da UFSC.

Na Antiguidade, em específico na Civilização Egípcia, os surdos eram canal de intermediação comunicacional entre os egípcios (ouvintes) e os deuses. Isso porque, “ouviam” coisas que os meros mortais não ouviam. Já na Civilização Greco-Romana, o desprestígio social dos sujeitos não destoava da realidade já escrita<sup>11</sup>. Os surdos eram considerados seres humanos incompetentes e desprovidos de linguagem (traços definidores de humanidade para os gregos).

Abrindo um parêntese na narrativa história, por que na civilização Greco-Romana os surdos eram considerados seres incompetentes? Para aquela sociedade, que traços definidores conceituariam competência? Por que negar a estes o ensino? Como chegaram na conclusão de que, por não ouvir, não falavam, não teriam linguagem e nem pensamento? Em que contexto estavam inseridos os surdos? Que sociedade era aquela?

As colocações acima e as posteriores estão ligadas estritamente as concepções de mundo e de homem que as civilizações apresentaram ao longo do tempo. Todas as ideias e visões que construímos acerca de algo interferem de modo direto na interatividade entre os indivíduos. Tais visões construídas, além de se colocar como um fio condutor que nos conecta ao passado, incorporam a tese da antítese do novo proceder educacional culminando nas sínteses das mais variadas tendências pedagógicas.

Recapitulando, para Sócrates, o belo era idêntico ao bom e o bom era sinônimo daqueles que receberam educação. A educação grega era modelar e, sendo assim, o estereótipo tinha muito a dizer. Desde muito cedo, os meninos gregos ingressavam na academia a fim de servi ao Estado com sua força e procriando filhos saudáveis. Na formação de novos políticos de boa oratória, o governo grego incentiva os estudos sobre obras literárias e músicas. Quem não nascesse com competência natural a receber aquilo que o Estado tinha a oferecer, ao seu molde para benefício próprio, de nada serviria. Para eles, os surdos já mais chegariam ao belo (nível de educação), “faltava-lhe” requisitos mínimos para atingir a competência (absorção do conhecimento), a audição. Entendia-se que, a audição bloquearia o desenvolvimento dos surdos e a inserção deles na comunidade.

---

<sup>11</sup> Mesmo com toda idolatração, em virtude da comunicabilidade secreta com os deuses, os surdos não recebiam educação. (Strobel, 2009, p. 18).

Mesmo que Platão e Aristóteles fossem contemporâneos a Sócrates, desprendendo-se do condicionamento físico para o nivelamento educacional, apontando que, por intermédio das ações humanas poderíamos acessar o inteligível, conhecido como campo do saber, a fonte do conhecimento humano, os filósofos acabaram se apegando a manifestos comunicacionais entendido por eles naquele período. Tinham ciência de que era do campo do saber que provinha toda a competência humana, todo o conhecimento e visão de mundo, mas faltava-lhes recursos e entendimento para ressignificar a manifestação apresentada pelos surdos. Sem compreender, os pensadores não puderam categorizar os surdos como seres humanos, visto que a linguagem era traço definidor do *ser*.

O desconhecimento sobre a língua empilhou os primeiros tijolos da barreira comunicacional impossibilitando de ver que, por meio da visão os surdos constroem suas concepções de mundo e é a partir desse campo que devemos compreendê-los como sujeitos datados de conhecimento. Sendo assim, mais do que nunca, observou-se acima que, o conhecimento aprofundado sobre um determinado tema pode fomentar ideias assertivas que contribuam no desenvolvimento do ser humano.

Dando continuidade a cronologia comentada da *História da Educação de Surdos*, segundo Strobel (2009), a história do povo surdo é dividida em três grandes fases; revelação cultural, isolamento cultural e o despertar cultural (o que se vivencia atualmente). A Idade Moderna, mostrou-se para os surdos, como um período de revelação cultural, pois todas as metodologias de ensino adotadas no período buscaram evidenciar a condição sociocultural. A partir do campo da visão, os surdos receberam estímulos reverberando na revelação de grandes autores, professores, pintores e artistas surdos.

No período em que os Surdos conquistavam uma visibilidade mais significativa (com a proposta de ensino visual de L'Épée), crescia de forma lenta e gradual concepções contraditórias as metodologias que contribuía na emancipação destes. Enquanto L'Épée fundava escolas para "Surdos-Mudos", chegando a contabilizar 21 instituições de ensino, refletindo até nas metodologias visuais do continente americano, Jacob Rodrigues Pireire, em 1741, oralizou a sua irmã surda utilizando exercícios auditivos. Alexandre Grahn Bell entre os anos de 1870 a 1890, publicou vários artigos criticando casamento entre pessoas surdas e as escolas residências para surdos. Para Grahn Bell, as metodologias visuais corroboravam no isolamento social dos surdos.

A revelação cultural teve suas portas fechadas por ventos que sopraram contrário a metodologia educacional visual, inaugurando assim um tempo sombrio. Esse período é marcado na história dos surdos como *O Isolamento Cultural*. O Congresso de Milão, datado em 1880, proibiu o uso da Língua de Sinais alegando que, essa língua destruía a capacidade de fala dos surdos e reforçando o desleixamento desses indivíduos.

Ciente de que, as ações são reflexos de nossas concepções, o evento sombrio que encerrou o século XIX da Comunidade Surda merece uma análise aprofundada para além do fechar das cortinas. Para entendermos de fato o Congresso de Milão, temos que nos direcionar para a filosofia que regeu esse evento, pois foi esta que de fato levou a comunidade mais uma vez para as margens da sociedade. A filosofia oralista visava a integração da criança a comunidade ouvinte. Isso porque, os oralistas enxergavam a surdez como uma deficiência a ser minimizada ou superada pela estimulação auditiva. (Goldfeld, 2002, p. 34). Essa perspectiva baseia-se nos princípios clínicos; dependendo do grau de surdez, o sujeito surdo, por meio da estimulação e percepção do som, voltaria a falar.

Mesmo com o bloqueio deliberado sobre a Língua de Sinais, a Comunidade Surda manteve-se resistente aquartelando-se nas Associações compartilhando suas experiências e utilizando a língua proibida. Passando o século XIX adentrando o XX, a história da educação de surdos teve um novo divisor. A publicação de William C. Stokoe, em 1960, provou que, assim como todas as línguas, a Língua de Sinais atende a todos os requisitos linguísticos.

De forma simultânea aos estudos de Stokoe, a Universidade Gallaudet, em 1968, adotou a *Comunicação Total*. Se analisamos nas entrelinhas dessa filosofia educacional, perceberemos que, ela traz consigo práticas de uma educação oralista, pois defendia o aprendizado da língua oral. Para os defensores desse “novo” método, qualquer recurso linguístico serviria para derribar a barreira comunicacional. Entretanto, o campo articulatório dessas línguas se dá em espaços diferentes, uma visual-espacial e a outra oral-auditiva. Se um indivíduo faz uso de ambas simultaneamente, no que tange ao bimodal, uma das línguas ficará em detrimento da outra.

Para finalizar o século XX, a Declaração de Salamanca, em 1994, veio a culminar com as novas concepções estabelecidas sobre as pessoas com deficiência, marcando um novo proceder de ensino calcado na socialização por intermédio da inclusão. Contudo, essa declaração apresentou-se como uma virada muito significativa para a Comunidade

Surda frente as experiências já relatadas. Patrocinada pelo governo espanhol e pela Unesco, a *Conferência Mundial da Educação*, na qual a Declaração em questão é oriunda, procurou regimentar uma documentação compromissória em que todas as nações ali envolvidas se engajariam numa educação eficaz para combater a discriminação. Sendo assim, a escolas comuns tornou-se o epicentro da *Linha de Ação*<sup>12</sup>. Bem verdade que, na década de noventa, os estudos acerca da PCD<sup>13</sup> se ampliaram, mostrando que a inclusão destas pessoas contribuía de forma significativa no desenvolvimento dos sujeitos maximizando a minimização do preconceito. (Lacerda, 2006, p. 164).

Se avançamos tanto em termo de educação de surdos diante das novas concepções de surdez, por que sentimos um entardecer na ascensão desses sujeitos nas esferas mais elevadas do campo do saber? Será que o atual proceder metodológico de ensino “repaginado”, esconde em suas raízes visões obscuras da educação de surdos que não os privilegiaram em aspectos socioculturais?

De fato, as leis<sup>14</sup> não penetram de fato a sala de aula tal qual descreve o filósofo Platão na Alegoria da Caverna (analisando a situação de forma metafórica). Um intérprete de Libras, para a grande maioria, é o dispositivo único da inclusão. As sombras refletidas no fundo da caverna, ludibriam aqueles que enxergam na sombra uma inclusão (intérprete sinalizando para o aluno surdo), quando na verdade se trata de uma luz artificial da verdadeira proposta e luta da própria comunidade. Segundo Lacerda (2006, p. 164);

Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior indicam que um número significativo de sujeitos surdos que passaram por vários anos de *escolarização* apresenta competência para aspectos acadêmicos muito aquém do desempenho de alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes.

Desta feita, a luta por Escolas Bilingues incorpora-se nas manifestações das comunidades diante da ineficácia relatada tanto por Lacerda quanto por outros pesquisadores. A inclusão vivenciada pelos alunos surdos não é democratizante, não os privilegia diante da sua condição sociocultural. A estes são negados verdadeiros métodos de ensino e aprendizagem, entardecendo a ascensão desses nos níveis mais elevados da educação.

---

<sup>12</sup> MEC/SECADI. Brasília, 2008.

<sup>13</sup> Sigla destinada para “Pessoa com Deficiência”.

<sup>14</sup> A Lei 10.436/2002 e o Decreto de Libras 5.626/2005.

Mas, do que esperar de um país em que a desigualdade social se estruturou desde a sua construção enquanto nação? A concentração de renda e a má distribuição da mesma causa impactos sentidos na redução do corpo profissional das escolas. A educação, em uma lista, sempre ocupou o último tópico. Ela não é uma utopia social. Sendo assim, em um contexto de “inclusão”, cabe, portanto, ao decente de ouvintes e de surdos, a produção ou a inserção de materiais que contribuam na democratização dos conteúdos e, conseqüentemente na emancipação desses sujeitos no futuro.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

Se analisarmos nas entrelinhas do relato da professora e pesquisadora Lacerda, perceberemos o quanto a Escola, responsável pela educação formal, falhou. Não podemos naturalizar esse fracasso e fazer dela o nosso campo de pesquisa e debate. Isso porque, a Escola tem o seu papel social de oferecer/proporcionar ao aluno um conhecimento científico a fim de formar cidadãos capazes de interagir em sociedade. Todos esses princípios estão fincados naquilo que já estabelece a LDB, art. 2º (1996);

Educação princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Se a lei estabelece e a escola não conseguiu atingir, respingando muitas vezes no mal sucedimento dos educandos pós escolarização, o problema pode estar na metodologia de ensino, na articulação entre professor e aluno, na escassez de materiais adaptados disponibilizados que contribuam no processo de desenvolvimento e aprendizagem desses alunos. A interação social é importante e sem ela não há ensino, aprendizagem, desenvolvimento, avanços educacionais e, por fim, anulação da emancipação dos alunos.

Estando imerso a um ambiente “inclusivo”, já que a *Escola Bilingue* tão aclamada pela *Comunidade Surda* ainda ocupa um campo futurista de muita luta, a produção de materiais didáticos em Libras ou a implementação desses recursos no cotidiano dos alunos surdos, podem remediar os entraves do ensino aprendizagem, minimizar as práticas discriminatórias não vistas, mas sentidas pelos especialistas em Língua de Sinais, bem como, auxiliar os profissionais da educação no seu proceder metodológico. Ressalto, não solucionará a problemática como um todo, pois para isso, exige-se uma corporação

integrada a escola de profissionais capacitados em áreas específicas do conhecimento, certificados e fluentes na Língua Brasileira de Sinais<sup>15</sup>.

Esses recursos não só contribuirá no processo aquisitivo do conhecimento científico e do desenvolvimento, encabeçado literalmente pela Escola, isso segundo Libâneo (2014)<sup>16</sup>, como também irá fazer valer aquilo que já está estabelecido na *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, em específico no ponto 7 do tratado: “todas as pessoas tem o direito de receber instrução na língua ou nas línguas com as quais essa pessoas e sua família mais se identificam, no ensino público, na comunidade ou em seus contexto familiar”.

Engajados nessa proposta e ciente de toda demanda e trâmites legais que configuram o papel social da Escola, sendo um deles o pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania, mergulharemos nas próximas linhas em teorias psicoeducacionais que potencializam ainda mais a eficácia da nossa proposta educacional, reforçando o quanto os materiais podem auxiliar a Escola em sua árdua tarefa que é educar e contribuir simultaneamente no desenvolvimento dos seus discentes.

Se atentarmos para o significado da palavra desenvolvimento, chegaremos a diversos conceitos e concepções que nos mostram o quanto esse processo é contínuo e apoia-se em estruturas que acarretam desdobramentos. Isso porque, desenvolvimento é crescimento, é ampliação de algo. Se conferirmos a esse fenômeno tal conceito epistemológico, deve-se aos estudos que partiram de algo *posteriori* (conhecimento) cujo efeito põe-se como fio condutor para acessar o *a priori* (bases do conhecimento). Esse desenvolvimento é significativo e essencial para o continuar da vida de um indivíduo. Sobre essas concepções as instituições de ensino ficam suas raízes e postulam métodos educacionais a fim de efetivar os requisitos que a sociedade e as instituições governamentais, ao longo do tempo, lhes atribuíram (capacitação para alcançar esferas mais complexas da sociedade e o convívio nesta).

O *a priori* destacado no início da nossa narrativa, baseia-se nas teorias piagetiana denominada *psigonética*. Para o biólogo e psicólogo, Jean Piaget, todo indivíduo nasce dotado de uma estrutura cognitiva, que preconiza, fomenta ou condicionaliza o

---

<sup>15</sup> Tal projeção configura a Escola Bilingue para Surdos. Nesse espaço, os alunos receberiam as instruções em sua língua e o ensino de todos os conteúdos, independente da disciplina, em Língua de Sinais.

<sup>16</sup> [...] a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso aos conteúdos [...]. (Libâneo, 2014, p. 113).

conhecimento humano bem como suas ações sobre o meio. Segundo a interpretação de Zélia Chiarottino (1984) sobre a teoria do desenvolvimento piagetiano:

O esquema é a condição primeira da ação, ou seja, da troca do organismo com o meio. Ele é engendrado pelo funcionamento geral de toda organização viva, a adaptação. O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturba-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio, ou seja, para adaptar-se, constrói os esquemas. (Palangana, 2015, p. 25).

Essa pré-disposição ou condição primeira, tidas por Piaget como esquema e explicada na colação de Chiarottino (1984) vem a culminar com a colocação de Lacerda (2006), quando a doutora em Educação relata que, os surdos possuem capacidades cognitivas iniciais dos ouvintes. A singularidade elucidada pela autora deve-se aos estágios iniciais do desenvolvimento, as competências natas tais quais teorizaram Piaget na determinação de que esse processo é universal. O que diferencia, colocando surdos e ouvintes em polos de extremidades, são os meios pelos quais pode acontecer o desequilíbrio das estruturas dispostas a desencadear o conhecimento ou ativar o campo do saber existente. Para os ouvintes, o sensorial-auditivo lidera e faz desequilibrar o esquema estabelecendo novas ligações sistemáticas para o conhecer, ao passo que, para os surdos, o visual-espacial, que parte do mundo sensível, põe-se como um fio condutor preconizando melhor a desestabilização dos setores responsáveis por operar o conhecimento.

Elencando as concepções biológicas piagetiana sobre o estruturamento nato organizacional do cognitivo com as percepções de Maria Goldfeld e os relatos históricos da educação de surdos da linguista Strobel (2009) apresentados nos próximos parágrafos, ratificaremos as nossas ideias dos estímulos condizentes a realidade física e sociocultural dos sujeitos, localizaremos, mais precisamente, também, o ponto exato que culminou no fracasso do método oralista e detectaremos a existência das bases elementares (eixo de apoio para o desenvolvimento) tão defendida por Piaget nas ações das crianças.

Segundo Goldfeld (2002), os oralistas acreditavam que a estimulação sensorial-auditiva deveria ser iniciada precocemente, antes que a criança começasse a desenvolver uma comunicação gestual. Perceba, portanto, que a criança surda começa a desenvolver, naturalmente, uma comunicação a partir do campo visual, que elucida a existência do mecanismo biológico e o bloqueio desse fenômeno é prejudicial no desenvolvimento. Ou

melhor dizendo, danoso para as novas ligações na estrutura cognitiva que solidificam o conhecimento.

A estimulação encabeçada pelos oralistas não penetraram as estruturas primárias biológicas indispensáveis para o desenvolvimento do cognitivo em virtude da forma pela qual os estímulos eram encarados. Enfatizou a Karin Strobel (2009) no ponto 8 do seu ensaio: “aqueles que não apresentavam desempenho “satisfatório” no método oralista, eram separados dos demais, restando a esses, concluir o processo de ensino-aprendizagem por intermédio da Língua de Sinais”. (Strobel, 2009, p. 24).

Quanto ao teórico do desenvolvimento numa perspectiva construtivista, encerram-se por aqui as suas contribuições para com a nossa proposta. É evidente que seus escritos são relevantes quando o assunto vocaciona as estruturas substanciais que abarcam métodos educacionais que objetivam alcançar os alicerces que operacionam o conhecimento (nosso primeiro objetivo). O desligamento da nossa pesquisa com as teorias piagetiana, deve-se ao seu posicionamento em conferir ao indivíduo a total elasticidade da estrutura que subsidia o conhecimento. O meio/objeto, segundo o pensador em questão, não trará grandes impactos ao mecanismo cognitivo diante da assimilação biológica da estrutura mental<sup>17</sup>. O ambiente, para Piaget, apenas alimentará as bases já existente.

Entretanto, a ausência do estímulo externo, mesmo que a ação do indivíduo parta de uma estrutura cognitiva primária e independente do meio, certas estruturas elementares (*o a priori*) são ativadas pela interação ativa entre o sujeito com o meio ou do sujeito com outros semelhantes. A interação potencializa o desenvolvimento e a aprendizagem. Essas nuances não compuseram o objetivo central de Piaget, visto que, o teórico sempre esteve engajado em oferecer uma explicação universal para o processo pelo qual o homem constrói seu conhecimento. (Palangana, 2015, p. 54). Sobre essa delimitação de estudo e já respondendo as perspectivas levantadas no início desse parágrafo, enfatizou o teórico (Piaget 1978 d, p. 212 apud Palangana 2015, p. 143)

[...] sou psicólogo e não educador; e também, porque do ponto vista da ação do tempo, é precisamente esse desenvolvimento espontâneo que constitui a condição preliminar evidente e necessária para o desenvolvimento escolar, por exemplo. (Palangana, 2015, p. 143).

---

<sup>17</sup> Durante o desequilíbrio das estruturas cognitivas ocasionado pelo desafio do meio, a estrutura mental utilizara desse fenômeno para alimentar os esquemas hereditários.

Devido a essa redundância sobre o meio/objeto, mas, não menos importante, a partir de agora, para dá continuidade ao desencadeamento teórico da nossa pesquisa, evitando truncamentos, Vigotski nos trará matizes e finalizará o debate que cerca a nossa proposta. O soviético psicólogo, acredita na existência das ligações cognitivas também percebida nas ações das crianças, entretanto, para ele, o desenvolvimento das bases elementares depende também das experiências sociais que a criança é exposta.

Antes de empoderar o *meio/objeto*<sup>18</sup> e destacar a sua importância no desenvolvimento, frisaremos, mais uma vez, a fala de Lacerda (2006). No artigo, a escritora denota, que os alunos surdos apresentam um aspecto acadêmico muito aquém do desempenho de alunos ouvintes. (Lacerda, 2006, p. 164). Essa defasagem escolar deve-se, a priori, ao desaproveitamento do modo específico da operacionalização cognitiva do sujeito surdo<sup>19</sup> e, posteriori, a falta de interação muito latente entre professor e alunos surdo, aluno e objeto disponibilizado para o estudo<sup>20</sup>. Tudo isso implica em atraso no desenvolvimento.

Propondo uma atividade para ser realizada em casa, os alunos ouvintes, além dos inúmeros recursos que a internet pode oferecer, os discentes contam com livros escritos na sua língua para dá continuidade aos estudos. Já os surdos, tem todos esses recursos descritos acima reduzidos ou nulos. O momento de estudo individual também configura um tempo oportuno de reflexões e, evidentemente, de produção do conhecimento. Isso porque, ao internalizar instruções, as crianças modificam suas operações cognitivas: percepção, atenção, memória, capacidade para solucionar problemas. (Palangana, 2015, p. 107).

Vimos com Piaget que, a desestabilização das bases cognitivas também pode se dá pelos desafios propostos pelo meio. Mas, no caso dos surdos, muitas vezes esses estímulos são nulos pelo simples fato da ausência de uma linguagem adequada que possa fazer operar a estrutura orgânica elementar. A linguagem personifica o meio e se põe como fio condutor que ligar o objeto ao sujeito ou sujeito com seus pares, acessando as

---

<sup>18</sup> Configuração da segunda parte teórica do nosso projeto. Em primeiro lugar, oportunizamos Piaget, especialista na descrição nata sistemática do cognitivo muito bem quisto pela nossa proposta, afinal, são essas estruturas que deixamos alcançar. E por fim, conferimos a Vigotski a participação final da nossa roda de diálogo, já que ele relatou melhor a ampliação da estrutura orgânica elencado a ela a operação cognitiva oriunda da interação.

<sup>19</sup> Relatamos acima o melhor caminho. É preciso conhecer como se organiza a estrutura cognitiva dos alunos surdos.

<sup>20</sup> Motivo social, que para Vigotski, são estimulantes desestabilizastes dos instrumentos que medeiam tal interação. (Palangana, 2015, p. 103).

estruturas operatória do conhecimento ampliando a mesma gestando o conhecer. Vigotski, diferentemente de Piaget, alega que, a linguagem é o meio pelo qual se generalizam e se transmite o conhecimento e a experiência acumulada culmina na prática social e histórica da humanidade. (Palangana, 2015, p. 110).

O professor tem um papel muito importante no desenvolvimento do conhecimento dos alunos. Criando aqui uma situação hipotética, porém concreta, um indivíduo adulto quando se comunica com uma criança e começa a apresentar a ela os objetos em sua volta nomeado cada coisa ali exposta, naturalmente, as estruturas orgânicas elementares começam a operar estabelecendo na estrutura cognitiva sistemas mais complexos e sofisticado a comunicação.

O fio condutor dessa interação é a linguagem. A ausência dela, implica certos entroncamentos na estrutura cognitiva deixando o indivíduo a par da sociedade. Como a escola tem por lei e por objetivo um preparo para a emancipação e participação ativa desses em sociedade, nada melhor que a mesma fomentar essa ambientalização, afinal, como afirmou o linguista Noam Chomsky: “não é possível ensinar linguagem, mas apenas dá condições para esta se desenvolver espontaneamente na mente a seu próprio modo”. (Goldfeld, 2002, p. 34).

Por fim, essas concepções exemplificam ainda mais o motivo pelo qual a filosofia oralista fracassou e entardeceu o avançar educacional dos surdos, bem como, ratifica ainda mais o porquê da ausência de muitos surdos nas esferas educacionais a nível superior. Os ensinamentos da inclusão não estão alicerçados nas necessidades inerentes da minoria, não levam em consideração as condições primárias do conhecimento como postulou Piaget, a nível da existência nata de um sistema operante, e nem a perspicácia de Vigotski na defesa da interação social por meio da linguagem inseparável da ampliação das estruturas que fomentam o conhecimento.

## **METODOLOGIA**

Para referida pesquisa, buscamos nos debruçar sobre textos engajados em mostrar as entranhas do sistema inclusivo. Contudo, o trabalho de Felipe (1997), o artigo de Lacerda (2006), bem como, o texto/ensaio de Strobel (2009), elucidaram de forma mais precisa o sistema em questão, corroborando de fato com a nossa narrativa, que tende a

apresentar e propor uma alternativa educacional que venha extinguir as violações dos direitos linguísticos conquistados pela comunidade minoritária.

Com base nos textos dos autores mencionados acima, montamos o campo da prática pedagógica, analisamos a realidade dos alunos surdos do Ensino Médio das Escolas Públicas da Região Metropolitana do Recife/PE, detectamos por vias teóricas lacunas que nos levaram a interpretar que o presente formato educacional mostra-se prejudicial tomando como base as ideias acerca do desenvolvimento e da aprendizagem.

Ainda nessa aliança entre teoria e prática, conseguimos visualizar no ensino inclusivo dos respectivos alunos, um movimento contrário ao que elucidaram Piaget e Vigostki. Para além dessas perspectivas, nos enveredamos em leis e decretos que sustentassem a aplicabilidade da nossa proposta pedagógica, fazendo da LDB, das ideias de Libânio (2014), de Paulo Freire (2012), da Lei de Libras, do Decreto de Libras, dos Parâmetros Curriculares do Ensino de História e das diretrizes de uma política pública as raízes da nossa pesquisa.

Buscando ratificar o que já nos mostrava os artigos e os livros que formaram o carro chefe do nosso trabalho, no que tange uma revisão bibliográfica, realizamos uma pesquisa de campo na modalidade online com alunos surdos inclusos em salas regulares de ensino da região metropolitana do Recife/PE, agregando, também, aquele que concluíram a fase de estudo em questão entre os anos de 2018 a 2019. Escolhemos estender as perguntas aos ex-alunos, para mostrar o quanto essa realidade está tão próxima do presente. Ou melhor, do hoje.

Desta feita, por intermédio do *Google Formulários*, nos concentramos em fazer perguntas precisas e objetivas adaptadas em Língua Brasileira de Sinais. Além do primeiro nome e da idade do aluno, perguntamos;

- Em que série do Ensino Médio você está? (aos estudantes).
- Entre 2018 a 2019, em qual desses dois anos você concluiu o Ensino Médio? (aos ex-alunos).
- Você interage (interagia) com o seu professor de História? Consegue (conseguia) estabelecer uma boa comunicação ou precisa (precisava) sempre de um tradutor e intérprete de Libras para mediar? (pergunta feita a ambos os grupos).
- Quando você tem (tinha) dúvida sobre os assuntos de História, de que forma você soluciona (solucionava)? (pergunta feita a ambos os grupos).

- Como você faz (fazia) para estudar os assuntos de História? (pergunta feita a ambos os grupos).
- Quando o professor solicita que você responda os exercícios do livro de História, você consegue (conseguiu) responder? (pergunta feita a ambos os grupos).
- Você tem (tinha) acesso aos conteúdos da disciplina de História adaptados em Língua Brasileira de Sinais? (pergunta feita a ambos os grupos).
- A prova do Exame Nacional do Ensino Médio já está chegando. Você se sente(sentiu) preparado para realizá-lo? A Escola a tem dado apoio (lhe dava apoio), como por exemplo, materiais, conteúdos de História adaptados em Língua de Sinais? (pergunta feita a ambos os grupos).
- No dia da prova da disciplina de História, qual é (era) a sua estratégia de estudo? (pergunta feita a ambos os grupos).
- Você consegue correlacionar passado e presente? Por exemplo, enxergar as coisas do presente como um reflexo do passado? (pergunta feita a ambos os grupos).
- Qual a sua opinião sobre INCLUSÃO? (pergunta feita a ambos os grupos).

## **ANÁLISE DE DADOS**

As metodologias visuais de ensino têm se mostrado eficaz na instrução de conteúdos científicos produzidos pela sociedade ao longo do tempo. Essas metodologias são mais condizentes a realidade sociocultural dos sujeitos surdos, pois elas partem das experiências visuais. Os materiais visuais, oriundos de uma ambientalização externa, conseguem acessar as estruturas operantes do conhecimento diante da condição física interna do sujeito. Sobre esses objetos, os docentes articuladores dos métodos visuais destacam as digitais culturais de um grupo que constroem sua visão de mundo a partir visual-espacial. O espaço visual tem significância preponderante para os surdos. O campo, nesse contexto, compõe uma atividade conjunta para o desenvolvimento.

Quanto a destreza de um método embasado na Língua de Sinais, porque não destacar o Charles Michel de L'Épée (1712 – 1789), que em contato com duas irmãs gêmeas surdas, que se comunicavam por meio de gestos, procurou aprender os meios de comunicação adotados tanto por elas quanto pelos surdos que viviam pelas ruas e praças de Paris, encabeçando os primeiros estudos sérios sobre a Língua de Sinais. Ensinava aos surdos a Língua de Sinais e a gramática francesa sinalizadas denominados “sinais

metódicos”. Com o intuito de difundir a língua em questão, L’Epée fundou a primeira escola pública para surdos – Instituto para jovens Surdos e Mudos de Paris – treinando com isso novos professores surdos.

Além desses meios de ensino, a História da Educação de Surdos nos revela propostas antecedentes da de L’Epée, que de certo modo não são bem quistas pela sociedade contemporânea. Isso porque, algumas metodologias conservavam os métodos orais, a exemplo do Monge Beneditino Pedro Ponce de Leon (1510 – 1584)<sup>21</sup> e de outras analisadas na introdução. Contudo, essas ações embrionárias, permite que nós, enquanto pesquisadores, possamos pensar e lançar metodologias visuais mais assertivas para o atual contexto educativo.

Dentre as mais variadas disciplinas que compõe os componentes curriculares do *Ensino Médio*, escolhemos *História*, pois é nela que estamos contextualizados. A partir dela e de seus objetivos de ensino passaremos a apontar alternativas pedagógicas que auxiliem a Escola a atender as atribuições a ela conferida segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Entretanto, qualquer disciplina que se enveredar pela abordagem cognitiva de relevância social relata no referencial teórico, cuja destreza nutriu nossa proposta, terá êxito no proceder. Isso porque, por intermédio dela elucidados o processo específico do desenvolvimento e aprendizagem dos surdos e dos ouvintes, mostramos as competências natas de ambos os grupos propondo um ensino engajado na democratização dos conteúdos.

Segundo os Parâmetros curriculares do Ensino de História, os objetivos desta disciplina estão voltados para à formação do cidadão, ao desenvolvimento da capacidade de: “valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades”. (2013). Nisso, os alunos conseguiram (PERNAMBUCO, 2013, p. 25);

- a) construir um olhar lúcido sobre o mundo e um sentido crítico; desenvolver pensamento histórico, a temporalidade, a historicidade, a consciência histórica; b) adquirir maturidade política ativa e participativa

---

<sup>21</sup> Na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid. Através da datilologia, da escrita e da oralização, o monge Ponce de Leon ensinava latim, grego e italiano, bem como os conceitos de física e astronomia. Entretanto, apenas os surdos da classe média tinham acesso aos métodos educacionais de Ponce de Leon. Isso porque, desde a declaração do Imperador Justinianus (534 d.c), em que delegava o desfrute dos bens herdados por parte da família desde que falassem, a classe média procurou preparar seus filhos surdos congênicos para o melhor administração das posses, pois caso contrário, tudo se reverteria ao Estado.

como cidadãos do mundo; c) relacionar passado, presente e futuro e construir sua consciência histórica; d) trabalhar sobre problemas e temas sociais e políticos; sobre temas e problemas contemporâneos; e) aprender a debater, a construir suas próprias opiniões, a criticar, a escolher, interpretar, argumentar e analisar fatos; f) desenvolver um sentido de sua identidade, respeito, tolerância e empatia em relação às demais pessoas e culturas; g) analisar o modo como se elaboram os discursos; aprender a relativizar e a verificar os argumentos dos demais; h) defender os princípios da justiça social e econômica e rechaçar a marginalização das pessoas.

Bem verdade que diante de um contexto inclusivo, surdos e ouvintes coabitando o mesmo espaço, configurando em salas de aulas superlotadas, os objetivos de ensino propostos acima não conseguirá atingir a todos; principalmente aqueles que dependem de um profissional tradutor intérprete para obter acesso ao conhecimento apresentado pelo professor. Para contornar a situação, o professor estrategicamente lança proposta de realizar atividades do livro, realização de exercício complementar para ser realizado em suas respectivas residências, debate em sala, trabalho em grupo dentre outros modos de desenvolver um conhecimento científico acerca de um determinado conteúdo.

Em uma pesquisa de campo, identificamos no depoimento dos alunos surdos matriculados no Ensino Médio da Rede Pública Estadual da Região Metropolitana do Recife/PE, que o livro de História, (assim como os das demais disciplinas), não conta com a tradução dos conteúdos para a Língua Brasileira de Sinais e, com toda certeza, a ausência dessa adaptação dificulta ainda mais a aquisição do conhecimento aumentando ainda mais a dependência do aluno surdo junto a um TILS. Nem todos os alunos surdos possuem familiaridade com a Língua Portuguesa - LP. Vimos, também, que por direito, os alunos surdos devem ser educados e receber instruções na língua que mais se identificarem. A sonegação de tal prática torna-se uma violação à lei e aos direitos linguísticos.

Como fazer com que o ensino de História para surdos inclusos contemple as exigências básicas da disciplina e conferir a estes alunos habilidades que os tornem autônomos e protagonista do seu próprio saber? Como fazer com que os alunos desenvolvam determinados olhares críticos se os livros, um dos aparatos de instrução que fomenta o desenvolvimento do saber, não condicionaliza o conhecimento? A falta de engajamento em mudar tal situação reflete em dados que nos apresentou Lacerda (2006) e os alunos surdos pernambucanos da região metropolitana que concluíram o ensino médio entre os anos de 2018 a 2019; sensação de despreparo para as avaliações que canalizam a inserção no campo acadêmico.

A princípio, é válido ressaltar que será impossível adotar as duas línguas de forma bimodal para atingir as esferas operantes do conhecimento. Tal adoção poderá remontar uma determinada filosofia educacional analisada na parte introdutória da nossa narrativa. Desta feita, o professor deverá escolher entre engatar o ensino do conteúdo na Língua Brasileira de Sinais ou na Língua Portuguesa. A articulação das duas línguas por um indivíduo de forma simultânea deixará lacunas linguísticas e um dos grupos não captará a informação. O fato é, não podemos, enquanto professor, deixar de atender os direitos básicos e inerente dos alunos surdos de receber a educação de responsabilidade escolar como emana a lei.

Sendo assim, postulamos a democratização dos conteúdos de História a partir da adesão de materiais didáticos tecnológicos que apresentem os referidos assuntos em Língua Brasileira de Sinais assim como os alunos ouvintes possuem matérias na sua língua materna. Só assim aproximaremos a inclusão de uma educação equitativa e capaz de fomentar ambiente que desestabilize as estruturas elementares que operacionam o conhecimento (estratégia muito usada no ensino de alunos ouvintes). Essa prática pode minimizar os entres sentidos na aquisição do conhecimento dos surdos bem como emancipá-los em um movimento descolonizador; o saber a partir das interpretações individuais e não das perspectivas sinalizadas pelos TILS ou expostas pelos Professor da disciplina.

Quando nos referimos a democratização, estamos nos alinhando as ideias de José Carlos Libêneo (2014), que ampliou o eixo conceitual da referida palavra para o processo de adequação pedagógico-didática dos conteúdos para que os assuntos possam ser internalizados e preconize o conhecimento sobre as consequências da adequação dos assuntos para uma linguagem proximal dos alunos, contextualiza ainda mais o autor;

Democratizar o ensino é ajudar os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominarem o saber escolar; é ajudá-los na formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade. Trata-se, enfim, de proporcionar-lhes o saber e o saber-fazer críticos como pré-condição para sua participação em outras instâncias da vida social, inclusive para melhoria de suas condições de vida. (LIBÂNEO, 2014, p. 12).

Essa democratização também acredita que, estando o conteúdo embasado no cotidiano dos alunos surdos, numa linguagem de seu conhecimento, os discentes serão confrontados e com isso ressignificando a sua visão de mundo gerando prazer pelos

estudos. São os desafios condizentes que preconizam o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos. Nessa esfera, o material ofertado entende que, os educandos também trazem consigo um conhecimento embasado na sua experiência de vida. Isso porque, como afirmou Paulo Freire (2012, p. 85):

Não podemos duvidar, por exemplo, de que sabemos se vai chover ao olhar para o céu e ver as nuvens com um certa cor. Sabemos até se é chuva ligeira ou tempestade que a chuva que vem.

Essa adaptação dos conteúdos personificado nos materiais didáticos ou na implementação de recursos<sup>22</sup> que levem em consideração os contexto sócio-histórico dos surdos, também podem implicar uma equidade no ambiente escolar e reverter a as práticas pedagógicas não levam em consideração as especificidades dos alunos surdos em termos de aspectos linguístico, cultural e social. Os surdos possuem uma capacidade nata cognitiva para aprendizagem tal qual os ouvintes, entretanto, pouca assistida diante do contexto que estão inseridos e a escassez dos recursos didáticos que possam auxiliar o (a) professor (a) atingir as estruturas operantes específicas da aprendizagem.

O docente que alinhar a sua prática pedagógica aos pressupostos acima, democratizará os conteúdos. Democratizará em dois aspectos; o primeiro, infere a proporcionar simultaneamente a desequilíbrio das estruturas cognitivas fomentadora do conhecimento tanto do aluno surdo quando do aluno ouvinte incentivando a leitura do livro de História escrito na língua portuguesa para os ouvintes e para os surdos a leitura visual do mesmo conteúdo só que sinalizado. Em segundo lugar, facilita a ambos os grupos o acesso aos bens culturais que corroboram na construção das identidades.

Para que isso ocorra em um ambiente heterogêneo, composto por surdos e ouvintes, deverá ser anexado aos livros dos alunos surdos, independentemente da disciplina, DVD'S com o conteúdo adaptado em Libras facilitando, portanto, o debruçar dos educandos sobre o assunto. Essa medida irá contribuir no processo de ensino e aprendizagem, bem como, no despertamento do interesse em aprender como apontou Libânio (2014).

Levar para sala de aula materiais adaptados, sejam eles documentários ou filmes com janela acessível em Libras, permitirá que os alunos se sintam pertencente ao ambiente e não um integrado a este. Essa adequação atitudinal está vinculada ao que

---

<sup>22</sup> Esses recursos são assegurados mediante a Lei nº 9.394/96, artigo 59, que atribui ao sistema de ensino a providência de ofertar tais dispositivos que visem atender as necessidades dos discentes.

estabelece os requisitos expostos no documento elaborado pelo grupo de trabalho vinculado a portaria de nº 555/2007 e pela portaria nº 948/2007 entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008.

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, os recursos midiáticos ganharam as massas tornando-se muito popular e o DVD não está desanexado a esse movimento. Anexando a este dispositivo os conteúdos de História adaptados em Libras, o distanciamento entre o aluno surdo e o acesso ao conhecimento já produzido será minimizado. O objeto em questão pode potencializar ainda mais as estruturas elementares que inauguram novas ligações sistemáticas gerenciadora do conhecimento. Como consequência dessa aproximação democratizante teremos a participação e o compartilhamento das experiências destes alunos frente as suas descobertas elucidando aprendizagem.

Uma segunda alternativa vem a culminar com os avanços tecnológicos e o uso da internet. O Estado juntamente com as instituições de ensino da educação básica, poderá ofertar um site ou vincular-se a uma plataforma já existente de uso popular, para disponibilizar nesse ambiente todos os assuntos de História, por série, adaptados em Libras. Ciente da desigualdade tecnológica muito latente na sociedade brasileira, a criação de um programa que garanta internet gratuita aos estudantes surdos da rede estadual de ensino só corrobora ainda mais com a segunda proposta de educação para surdos inclusivos aqui analisado.<sup>23</sup> Para além disso, os computadores da Escola em que aluno esteja devidamente matriculado devem estar à disposição desses alunos para a consulta dos conteúdos adaptados como afirmar o Decreto Nº 5.626/2005, capítulo VI, Art. 23: “As instituições [...], de educação básica [...] devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de [...] equipamentos e tecnologia que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

A disponibilização dos materiais didáticos, a produção de um recurso que auxilie o processo educacional já está prevista em leis que asseguram tanto o professor quanto a escolar a regimentar uma documentação solicitando ou Poder Público os recursos

---

<sup>23</sup> A viabilidade dessa proposta baseia-se na medida anunciada, em 05 de agosto de 2020, pelo Governo do Estado de Pernambuco, diante do novo contexto educacional ocasionado pelo novo coronavírus; Covid 19. Os alunos da rede pública estadual serão disponibilizados pacotes de dados de internet para acesso gratuito ao material da Plataforma Educa-PE, do ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e do Google Classroom. **Governo de Pernambuco vai garantir internet gratuita aos estudantes da rede estadual de ensino.** Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/governo-de-pernambuco-vai-garantir-internet-gratuita-aos-estudantes-da/149794/>. Acesso em 08 de agos. 2020.

educativos. Segundo o Artigo 4º da LDB, que estabelece deveres do Estado para com a educação, dispõe o inciso VIII que: “Compete a este setor atender ao educando por meio de programas suplementares de materiais didáticos-escolares [...]”. (LDB, 1996, p. 8). Os livros escritos na língua portuguesa serão entregues normalmente, pois também servem de ampliação do conhecimento linguístico, entretanto, pode ser acoplado ao material DVD’S com os conteúdos adaptados em Libras enquadrando-o como dispositivo complementar/apoio, que reforcem ainda mais o processo aquisitivo do conhecimento e a permanência deste no ambiente escolar como emana os decretos 6.571/2008 e o 7.611/2011.

Ainda no Decreto nº 7084/2010, artigo 28, dispõe que;

[...] o Ministério da Educação adotará mecanismo para promoção da acessibilidade nos programas de materiais didáticos destinados aos estudantes da educação especial e professores das escolas de educação básica pública. (MEC, Brasília, 2008).

Impreterivelmente, para um bom manuseio dos recursos didáticos em Libras, ao professor, que tiver em sua sala de aula aluno (os) surdo (os), deverá ser ofertado curso de capacitação em Língua Brasileira de Sinais flexibilizando as suas horas de prestação de serviço a Escola em que esteja lotado<sup>24</sup>. Essa capacitação diminuirá a distância linguística entre professor e aluno surdo. O professor é o intermediador e facilitador de acesso aos conteúdos e contribui de forma significativa no desenvolvimento e na aprendizagem dos sujeitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabemos que a inclusão dos alunos surdos em salas regulares de ensino, bem como, a assistência prestada a este na contemporaneidade, configura de fato um marco muito significativo na História da Educação de Surdos. Isso porque, se tomarmos como base as filosofias educacionais nas quais os povos surdos foram subjugados, a atual conjuntura tem o poder de desmistificar as concepções de surdez oriundas de um tempo sombrio além de maximizar a pluralidade no ambiente escolar no movimento de minimização do preconceito; afinal, esse é o objetivo central da Educação Inclusiva segundo Lacerda (2006).

---

<sup>24</sup> Baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/1996, Capítulo VI, Artigo 67, inciso V.

Mesmo com tal reconhecimento e visibilidade, não podemos deixar que caia sobre a inclusão a concepção conceitual, tão atual, de inferir ao movimento inclusivo a ideia de oportunidade igualitária de acesso ao saber (surdos atuando em ambientes anteriormente inalcançáveis). Igualdade não é sinônimo absolutamente de equidade. Não basta incluir. É preciso, antes de tudo, pensar COMO INCLUIR. Sem uma mudança arquitetônica, atitudinal e curricular a equidade já mais fará morada no campo escolar.

Pensando em reverter a situação e abrir os portões escolares para que a educação equitativa adentre, a nossa pesquisa se configura em cálculo que dará ao educando com surdez, a partir da sua realidade sociocultural, condição igualitária de acesso ao conhecimento e a idealização do seu próprio saber.

## REFERÊNCIAS

ANGELOTTI, Vanessa Cristina. CONTI, Keli Cristina. ***Estágio supervisionado e os desafios encontrados: alunos surdos.*** Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/download/244/123>. Acesso em 06 de abr. 2020.

AQUINO, Carla de Silveira Bez, Alessandra da. ***Saussure e o estruturalismo: retomando alguns pontos fundamentais da teoria saussuriana.*** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/viewFile/26000/15222>. Acesso em 24 de set. 2019.

ARANTES, Ana Cristina. ***A Cultura e a Educação Grega: atividades gíminico desportivas e a educação do efebo.*** Disponível em: [http://escolar.universoef.com.br/container/gerenciador\\_de\\_arquivos/arquivos/187/acultura-e-a-educacao-grega.pdf](http://escolar.universoef.com.br/container/gerenciador_de_arquivos/arquivos/187/acultura-e-a-educacao-grega.pdf). Acesso em 15 de fev. 2019.

BARROS, José D'Assunção. ***Teoria da História: I. princípios e conceitos fundamentais.*** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 41 – 42.

BRASIL. ***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.*** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acessado em 31 de maio. 2018.

BRASIL, ***Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.*** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf>. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei\\_n\\_10\\_436\\_de\\_24\\_de\\_abril\\_de\\_2002\\_15226896225947\\_7091.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n_10_436_de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf). Acessado em 31 de maio. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. ***Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.*** Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9961-decreto-5626-2005-secadi&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9961-decreto-5626-2005-secadi&Itemid=30192). Acesso em 31 de maio. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a organização da assistência estudantil no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 28 jan. 2010.

CABRAL, Eduardo. **Para uma cronologia da educação dos surdos**. Revista de Comunicação, nº3, APECDA-Porto, pp.35-53, 2005. Disponível em: [http://projetoedes.org/wp/wp-content/uploads/cronosurdo\\_Eduardo-Cabral.pdf](http://projetoedes.org/wp/wp-content/uploads/cronosurdo_Eduardo-Cabral.pdf). Acesso em 12 de maio. 2018.

FELIPE, Tanya Amara. **Escola inclusiva e os direitos linguísticos dos surdos**. Artigo publicado na Revista Espaço, Rio de Janeiro: INES, Vol. 7. 1997: 41 – 46. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/06/escola-inclusiva-e-os-direitos-linguisticos-dos-surdos.doc>. Acessado em 23 de fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 51º. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

FREITAS, Neli Klix. **Políticas públicas e inclusão: análise e perspectivas educacionais**. Publicado pelo Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e pela linha de pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/21860>. Acesso em 13 de abr. 2018.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essas?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2002, p. 27 – 42.

**Introdução à Educação a Distância**. Disponível em: [http://biblioteca.virtual.ufpb.br/sistema/app/webroot/docs/licenciaturamatematica/Disciplina\\_I.pdf](http://biblioteca.virtual.ufpb.br/sistema/app/webroot/docs/licenciaturamatematica/Disciplina_I.pdf). Acesso em 22 de abr. 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163 – 184, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>. Acessado em 31 de mar. 2019.

LATERZA, Léa Ferreira. **O conceito de pessoa: o estado da questão entre os gregos**. Kriterion vol.52 no.123 Belo Horizonte jun. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100512X2011000100015&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100512X2011000100015&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 15 de fev. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28º edição: São Paulo, 2014.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em 13 de abri. 2018.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social**. 6°. ed. São Paulo: Sammus, 2015.

PERNAMBUCO. **Parâmetros curriculares de História – Ensino Fundamental e Médio**. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/historia\\_parametros\\_efm\\_2013.pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/historia_parametros_efm_2013.pdf). Acesso em 03 de ago. 2020.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis. 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBaseHistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em 23 de fev. 2019.

## **Capítulo 12 - CORAL DE LIBRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO: RELATO DE CASO DE UMA ESCOLA EM ABREU E LIMA / PERNAMBUCO**

**Deyone Albuquerque da Silva**

Professora Instrutora de Libras da Escola de Referência em Ensino Fundamental General  
Abreu e Lima em Pernambuco.

Especialista em Braille e Libras (FARESE), Bacharela em Ciências Biológicas (UFRPE),  
Pedagoga (Faculdade Única), Tiflóloga (CAEER/PE), Tradutora/Interprete e Instrutora  
de Libras (Cas/PE) e Acessibilidade Cultural (ESCULT/IFGO). Atua na área de  
Acessibilidade e Inclusão Educacional, Cultural e Institucional.

Email: [deyonea@yahoo.com.br](mailto:deyonea@yahoo.com.br)

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/deyone-albuquerque-310988112>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4451917711155661>

### **1. INTRODUÇÃO**

Em nossa sociedade, o estigma e o preconceito estão presentes do contexto diário das pessoas Surdas, desta forma, a inserção das LIBRAS na Educação Básica torna-se essencial, pois um dos objetivos deste nível de ensino é o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, a formação de atitudes e valores e a aquisição de habilidades e conhecimentos.

No contexto literário isso se realiza a partir do momento em que o surdo se assume como sujeito da enunciação de sua própria história e como ser que se constitui pela experiência visual (Quadros, 2004).

Esta forma de inclusão leva ao reconhecimento da importância da Libras no espaço escolar e na própria sociedade na qual os surdos vivem. É necessário que a família e a escola considerem a importância da LIBRAS como meio de acesso às informações existentes, permitindo que seja possível a interação entre as comunidades surdas e ouvintes.

O Coral de Libras é uma iniciativa inovadora que promove a inclusão, diversidade e acessibilidade nas escolas. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma ferramenta fundamental para a comunicação entre surdos e ouvintes, e seu ensino em ambientes educacionais é essencial para o desenvolvimento social, cultural e linguístico dos estudantes, não apenas para a fluência em Libras. A criação deste Coral garantiu os alunos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a vivência das pessoas Surdas, ampliando e garantindo o acesso a esta nova língua.

A Libras é considerada a língua materna dos Surdos (L1) e deve ser aprendida ainda na primeira infância e a língua portuguesa como a sua segunda língua (L2), pois, por viver em uma sociedade de maioria ouvinte, o não contato com a L2 é uma forma de exclusão. Nas palavras de Quadros e Paterno (2006), é importante para os surdos:

[...] aprender o português, para que possam ter acesso aos documentos oficiais que são feitos nesta língua (leis, recibos, documentos) e exercer sua cidadania; para ter acesso a informações, à literatura e aos conhecimentos científicos. (Quadros; Paterno, 2006, p. 4).

No contexto escolar, a literatura revela a evolução significativa nas práticas e abordagens educacionais da inclusão de crianças surdas ao longo dos anos. Baell et al. em 2008, destacaram a importância das escolas na criação de um ambiente saudável e inclusivo para crianças surdas, ressaltando a necessidade de um modelo educacional bilíngue que considere a identidade linguística das comunidades surdas. Não apenas buscando a inclusão, mas também empoderando os alunos, os levando a participarem ativamente da vida escolar e comunitária, que é de grande importância para superação das barreiras enfrentadas por esses estudantes.

Este artigo tem por objetivo retratar a experiência exitosa do projeto de inclusão realizado pela Escola de Referência em Ensino Fundamental General Abreu e Lima (EREF GAL) com a Instrutora Deyone Albuquerque, da Gerência Regional de Educação Metropolitana Norte (GRE MetroNorte). Este projeto teve por objetivo propiciar a constituição de um Coral de Libras, visando à utilização da Língua Brasileira de Sinais pelos alunos da EREF GAL, com o intuito de estimular a inclusão, comunicação e autoestima dos alunos, através da integração dos alunos e a sensibilidade a inclusão. O público-alvo do projeto são alunos surdos e ouvintes do Fundamental e Médio da referida escola.

### **1.1 OBJETIVO GERAL**

- Fomentar a inclusão social e cultural dos estudantes surdos e ouvintes por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).
- Desenvolver a educação inclusiva e acessível em ambientes escolares.
- Promover habilidades artísticas e comunicativas em Libras.

### **1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Desenvolver técnicas de sinalização e expressão corporal através da criação de um repertório musical diversificado em Libras.
- Promover a comunicação eficaz com a interação e amizade entre estudantes surdos e ouvintes.
- Promover a autoestima e confiança dos estudantes surdos evitando a evasão escolar.
- Sensibilizar a comunidade sobre a cultura surda.
- Preservar e difundir a cultura surda brasileira promovendo a troca cultural entre surdos e ouvintes.
- Realizar eventos culturais e artísticos em Libras para a apresentação dos alunos.

### **1.3 QUESTÃO PROBLEMATIZADORA**

As pessoas surdas, muitas vezes, são excluídas de espaços culturais e sociais, limitando suas oportunidades de expressão. É importante reconhecer e valorizar a Cultura Surda, que possui suas próprias formas de expressão artística e comunicação. Destacando a Libras como uma língua natural e rica, capaz de transmitir emoções, ideias e nuances da mesma forma que qualquer outra língua.

Sendo assim, onde as pessoas surdas e ouvintes podem se encontrar e compartilhar a paixão pela música? Como promover a inclusão social e cultural de pessoas surdas, valorizando sua identidade e oferecendo oportunidades de expressão artística, através da música e da Língua Brasileira de Sinais (Libras)?

## **1.4 JUSTIFICATIVA**

A criação de um Coral de Libras representa um passo significativo para a inclusão social e a valorização da cultura surda. Através da música e da língua de sinais, essa iniciativa promove a acessibilidade, a comunicação e a expressão artística de pessoas surdas e ouvintes. Ao proporcionar um espaço para que surdos possam se expressar e socializar, o coral contribui para o desenvolvimento da autoestima, da identidade e da autonomia dessa comunidade, além de sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da inclusão e da diversidade.

## **2. METODOLOGIA**

Considerando as características desse projeto, avaliamos que o percurso teórico-metodológico fundamentado em uma abordagem qualitativa é mais adequado, pois, segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa se emprega através de métodos que interagem com o ser humano. A escolha da abordagem qualitativa permitiu a compreensão das interações dos sujeitos da pesquisa e a complexidade que envolve as relações sociais destes no seu percurso escolar, obtendo-se melhor compreensão de seu desenvolvimento e suas interações.

Os participantes do projeto foram escolhidos com base no comportamento e interação em sala de aula, o que fez com que melhorasse substancialmente a relação dos alunos em sala, pois os mesmos estavam animados com a participação no projeto.

O locus foi definido através da demanda recebida pela GRE MetroNorte, pela EREFGAL ser uma escola inclusiva a ação seria de grande relevância para a comunidade escolar.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

Em 2018, Manavalamamuni et al., falaram sobre a privação linguística das crianças surdas como uma das formas de atraso para o aprendizado. A interação escolar, pode ser um dos fatores para a eliminação do isolamento comunicativo melhorando o engajamento educacional evitando a evasão escolar.

... interação entre pessoas, e porque, devido a sua estrutura, permite a expressão de qualquer conceito e de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano (Brito, 1998).

Várias contribuições começaram a se concentrar na utilização de recursos lúdicos e artísticos, como as canções gestuais, para facilitar o aprendizado da Língua de Sinais. Blanco (2019) argumentou que as canções e histórias em Língua de Sinais insentivam a imaginação das crianças surdas, realça o ambiente de aprendizado e estimula a criatividade dos alunos.

As canções e histórias em Libras são ferramentas poderosíssimas para estimular a imaginação. Ao vivenciar narrativas e melodias expressas visualmente, elas têm a oportunidade de criar mundos vibrantes em suas mentes. Os elementos visuais da Libras, como as expressões faciais, os movimentos corporais e a espacialização, proporcionam um rico universo de possibilidades para a interpretação e a criação. As crianças surdas, ao se conectar com músicas e histórias contadas em Libras, desenvolvem habilidades de raciocínio visual-espacial, ampliam seu vocabulário e, sobretudo, encontram um espaço seguro para explorar sua criatividade e construir sua identidade.

A prática coral, além de aprimorar a musicalidade, exerce um papel fundamental no desenvolvimento da autoestima e das habilidades sociais dos alunos. Ao participar de um grupo, os estudantes vivenciam a sensação de pertencer a algo, o que fortalece o sentimento de coletividade e colaboração. A superação de desafios musicais em conjunto com os colegas promove a confiança e a autoestima, uma vez que cada indivíduo se sente parte de um todo maior. Além disso, a interação constante durante os ensaios e apresentações estimula a comunicação, a empatia e o respeito mútuo, habilidades essenciais para a vida em sociedade. A prática coral, portanto, se revela uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento dos alunos. Suarez (2019) descreve que a prática coral pode melhorar a autoestima e as habilidades sociais alunos, tornando o ambiente escolar mais inclusivo, enfatizando a necessidade da articulação das atividades do coro com a criação de políticas inclusivas.

A escola, como espaço de socialização e aprendizado, tem a responsabilidade de promover a cultura do respeito à diversidade. Pais, educadores e sociedade devem trabalhar em conjunto para cultivar essa habilidade nos jovens. A formação de cidadãos respeitosos e tolerantes é um dos grandes desafios da educação. A prática coral, nesse contexto, desempenha um papel crucial, uma ferramenta poderosa. Ao vivenciar a música em grupo, os alunos desenvolvem habilidades socioemocionais como empatia,

cooperação e respeito ao próximo, vivenciam a importância da colaboração e da valorização das diferenças. A escola, ao oferecer atividades como a música coral, contribui para a formação de indivíduos mais conscientes preparando-os para uma vida em sociedade mais justa e equitativa, os deixando engajados para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Por fim, a inclusão proporciona aos alunos a interação mais fácil, criando um círculo de relacionamento sem barreiras. A língua de sinais se tornou essencial no processo de aprendizagem de maneira que ela admite a igualdade entre os alunos ouvintes e os alunos surdos (SILVA et al., 2020).

Quando nos deparamos com uma situação em que não compreendemos a língua falada ao nosso redor, vivenciamos uma sensação de isolamento e desconexão. Essa experiência nos revela, de forma clara e direta, o quanto a Língua é essencial para a comunicação, para a construção de relações sociais e para a compreensão do mundo que nos cerca. A Língua é muito mais do que um simples meio de comunicação. Ela é um elemento fundamental da nossa experiência humana, que nos conecta com os outros, com a cultura e com o mundo ao nosso redor. Ao reconhecer a importância da linguagem, valorizamos a diversidade linguística e promovemos a inclusão e o respeito às diferentes culturas.

Desta forma, a Libras é muito mais do que um simples meio de comunicação para pessoas surdas. Ela representa um patrimônio cultural e linguístico, sendo fundamental para a construção da identidade e autonomia dos indivíduos surdos. É imprescindível que a Libras seja utilizada não apenas no âmbito familiar, mas também no contexto educacional, pois a utilização da Libras nas escolas garante que os alunos surdos tenham acesso ao currículo e possam participar ativamente das atividades escolares, sem barreiras linguísticas.

Estudos demonstram que o aprendizado da Libras desde a primeira infância contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo das crianças surdas. A Libras é a língua materna dos surdos e, portanto, um elemento fundamental para a construção de sua identidade cultural e linguística. Ao utilizar a Libras na escola, os alunos surdos se sentem valorizados e reconhecidos em sua diferença, quando os alunos surdos podem se comunicar, eles se sentem mais seguros e confiantes, o que impacta positivamente em seu desempenho escolar.

A utilização da Libras no âmbito educacional é um direito dos alunos surdos e uma necessidade para garantir a qualidade do ensino. Ao promover a inclusão e valorizar a diversidade linguística, estamos construindo um futuro mais justo e equitativo para todos.

A acessibilidade e inclusão da pessoa surda no ambiente escolar teve grande avanço devido às políticas públicas e cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/1996) e Lei de Libras (10.436/2002), com esse embasamento legal o surdo está cada vez mais presente nos espaços públicos.

A história da educação de surdos não é uma história difícil de ser analisada e compreendida, ela evolui continuamente apesar de vários impactos marcantes, no entanto, vivemos momentos históricos caracterizados por mudanças, turbulências e crises, mas também de surgimento de oportunidades. (StrobeL, 2009, P. 03).

A inclusão educacional de surdos exige que eles tenham acesso pleno ao currículo escolar, e para se obter uma educação de qualidade para surdos se faz necessária a qualificação contínua dos profissionais da educação. É preciso garantir que os professores sejam capacitados a utilizar a Libras e a criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível.

A inserção de pessoas surdas nas escolas regulares é uma garantia legal pautada na promoção da acessibilidade, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante o direito dos surdos à educação bilíngue, ou seja, em Libras e na modalidade escrita da língua portuguesa. A formação de professores é essencial para cumprir essa determinação legal.

Nesse sentido, Sousa (2011) fala “ele deve lembrar-se da importância da qualificação para a sua atuação, por isso deve conhecer e aplicar as técnicas de interpretação e tradução” Pois, ao dominar a Libras e conhecer as especificidades da surdez, os professores podem proporcionar um ensino mais eficaz e garantir que os alunos surdos desenvolvam todo o seu potencial.

Sousa (2011) ainda fala “este profissional deve buscar novos conhecimentos na área, cursos de formação e permanente leitura e pesquisa”. A qualificação dos profissionais da educação contribui para fortalecer essa parceria e garantir o sucesso escolar dos alunos. O uso de tecnologias assistivas, como softwares e aplicativos em Libras, pode auxiliar os professores a criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e interativo para os alunos surdos. A família, em parceria com a escola, desempenha um papel fundamental na educação dos surdos.

No entanto, ao serem matriculados em escolas regulares de ensino os alunos surdos enfrentam muitas dificuldades quando não é respeitado o direito à educação a falta de intérpretes de Libras em escolas regulares representa um obstáculo significativo para a inclusão e o aprendizado de alunos surdos. Essa situação gera diversas dificuldades, comprometendo o direito desses estudantes à educação de qualidade.

A principal dificuldade é a falta de um canal de comunicação eficaz entre o professor e o aluno surdo. Sem um intérprete, o aluno não consegue acompanhar as explicações, participar das discussões e tirar dúvidas, o que prejudica significativamente seu aprendizado. A dificuldade de comunicação também leva ao isolamento social do aluno surdo, a dificuldade em acompanhar o conteúdo e a falta de interação com os professores e colegas levam a um baixo desempenho escolar, em casos mais graves, a falta de apoio e as dificuldades enfrentadas podem levar à evasão escolar.

A escola precisa criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. Ao garantir o direito à educação e à inclusão, estamos proporcionando aos alunos surdos as mesmas oportunidades que os demais estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O Projeto foi dividido em duas grandes etapas:

- A primeira buscou sistematizar, a partir da revisão bibliográfica, conceitos e definições sobre a Libras que contribuíssem no embasamento teórico, e com isso, foram desenvolvidas ações de intervenção junto à escola. Foi realizada um intervenção em todas as salas da escola, uma palestra com a participação da organizadora, uma Instrutora Surda convidada e dos alunos surdos da escola, a fim de estimular o protagonismo das pessoas Surdas no projeto, onde eles apresentariam o alfabeto em Libras, suas experiências de vida e diferenças entre a cultura Surda e Ouvinte.
- A segunda, foi solicitado à coordenação um horário para as intervenções com as turmas. Os ensaios ocorreram na escola durante o período letivo e dentro do horário estipulado para o ensino integral. A culminância foi a primeira apresentação do coral, que ocorreu no Evento EgaLiterario + Afro-cultural da instituição, além de palestra para toda a escola.

#### **4. RESULTADOS**

As ações deste projeto visaram promover a articulação entre o ensino, inclusão e acessibilidade, e a compreensão de que as escolas tem a capacidade e a oportunidade de produzir novos conhecimentos a serem trabalhados e articulados, visando à transformação da realidade social.

Este projeto foi realizado no período de setembro a dezembro de 2018, três aulas por semana. As atividades foram desenvolvidas em colaboração com duas professoras, uma de Libras e uma do Apoio Escolar que possui fluência na Língua de Sinais. Foram escolhidas como participantes do projeto os alunos da turma do 6º ano do Ensino Fundamental, do Segundo Ano Médio e do Terceiro Ano Médio, envolvidos no projeto.

Foi realizada uma conversa sobre inclusão, a fim de levantar o que os alunos compreendiam sobre o que era a surdez e a Libras, para que obtivéssemos um panorama sobre a turma, com o objetivo de fundamentar e subsidiar o projeto.

Após essa sessão, realizamos uma intervenção em sala, onde a idealizadora do projeto atuou como mediadora e intérprete. A palestra constou com a participação de uma Instrutora Surda convidada, também da Gre MetroNorte, Luciana Mousinho, e dois alunos surdos da escola, Everton Luiz e Vitor Joaquim, que apresentaram o alfabeto em Libras e explicaram sobre como é o Ser Surdo, suas experiências de vida e diferenças entre a cultura Surda e Ouvinte.

Figura 1 e 2: Palestra realizadas nas salas do 6º ano. Fonte: Autora.



Entre as atividades previstas no projeto foram escolhidas duas músicas, a partir da qual os alunos pudessem aprender a Língua de Sinais, além dos contextos históricos e étnico-raciais. As opções escolhidas foram as músicas “Olhos Coloridos” de Sandra de Sá e “Chegou o Natal” de Aline Barros. Essas intervenções práticas foram inovadoras para os alunos da turma. Através dessa prática conseguimos desmistificação de alguns mitos que envolvem as pessoas com deficiência surdez.

As pessoas surdas muitas vezes, são excluídas de espaços culturais e sociais, limitando suas oportunidades de expressão. É importante reconhecer e valorizar a Cultura Surda, que possui suas próprias formas de expressão artística e comunicação. Destacando a Libras como uma língua natural e rica, capaz de transmitir emoções, ideias e nuances da mesma forma que qualquer outra língua.

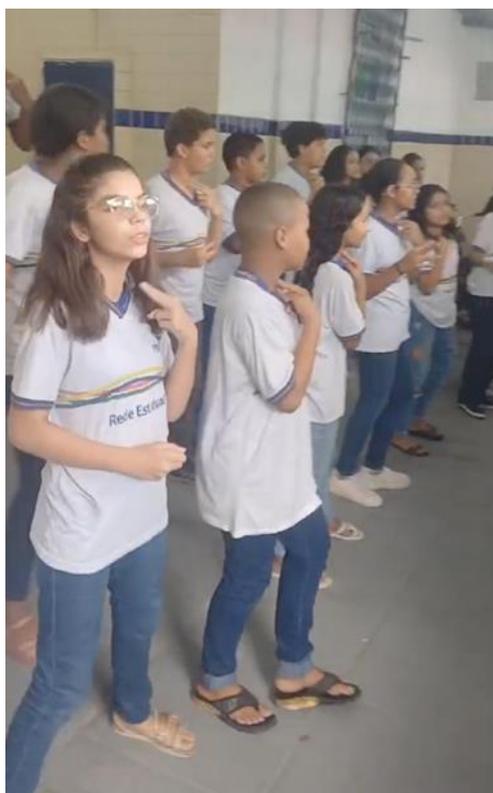


Figura 3 e 4: Ensaios do projeto. Fonte: Autora

Pudemos perceber que surdos e ouvintes puderam se encontrar e compartilhar a paixão pela música sinalizada, os alunos surdos puderam ter contato com essa forma de expressão artística, de uma forma inclusiva e integral, desde a consultoria para Sinais e participação nos ensaios e apresentações que foram realizadas.



Figura 5, 6, 7 e 8: Apresentação durante Evento Afro-cultural realizado na Escola. Fonte: Autora

Sendo assim, a criação de um Coral de Libras propiciou a todos os integrantes experiências ímpares. Os alunos tiveram a oportunidade de conhecer sobre os direitos e os deveres, muitos tiveram contato inicial com a Libras e perceberam as limitações que essas pessoas ainda encontram para se sentir incluído de forma integral da sociedade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Identificamos que apesar de os processos inclusivos ainda encontrarem barreiras para se efetivar de forma plena na sociedade, quando a inclusão se inicia na escola de forma prematura os resultados são amplamente satisfatórios, a implementação contribui significativamente para o desenvolvimento social, cultural e linguístico dos estudantes surdos, tornando a escola mais acolhedora e igualitária.

O projeto do Coral contribuiu para uma maior participação e engajamento dos estudantes surdos no contexto escolar. A prática da sinalização levou a uma melhoria da comunicação entre estudantes surdos e ouvintes, prevenindo o isolamento e evasão escolar, criando um vínculo e diminuindo assim as faltas, além de incentivar o fortalecimento da identidade cultural surda.

Essas contribuições coletivas revelam um panorama crescente de práticas e reflexões sobre a inclusão de crianças surdas no ambiente escolar, evidenciando a importância de abordagens que respeitem e valorizem a diversidade linguística e cultural, promovendo um aprendizado mais equitativo e acessível.

A escola ao qual a ação se desenvolve é sensível a todos que fazem parte da comunidade escolar, e participou ativamente do processo de inclusão, pois o projeto para inclusão constitui um grande desafio e deve ser pensado de forma coletiva, propiciando e estimulando o respeito à diversidade entre os alunos, visando formar cidadãos respeitosos, educados, empáticos.

O Coral de Libras em escolas públicas é uma iniciativa fundamental para promover a inclusão, diversidade e acessibilidade. É essencial que as escolas invistam em programas de Libras para garantir uma educação integral e igualitária para todos os estudantes.

Esperamos que o Coral de Libras continue a prosperar e se expanda, inspirando mudanças positivas, promovendo uma cultura de inclusão e acessibilidade em nossas escolas. Desejamos que essa iniciativa seja um modelo para outras instituições, garantindo uma educação mais inclusiva e igualitária. Acreditamos que o Coral de Libras terá um impacto duradouro, inspirando futuras gerações a valorizar a diversidade e a inclusão, e que o sucesso do Coral de Libras motive outros a adotarem iniciativas semelhantes.

## **6. REFERÊNCIAS**

BLANCO, María Ampudia. **Canciones gestuales em Educación Infantil: propuesta de actividades para el aprendizaje de la lengua de signos española (LSE)**. Universidad de Valladolid. Facultad de Educación de Palencia, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. MEC. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dez. 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRITO, Lucinda Ferreira et. al. **Língua Brasileira de Sinais-Libras**. In: (Org.) BRASIL, Secretaria de Educação especial. Brasília: SEESP, 1998.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 5° Ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

Manavalamamuni, Deepu; Choudari, Jagdish; Gillen, Julia; Zeshan, Ulrike. **Literacies in Context: Engaging deaf primary school children in their learning and assessment**. In: International Conference on Learning, 2018.

MUÑOZ-BAELL, Irma María et al. **Setting the stage for school health-promoting programmes for Deaf children in Spain**. Health Promotion International. 2013

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice, Müller. de; PATERNO, Uéslei. **Políticas Linguísticas: O Impacto do Decreto 5.626 para os Surdos Brasileiros**. Espaço: informativo técnico-científico do INES, Rio de Janeiro. N. 25, jan./jun. 2006.

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. **Aquisição da língua de sinais por alunos surdos: ponto de contribuição e relevância na atuação do intérprete de língua de sinais**. Revista Virtual de Cultura surda e diversidade. 2011.

SILVA, Suêdes Gomes et al. **A Inclusão da LIBRAS na Educação à Distância**. RACE-Revista de Administração do Cesmac, v. 7, 2020.

STROBEL, Karen. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2009.

SUAREZ, Diva Georgia Guardo. **Caracterización de los aportes del coro a la inclusión em el colegio Vista Bella IED, a partir de la percepción de la comunidad educativa**. Repositorio Institucional – Pontificia Universidad Javeriana. Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

**Capítulo 13 - INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO MERCADO DE  
TRABALHO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA  
EQUIDADE**

**Davi Milan**

Mestrando em Educação  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - câmpus de Marília-SP, Brasil  
davimilan145@gmail.com

**Arlindo Gomes de Paula**

Mestrando em Ciências da Educação  
Universidad Europea del Atlántico, Santander, Espanha  
arlindogomesdepaula@gmail.com

**Igor Ezequiel dos Santos Picanço**

Licenciatura em História Universidade federal do Oeste do Pará - UFOPA  
igor.e.picanco@gmail.com

**Fabiano Miranda Borges**

Doutorando em Ciências da Educação  
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales  
Calle de la Amistad 777, c/ Rosario – Asunción - Paraguay  
borges.fabiano.miranda@gmail.com

**Cláudia do Socorro Azevedo Magalhães**

Mestre (PPDRGEA)  
Instituição: IFPA  
claudia.magalhaes@ifpa.edu.br

**Lucival Fábio Rodrigues da Silva**

Doutorando em Linguística  
Universidade de Brasília (UNB)  
Docente no Instituto de Letras e Comunicação (ILC)  
Universidade Federal do Pará  
lucivalrodrigues.e275@gmail.com

**Carla da Silva Mota**

Mestrado em Educação  
UEPA - universidade do Estado do Pará  
carla.mota@semec.belem.pa.gov.br

**Thays Lara Teles Silva**

Bacharel em Psicologia  
Universidade São Judas Tadeu, Campus Mooca  
Rua Sylvio Guimarães de Assis, São João Climaco, São Paulo-SP  
Thaysteles0608@gmail.com

**Carina da Silva Mota**

Mestre em Educação  
Universidade Federal do Oeste do Pará  
Santarém, Pará, Brasil  
prof.calsb@gmail.com

**Leliane Aparecida Castro Rocha**

Doutora em Educação  
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP  
prof.lelianerocha@gmail.com

**Introdução**

A inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho é uma questão relevante para a promoção de equidade e respeito à diversidade, considerando a importância de um

ambiente profissional acessível e inclusivo. Apesar de avanços na legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Lei de Cotas, ainda persistem barreiras estruturais e atitudinais que dificultam a plena inserção dessa população em diferentes setores do mercado. Nesse contexto, entender as dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas e propor soluções viáveis é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A escolha desse tema justifica-se pela urgência em superar as barreiras que limitam a participação efetiva das pessoas surdas no mercado de trabalho. A inclusão não se limita ao cumprimento de cotas, mas envolve a criação de condições que garantam a equidade e o respeito às especificidades dessa população. Dada a crescente valorização da diversidade nas organizações, abordar esse tema contribui não apenas para a defesa dos direitos das pessoas surdas, mas também para demonstrar os benefícios de práticas inclusivas no ambiente corporativo.

O objetivo deste estudo é analisar os principais desafios enfrentados por pessoas surdas no mercado de trabalho e propor estratégias que promovam maior equidade no acesso às oportunidades profissionais. A pesquisa também busca evidenciar as vantagens de políticas corporativas inclusivas, tanto para as pessoas surdas quanto para as empresas, contribuindo para o debate sobre acessibilidade e diversidade no âmbito organizacional.

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de relatórios institucionais. Foram analisados documentos de organizações voltadas à promoção da acessibilidade e estudos de caso de empresas que implementaram políticas inclusivas. A revisão bibliográfica explora aspectos legislativos e práticas corporativas, além de destacar a importância do uso de tecnologias assistivas e da capacitação de equipes para a comunicação em Libras.

O recorte teórico-conceitual está fundamentado na interseção entre os estudos sobre inclusão e diversidade organizacional, com ênfase na perspectiva dos direitos humanos e no conceito de acessibilidade universal. As análises consideram ainda as especificidades linguísticas e culturais das pessoas surdas, abordando práticas inclusivas que promovem sua autonomia e protagonismo.

O texto está estruturado em duas seções principais. A primeira contextualiza a legislação e as políticas públicas sobre inclusão de pessoas com deficiência. A segunda

examina os principais desafios e recomendações para a equidade no ambiente profissional, enfrentados pelas pessoas surdas no mercado de trabalho.

### **1. Contextualização da Legislação e das Políticas Públicas sobre Inclusão de Pessoas com Deficiência**

A inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no Brasil é sustentada por um arcabouço legal que visa garantir equidade e acessibilidade. A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer princípios de igualdade, foi o marco inicial na proteção dos direitos das PcD, reconhecendo a educação, o trabalho e a dignidade como direitos fundamentais (BRASIL, 1988). A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) ampliou essa proteção, consolidando princípios como acessibilidade universal e educação inclusiva, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil com equivalência de emenda constitucional. Essa lei adota o conceito biopsicossocial de deficiência, priorizando a adaptação do ambiente às necessidades individuais e promovendo a participação plena das PcD em sociedade (ONU, 2006). Para Mazzotta (2016), a LBI vai além da regulamentação de direitos ao estabelecer diretrizes claras de inclusão como um dever compartilhado entre o Estado, a sociedade e as famílias, fomentando a construção de uma cidadania ativa e igualitária.

Apesar do progresso normativo, a implementação das políticas públicas enfrenta desafios estruturais, como a insuficiência de recursos humanos e materiais. No campo educacional, Alencar et al. (2017) destacam que, embora iniciativas como as do Instituto Federal do Rio Grande do Norte busquem promover a inclusão na educação profissional, ainda há lacunas significativas, como a formação insuficiente de professores para lidar com a diversidade. Rocha et al. (2020) complementam essa análise, apontando que programas como o Programa Incluir, na Universidade Federal do Ceará, são essenciais para democratizar o acesso ao ensino superior, mas dependem de maior articulação entre governos, instituições e sociedade civil para alcançar efetividade. Além da educação, as políticas públicas de lazer e esporte também enfrentam desafios na inclusão de PcD. Silva, Silva e Sampaio (2018) ressaltam a necessidade de ações específicas em espaços públicos, como parques, para garantir o direito ao lazer, frequentemente negligenciado nas políticas inclusivas.

O fortalecimento da inclusão de PcD requer estratégias que ultrapassem a simples conformidade normativa. A ampliação da formação docente e investimentos em

tecnologias assistivas são passos fundamentais para garantir acessibilidade e promover ambientes inclusivos (Trentin, 2021). Além disso, Rocha et al. (2020) sugerem a criação de comissões permanentes em universidades e órgãos públicos para monitorar a execução de políticas inclusivas, assegurando sua eficácia. No mercado de trabalho, a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) continua sendo um pilar essencial, mas a inclusão plena exige uma transformação cultural que elimine preconceitos estruturais e valorize as capacidades das PcD (Gesser, 2016). A verdadeira inclusão requer um compromisso coletivo com a equidade, indo além de políticas formais para alcançar uma mudança cultural que valorize a diversidade como um recurso essencial para o desenvolvimento humano e social.

## **2. Desafios e Recomendações para a Equidade no Ambiente Profissional para Pessoas Surdas**

O ambiente profissional apresenta desafios significativos para a inclusão de pessoas surdas, especialmente devido às barreiras comunicacionais e à falta de sensibilização dos empregadores e colegas ouvintes. Conforme Souza et al. (2017), a comunicação efetiva é fundamental para a integração das pessoas surdas em qualquer ambiente, mas a ausência de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a escassez de adaptações comunicacionais dificultam a plena participação dessa comunidade. Além disso, Oliveira (2024) destaca que a comunicação inadequada entre surdos e ouvintes no ambiente de trabalho pode gerar isolamento social, comprometendo o desempenho e a satisfação no trabalho. Essa lacuna não é apenas um obstáculo prático, mas reflete uma exclusão sistêmica que perpetua desigualdades e reforça estigmas associados à surdez.

A falta de iniciativas empresariais que promovam a equidade sociocomunicacional entre pessoas surdas e ouvintes é outro fator que dificulta a inclusão. Casimiro (2023) aponta que a ausência de políticas corporativas para a promoção da equidade comunicacional representa um entrave para a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Isso ocorre porque, mesmo quando as pessoas surdas são contratadas, as organizações frequentemente negligenciam o investimento em tecnologias assistivas, intérpretes de Libras ou treinamentos de capacitação para funcionários ouvintes. Essa negligência impede a equidade nas interações cotidianas e nas oportunidades de

desenvolvimento profissional. Da Silva e Justi (2018) reforçam que, assim como na educação, a efetivação da inclusão no ambiente de trabalho requer mudanças estruturais e culturais que valorizem as especificidades das pessoas surdas, garantindo-lhes acesso pleno aos recursos e informações.

Para superar essas barreiras, é necessário adotar estratégias que promovam a equidade no ambiente profissional. Oliveira (2024) recomenda que as empresas invistam em programas de capacitação contínua para os funcionários ouvintes, promovendo a sensibilização sobre a surdez e a importância da comunicação inclusiva. Além disso, Souza et al. (2017) sugerem que a disponibilização de intérpretes de Libras e o uso de tecnologias assistivas, como aplicativos de transcrição automática, podem facilitar a interação e a produtividade no ambiente de trabalho. Casimiro (2023) enfatiza a necessidade de implementar políticas corporativas que garantam a inclusão comunicacional como parte da cultura organizacional. Essas medidas não apenas promovem a equidade, mas também fortalecem o senso de pertencimento das pessoas surdas, contribuindo para um ambiente mais diverso, respeitoso e produtivo. Assim, garantir a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho requer o comprometimento coletivo e a efetivação de práticas que valorizem a diversidade e a dignidade humana.

### **Considerações Finais**

A inclusão de pessoas com deficiência no Brasil é um tema que exige contínuos avanços legais, políticas públicas efetivas e transformações culturais profundas. Embora o país possua um arcabouço normativo robusto, como a Lei Brasileira de Inclusão e a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, os desafios na implementação de políticas públicas ainda são consideráveis. Problemas como a falta de formação docente, barreiras atitudinais, insuficiência de recursos para tecnologias assistivas e dificuldades de articulação intersetorial demonstram que há um longo caminho para a consolidação de uma sociedade plenamente inclusiva.

As recomendações para superar essas barreiras incluem o investimento contínuo em educação inclusiva, acessibilidade nos mais diversos contextos sociais e a sensibilização de todos os setores da sociedade para a importância da diversidade. Esforços coordenados entre governos, instituições de ensino, empresas e sociedade civil são essenciais para a efetivação das políticas inclusivas. Além disso, a construção de

ambientes profissionais que vão além do cumprimento legal, promovendo a valorização das competências das pessoas com deficiência, é fundamental para ampliar sua autonomia e participação ativa na sociedade.

Por fim, a verdadeira inclusão transcende o cumprimento formal das leis, sendo um compromisso coletivo com a equidade e o respeito à diversidade. Promover a inclusão significa assegurar que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e participação social, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. A implementação de políticas públicas eficazes, somada à mudança cultural e ao fortalecimento de práticas inclusivas, é o caminho para alcançar esse objetivo, transformando a inclusão em um pilar central da cidadania no Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCAR, Ligyanne Karla de et al. **Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional: ações e possibilidades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 15581, 25 jul. 1991.

BRASIL. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Programa Nacional de Acessibilidade. Brasília: MCTI, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CASIMIRO, Cátia. **O paradigma empresarial da equidade sociocomunicacional organizacional entre pessoas com perda auditiva e ouvintes**. *Revista Comunicando*, v. 12, n. 2, p. e023015-e023015, 2023.

COLLAR, Maria Izabel; MAIO, Eliane Rose. **Avanços e desafios das políticas públicas para pessoas com deficiência. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Curitiba: SEED-PR, 2018.

DA SILVA, Camila Correa; JUSTI, Jadson. **Desafios para a efetivação da educação inclusiva da pessoa surda.** *Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)*, n. 11, p. 45, 2018.

DA SILVA, Junior Vagner Pereira; SILVA, Dirceu Santos; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência.** *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 21, n. 4, p. 339-358, 2018.

GESSER, Marli Quadros. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

MAZZOTTA, Marcos José Silva. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

OLIVEIRA, Gabriely Santos de. **A importância da comunicação no relacionamento das pessoas surdas no trabalho.** 2024.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova Iorque, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ROCHA, Maria da Gloria Souza da et al. **Políticas públicas de inclusão social de pessoas com deficiência: ações adotadas na Universidade Federal do Ceará a partir do Programa Incluir.** 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de et al. **Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura.** *Revista Cefac*, v. 19, n. 3, p. 395-405, 2017.

TRENTIN, Valéria Becher. **Políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial no Brasil: breve contextualização.** *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 15, 2021.

## **Capítulo 14 - ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROFESSORES SURDOS DE LIBRAS EM MEIO AO ENSINO REMOTO**

**Karla Karina Abrantes Rêgo**

Doutoranda

Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (UFCG)  
tradutora da Libras para o português escrito, ledora e transcritora.  
kabemilu@gmail.com

**Juscelino Francisco do Nascimento**

Doutor em Linguística

Universidade de Brasília,

professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Professor do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino da Universidade  
Federal de Campina Grande (UFCG).  
juscelino@ufpi.edu.br

### **1 INTRODUÇÃO**

Ser um pesquisador acadêmico nos oportuniza pensar e refletir criticamente sobre problemas e circunstâncias que demandam respostas e análises aprofundadas. Assim, o pesquisador é desafiado a questionar, investigar e interpretar para conduzir e aprimorar o conhecimento. Por meio de técnicas, métodos e instrumentos, é possível encontrar caminhos que contribuam para o avanço da ciência.

Quando iniciei os estudos sobre as estratégias de ensino dos professores surdos, encontrei um cenário completamente novo, especialmente durante a pandemia da COVID-19, com o fechamento de escolas, universidades, comércios e o isolamento social. Aquele momento foi bastante impactante, pois, na época, a minha pesquisa de mestrado, inicialmente planejada para ser realizada, presencialmente, em sala de aula, teve que ser

conduzida online. Portanto, precisei entrar em contato com os professores participantes da pesquisa por meio do WhatsApp, o que, embora tenha sido uma experiência desafiadora, foi viável.

Ao longo desse percurso, surgiram inúmeros desafios, com a distância exigiram mudanças e ajustes contínuos. Dada a complexidade do período de contaminação pela COVID-19, foi necessário aprofundar os conhecimentos específicos para compreender o desenvolvimento desta pesquisa e contribuir para a formação de educadores.

O cenário da pesquisa foi a Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio da Audiocomunicação de Campina Grande Demóstenes Cunha Lima (ECIAC), devido ao fato de ser a única escola bilíngue da cidade que oferece Ensino Básico para o surdo. Os participantes são os dois professores de Libras do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais – e do Ensino Médio. Nesse cenário, a pandemia transformou a realidade dos professores surdos, que enfrentaram o desafio de ensinar Libras remotamente, uma experiência inédita para esses profissionais.

Impulsionadas pelas Tecnologias Digitais (TD), a educação remota foi adotada em diferentes níveis de ensino e por instituições no mundo todo, de modo que o ensino presencial físico foi transposto para os meios digitais. Dessa forma, com o distanciamento geográfico, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula foi substituída por uma presença digital em uma sala de aula digital, mesmo que o propósito, nestas circunstâncias, não fosse recriar um ecossistema educacional online, mas, sim, oferecer, temporariamente, um ensino que atendesse à necessidade do aluno durante o período pandêmico.

Refletindo sobre a educação remota como uma proposta momentânea que busca o sentido de facilitar as interações humanas entre professor aluno, e pensando no professor surdo, como profissional que precisa de encontros presenciais para trabalhar com seus discentes, vemos a necessidade de uma metodologia gesto-visual que, à época, não era possível.

Diante do objeto proposto, queremos mostrar a criatividade, iniciativa e determinação dos professores surdos em trabalhar de forma dinâmica e remota com alunos surdos, buscando diferentes metodologias e estratégias para o aprendizado.

Assim, este trabalho visa constituir um esforço teórico para auxiliar na compreensão de como foi realizado o ensino remoto a partir das práticas desses

professores, contribuindo para uma reflexão sobre a utilização de estratégias de ensino em aulas remotas.

Temos, portanto, como objetivo geral investigar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores surdos de Libras que mediavam o conhecimento para os alunos surdos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, bem como do Ensino Médio, na Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio da Audiocomunicação de Campina Grande Demóstenes Cunha Lima (ECIAC). Esta escola, localizada em Campina Grande – PB, é a única instituição bilíngue do Estado no município.

Como objetivos específicos, buscamos: a) verificar as estratégias de mediação do conhecimento utilizadas remotamente por cada professor; b) refletir sobre as práticas do ensino remoto adotadas no aprendizado dos alunos surdos; e c) identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores surdos ao ensinar Libras remotamente para suas turmas.

Buscamos, desse modo, responder à seguinte questão: como as estratégias de ensino utilizadas pelos professores surdos da disciplina de Libras na Escola Bilíngue, por meio das Tecnologias Digitais, influenciaram na mediação do conhecimento para seus alunos surdos diante do ensino remoto?

A fundamentação teórica deste trabalho é sustentada pelas contribuições de Gesser (2010), Campello (2008), Perlin (2004), Dizeu e Caporali (2005), entre outros, evidenciando os objetivos da pesquisa e ressaltando a importância desse tema para o avanço do conhecimento científico.

Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa e, do ponto de vista dos objetivos, é exploratória. Baseamo-nos em autores como Bortoni-Ricardo (2008), Gil (2002), Flick (2009), Gerhardt (2009), entre outros.

Os dados deste estudo foram gerados por meio de entrevistas e observações online, com o objetivo de buscar evidências sobre as estratégias de ensino. Além disso, foi aplicado um questionário com nove questões, enviado em vídeos pelo WhatsApp em Libras para os dois professores. Eles responderam também em Libras, e as respostas foram transcritas para o português.

Pretendemos, com isso, colaborar para que os educadores utilizem estratégias de ensino criativas e inovadoras, desenvolvidas por meio das Tecnologias Digitais, para atender seus alunos no ensino remoto, agregando adaptações ou novas formas de mediação do conhecimento que contribuam para a formação do cidadão e o compromisso com a educação.

## **2 METODOLOGIA**

Falar sobre pesquisa envolve discutir métodos, técnicas e procedimentos científicos para buscar respostas a problemas propostos. De acordo com Gil (2002, p. 17), “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informações suficientes para responder ao problema”. Concordamos com essa perspectiva e acrescentamos que realizar pesquisas é enriquecedor tanto no meio acadêmico quanto em situações cotidianas, de forma sistematizada ou não.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois, segundo Bortoni-Ricardo (2008) visa entender e interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto, buscando informações nas entrelinhas da rotina do pesquisado. Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) afirmam que essa abordagem não se preocupa com propriedades numéricas, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, que busca evidências sobre as estratégias de ensino utilizadas nas aulas de Libras. Nesse sentido, a pesquisa exploratória visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41).

Para participar desta proposta, os professores foram convidados por meio de uma carta convite, encaminhada por *e-mail* no português escrito e em vídeo (em Libras), também pelo *WhatsApp*, informando os objetivos e a relevância da pesquisa. Destacamos que a identidade dos participantes não seria exposta, em respeito às questões éticas.

Para enriquecer as informações obtidas a partir das respostas dos vídeos, utilizamos a Entrevista Compreensiva, com base em diálogos informais com os participantes, com o objetivo de obter detalhes para a geração de dados e para as posteriores considerações da pesquisa.

Para analisar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores, foi realizada uma entrevista aberta em Libras, cujas respostas também foram em Libras, que posteriormente foram transcritas para o português de maneira individual. As questões eram explicativas, permitindo que os professores relatassem suas práticas e perspectivas sobre o trabalho com mais detalhes.

Com a aplicação das questões aos dois participantes, foi possível obter respostas em torno da problemática da pesquisa. A entrevista, composta por nove questões, foi

conduzida pela pesquisadora, que possui conhecimento em Libras, e transcrita as respostas da Libras para o português escrito.

O estudo ocorreu durante a pandemia de COVID-19, sem contato físico, mas utilizando Tecnologias Digitais, com o objetivo de averiguar dados referentes a habilidades e atitudes em uma situação atípica. As aulas foram realizadas de forma remota pelo *Google Meet*, de maneira síncrona e assíncrona, com atividades e materiais didáticos disponíveis no *Google Classroom*.

Os participantes da pesquisa, por questões éticas e para preservar suas identidades, serão identificados como Professor I e Professor II. O Professor I concluiu o curso de Pedagogia Bilíngue, enquanto o Professor II possui pós-graduação em Libras e experiência em ministrar aulas de Libras, com fluência na língua.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Com o advento das mudanças científicas, tecnológicas e do aprofundamento dos estudos linguísticos sobre a surdez, enfrentamos desafios na educação desse indivíduo. Nesse contexto, refletimos sobre o processo de ensino-aprendizagem, as estratégias de ensino, a metodologia, a formação de professores e alunos, com o intuito de impulsionar o estudante a se tornar um indivíduo crítico e reflexivo.

Todo ser humano é capaz de desenvolver uma língua, seja ela oral ou viso-motora. A Libras possui características próprias, um funcionamento interno e uma gramática diferenciada, mas semelhante às línguas orais no que diz respeito à iconicidade e à arbitrariedade. No entanto, a Libras deveria ser internalizada desde os primeiros meses de vida. De acordo com Lima, Maia e Silva (2017), 95% dos surdos são filhos de pais ouvintes e, portanto, não têm convivência com sua língua materna desde cedo, conhecendo-a tardiamente na escola ou em outros ambientes.

O contato precoce com a língua contribui para a internalização e o desenvolvimento da Libras por parte da criança. Assim como uma criança ouvinte adquire sua língua materna e vivencia sua cultura, a identidade do surdo também deve se formar naturalmente através do contato com a Libras. Dizeu e Caporali (2005, p. 588) afirmam que “[...] a língua, como qualquer outra, deve ser inserida na vida da criança nos três primeiros anos de idade, para que a criança a adquira naturalmente”.

No contexto educacional, ao observar a educação bilíngue do surdo, é possível perceber as consequências do aprendizado por meio das estratégias de ensino na língua de sinais. A aprendizagem depende em grande parte das estratégias de ensino, já que não existem fórmulas perfeitas para o desenvolvimento de estratégias para o aluno surdo. O ensino, com o professor como mediador, deve se basear na observação das necessidades e interesses dos alunos, despertando sua confiança, autonomia, curiosidade e iniciativa própria.

Para Gesser (2010, p. 62), “[...] as estratégias são formas utilizadas pelo aprendiz para lidar com as informações apresentadas e são desenvolvidas para contornar dificuldades, obstáculos e demandas de uma situação”. De acordo com Oxford (1990), existem várias estratégias para o aprendizado de línguas, que podem ser diretas (de memória, cognitivas, de compensação) e indiretas (metacognitivas, afetivas e sociais). Gesser (2010, p. 63) destaca alguns tipos de estratégias:

- Estratégias de memória: ajudam os alunos a armazenar e recuperar informações.
- Estratégias cognitivas: capacitam os aprendizes a entender e produzir a nova língua.
- Estratégias de compensação: permitem aos aprendizes comunicar apesar de deficiências no conhecimento da língua.
- Estratégias metacognitivas: ajudam os aprendizes a controlar seu próprio aprendizado através da organização, planejamento e avaliação.
- Estratégias afetivas: auxiliam os aprendizes a ganhar controle sobre suas emoções, atitudes, motivações e valores.
- Estratégias sociais: ajudam os aprendizes a interagir com outras pessoas (Oxford, 1980 apud Richards, 1994, p. 63-64, tradução da autora).

Essas estratégias são aplicadas de acordo com a individualidade do aluno, suas preferências em relação à forma como aprende, resolve problemas e esclarece dúvidas. Assim, facilitam as tomadas de decisões sobre intervenções, planejamento e práticas de ensino, impactando no desenvolvimento do conhecimento, habilidades e competências dos alunos.

No aprendizado dos alunos surdos, os conceitos são organizados em língua de sinais. Por ser uma língua viso-gestual, com os conteúdos trabalhados em Libras, facilita a aprendizagem. Campello (2007) descreve a pedagogia visual como uma semiótica imagética: um novo campo que explora a visualidade, permitindo a investigação de

aspectos da cultura surda e da constituição da imagem visual nos surdos, os chamados “olhares surdos”, que podem ser utilizados como recursos didáticos, especialmente no período remoto.

Campello (2008) afirma que as técnicas, recursos e perspectivas da pedagogia visual estão relacionados ao uso da visão, no lugar da audição. Perlin (2004) observa que não se trata de uma pedagogia pronta, mas de uma pedagogia histórica que adota o jeito surdo de ensinar e aprender, conforme a experiência vivida pelos surdos.

Para os professores, as estratégias ajudam a elucidar dificuldades em sala de aula e, para os alunos, criam situações que contribuem para a aprendizagem. É necessária uma relação de reciprocidade entre professor e aluno para entender como cada indivíduo e grupo se relaciona com o conhecimento e com o ato criativo. Segundo Basso, Strobel e Masutti (2009, p. 12), o papel do educador surdo é imprescindível no contexto da aprendizagem. Há inúmeras possibilidades de estratégias para criar momentos de aprendizado e desenvolver competências. A criatividade, baseada na realidade dos alunos e nas necessidades de cada sujeito e cultura, é um aspecto essencial que contribui para a visualidade do conhecimento nas aulas do professor surdo.

#### **4 ANÁLISES E RESULTADOS**

A partir da obtenção dos dados, passamos para a análise e interpretação, considerando o novo cenário de ensino e aprendizagem, os modelos diferenciados de educação e o uso das Tecnologias Digitais.

Após a entrevista em Libras e a transcrição para a Língua Portuguesa, iniciamos a análise dos dados, utilizando um conjunto de elementos que permitiram evidenciar a ação investigativa em torno do objeto estudado. Este estudo conta com a Internet como ferramenta, fonte e questão de pesquisa, além da entrevista online, conforme abordado por Flick (2009) para enfatizar a pesquisa qualitativa na era digital.

Na observação dos dados, realizamos uma análise descritiva. Como não foi possível o contato presencial devido ao cenário pandêmico, buscamos observar a situação a partir de diferentes ângulos. Com o apoio da Entrevista Compreensiva, conforme Kaufmann (2013), refletimos sobre a importância de compreender a realidade dos entrevistados.

Na questão 1, enfocamos o período pandêmico e perguntamos sobre as formas de trabalho remoto com os alunos, incluindo métodos e técnicas utilizados. Para a questão anunciada, tivemos as seguintes respostas:

**Professor I:** Eu uso a videochamada, vou passando os slides em Libras, e vou ensinando a disciplina, também as atividades envio para o grupo de *WhatsApp* e a gente vai se comunicando lá. Alguns alunos não têm Internet, então envio para a EDAC a atividade e eles entregam para os alunos.

**Professor II:** Durante a pandemia, desde o ano passado está sendo um desafio, é diferente o ensino presencial e o ensino remoto, no entendimento do tempo, no processo, de fazer presencial, a gente sabe do que está acontecendo, e as tecnologias vieram de acordo com sua evolução.

Percebemos que a evolução tecnológica tem auxiliado o processo de ensino-aprendizagem. O uso de ferramentas como *WhatsApp* para encaminhar atividades, apresentar slides e realizar videochamadas tem facilitado o contato entre professores e alunos, embora nem todos tenham acesso a uma Internet de boa qualidade ou mesmo acesso à Internet.

Na questão 2, investigamos as dificuldades enfrentadas pelos professores surdos ao dar aulas remotamente, tanto os pessoais quanto aquelas relacionadas à turma. Obtivemos as seguintes respostas:

**Professor I:** Temos dificuldades, devido ao contato, a o próprio material que deve ser em Libras. Só mostrar slides o aluno ficar só vendo, praticando, sinalizando, isso não é suficiente, então é muito difícil pela questão do contato, a gente precisa ficar ali, chamando, é tudo muito visual e a Internet não ajuda, eu fico mostrando, mas isso é uma barreira, essa questão do contato, às vezes não flui a aula.

**Professor II:** Eu não tenho dificuldade, o principal é sempre está em conexão com o surdo, com o ouvinte sempre há a barreira da comunicação então a gente precisa sempre do intérprete para ajudar. Quando o ouvinte sabe a língua de sinais a aula flui melhor, o surdo é visual pelo *meet* a gente consegue ensinar, bater papo, e com o ouvinte é mais difícil, no presencial com o ouvinte é mais fácil por causa do contato, então fica melhor o ensino, mas precisa do intérprete. Comparando o ensino em sala de aula com os surdos de maneira remota flui bem, portanto alguns tem dificuldade com as tecnologias e as vezes não tem os recursos tecnológicos, mas comparando a sala de aula do aluno surdo e do aluno ouvinte, é mais difícil trabalhar com o ouvinte.

As respostas revelaram que, devido à natureza visual do aluno surdo, o material deve ser em Libras. No entanto, a falta de uma boa conexão com a Internet tem sido uma

grande barreira, prejudicando o desenvolvimento das aulas. Apesar dos desafios, o Professor II destacou a vantagem das tecnologias para manter a comunicação com os alunos, permitindo uma interação dinâmica.

Na questão 3, indagamos sobre a avaliação da comunicação entre professor e aluno e a interação remota. Na sequência, estão expostas as falas dos professores:

**Professor I:** O aluno acessa através da videochamada, vamos interagindo e vou avaliando, se o aluno não falar nada e na aula não participa, ele leva falta, às vezes. Então eu vou observando cada um, como estão interagindo na aula, então eu avalio cada aluno, o que ele aprendeu.

**Professor II:** A comunicação com os alunos do Fundamental I e II e Ensino Médio é muito boa, no ensino remoto é natural, perfeito, mantém as ideias, acesso às informações, tranquilo, sem dificuldade, é muito melhor se comparar a aula com o ouvinte. O surdo na realidade ele prefere o Ensino presencial, devido ao contato direto, pela Internet dificulta por causa da qualidade, mas o Ensino remoto em sim é tranquilo. O aluno, muitas vezes, que não tem muita desenvoltura e não tem uma boa comunicação, a gente dar mais prioridade, mas o ensino vai fluindo. Mas apesar de tudo todos nós preferimos o Ensino presencial.

Os resultados mostraram que a avaliação dos alunos é contínua durante as aulas síncronas, proporcionando momentos ideais para observar o aprendizado da Libras.

Na questão 4, pedimos aos professores que expressassem suas opiniões sobre o que gostam nas aulas remotas:

**Professor I:** Eu acho que o aluno gosta do ensino remoto, mas eu não gosto, são estratégias diferentes, Internet com limite, o contato com o surdo é muito difícil, tem a questão do português, a Libras é muito visual, então acho isso uma barreira, eu não gosto do Ensino remoto.

**Professor II:** O surdo ele gosta do ensino remoto, também do presencial, mais do presencial, mas na remota a velocidade da Internet muitas vezes não ajuda, não tem uma Internet completa, depende também da hora, do acesso, isso dificulta às vezes. Quando a Internet é boa, o ensino é bem melhor.

As respostas foram variadas: o Professor I indicou vários aspectos negativos, como a necessidade de estratégias diferenciadas, problemas com a qualidade da Internet e a dificuldade de compreensão do português pelos alunos surdos. Por outro lado, o Professor II achou o ensino remoto positivo, mas mencionou a dificuldade com a velocidade da Internet e a importância do ensino presencial para a interação física.

Na questão 5, solicitamos que os professores relatassem estratégias ou informações que gostariam de saber para melhorar suas práticas pedagógicas nas aulas remotas. Os docentes assim responderam:

**Professor I:** Profissionalmente, na prática, a experiência do aluno é difícil, mas é possível um avanço, uma evolução, eu vejo a preocupação dos alunos e eu não tenho como determinar nada. O Ensino remoto dificulta e às vezes a família não libera o celular para o aluno o dia todo para ele usar nas aulas. O problema para mim é o Ensino remoto, a pedagogia, a avaliação, as estratégias.

**Professor II:** Eu como professor de Libras e os demais professores da EDAC, os surdos preferem professores que tenham a fluência na Libras. Quando sabe a língua de sinais o surdo ama, mas aquele que não tem muita fluência o surdo não gosta. A palavra chave para o professor é fluência em Libras.

O Professor II enfatiza um ponto essencial para a aprendizagem do aluno surdo: a fluência em Libras. Um profissional fluente na Língua de Sinais estimula significativamente o aprendizado do aluno. Destacamos que tanto o Professor I quanto o Professor II são fluentes em Libras, o que enriquece a qualidade do ensino na EDAC. No entanto, para o Professor I, um desafio importante é o compartilhamento do mesmo aparelho celular por várias pessoas na mesma casa, o que dificulta o processo de ensino. Assim, embora o professor possa utilizar as melhores estratégias com seus alunos, a falta de um computador ou de um aparelho celular adequado pode impedir a implementação efetiva da pedagogia, avaliação e estratégias necessárias para a aprendizagem.

Na questão 6, pedimos uma autoavaliação dos professores sobre como suas aulas remotas poderiam melhorar. Abaixo, observamos as respostas referentes a essas questões:

**Professor I:** Acho difícil porque vejo que não é igual, sinto que não é igual, nós temos vários recursos como *WhatsApp*, videochamada, o drive. Mas poderia ser melhor um local com acesso à Internet boa, eu quero que cada professor da EDAC que tenha dificuldade em Libras possa melhorar. Então cada professor tem seu espaço com o aluno e os alunos também não entende o português. Os professores tem que melhorar a sua Libras para que o ensino possa fluir. A comunicação pela Internet é muito ruim porque pára, trava e é uma grande barreira, pode melhorar nesse ponto. Eu acho que o zoom tem melhorado, mas o Google é pelo governo e temos o *Classroom* para utilizar, então acho difícil fazer videochamadas.

**Professor II:** Se todos pudessem ter uma Internet boa, pois no *meet* fica tranquilo, mas alguns não têm, não têm computador, usa só o celular, e

isso é uma barreira, além de não conseguir visualizar todas as telas. O Ensino presencial é melhor.

O posicionamento dos professores em relação à resposta da questão 6 é semelhante, pois nenhum deles aponta melhorias que possam ser feitas diretamente por eles para garantir uma aula remota bem-sucedida. Em vez disso, ambos destacam fatores externos, como a necessidade de acesso a uma boa conexão com a Internet para evitar interrupções e travamentos das imagens durante as aulas, o que compromete a fluidez da ministração. Além disso, o Professor I menciona outros desafios, como a limitação do conhecimento em Língua Portuguesa por parte dos alunos e a falta de fluência em Libras de alguns professores, que afetam o desenvolvimento das aulas. O Professor II, por sua vez, enfatiza a importância de equipamentos básicos, como um computador e um bom celular, para tornar as aulas mais atrativas e interativas, destacando que nem todos os professores e alunos têm acesso a esses recursos.

Na questão 7, perguntamos se a instituição (ECIAC) oferece o suporte necessário para ministrar aulas remotamente, incluindo estrutura e apoio pedagógico.

Na sequência, estão expostas as falas dos professores:

**Professor I:** Pelo que eu vejo, a EDAC tem apoiado todo o processo, cada professor tem a sua responsabilidade, mas estamos conseguindo desenvolver as atividades, gravar os vídeos. Se o professor não tem Internet boa a gente tem acesso para ir até a EDAC e organizar nossas aulas durante a semana.

**Professor II:** Temos ajuda, temos planejamento, reunião, recebemos informações. A EDAC faz reunião de planejamento semanal, dá informações sobre o uso do drive, tem intérprete ajudando e traduzindo as informações, às vezes dificulta a reunião porque a Internet do intérprete é ruim, quando a Internet está boa é muito bom.

A partir das respostas dos professores, destacamos o empenho da instituição em planejar, acompanhar e capacitar seu corpo docente para utilizar plataformas educativas e orientar através de reuniões pedagógicas para as aulas remotas. A instituição também disponibiliza intérpretes para promover a comunicação. Outro ponto relevante é a oferta de uma boa conexão com a Internet na escola para os professores que não têm acesso de qualidade em suas residências, bem como uma estrutura tecnológica para o desenvolvimento de materiais e vídeos para os conteúdos ministrados.

Na questão 8, buscamos a opinião dos professores sobre o retorno às aulas presenciais. Considerando o cenário pandêmico, este retorno é visto como um momento muito aguardado pela sociedade. Observamos, portanto, as respostas dos professores:

**Professor I:** Na minha opinião, a aula presencial é melhor, por causa do contato, eles precisam tocar, nos ver de perto, precisam viver socialmente, o gestual é melhor dentro da escola Bilíngue. A Internet é muito limitada, alguns alunos acham ruim as exigências, de estar naquele momento, na escola temos mais o controle sobre eles.

**Professor II:** Temos o desejo que as aulas presenciais voltem, não vejo a hora de isso acontecer, o remoto está acontecendo agora mais é um grande desafio para nós, no futuro sei que as tecnologias estarão mais avançadas, e a gente vai olhar para trás de onde tudo começou. Mas vai ver muito melhor voltar essa comunicação sendo presencial, precisamos ter calma, flexibilidade, nesse momento de Ensino remoto.

Diante das respostas, todos expressaram o desejo de retornar às aulas presenciais. A importância do contato físico é fundamental para o desenvolvimento humano, mesmo considerando que a Libras é uma língua visual. O toque e o convívio estabelecem vínculos afetivos importantes, mesmo com os avanços tecnológicos em constante evolução e sua necessidade para a comunicação.

Por fim, na última questão, pedimos informações sobre as estratégias utilizadas nas aulas remotas, incluindo ferramentas, métodos e plataformas educacionais. Nesse sentido, obtivemos as seguintes respostas:

**Professor I:** Videochamadas, atividades, *slides*, filme, filmar as aulas, YouTube, usar foto, *power point*, textos, a dificuldade é o celular muitas vezes, temos como interagir de forma mais leve com brincadeiras.

**Professor II:** Como estratégia de aula remota, sempre temos estratégias em Libras, o aluno precisa de muitas informações, acesso as informações para que consigam abrir a mente para o ensino avançar. Eu percebo que você trabalhar também dessa forma, como está acontecendo hoje, tanto professor quanto o aluno precisa estar com a mente aberta, para as coisas fluírem. Na EDAC os surdos estão abertos, a gente também tem que ter fluência na Libras, para que possamos ensinar tudo a eles, também precisa revisar os conteúdos. Por mais que gravemos as aulas no *meet*, os alunos têm a necessidade de estar conosco, perguntando e precisamos dar esse apoio e esse acompanhamento, é importante novamente a fluência na Libras.

Observando as respostas dos professores, percebe-se que o Professor I detalha algumas estratégias de ensino, como o uso de filmes, videochamadas, apresentações e brincadeiras, com o objetivo de promover a interação entre professor e aluno. Por outro

lado, o Professor II destaca a importância das habilidades socioemocionais, enfatizando que, para que o aprendizado seja significativo, é necessário estar com a “mente aberta” para os conhecimentos ministrados. Além disso, o Professor II ressalta que, para que haja evolução na Língua de Sinais do aluno, é essencial que o professor seja fluente na língua.

A partir das observações realizadas e das respostas da entrevista, evidenciamos que o ensino remoto é um desafio para o professor surdo. Embora as tecnologias possam oferecer suporte, o contato presencial é preferível para todos. As dificuldades nas aulas de Libras são evidentes para ambos os professores, e há insatisfação com os recursos tecnológicos disponíveis para promover a interação entre professor e aluno. Questões como a qualidade da Internet, a disponibilidade de um computador adequado e celulares com boa definição são cruciais para que os alunos recebam atividades, vídeos e assistam às aulas de forma eficaz.

A desigualdade socioeconômica se manifesta claramente nas aulas remotas. Enquanto alguns alunos podem assistir às aulas, outros enfrentam a falta de ferramentas adequadas para participar igualmente ou compartilham o mesmo equipamento com vários familiares. Há também aqueles que não têm acesso a computador ou celular e precisam receber as aulas e materiais impressos, o que dificulta significativamente o aprendizado.

Observamos, portanto, a perseverança, criatividade e persistência dos professores surdos em meio ao isolamento social. Como enfatiza Freire (1996), embora a mudança seja difícil, é possível buscar informações, planejar, acessar plataformas educativas e tornar as aulas atrativas para que os alunos não desistam de seu propósito de evoluir e aprender sua língua materna. Embora as aulas presenciais sejam necessárias, é preciso considerar que os desafios e inseguranças em relação ao retorno à Escola Bilíngue ainda persistem em nosso estado.

A fluência dos professores em Libras foi uma surpresa para nós, pesquisadores. Além da segurança que proporciona ao aluno, o domínio da Língua de Sinais é essencial para ministrar a disciplina de forma eficaz, mesmo em uma Escola Bilíngue. Para Loss (2016, p.56), para quem ter fluência é um diferencial:

[...] a fluência, definida como processo multilinear que abarca processos tanto linguísticos como culturais, constitui-se como modo de aproximação do contexto de vida das pessoas surdas. E o ser fluente em Libras depende de como o sujeito aprendiz irá realizar essa aproximação,

numa abertura maior ou menor em relação à sua diferença e em relação ao modo de experienciar a linguagem.

O autor mencionado nos leva a refletir sobre a importância da fluência em Libras para a interação com o outro, essencial para a comunicação eficaz. A fluência assegura uma melhor manipulação e articulação da língua.

No entanto, é fundamental que haja uma formação continuada bem planejada. É necessário consultar os professores para identificar os temas que precisam ser aprofundados e as dificuldades que enfrentam na sala de aula, em relação aos conteúdos, conceitos e atividades práticas. Essa abordagem ajuda os professores a refletirem criticamente sobre seus conhecimentos, promovendo, assim, uma aprendizagem mais efetiva em suas aulas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desenvolver uma pesquisa durante o período pandêmico foi um desafio considerável, dado que as dificuldades enfrentadas foram muito maiores do que em "tempos normais". Nunca imaginávamos viver um momento em que professores trabalhassem de casa e alunos assistissem a aulas remotamente, em um ano atípico e sem precedentes na educação brasileira e mundial. Como estudante, pesquisadora, mãe, esposa e trabalhadora, enfrentei uma rotina diferenciada marcada pelo isolamento social.

Investigar a vida profissional dos participantes da pesquisa em meio a uma pandemia também me levou a refletir e a buscar novas estratégias de pesquisa, convivência e interação. A ausência de bibliografia específica sobre ensino remoto, como dissertações, teses e artigos, foi outro desafio significativo, especialmente pela responsabilidade de abordar um tema vivido em um período historicamente ímpar.

A pesquisa destacou a criatividade e a potencialidade dos professores de Libras, além da importância da fluência na língua de sinais durante as aulas, que proporcionaram momentos únicos para seus alunos surdos. Enfrentamos também a questão da exclusão digital: alguns alunos não conseguiram acessar as aulas devido à falta de Internet, equipamentos eletrônicos inadequados e à convivência com muitos familiares, o que dificultou sua frequência nas aulas.

Apesar de todas as adversidades, a realização pessoal e profissional que experimentei foi significativa. A pesquisa me forçou a sair da minha "zona de conforto" e

me dedicar, dentro das minhas limitações, a um estudo que visa proporcionar conhecimento valioso para educadores comprometidos com a inclusão. Busquei, no estudo da Libras, uma forma de comunicação que permitisse interagir eficazmente com os sujeitos da pesquisa, garantindo que os objetivos propostos fossem alcançados e que o trabalho fosse concluído de forma satisfatória.

## **REFERÊNCIAS**

- BASSO, Idavania Maria de Souza. STROBEL, Karin Lilian. MASUTTI, Mara. **Metodologia de Ensino de Libras – L1**. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2009.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- CAMPELLO, A. R. S. **Pedagogia visual na educação de surdos-mudos**. Tese de doutorado (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CAMPELLO, A. R. S. **Pedagogia Visual: sinal na educação dos surdos**. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Editora Arara Azul. 2007.
- DIZEU, L. C. T de. B. CAPORALI, S. A. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educ. Soc. Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, 2005.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. (3ª ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GESSER, Audrei. **Metodologia de ensino de Libras como L2**. Material didático desenvolvido para o curso de Letras: Libras na modalidade distância: Florianópolis: UFSC, 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.
- LIMA, Raquel Pereira de. MAIA, Alana Monteiro Ferreira. SILVA, José Affonso Tavares. **Estratégias lúdicas no ensino de Libras para alunos surdos do Ensino**

**Fundamental em uma perspectiva bilíngue.** 10 Encontro Internacional de Formação de Professores, 2017.

LOSS, A. L. **Avaliação de fluência em língua de sinais brasileira: definindo critérios sob uma perspectiva surda.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, 2016.

OXFORD, Rebecca. **Language learning strategies: What every teacher should know.** Boston, MA: Heinle & Heinle Publishers, 1990. p. 37-55.

PERLIN, Gladis. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva. LOPES, MAURA Corcini (Org.) **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação,** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

XAVIER, M. M.; SERAFIM, M. L. **O whatsapp impactando novas possibilidades de ensinar e de aprender no contexto acadêmico.** São Paulo: Mentis Abertas, 2020.



*K. P. S.*



Editora  
**MultiAtual**

ISBN 978-656009125-2



9 786560 091252